

GESTÃO ESTRATÉGICA

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Junho 2005

Relatório **2**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo



Programa Operacional
da Região de Lisboa e Vale do Tejo



União Europeia
FEDER

GESTÃO ESTRATÉGICA DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Relatório 2

Junho 2005



Comitê de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Ficha Técnica

Título	Gestão Estratégica da RLVT - Relatório 2
Edição	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Coordenação	António Fonseca Ferreira
Coordenação Operacional	Isabel Sousa Lobo João Afonso
Equipa Interna	António Marques Catarina Cottinelli Costa Fernando Ferreira Moura de Campos
Equipa Externa / Peritos	Augusto Mateus Cátia Fernandes Fernando Honório Isabel Guerra João Ferrão João Paulo Bessa Manuel Laranja Paulo Madruga Vanessa de Sousa
Design e Paginação	Ana Garcia
Apoio à Edição	Gabinete de Apoio à Presidência

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Artilharia Um, 33 . 1269-145 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	www.gestaoestrategica.ccdr-lvt.pt
Impressão	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Tiragem	100 exemplares
Data	Junho de 2005
ISBN	972 - 8872 - 02 - X

ÍNDICE

A	A.1	INTRODUÇÃO	7
	A.2	POSICIONAR A RLVT – Caracterização da Situação	11
		a) Síntese geral	13
		b) Semáforos	16
B	DOMÍNIO TERRITÓRIO		21
B.1	Síntese	23	
B.2	Ordenamento do Território		35
	B.2.1	Conservação e Preservação Ambiental	35
	B.2.2	Organização do Território	36
B.3	Qualidade de Vida		38
	B.3.1	Qualidade Ambiental Geral	38
B.4	Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção		53
	B.4.1	Atractividade	53
	B.4.2	Conectividade	58
Índice de Gráficos			61
C	DOMÍNIO PESSOAS		63
C.1	Síntese		64
C.2	Recursos Humanos		69
	C.2.1	Educação	71
	C.2.2	Formação Profissional	84
	C.2.3	Emprego e Desemprego	86
C.3	Ordenamento do Território		115
	C.3.1	Cultura	115
C.4	Qualidade de Vida		121
	C.4.1	Bem-estar Físico	121
C.5	Coesão Social		147
	C.5.1	Polarização dos Rendimentos	147
	C.5.2	Pobreza	150
Índice de Gráficos			163
D	DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES		167
D.1	SUB-DOMÍNIO COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO		169
D.1.1	Síntese		171
	Dinâmica Económica		176
D.1.2	D.1.2.1	Dinâmicas de Desenvolvimento e Produtividade	176
	D.1.2.2	Dinâmica Empresarial e de Emprego	184
D.1.3	Competitividade Internacional		188
	D.1.3.1	Especialização Produtiva	188
	D.1.3.2	Grau de Abertura	190
	D.1.3.3	Posição Competitiva	194
D.1.4	Factores de Crescimento		198
	D.1.4.1	Dinâmica de Investimento	198
	D.1.4.2	Formação de Recursos Humanos	201
Índice de Gráficos			203
D.2	SUB-DOMÍNIO INOVAÇÃO		205
D.2.1	Síntese		206
	Actividades de I&D		208
	Apoio Tecnológico		211
	Transferência de Tecnologia		213
Índice de Gráficos			214

INTRODUÇÃO

AI



[The main body of the page is blank white space with a few faint, illegible marks.]



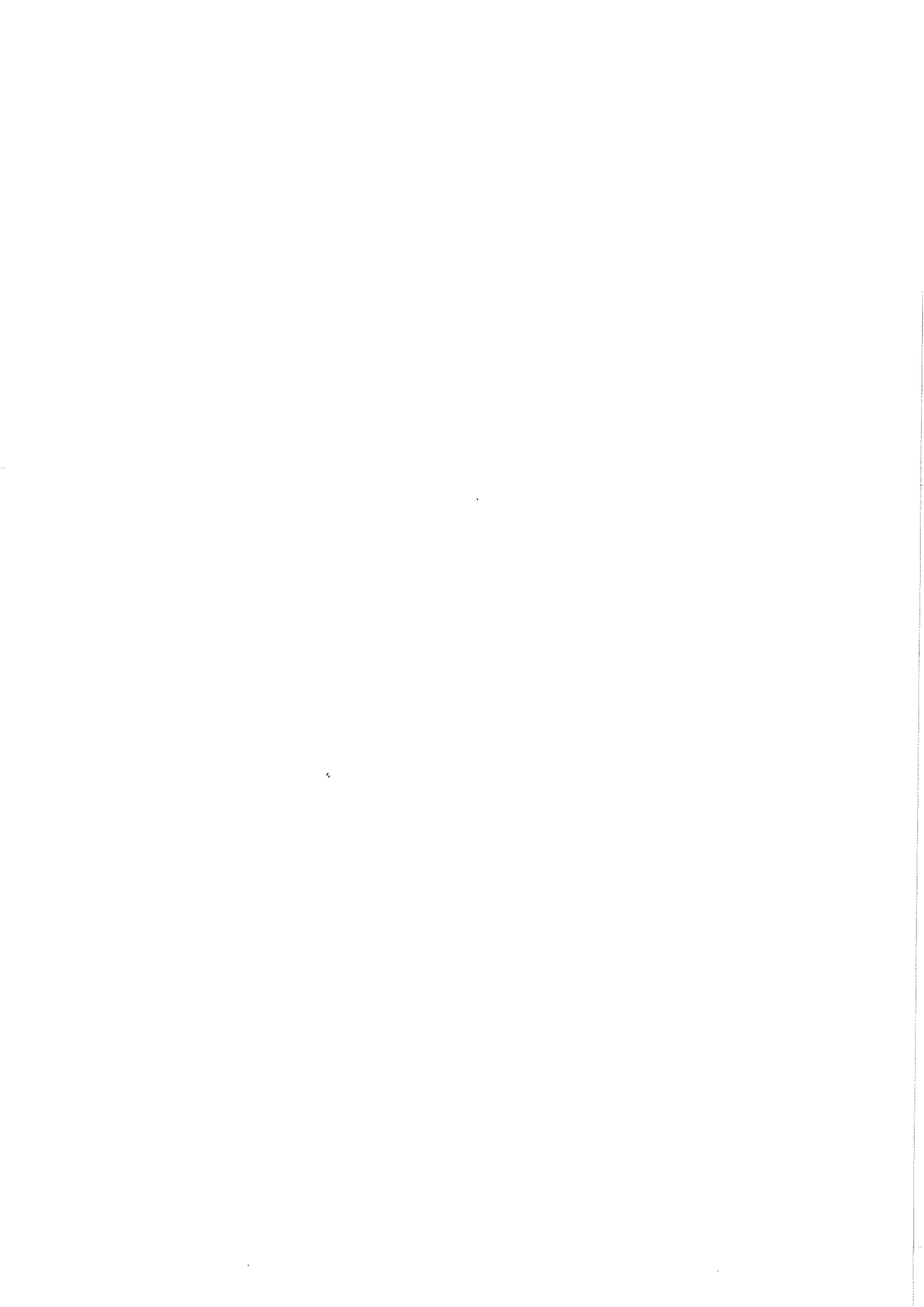
O projecto **“Gestão Estratégica da RLVT”**, implementado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, constitui uma experiência inovadora no campo da aplicação prática da monitorização da gestão estratégica de uma região. Ao longo destes três anos de trabalho e de vida do projecto, foram já editados vários documentos e relatórios, que em muito têm servido para melhorar os processos de decisão, de definição de estratégias e de prioridades para o desenvolvimento da nossa Região.

O **“Relatório 0”** deu início ao processo de monitorização da Gestão Estratégica da RLVT, constituindo um diagnóstico de partida que serve de referencial para a avaliação a desenvolver. O **“Relatório I”**, editado um ano depois, e entendido como um “tableau de bord”, dá conta das evoluções registadas na Região no período seguinte (2000-2001), e agora o **“Relatório II”**, que aqui apresentamos, segue a lógica dos anteriores, no sentido em que se baseia num levantamento estatístico dos indicadores que sustentam as principais dimensões de análise seleccionadas em cada um dos domínios de monitorização então definidos – Território, Pessoas e Organizações, para o período 2001-2002.

A reflexão crítica que aqui se faz, através da observação das alterações e dinâmicas sociais, urbanísticas e económicas que se registaram na RLVT, foi afectada, dado o curto período temporal contemplado, pela debilidade e fragilidade de alguns dos suportes de informação existentes, uma vez que nem todos os indicadores têm uma base anual. Assim, a apresentação dos dados é feita por diferentes níveis (concelhos, distritos, NUTS III e NUTS II) e varia ao longo do documento, em função do nível de desagregação espacial a que a informação estatística se encontra disponível.

A estrutura deste Relatório, organizado por domínios de monitorização (Território, Pessoas e Organizações), introduz agora uma inovação, ao criar-se um capítulo de síntese sobre a actual situação da Região, recorrendo a uma metodologia de “semáforos” que permite identificar, de forma rápida e com base numa leitura visual as alterações e mudanças ocorridas na Região de acordo com as dimensões de análise seleccionadas para a monitorização

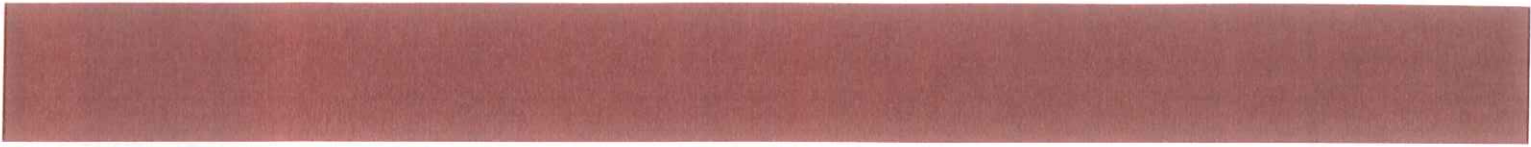
Contamos que este documento permita um conhecimento mais aprofundado da Região, no momento em que a CCDR-LVT dá início a um período de reflexão e preparação da nova estratégia regional para o próximo QCA.



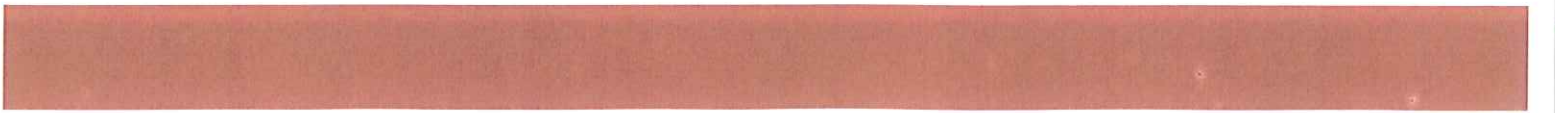
POSICIONAR A RLVT

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

A2



[The text in this section is extremely faint and illegible.]



a) Síntese geral

O Relatório II é fruto de um trabalho continuado do Projecto Gestão Estratégica da RLVT e vem no seguimento dos dois anteriores relatórios. Este trabalho integra os indicadores possíveis de obter e trabalhar, em especial através da informação estatística disponível nas estatísticas oficiais sobre a Região de Lisboa e vale do Tejo. Nele são observadas as alterações e dinâmicas sociais, urbanísticas e económicas que se registaram no início da primeira década deste século.

Esta “síntese das sínteses”, pretende, de uma forma sucinta, dar conta da situação actual e das principais tendências da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no momento em que a CCDR-LVT dá início a um período de reflexão e preparação da nova estratégia regional para o próximo QCA.

Para os domínios Território, Pessoas e Organizações, e de acordo com os indicadores utilizados, foi possível sintetizar as seguintes tendências:

- A Região de Lisboa e Vale do Tejo tem tido uma evolução globalmente positiva neste período. Recorda-se que o actual período de recessão económica teve início em 2002, tendo esta análise sido anterior à crise, embora os últimos indicadores apontem nesse sentido. No entanto, esta evolução globalmente positiva, foi mais desigual em termos sectoriais. Destaque-se que, se comparada com as médias nacionais, a RLVT mais uma vez reforça o seu papel de motor face ao país, mas se comparada com as médias europeias encontra-se ainda muito aquém do desejado.
- A Região tende a concluir um primeiro ciclo de cobertura universal de abastecimento de água domiciliária, tratamento de água para esse efeito e de sistemas de recolha de resíduos, para o qual terão contribuído em muito os Fundos Estruturais. Por outro lado, o ciclo da qualidade, no que diz respeito ao tratamento das águas residuais, da recolha selectiva e da reciclagem de resíduos, que é bastante importante e que parece estar a crescer, ainda apresenta disparidades intra-regionais, destacando-se a sub-região da Grande Lisboa positivamente face às outras, e superiores às que observam a nível nacional. Se o saneamento básico está prestes a cobrir 90% do território, os investimentos deste QCA prevêm ainda um investimento significativo nesta área, de forma a cobrir todo este ciclo. As despesas das autarquias, que oscilam muito de ano para ano, ainda estão um pouco aquém do desejado. As coberturas de 100% devem ser uma das principais metas dos municípios.

A. 2 - POSICIONAR A RLVT

Caracterização da Situação

- Os indicadores de pressão (dinamismo do mercado habitacional, consumo de água e electricidade, produção de águas residuais e de resíduos sólidos por habitante), ao nível do território e do ambiente, com variações moderadas, são sempre menos elevados do que a nível nacional e revelam um dinamismo moderado, dado o contexto macroeconómico do país no período em análise. Saliente-se ainda uma desaceleração nos indicadores de atractividade nacional e internacional, o que não pode deixar de ser uma preocupação, dado que a Região de Lisboa como principal região do país, não pode, nem deve, perder a sua capacidade atractiva. Duas leituras são assim possíveis. Por um lado, a situação da Região é positiva ao nível da coesão territorial (ainda que com um nivelamento por baixo), por outro, menos positiva a nível macroeconómico, em especial com o retrocesso de algumas situações que deveriam estar já mais consolidadas.
- Outras melhorias possíveis de detectar, prendem-se com a qualificação da mão-de-obra e das remunerações, bem como a nível do ensino, em especial da oferta em pré-escolar e superior, manifestando melhorias comparativas face às médias nacionais. No entanto, é de destacar algum retrocesso, ou uma evolução menos positiva ao nível da cobertura das políticas sociais, em especial na saúde. Destaque-se ainda o aumento significativo do desemprego e da desqualificação do emprego. No ensino obrigatório é ainda notório o aumento do insucesso e mesmo do abandono escolar, com todos os efeitos possíveis ao nível de um certo mal-estar social, em especial a par de um aumento da criminalidade.
- No plano económico e de performance da RLVT, é de salientar uma evolução positiva. Os indicadores da formação e da educação destacam a Região ao nível nacional, enquanto internacionalmente ainda fica muito aquém das médias das principais regiões capitais da EU. A RLVT continua a ser uma Região muito utilizadora e consumista e pouco criadora. É necessário potenciar a criação de novas competências atractivas, invertendo a actual lógica de receber muito de fora e dar pouco. De alguma forma pode-se afirmar que já foi ultrapassada a fase menos exigente, e que é agora necessário avançar para uma nova fase, que passa por uma maior especialização, que não assente apenas na especialização terciária, já suficientemente desenvolvida nesta Região.
- A nova aposta deverá passar essencialmente por um aumento nos níveis das habilitações, em especial médio e superior, pois constitui ainda uma importante restrição sobre o seu potencial de crescimento futuro, sendo que as trajectórias seguidas dentro da Região apresentam ainda diferentes realidades intra-regionais. O nível médio de vida nesta Região, medido através do PIB per capita, continua a superar a média nacional, mas ainda longe das capitais da EU. Este afastamento da média nacional tem que ser enquadrado com o verdadeiro peso da Região ao nível da sua capacidade de criação de riqueza, pois que

A. 2 - POSICIONAR A RLVT Caracterização da Situação

a especialização industrial da Região é bem mais favorável que no resto do país, assim como a diversificação do comércio internacional.

- Quanto à Inovação, em especial as actividades de I&D, a Região parece ter também uma evolução positiva, ao ultrapassar 1% do PIB regional (enquanto o país está nos 0,87%) em despesas de I&D. Este valor revela que “massa crítica” já existe e que a partir de agora poderá ser mais fácil atingir valores mais próximos das médias europeias. É importante que as empresas continuem cada vez mais a apostar em projectos de I&D e de transferência de tecnologia, para os quais os Fundos Comunitários podem ainda contribuir em muito.

Em conclusão, a RLVT enquanto principal região do país não pode perder capacidade atractiva em termos nacionais e, em particular, internacionais. Assim, terá de se apostar mais na melhoria da qualidade ambiental, na qualificação das pessoas em termos de educação e formação profissional, na medicina preventiva, na valorização de factores-chave de competitividade da Região e no acréscimo de actividades de I&D, particularmente em projectos desenvolvidos em parceria com empresas.

A. 2 - POSICIONAR A RLVT

Caracterização da Situação

b) Semáforos

Este ponto do Relatório II pretende caracterizar, de uma forma sintética e gráfica, o posicionamento relativo e a evolução recente da RLVT em cada um dos domínios de monitorização, de acordo com as dimensões de análise seleccionadas para este projecto.

Este exercício, baseado numa apreciação qualitativa do desempenho relativo dos vários indicadores, permite, com base numa leitura visual, monitorizar de forma simples o comportamento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (ver Caixa nº1).

Figura 1
Tipologia de sistematização dos indicadores de monitorização

Com o objectivo de facilitar a apreensão dos resultados obtidos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, construiu-se uma tipologia de classificação dos diferentes indicadores utilizados que permite posicionar a Região e caracterizar a sua evolução recente:

POSIÇÃO ACTUAL		EVOLUÇÃO RECENTE	
A classificação relativa à posição actual avalia a actual performance da Região em comparação, conforme o âmbito do indicador, com a média do espaço nacional ou com a média da União Europeia. Recorre à seguinte simbologia:		A classificação relativa à evolução recente analisa o sentido da variação recente comparativamente à evolução verificada, conforme o âmbito do indicador, no espaço nacional ou no conjunto da União Europeia. Recorre à seguinte simbologia:	
	Indica um posicionamento mais favorável do que a média		Indica uma evolução recente positiva da Região
	Indica um posicionamento semelhante à média		Indica uma relativa estabilização da evolução da Região
	Indica um posicionamento menos favorável que a média		Indica uma evolução recente negativa da Região

A. 2 - POSICIONAR A RLVT

Caracterização da Situação

Figura 2
Tabela Síntese da monitorização dos Domínios por Dimensões e Sub-dimensões de Análise

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
B	Domínio Território		
B.2	Ordenamento do Território		
B.2.1	Conservação e preservação ambiental	●	↑
B.2.2	Organização do território	●	↓
B.3	Qualidade de Vida		
B.3.1	Qualidade ambiental geral	●	↑
B.4	Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção		
B.4.1	Atractividade	●	=
B.4.2	Conectividade	●	↑
C	Domínio Pessoas		
C.2	Recursos Humanos		
C.2.1	Educação	●	↓
C.2.2	Formação profissional	●	↓
C.2.3	Emprego e Desemprego	●	↓
C.3	Ordenamento do Território		
C.3.1	Cultura	●	=
C.4	Qualidade de Vida		
C.4.1	Bem-estar físico	●	↓
C.5	Coesão Social		
C.5.1	Polarização dos rendimentos	●	↑
C.5.2	Pobreza	●	↑
D	Domínio Organizações		
D.1	Sub-domínio Competitividade e Internacionalização		
D.1.2	Dinâmica Económica		
D.1.2.1	Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade	●	=
D.1.2.2	Dinâmica empresarial e de emprego	● / ●	↑
D.1.3	Competitividade Internacional		
D.1.3.1	Especialização produtiva	●	=
D.1.3.2	Grau de abertura	●	↑
D.1.3.3	Posição competitiva	●	=
D.1.4	Factores de Crescimento		
D.1.4.1	Dinâmica de investimento	●	=
D.1.4.2	Formação de recursos humanos	●	↑
D.2	Sub-domínio Inovação		
D.2.2	Actividade de I&D	●	=
D.2.3	Apoio Tecnológico	●	↑
D.2.4	Transferência de Tecnologia	●	↓

A. 2 - POSICIONAR A RLVT

Caracterização da Situação

Figura 3
Tabela Síntese da monitorização dos Domínios por Indicadores

DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
B	DOMÍNIO TERRITÓRIO	
B.2	Ordenamento do Território	
B.2.1	Conservação e preservação ambiental	
	<i>Investimento autárquico:</i>	
	- Despesas das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e paisagem	●
		↑
B.2.2	Organização do território	
	<i>Mercado imobiliário:</i>	
	- Valor das transações	●
		↑
	- Crédito à habitação	●
		↓
B.3	Qualidade de Vida	
B.3.1	Qualidade ambiental geral	
	<i>Abastecimento de água:</i>	
	- Grau de cobertura	●
		=
	- Consumo	●
		=
	- Despesas das Câmaras Municipais com protecção....	●
		=
	- Tratamento	●
		↑
	<i>Águas residuais</i>	
	- Grau de cobertura	●
		=
	- Produção	●
		↓
	- Tratamento: % população	●
		↑
	- Tratamento: % água	●
		↑
	<i>Resíduos sólidos</i>	
	- Grau de cobertura	●
		=
	- Produção	●
		=
	- Recolha selectiva	●
		↑
	- Despesas das Câmaras Municipais com gestão	●
		↑
	- Reciclagem: % total de resíduos	●
		↑
	- Reciclagem <i>per capita</i>	●
		↑
	<i>Electricidade</i>	
	- Consumo	●
		↓
B.4	Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção	
B.4.1	Atractividade	
	<i>A nível nacional</i>	
	- Dormidas hóspedes nacionais: total/1000 hab.	●
		↑
	- Dormidas hóspedes nacionais: n.º médio/hóspede	●
		=
	<i>A nível internacional</i>	
	- Levantamentos internacionais caixas Multibanco	●
		=
	- Dormidas hóspedes estrangeiros: total/1000 hab.	●
		=
	- Dormidas hóspedes estrangeiros: n.º médio/hósp.	●
		=
B.4.2	Conectividade	
	<i>Tele-serviços</i>	
	- Televisão por cabo: assinantes	●
		↑
	- Caixas Multibanco	●
		↑
	<i>Inserção internacional</i>	
	- Comércio internacional	●
		=

A. 2 - POSICIONAR A RLVT

Caracterização da Situação

C	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO/INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
	DOMÍNIO PESSOAS		
C.2	Recursos Humanos		
C.2.1	Educação		
	- Retenção por níveis de ensino	●	↑
	- Abandono escolar	●	=
	- Alunos por ciclo de ensino	●	↑
	- Ensino universitário	●	↑
C.2.2	Formação profissional		
	- Alunos em ensino profissional	●	↓
C.2.3	Emprego e Desemprego		
	- Taxa de actividade média anual	●	↑
	- Capacidade empregadora regional	●	↓
	- Taxa de feminização do emprego	●	↑
	- Índice de envelhecimento da mão-de-obra	●	↑
	- Escolarização da mão-de-obra	●	↑
	- Trabalhadores com contrato a termo certo	●	↑
	- Trabalhadores a tempo parcial	●	↑
	- Remunerações	●	↑
	- Desemprego	●	↑
C.3	Ordenamento do Território		
C.3.1	Cultura		
	- Despesa Autárquica em actividades culturais	●	=
	- Espectadores de cinema	●	=
C.4	Qualidade de Vida		
C.4.1	Bem-estar físico		
	- Taxa média de mortalidade infantil	●	=
	- Médicos por 1000 habitantes	●	↓
	- Peso dos casos e mortes de SIDA	●	↑
	- Taxa de criminalidade	●	↑
C.5	Coesão Social		
C.5.1	Polarização dos rendimentos		
	- Receitas dos agregados familiares	●	↑
	- Remunerações	●	↑
C.5.2	Pobreza		
	- Pensionistas	●	↑
	- Beneficiários do RSI	●	↑

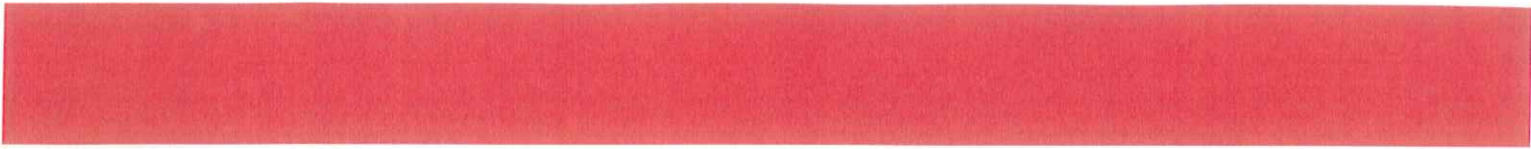
A. 2 - POSICIONAR A RLVT

Caracterização da Situação

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO/INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
D	DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES		
D.1	SUB- DOMÍNIO COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO		
D.1.2	Dinâmica Económica		
D.1.2.1	Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade		
	- Dimensão populacional da Região (%pop. Nac.) – Posição face à média da UE	●	↑
	- Dimensão económica da Região (% VAB nac.) - Posição face à média da UE	●	=
	- PIB <i>per capita</i> nas regiões capitais da EU - Posição face à média da UE	●	↑
	- PIB <i>per capita</i> comparação com a média nacional	●	=
	- Produtividade	●	=
	- Taxa de utilização de recursos humanos	●	=
	- Trajectórias de competitividade (produtividade <> tx util. RH)	●	=
D.1.2.2	Dinâmica empresarial e de emprego		
	- Taxa de actividade	●	↑
	- Taxa de variação do emprego	●	↑
	- Taxa de desemprego	●	↓
	- Taxa de desemprego de longa duração	●	=
D.1.3	Competitividade Internacional		
D.1.3.1	Especialização produtiva		
	- Indicador de especialização produtiva	●	=
	- Produtividade sectoriais	●	=
D.1.3.2	Grau de abertura		
	- Peso das exportações e expedições no PIB	●	↑
	- Taxa de abertura	●	↑
	- Orientação para o mercado externo	●	↑
	- Peso da Região LVT no país – Comércio internacional	●	=
D.1.3.3	Posição competitiva		
	- Especialização produtiva por factores-chave de competitividade	●	=
	- Especialização relativa de comércio internacional da Região	●	=
D.1.4	Factores de Crescimento		
D.1.4.1	Dinâmica de investimento		
	- Taxa de investimento	●	↓
	- Taxas de investimento sectorial	●	=
D.1.4.2	Formação de recursos humanos		
	- Habilitações escolares	●	↑
	- Nível educacional – Posição face à média da UE	●	=
D.2	SUB-DOMÍNIO INOVAÇÃO		
D.2.2	Actividade de I&D		
	- Despesas em I%D em % do PIB e pessoal em I&D em 5 da população – face à média EU	●	=
	- Despesas em I%D em % do PIB e pessoal em I&D em 5 da população – face à média nacional	●	=
	- Patentes registadas na Região– face a média EU	●	↑
	- Patentes registadas na Região– face a média nacional	●	↑
D.2.3	Apoio Tecnológico		
	- Entidades acreditadas	●	↑
	- N.º de empresas certificadas	●	↓
D.2.4	Transferência de Tecnologia		
	- N.º de projectos em consórcio	●	↓

DOMÍNIO TERRITÓRIO

B



100



■ **Apreciação geral**

A análise do comportamento dos indicadores do domínio de monitorização “Território” entre 2000 e 2001 (ou para datas posteriores, nos casos em que foi possível) sugere os seguintes comentários de ordem geral:

- 1- A Região caracterizou-se por uma evolução globalmente positiva, tendo melhorado em vários dos aspectos analisados. Contudo, essa evolução foi desigual em termos sectoriais e geográficos, e o ritmo do progresso nem sempre se traduziu por uma aproximação da Região às respectivas médias nacionais.
- 2- Prosseguiu a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água, de tratamento do caudal de água captado para esse efeito, e de sistemas de recolha de resíduos sólidos. As assimetrias intra-regionais são, hoje, relativamente ténues nestes domínios, embora persistam bolsas problemáticas em diversos municípios. Taxas de cobertura concelhias próximas dos 100% devem constituir uma meta prioritária a concretizar a curto prazo nestes três casos. Já a generalização da cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais está mais atrasada, com destaque para vários municípios do Vale do Tejo.
- 3- Aumentaram as despesas das autarquias por habitante com protecção da biodiversidade e das paisagens (12,3%) e com a gestão (recolha e tratamento) de resíduos (4,8%), mas não com a protecção do recurso água (-0,5%). A evolução observada é preocupante, dado que o ritmo de evolução do primeiro indicador, embora significativo, ficou aquém da média do país e as capitações dos dois outros indicadores são inferiores às respectivas capitações nacionais. Por outro lado, continuam a existir fortes assimetrias intra-regionais quanto às despesas das autarquias por habitante servido em cada um destes domínios.
- 4- O tratamento de águas residuais e a recolha selectiva e reciclagem de resíduos tiveram, para o conjunto da Região, variações positivas bastante significativas e quase sempre superiores às que se observaram para o conjunto. Esta evolução positiva entre 2000 e 2001 acentuou-se, aliás, nos anos mais recentes como resultado dos investimentos apoiados no âmbito da Medida 1.2 do Programa Operacional Regional. Em 2001 persistiam, no entanto, disparidades intra-regionais acentuadas. De uma forma geral, a sub-região da Grande Lisboa destaca-se positivamente das restantes. A Península de Setúbal apresenta resultados sectorialmente muito contrastados (relativamente positivos em termos de recolha selectiva e reciclagem de resíduos, mas desfavoráveis no que se refere ao tratamento de águas residuais). Embora os

concelhos com situação mais deficitária se repartam pelas cinco NUT III da Região, a Lezíria do Tejo e o Oeste são as sub-regiões com maiores carências nestes dois domínios.

5- Os indicadores de pressão sobre o ambiente e o território (dinamismo do mercado habitacional, consumo de água e electricidade, produção de águas residuais e de resíduos sólidos por habitante) revelam, para o conjunto da Região, taxas de variação moderadas, negativas ou positivas mas sempre menos acentuadas do que as que se observaram a nível nacional. Embora uma leitura desagregada por concelhos permita identificar uma evolução mais intensa nas áreas com maior poder de compra, nos espaços periurbanos de feição ainda rural mas em integração metropolitana, e ao longo da faixa litoral, a imagem predominante da Região é a de um dinamismo relativamente contido face aos anos anteriores, consequência de um contexto macroeconómico que não foi muito favorável durante o período em análise.

6- Os indicadores de atractividade nacional e internacional confirmam a observação final do parágrafo anterior. Taxas de variação positivas muito baixas ou até negativas agravaram, à excepção de apenas um dos indicadores considerados, a distância das médias da Região em relação às respectivas médias nacionais. Esta divergência é sobretudo problemática tendo em conta que a RLVT, enquanto principal região do país, não pode perder capacidade atractiva em termos nacionais e, em particular, internacionais. No seu interior, é sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (cidade de Lisboa, vários concelhos da Península de Setúbal) que se notam alguns dos sinais de alerta mais críticos, correspondendo à desaceleração ou mesmo inflexão de tendências positivas previamente dominantes.

7- As disparidades intra-regionais (inter-concelhias) diminuíram em quase todos os indicadores. Este resultado, globalmente positivo, resulta, no entanto, de duas evoluções distintas: por um lado, corresponde à generalização, a um maior número de concelhos, das situações mais positivas, como sucede, por exemplo, com os indicadores de cobertura; mas, por outro lado, traduz o recuo, por desaceleração ou quebra absoluta, de algumas das situações mais favoráveis. A convergência inter-concelhia verificada entre 2000 e 2001 na Região de Lisboa e Vale do Tejo reflecte, portanto, duas componentes distintas: a primeira, mais importante e positiva, de real coesão territorial; a segunda, secundária e desfavorável, de nivelamento por retrocesso de algumas das situações mais avançadas.

▪ **Apreciação específica**

B.2. Ordenamento do Território

B.2.1. Conservação e preservação ambiental

- Despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens

O total de euros por habitante despendidos pelo conjunto das Câmaras Municipais da Região durante 2001 neste domínio (5,85, contra 5,21 no ano anterior), o qual, lembre-se, está muito associado ao combate aos fogos florestais, subiu a um ritmo significativo (variação percentual de 12,3%) mas ainda assim um pouco inferior à evolução verificada ao nível nacional (+17,0%). Mantêm-se fortes disparidades no interior da Região e até da mesma sub-região, como sucede no Médio Tejo. Sublinhe-se que a inexistência de dados para quatro municípios do arco ribeirinho da Península de Setúbal e três da Lezíria do Tejo dificulta uma leitura equilibrada da incidência deste indicador na Região.

B.2.2. Organização do território

a) Dinâmica do imobiliário

- Valor dos prédios transaccionados

Manteve-se, entre 2000 e 2001, a tendência para o recuo do valor dos prédios transaccionados na Região (2500 e 2420 euros por habitante, respectivamente, isto é, uma diminuição de 3,2%). Contudo, o decréscimo regional foi agora menos intenso e decorre, no essencial, do comportamento da sub-região da Península de Setúbal (-14,9%), já que ao nível das restantes sub-regiões se verifica uma tendência para a relativa estabilidade (Médio Tejo, Grande Lisboa) ou mesmo melhoria (Oeste e, sobretudo, Lezíria do Tejo). Uma análise da distribuição deste indicador por concelho revela a persistência de uma forte incidência metropolitana, pois concentram-se aqui as capitações superiores, de 3-4 mil euros, envolvendo áreas intensamente urbanizadas (eixo Cascais-Lisboa, por exemplo) mas também municípios periurbanos de feição rural (Mafra, Sesimbra e concelhos da Margem Esquerda mais afectados pelo impacte da Ponte Vasco da Gama: Alcochete, Benavente e Palmela). Sublinhe-se que o município de Oeiras atinge uma capitação particularmente elevada, de quase 5100 euros, ou seja, um valor superior ao dobro da média da Região.

- Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho

O crédito à habitação concedido localmente per capita diminuiu, para o conjunto da Região, apenas 0,52%, mantendo-se um pouco abaixo dos 1850 euros. Este valor oculta, no entanto, uma quebra

generalizada e muito significativa (próxima ou superior a 20%) na maior parte dos concelhos. Na verdade, apenas em quatro municípios se verificou uma evolução positiva (Lisboa, Constância, Entroncamento e Golegã), e são os valores elevados de Lisboa (acréscimo de 50%) que justificam, em boa medida, que a variação média regional apenas seja ligeiramente negativa. As capitações municipais de 2001 estão, em muitos casos, próximas ou são mesmo inferiores às que se observaram em 1999, reflectindo bem a crise que afectou a Região durante aquele ano. Em termos relativos, a incidência desta crise foi particularmente marcada em diversos municípios suburbanos de ambas as margens do rio Tejo (Loures, Odivelas, Sintra, Alcochete, Seixal, etc.).

B.3. Qualidade de Vida

B.3.1. Qualidade ambiental geral

a) Abastecimento de água

- Cobertura: % de população com acesso domiciliário a água

O acesso domiciliário a água é praticamente universal na Região, sendo a taxa de cobertura bastante superior à média nacional (99,1% e 90,4%, respectivamente). Face a este panorama positivo, o concelho do Montijo destaca-se de forma desfavorável, dado o baixo valor percentual que apresenta (86%). Também os municípios de Coruche, Palmela e Salvaterra de Magos, com taxas de cobertura da ordem dos 95%, revelam resultados algo insatisfatórios no contexto regional.

- Consumo: total de consumo doméstico de água por habitante servido (m³)

O consumo doméstico anual de água por habitante servido na Região aumentou muito ligeiramente (menos de 1%) entre 2000 (114,8 m³) e 2001 (115,6 m³), mantendo-se a ocorrência de capitações concelhias muito distintas (valor máximo: 208 m³, em Lisboa; valores mínimos: Óbidos, Almeirim, Alpiarça e Salvaterra de Magos, todos com resultados inferiores a 60 m³). As capitações mais elevadas (superiores a 130 m³) continuam a associar-se a dois padrões de consumo distintos: concelhos urbanos com maior poder de compra médio (Lisboa e Cascais, por exemplo) e municípios onde parte do consumo doméstico de água se destina a apoiar actividades agrícolas de natureza familiar (Lourinhã, Alenquer, Rio Maior, Ferreira do Zêzere, Sesimbra).

- Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante servido

O total anual de euros por habitante servido dispendidos pelo conjunto das Câmaras Municipais da Região diminuiu de forma muito ténue entre 2000 (18,1 euros) e 2001 (18,0 euros), posicionando-se,

nesta última data, um pouco aquém da média nacional (19,0 euros). A manutenção do valor médio da capitação regional oculta, contudo, evoluções sub-regionais distintas. Nas duas NUT III do Vale do Tejo as capitações diminuíram pelo segundo ano consecutivo, e agora a um ritmo mais acentuado (decréscimos superiores a 30% em ambos os casos). Pelo contrário, o valor médio da Península de Setúbal revela uma melhoria considerável desde 1999, alcançando em 2001 um resultado que se aproxima dos 38 euros por habitante. A baixa capitação média da sub-região da Grande Lisboa não merece credibilidade, dado que a maior parte dos municípios que a integram não disponibilizou informação relativa a este indicador. São, portanto, duas as preocupações que ressaltam da análise deste indicador: a ausência de informação para nove concelhos da Região e o recuo das capitações verificado em 23 dos 42 municípios para os quais existem dados disponíveis, o que pode revelar um desinvestimento relativo das autarquias num domínio de extrema importância para a saúde e a qualidade de vida da população.

- *Tratamento: % de caudal captado sujeito a tratamento*

É bastante positiva, em 2001, a situação da Região no que se refere ao tratamento do caudal captado para abastecimento humano: 90,7% (89,2% em 2000) foi sujeita a tratamento. 46 das 51 autarquias da Região afirmaram garantir taxas de tratamento de 100%. Persistem, no entanto, situações menos favoráveis em três municípios (Alcanena, Peniche e Torres Novas), com particular destaque para este último, onde a percentagem de caudal tratado, embora em melhoria, não ultrapassa ainda os 36,2% (28% em 2000).

b) Drenagem e tratamento de águas residuais

- *Cobertura: % de população servida com sistemas de drenagem de águas residuais*

Foi muito reduzido o progresso verificado neste domínio, na Região, entre 2000 e 2001, tendo o grau de cobertura passado de 91,0% para 91,4%. Por outro lado, a melhoria observada fez-se sentir de forma relativamente uniforme na Região, pelo que persistem assimetrias relevantes entre sub-regiões e entre concelhos. Na NUT III Grande Lisboa a cobertura é praticamente total. As NUT III do Vale do Tejo, pelo contrário, concentram a maior parte das situações mais problemáticas, isto é, taxas de cobertura inferiores a 60%, valores claramente inaceitáveis para um país desenvolvido. Ourém e Tomar (Médio Tejo) apresentam taxas inferiores a 40% e três municípios da Lezíria do Tejo (Chamusca, Coruche, Rio Maior) exibem valores compreendidos entre os 49% e os 55%.

- Produção: água residual produzida por habitante servido

Foi de 74,4 m³ o valor médio de água residual produzida na Região por habitante servido. Tomado como indicador de pressão ambiental, este valor reflecte um agravamento de 4,6% em relação ao ano anterior, uma evolução apesar de tudo bem menos desfavorável do que a ocorreu entre 1999 e 2000 (21%). Ao nível das sub-regiões, apenas no Oeste diminuiu o número médio de m³ de água residual produzida por habitante servido (decréscimo de 10,4%). As capitações mais elevadas ocorrem sobretudo em concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Mas também Lourinhã (Oeste), Alcanena e Tomar (Médio Tejo) e Chamusca (Lezíria do Tejo) apresentam valores bem superiores às médias nacional e regional, justificados, por certo, por uma indesejável mistura entre consumos de água domésticos e produtivos (agricultura, indústria) efectuados no âmbito de actividades de natureza familiar.

- Tratamento: % de população servida com estações de tratamento de águas residuais

Foi generalizada, embora com ritmos bastante diversificados, a melhoria da % de população servida com estações de tratamento de águas residuais. Ao nível da Região acelerou-se a tendência positiva dos anos anteriores, estando em 2001 67,1% da população (60,5% em 2000) servida pelas referidas estações de tratamento. A sub-região da Grande Lisboa continua a destacar-se de forma positiva, tendo ultrapassado os 88%. No pólo oposto, a Península de Setúbal apresenta uma média muito baixa (30%). As situações mais deficitárias (municípios com valores percentuais inferiores a 15%) repartem-se, no entanto, pelas cinco sub-regiões: Bombarral (Oeste), Vila Franca de Xira (Grande Lisboa), Moita e Setúbal (Península de Setúbal), Ourém (Médio Tejo) e Alpiarça, Cartaxo, Coruche e Salvaterra de Magos (Lezíria do Tejo).

- Tratamento: % de água residual doméstica sujeita a tratamento

Foi bastante significativa a melhoria ocorrida, neste domínio, entre 2000 (57,4%) e 2001 (72,6%) – isto é, uma variação positiva superior a 26%, embora o valor médio da Região se mantenha três pontos percentuais abaixo da média nacional. Este é o único indicador em que a NUT III Médio Tejo ocupa, há vários anos, a posição mais favorável no contexto da Região, apesar do resultado bastante negativo alcançado pelo município de Ourém (8,8%) A melhoria relativa mais significativa ocorreu, no entanto, na Grande Lisboa, cuja média ultrapassou os 82%, aproximando-se do Médio Tejo. Já a sub-região da Península de Setúbal continua a ocupar o lugar menos favorável (39,8%). Nove municípios da Região apresentam taxas claramente deficitárias (inferiores a 15%): Arruda dos Vinhos e Bombarral (Oeste), Moita e Vila Franca de Xira (Grande Lisboa), Setúbal (Península de Setúbal), Ourém (Médio Tejo) e Alpiarça, Cartaxo e Coruche (Lezíria do Tejo).

c) Recolha e reciclagem de resíduos sólidos

- Cobertura: % de população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos

É já bastante favorável a situação da Região no que se refere ao grau de cobertura por sistemas de recolha de resíduos sólidos: cerca de 98% da população tem acesso directo a este tipo de recolha e quase 70% das autarquias garantem taxas de cobertura de 100% nos territórios que administram. Face a este panorama maioritariamente favorável, são as situações menos positivas que ganham relevo: Ourém, Tomar e Salvaterra de Magos, com taxas de cobertura de 95%, continuam a ocupar as últimas posições neste domínio.

- Recolha: resíduos sólidos urbanos recolhidos por habitante servido

O total de resíduos sólidos urbanos recolhidos anualmente na Região por habitante servido aumentou apenas 1% entre 2000 (535,7 kg) e 2001 (541,2 kg), mantendo-se bem acima dos valores médios nacionais (475,6 kg em 2001). A maior parte dos municípios apresentam capitações entre os 400 e os 600 kg. De entre os que alcançam valores mais elevados, Alcanena (cerca de 1357 kg/habitante), com uma significativa taxa de industrialização, ocupa a posição cimeira. Com médias superiores a 600 kg por habitante encontram-se concelhos que, possuindo perfis produtivos distintos, partilham entre si uma forte presença de actividades de restauração e hotelaria associadas a áreas de lazer e turismo: Nazaré, Peniche, Lourinhã, Cascais, Lisboa, Almada e Sesimbra.

- Recolha: % de resíduos sólidos urbanos com recolha selectiva

A percentagem de resíduos sólidos urbanos (RSU) com recolha selectiva, embora tenha melhorado na Região entre 2000 e 2001 (variação positiva de 10%), mantém-se a um nível modesto (3,6% em 2001) e aumentou a sua distância em relação à média nacional (3,9% em 2001, correspondendo a uma variação positiva de quase 20%). Ao nível das sub-regiões, os valores mais favoráveis cabem à Grande Lisboa (4,5%) e à Península de Setúbal (3,0%). Mas são sobretudo os concelhos de Lisboa e Oeiras que se destacam positivamente, ao ultrapassar o valor de 6%. Em situação oposta colocam-se os municípios onde a percentagem de RSU com recolha selectiva não atinge, sequer, 1%: Cadaval e Nazaré (Oeste), Sardoal (Médio Tejo) e Almeirim, Azambuja e Benavente (Lezíria do Tejo).

B. I - SÍNTESE

- *Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento)*

Entre 2000 e 2001 prosseguiu a tendência para o reforço das despesas correntes das autarquias da Região com a recolha e o tratamento de resíduos (variação positiva de 4,8%), sendo a capitação alcançada em 2001 (25,5 euros por habitante) idêntica à do país (25,7). Existem, contudo, disparidades intra-regionais relevantes. A sub-região da Península de Setúbal ocupa a posição globalmente mais favorável, verificando-se, no seu interior, capitações anuais perto (caso do concelho de Palmela) ou mesmo superiores (Montijo, Sesimbra e Setúbal) a 40 euros, enquanto o Oeste revela a situação mais frágil (sete concelhos com capitações inferiores a 15 euros). Em todas as sub-regiões se observam, no entanto, resultados contrastados entre os municípios que as integram.

- *Reciclagem: % de resíduos recolhidos posteriormente reciclados e vendidos*

Apenas 4,6% do total de resíduos recolhidos foram posteriormente reciclados e vendidos no ano de 2001. Apesar de corresponder a uma variação positiva de 15,2% em relação ao ano anterior, aquela percentagem é ainda muito baixa e, mesmo, inferior à média nacional (5,0%). A sub-região da Grande Lisboa emerge favoravelmente pela percentagem mais elevada que alcança em 2001 (5,7%) e ainda por exhibir a variação positiva mais acentuada face ao ano anterior (24,1%). A Lezíria do Tejo ocupa o último lugar, tanto em capitação como em taxa de variação; aliás, em quatro municípios desta sub-região a % de resíduos recolhidos posteriormente reciclados e vendidos não atinge, sequer, o valor de 1%. Os concelhos de Cascais (11,2%) e Setúbal (14,9%) são os que evidenciam um melhor comportamento neste domínio.

- *Reciclagem: materiais reciclados vendidos por habitante servido*

A evolução deste indicador acompanha de perto o anterior. Em 2001 foram reciclados e vendidos na Região 24,9 kg de resíduos sólidos por habitante servido, um aumento de 15,2% face ao ano anterior (21,6 kg), valores que superam ligeiramente os resultados obtidos para o conjunto do país. As sub-regiões que compõem a Área Metropolitana de Lisboa apresentam as capitações mais elevadas (30,2 e 27,5 kg, respectivamente na Grande Lisboa e na Península de Setúbal) e os municípios de Cascais (81,3 kg) e de Setúbal (71,4 kg) obtêm os resultados mais elevados. À Lezíria do Tejo cabe a situação menos favorável, com algumas capitações concelhias verdadeiramente irrelevantes (valores inferiores a 5 kg por habitante servido).

d) Electricidade

- *Consumo: total de consumo doméstico de energia por habitante servido*

A Região ultrapassou, em 2001, os mil kWh de consumo doméstico anual médio de energia por habitante servido (1,03 mil kWh), o que representa uma variação positiva de 5% em relação ao ano anterior. Estes resultados são, aliás, muito próximos dos que se observaram ao nível nacional. As capitações anuais não variam muito entre as várias sub-regiões, oscilando entre 1,06 mil kWh (Oeste) e 0,98 mil kWh (Médio Tejo). O valor máximo (1,48) é alcançado no concelho de Cascais, o que não surpreende dado o alto poder de compra médio que aí se observa. Já a maioria das capitações mais baixas ocorrem em municípios da Área Metropolitana de Lisboa com forte presença de subúrbios desqualificados e pobres (Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, na Grande Lisboa; Barreiro e Moita, na Península de Setúbal).

B.4. Melhoria das Condições de Mobilidade e Atractão

B.4.1. Atractividade

a) Nível nacional

- *Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes*

Manteve-se na Região, entre 2000 e 2001, o total de 694 dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, o que significa o agravamento da distância em relação à média nacional (966 dormidas em 2001, representando um aumento de 8,7% face ao ano anterior). Os resultados por sub-região mostram, contudo, que a estabilidade detectada para o conjunto da Região esconde dois tipos de comportamentos: recuo um pouco superior a 2% nas NUT III da Área Metropolitana de Lisboa e melhoria a rondar os 9% (Médio Tejo e Oeste) ou mesmo superior (Lezíria do Tejo: 13,6%) nas restantes sub-regiões. Não há alterações significativas quanto aos concelhos mais atractivos, que continuam muito associados ao turismo de sol e praia (Nazaré, Caldas da Rainha, Peniche, Cascais, Sesimbra), histórico-cultural (Lisboa, Tomar) e religioso (Ourém). As capitações mais elevadas são alcançadas nos concelhos de Lisboa (2213 dormidas por 1000 habitantes, um decréscimo de 4,1% em relação ao ano anterior) e Ourém (2365, um aumento de 18% face a 2000).

- *Número médio de dormidas por hóspede nacional*

Como no caso do indicador anterior, manteve-se a média regional entre 2000 e 2001 (1,88 dormidas por hóspede nacional) e acentuou-se negativamente a distância em relação à média nacional (2,24, em 2001).

À excepção da sub-região da Península de Setúbal, onde o número médio de dormidas por hóspede nacional revela uma tendência persistente para diminuir nos últimos anos (sobretudo no concelho de Almada), nas restantes NUT III observam-se ligeiros aumentos, inferiores a 1% no caso da Lezíria do Tejo e da Grande Lisboa mas a rondar os 2% no Médio Tejo e no Oeste. Os concelhos com resultados mais favoráveis sublinham a importância das actividades de turismo e lazer ao longo do litoral, e ainda de Alcanena, município onde os contactos de negócios justificam estadas com alguma expressão.

b) Nível internacional

- Caixas Multibanco: levantamentos internacionais por 1000 habitantes

Em 2002, o valor médio dos levantamentos internacionais efectuados em caixas Multibanco por 1000 habitantes na Região foi de 69 euros, representando uma taxa de variação positiva da ordem dos 3,5% face ao ano precedente. Os resultados a nível nacional são, no entanto, mais favoráveis tanto em termos de incidência relativa (89 euros por mil habitantes em 2002) como no que se refere à taxa de crescimento 2001-2002 (6,5%). É a sub-região da Grande Lisboa que apresenta um valor médio mais elevado (88 euros), beneficiando, nomeadamente, dos resultados obtidos nos municípios de Lisboa (190) e de Cascais (160). O valor máximo é, no entanto, alcançado na Nazaré (235), concelho que integra uma faixa litoral com resultados favoráveis, médio-elevados, que se estende para sul até ao município da Lourinhã.

- Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes

Não foi positiva a evolução do total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes entre 2000 e 2001: a média regional passou de 1561 dormidas para 1493, o que representa um decréscimo de 4,4%, ou seja, um pouco mais do dobro da diminuição verificada para o conjunto do país (-2%). Embora sem intensidade suficiente para alterar a geografia dos resultados obtidos por concelho em 2000, é de salientar que o Médio Tejo foi a única sub-região com comportamento globalmente positivo entre aquela data e 2001, resultado que se deve ao reforço da capacidade atractiva de Ourém, onde o total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes aumentou 4,4%, mantendo a terceira posição (5482 dormidas) mas agora mais perto de Lisboa (5793) e de Cascais (5748).

- Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro

A ligeira melhoria (2%) verificada na Região quanto ao número médio de dormidas por hóspede estrangeiro entre 2000 (2,69 dormidas) e 2001 (2,75) não foi suficiente para a aproximar, de forma significativa, da média nacional (4,78 em 2001). Embora com taxas de variação distintas por sub-região,

os valores mais favoráveis continuam a ocorrer em concelhos do litoral (Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras, Cascais, Almada e Sesimbra, todos com valores iguais ou superiores a 3,5 dormidas por hóspede estrangeiro), com a exceção, já recorrente, de Alcanena. As estadas mais demoradas de estrangeiros permanecem, pois, estreitamente associadas ao turismo de praia e sol.

B.4.2. Conectividade

a) Tele-serviços

- *Televisão por cabo: alojamentos cablados e assinantes*

A posição favorável da Região no contexto nacional continua a basear-se nos resultados das duas NUT III da área metropolitana de Lisboa, ambas ultrapassando, pela primeira vez, o valor simbólico de 250 assinantes por mil habitantes em 2003, ainda que no caso da Península de Setúbal se tenha observado uma nítida desaceleração a partir de 2001. De todos os indicadores do domínio de monitorização "Território", estes são os que maiores disparidades apresentam entre os vários concelhos da Região. A NUT III Oeste, e sobretudo as duas sub-regiões do vale do Tejo (aqui consideradas de forma conjunta), possuem taxas de penetração cerca de cinco vezes inferiores às que se verificam na AML. Refira-se, por outro lado, que as variações percentuais observadas para o conjunto da Região nos últimos anos têm sido inferiores às respectivas variações nacionais, pelo que diminuiu a distância entre a média regional (mais elevada) e a média do país

- *Total de caixas Multibanco por 1000 habitantes*

Prosseguiu na Região, entre 2001 e 2002, o aumento do total de caixas Multibanco por 1000 habitantes, embora a um ritmo menos acelerado (4,2% vs. 7,3% entre 2000-2001) e inferior à média nacional. Em 2002 a Região ultrapassou ligeiramente o valor de 1,1 caixas por 1000 habitantes, mantendo-se as assimetrias inter-municipais do ano anterior. O concelho de Lisboa continua a deter, de forma destacada, a primeira posição (quase 2,3 caixas por mil habitantes), enquanto em cinco municípios persistem valores muito baixos, entre 0,3 e 0,5 (Arruda dos Vinhos, Moita, Sesimbra e, sobretudo, Alpiarça e Ferreira do Zêzere).

b) Inserção internacional

- *Valor do comércio internacional intra e extra comunitário*

O valor do comércio internacional (intra e extra-comunitário) da Região por habitante reforçou-se ligeiramente (1,7%) entre 2000 e 2001, ainda que a um ritmo inferior ao que se verificou para o conjunto do país (2,7%), alcançando naquela segunda data uma capitação que permanece bastante superior à

B.1 - SÍNTESE

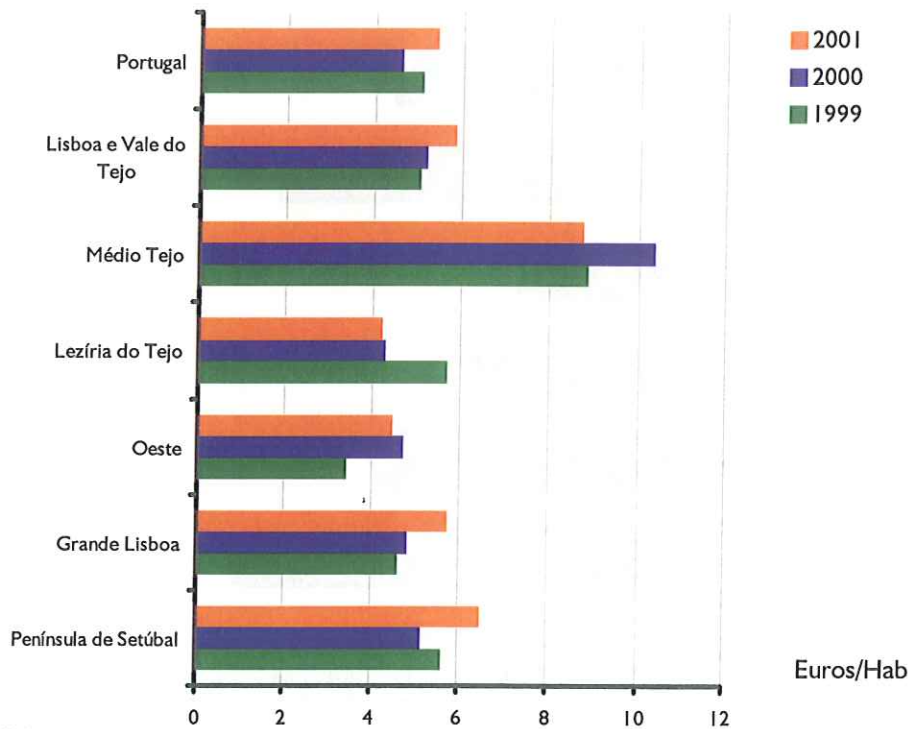
média nacional (11080 e 6906 euros por habitante, respectivamente). Apesar de ter registado um ligeiro recuo, a sub-região da Grande Lisboa continua a destacar-se claramente das restantes, obtendo uma capitação de 14750 euros. Nas outras quatro sub-regiões sobressaem, como no ano anterior, vários municípios com elevado grau de industrialização e/ou grandes unidades industriais (Palmela, Azambuja, Constância, Alcanena). Contudo, o impacte dos resultados das grandes unidades industriais condiciona, não raro, a leitura dos valores médios por sub-região. Na Península de Setúbal, por exemplo, o comportamento expansivo da AutoEuropa oculta as variações negativas (decréscimos perto ou mesmo superiores a 15%) ocorridas em vários concelhos: Barreiro, Moita, Seixal e Setúbal. Em sentido inverso, a retracção observada na indústria automóvel da Azambuja não permite reconhecer a evolução positiva da maior parte dos municípios da Lezíria do Tejo.

B.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

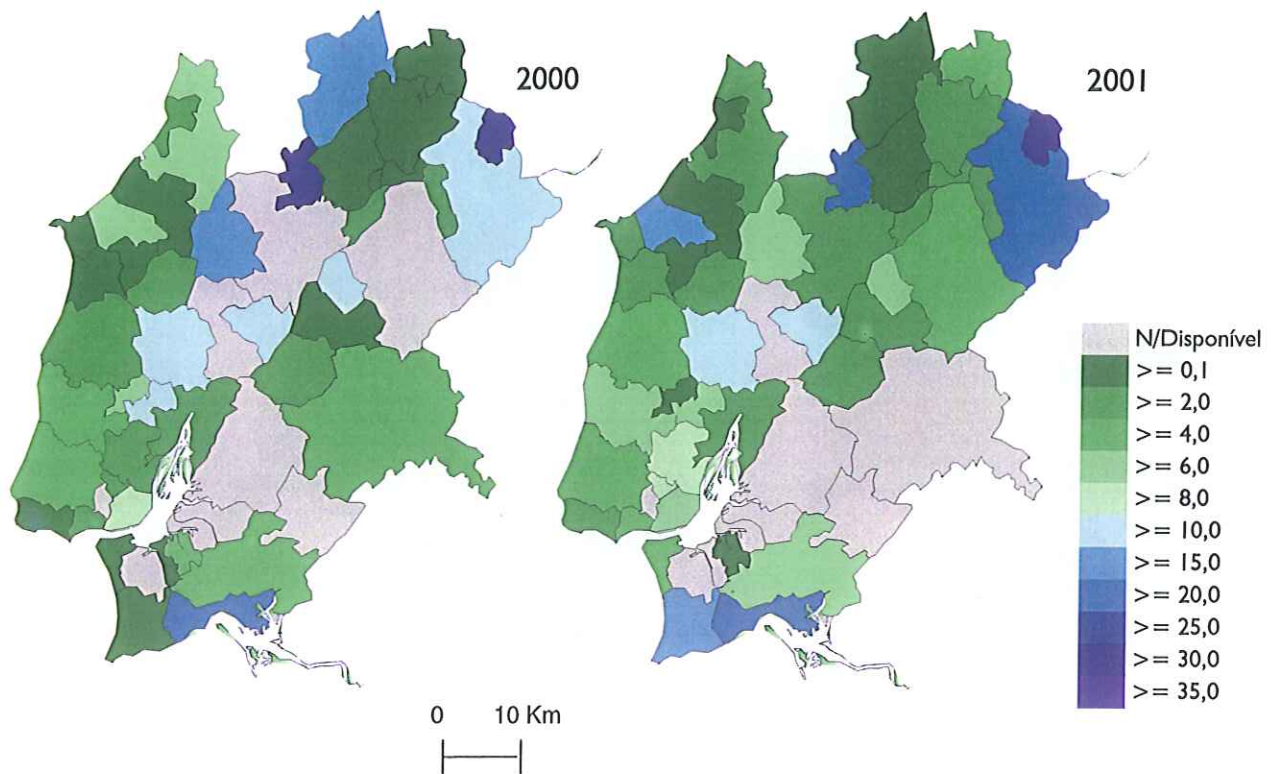
B.2.1 – Conservação e Preservação Ambiental

Gráfico I

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens



Fonte: INE



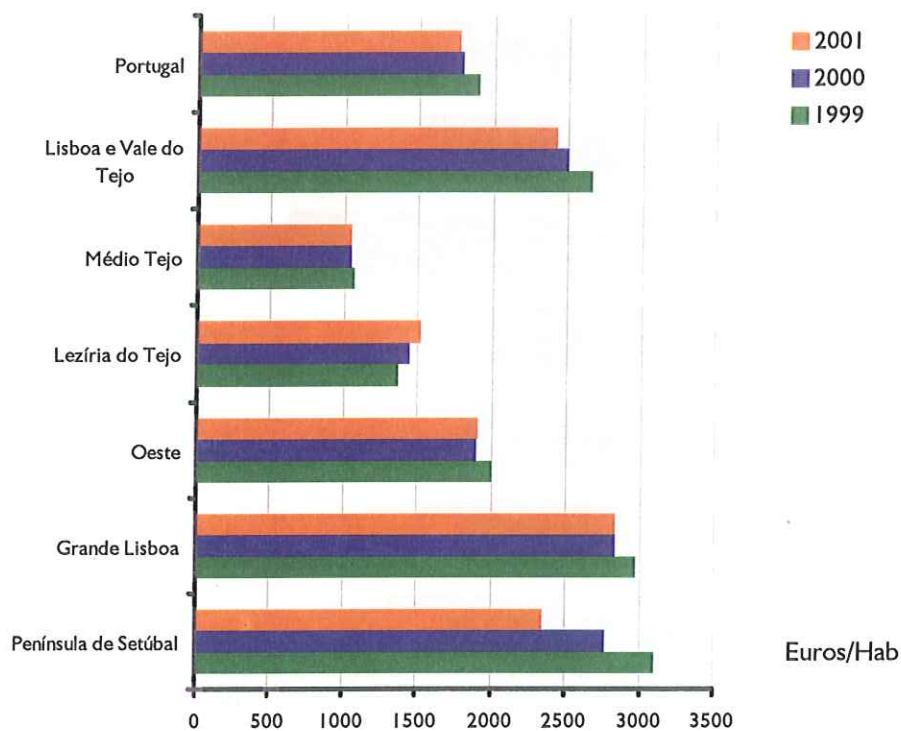
B.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

B.2.2 – Organização do Território

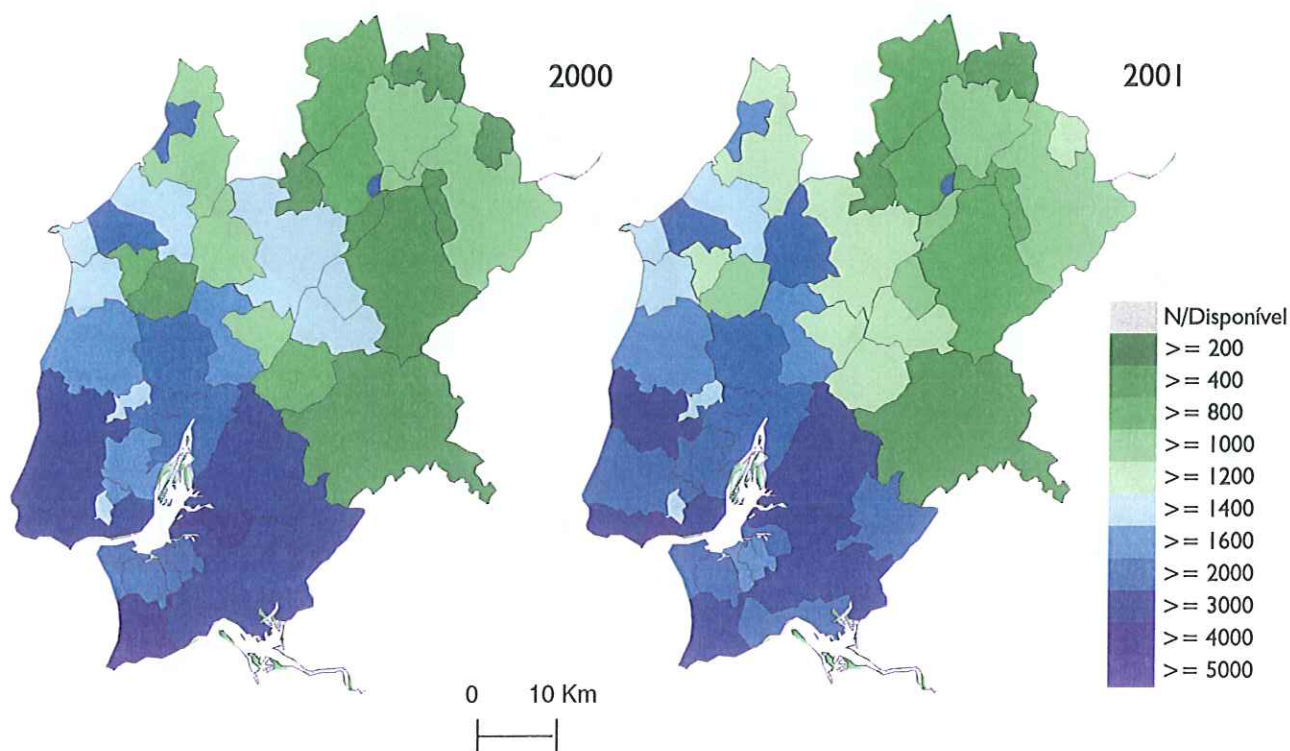
a) Dinâmica do mercado imobiliário

Gráfico 2

Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros)



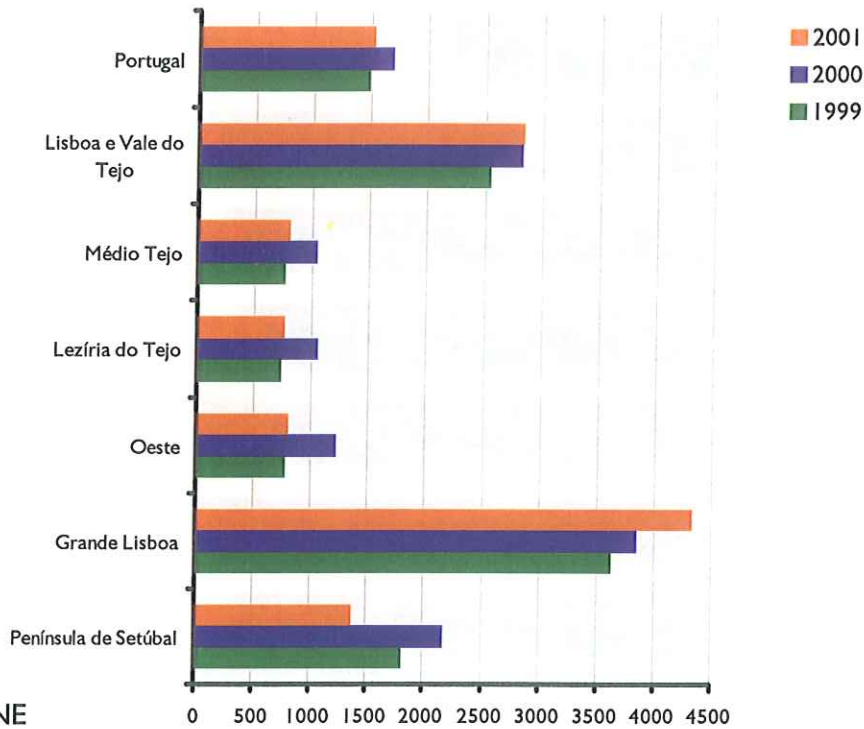
Fonte: INE



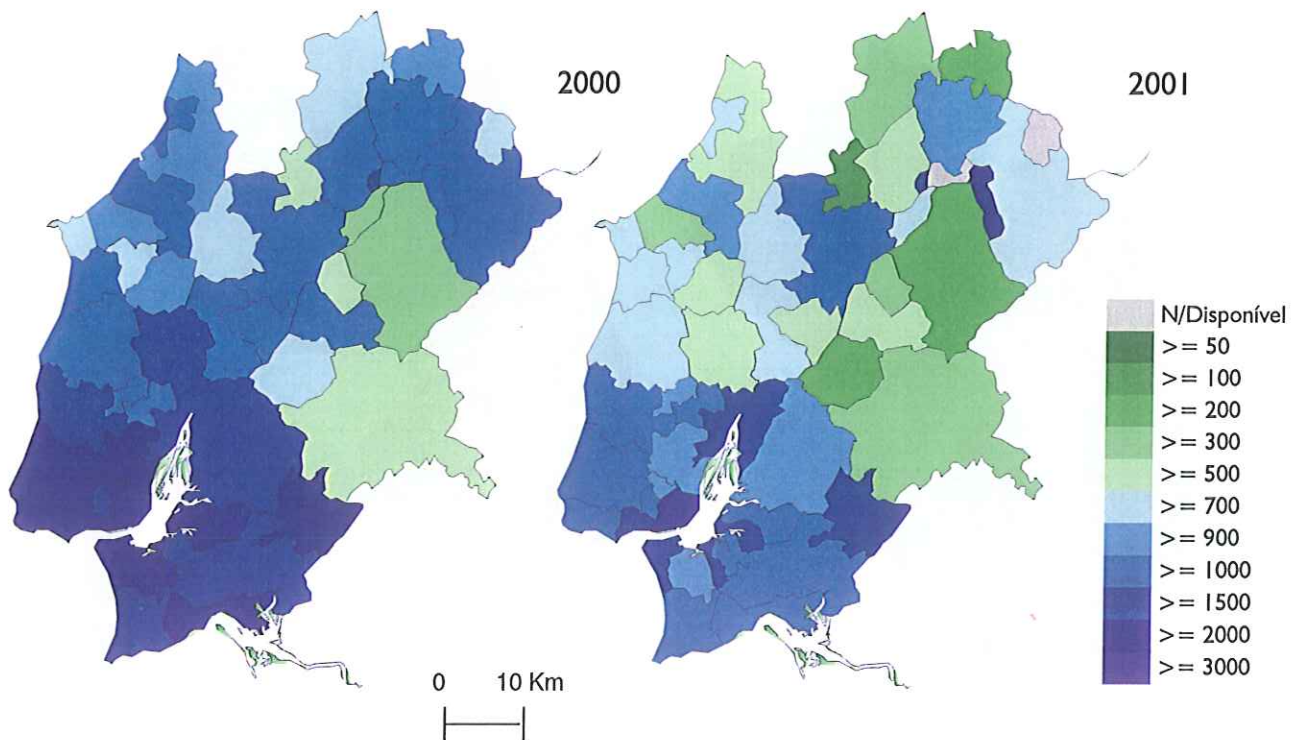
B.2 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
 B.2.2 – Organização do Território

Gráfico 3

Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros/habitante)



Fonte: INE

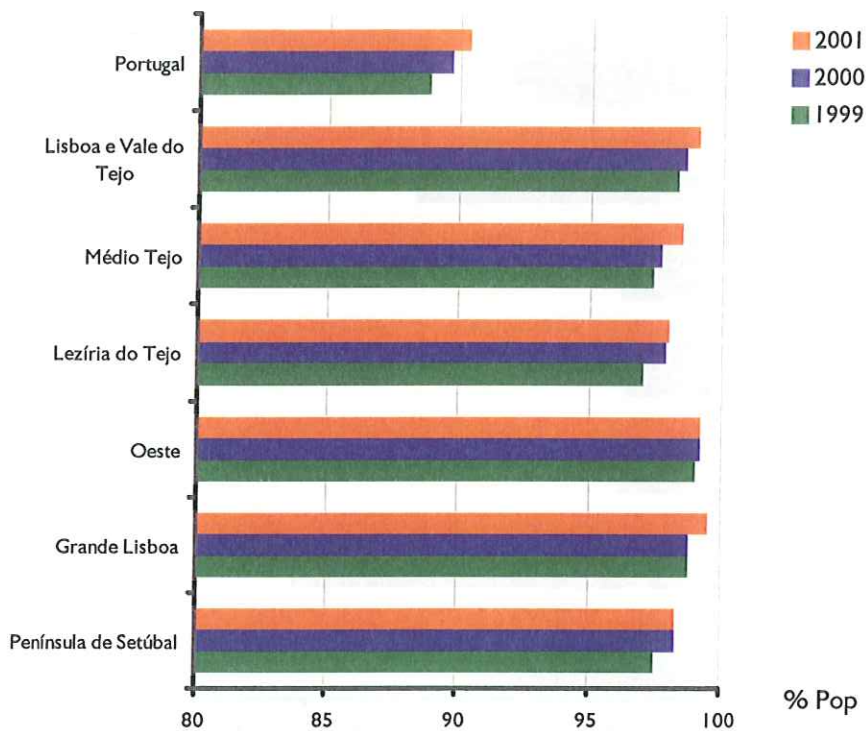


Nota: Os dados de 2000 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

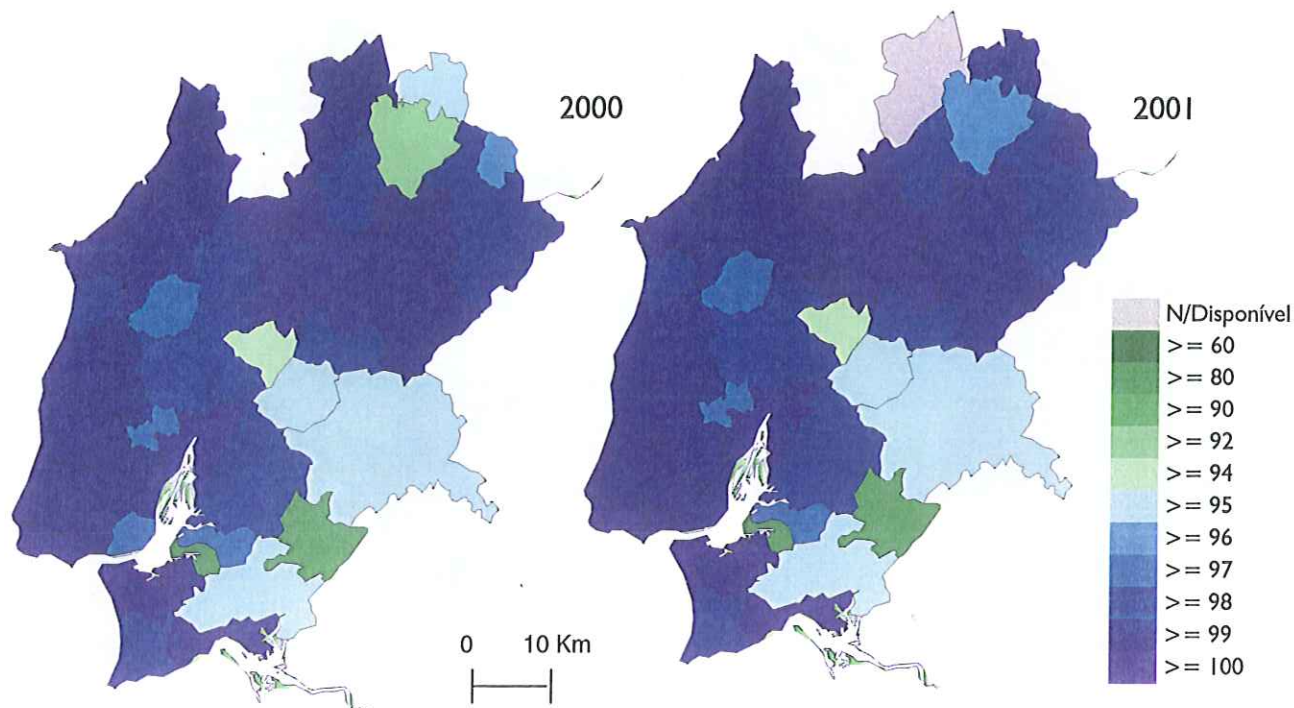
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 4

Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%)



Fonte: INE

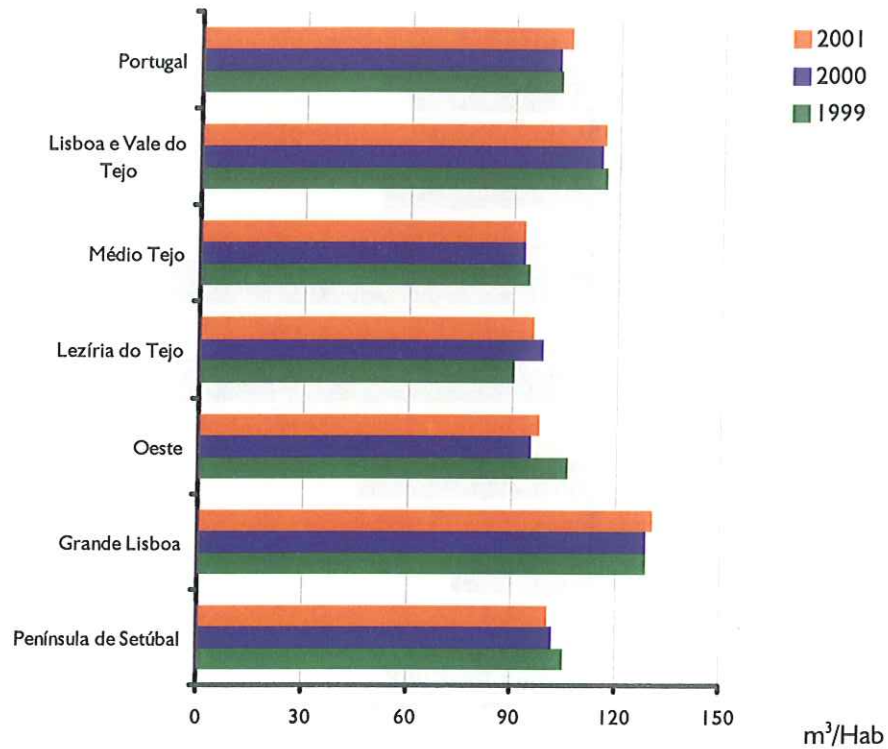


Nota: Os dados de 2000 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

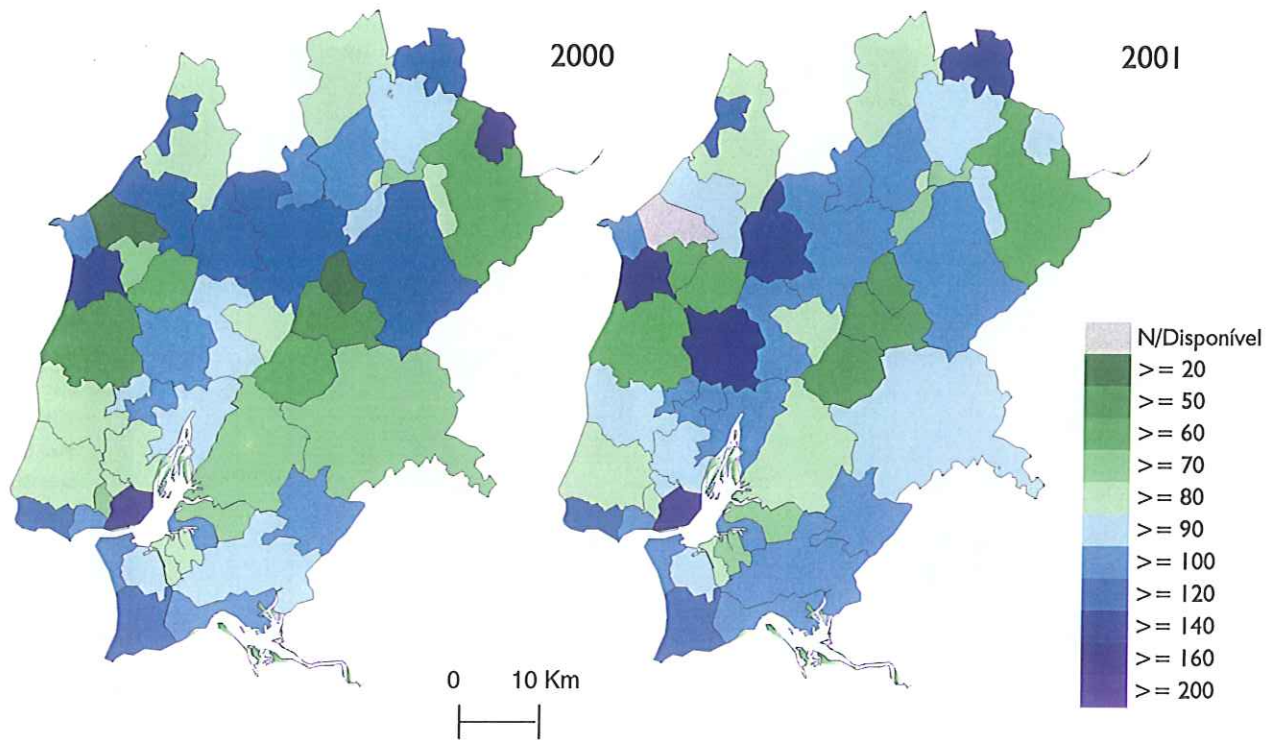
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 5

Consumo: consumo doméstico total por habitante servido (m³)



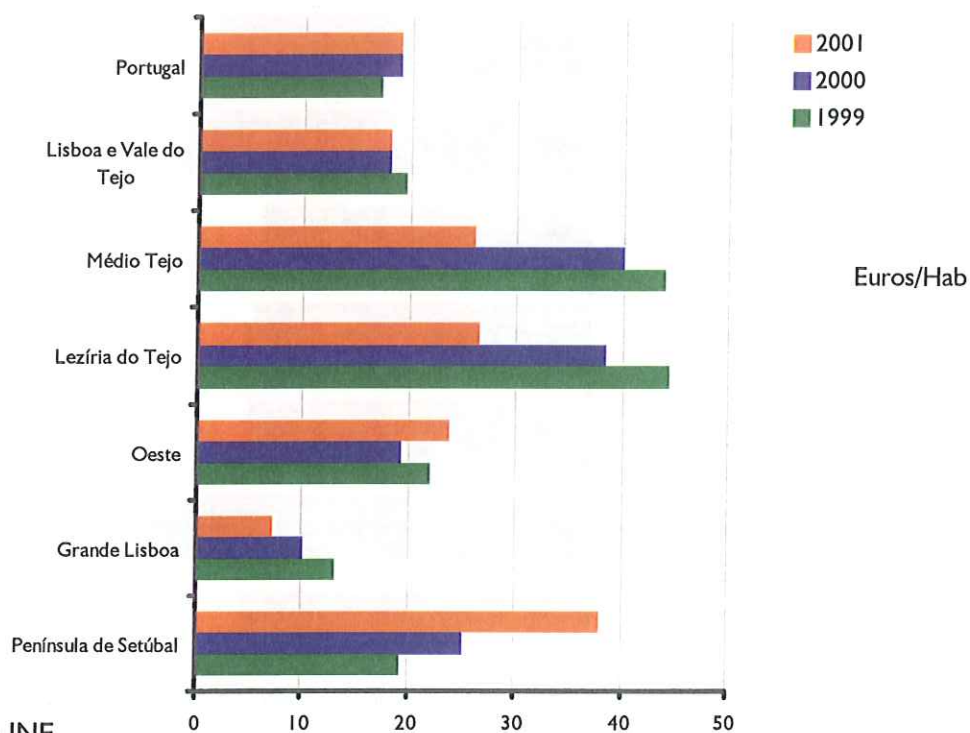
Fonte: INE



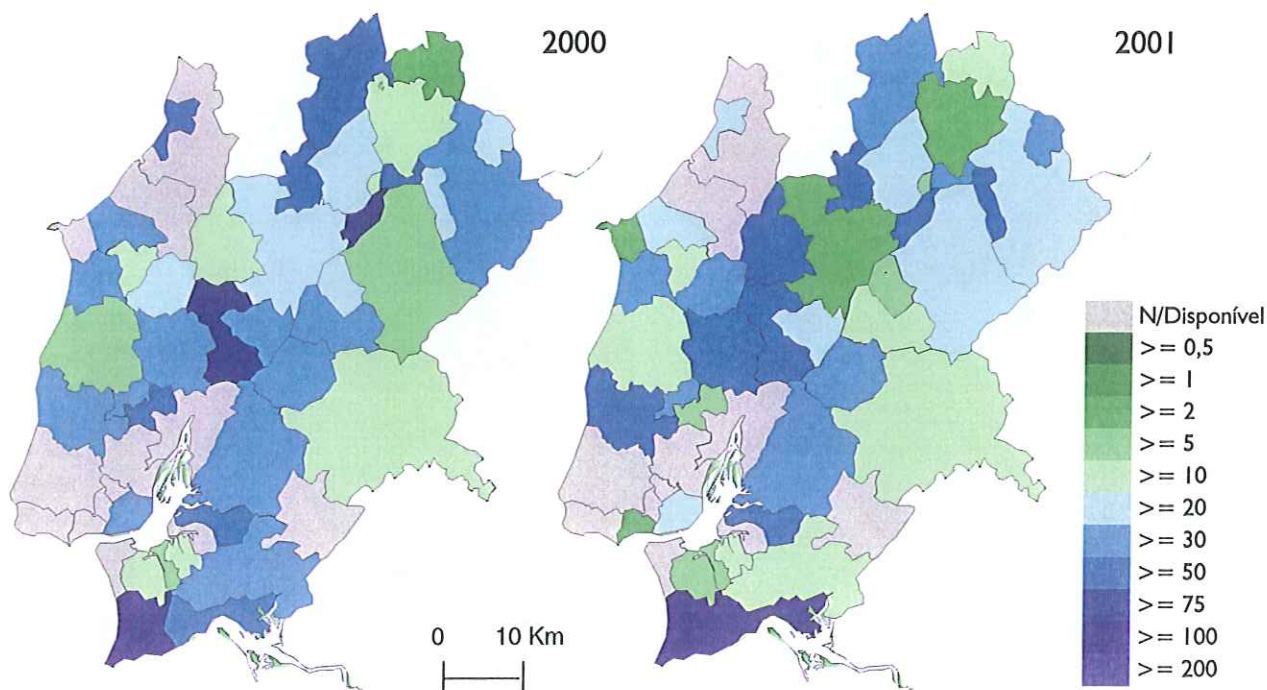
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 6

Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais ¹ com protecção do recurso água por habitante (euros)



Fonte: INE

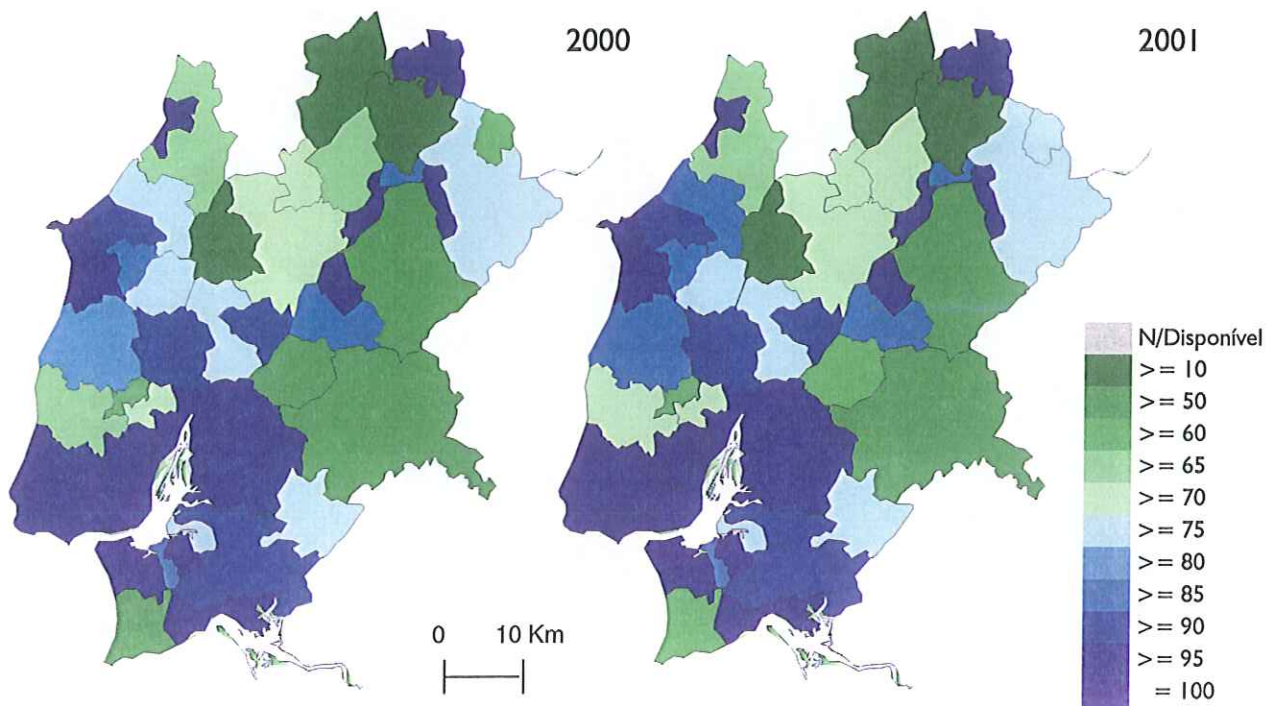
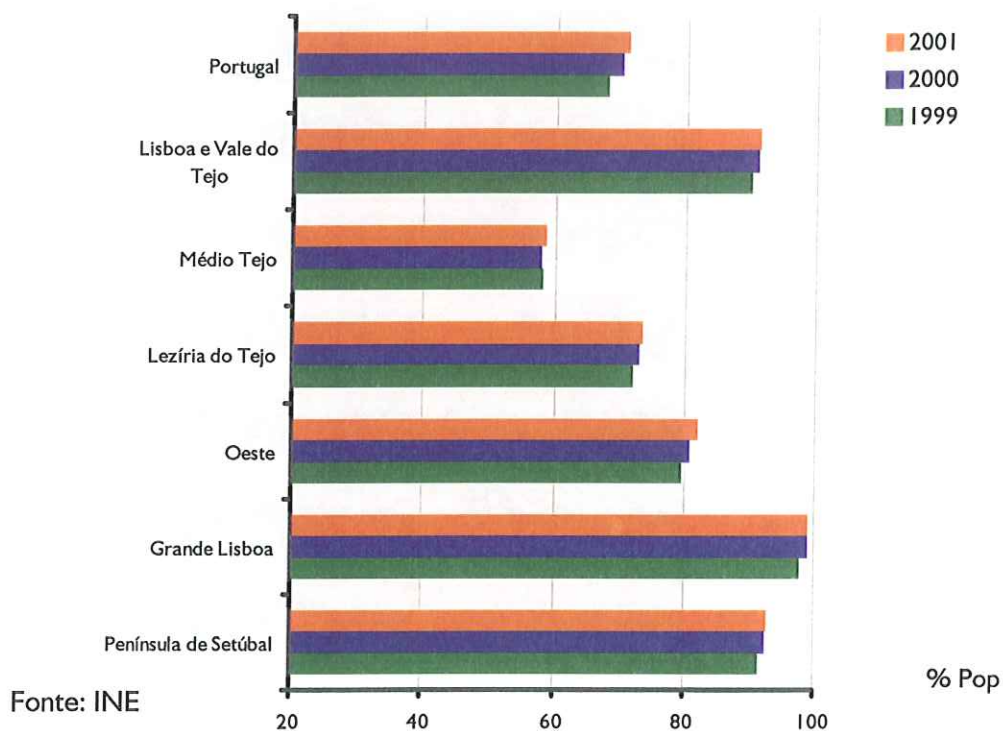


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

b) Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Gráfico 8

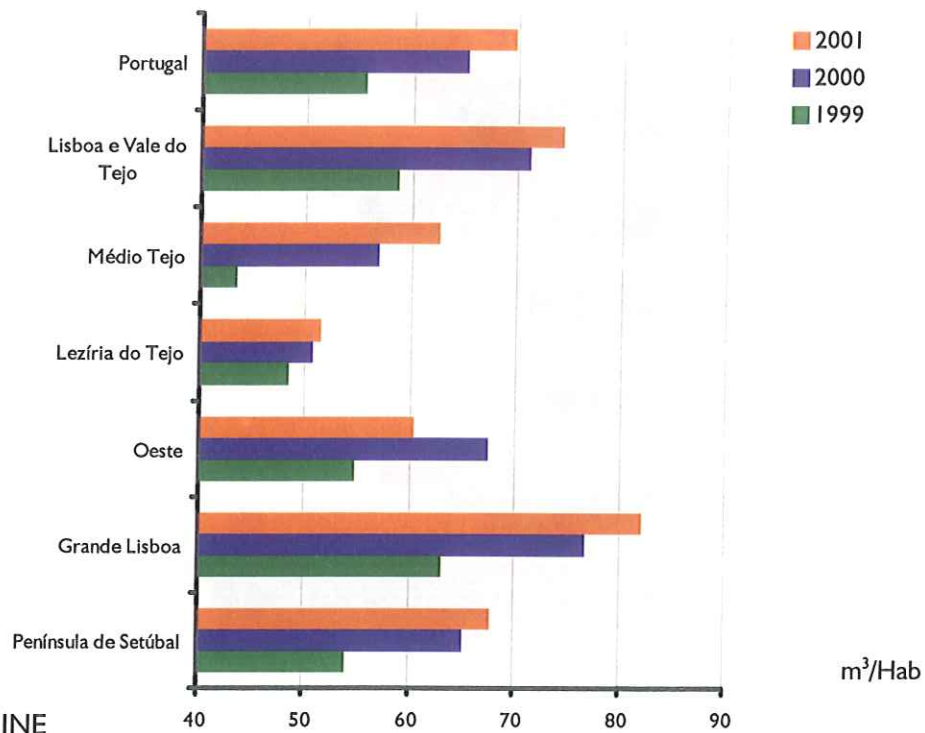
Cobertura: população servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%)



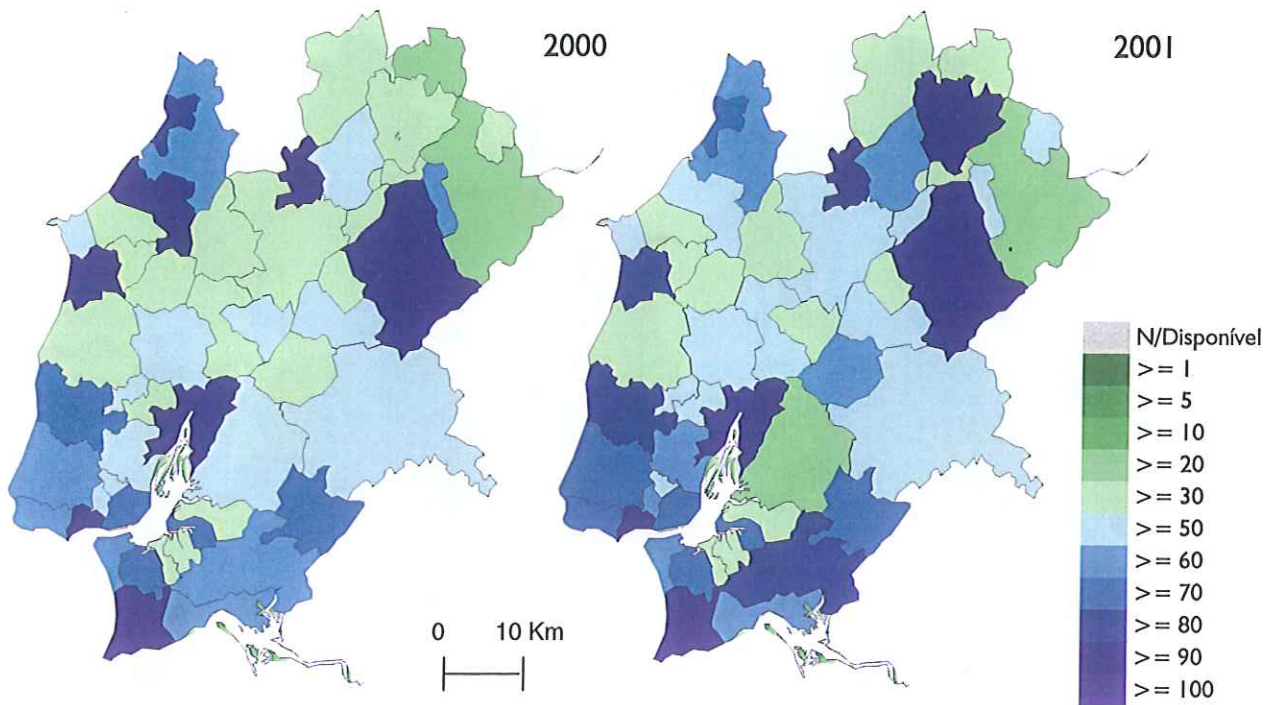
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 9

Produção: água residual produzida por habitante servido (m³)



Fonte: INE

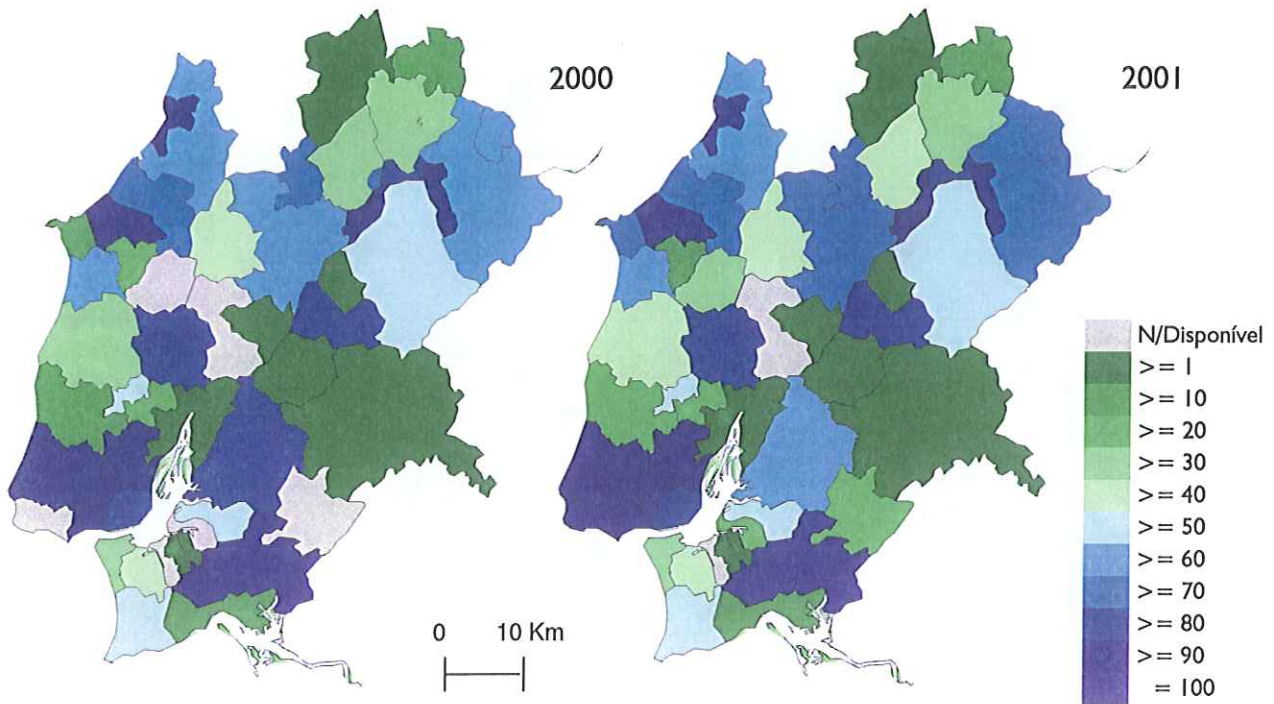
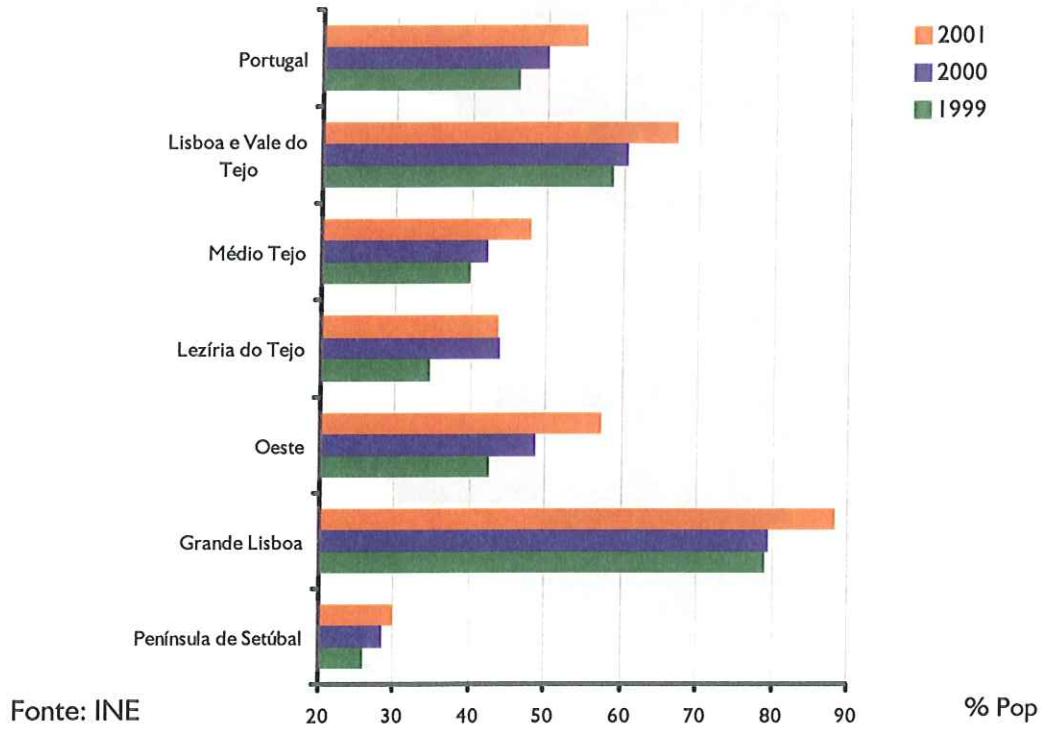


Nota: Os dados de 2000 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 10

Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%)

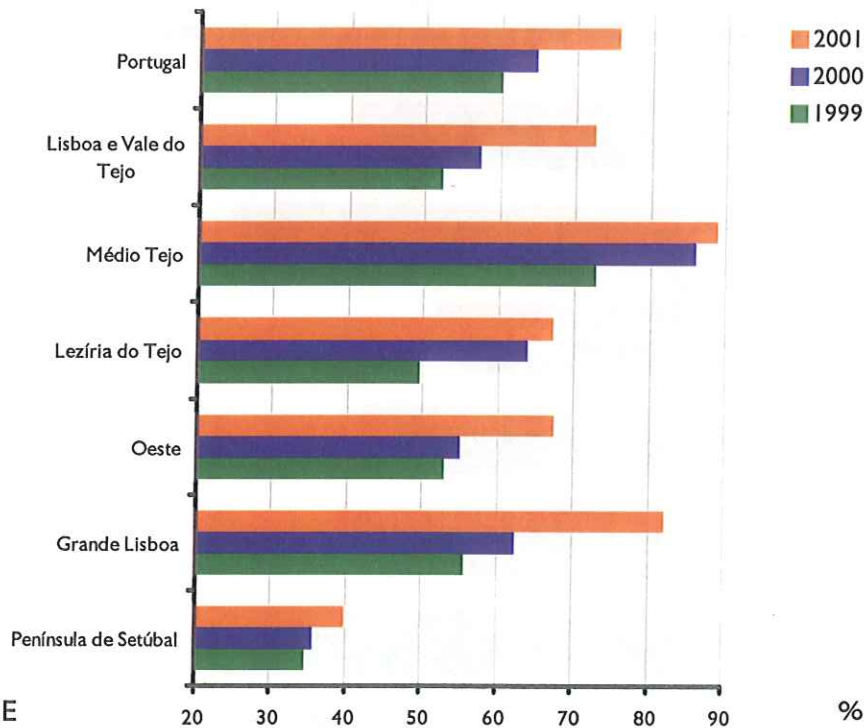


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

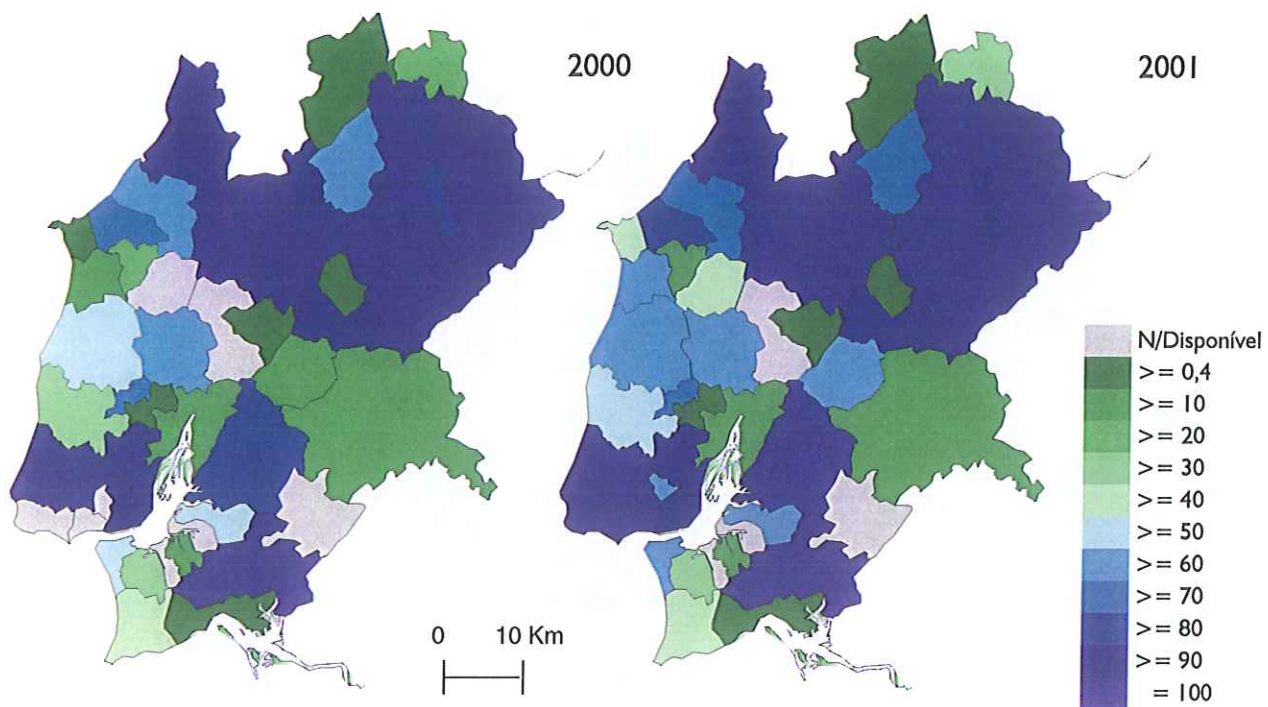
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico II

Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%)



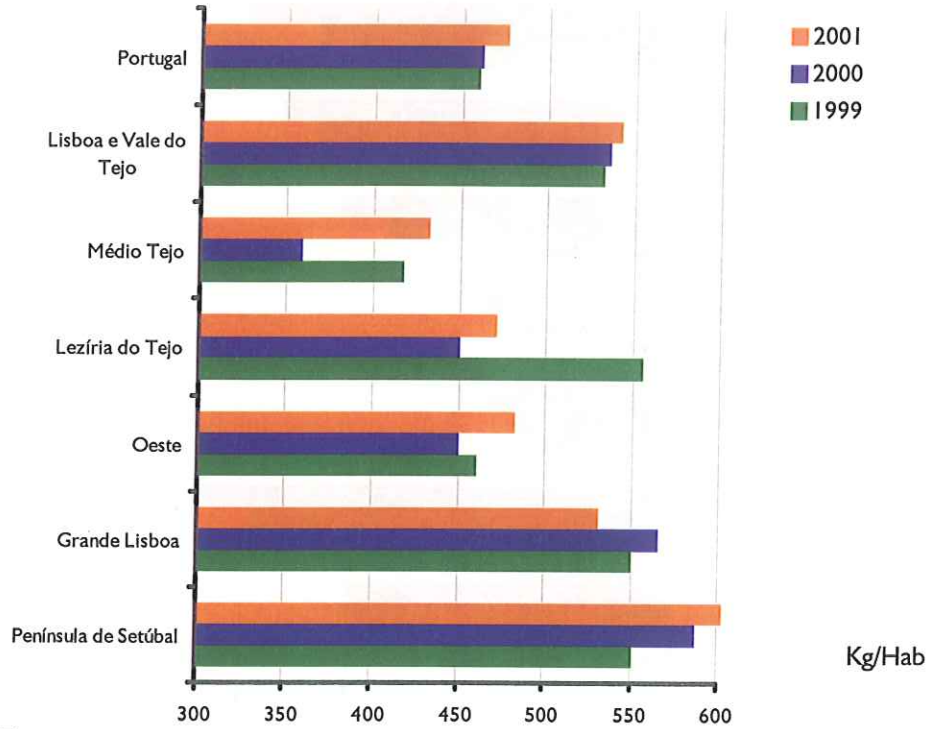
Fonte: INE



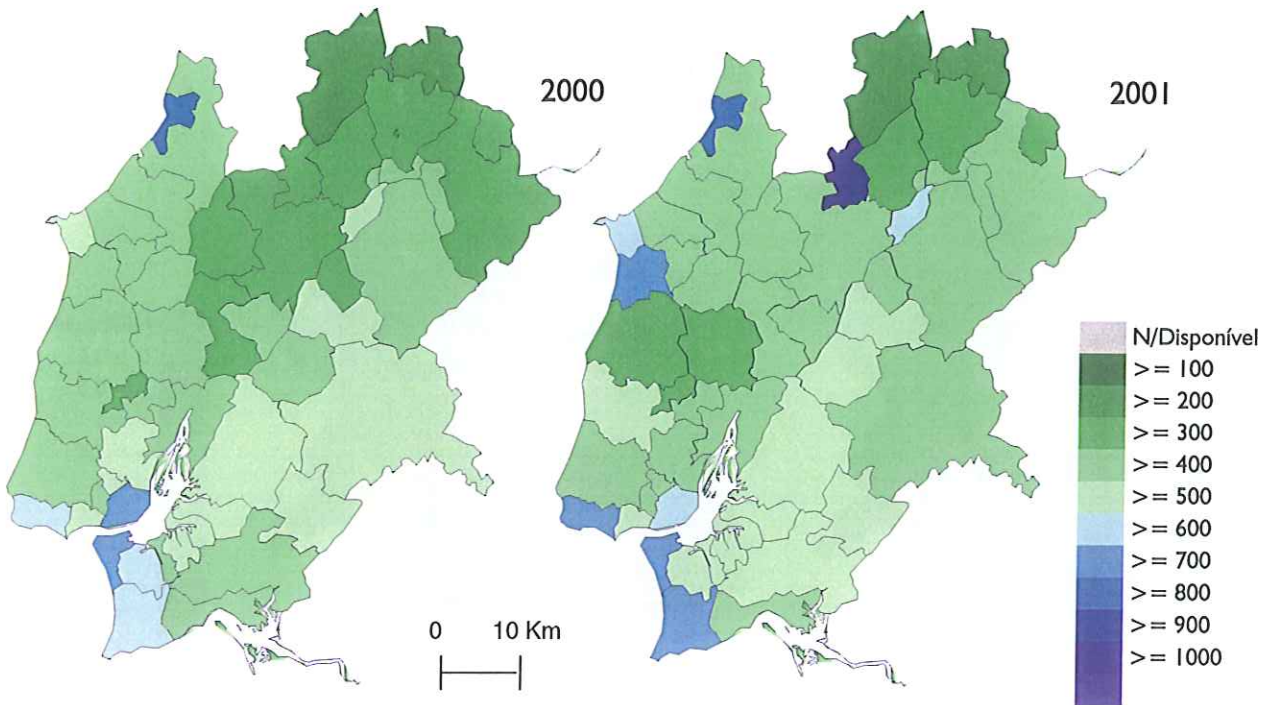
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 13

Recolha: RSU recolhidos por habitante servido (Kg)



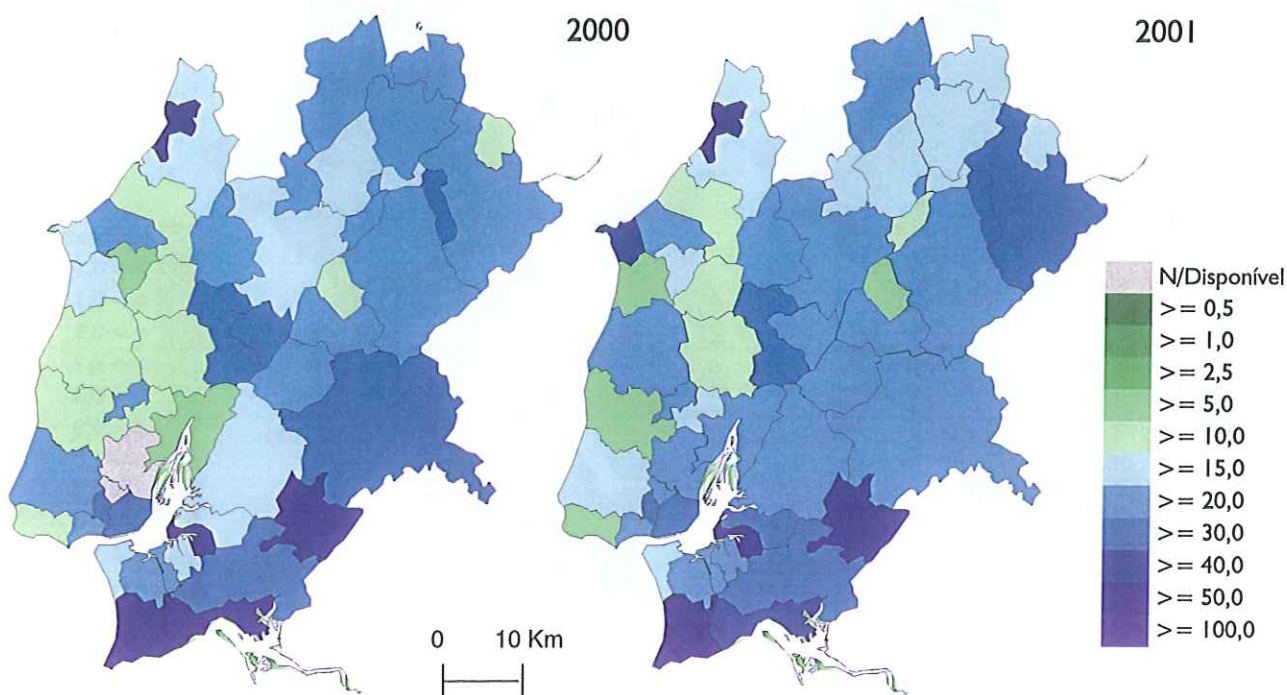
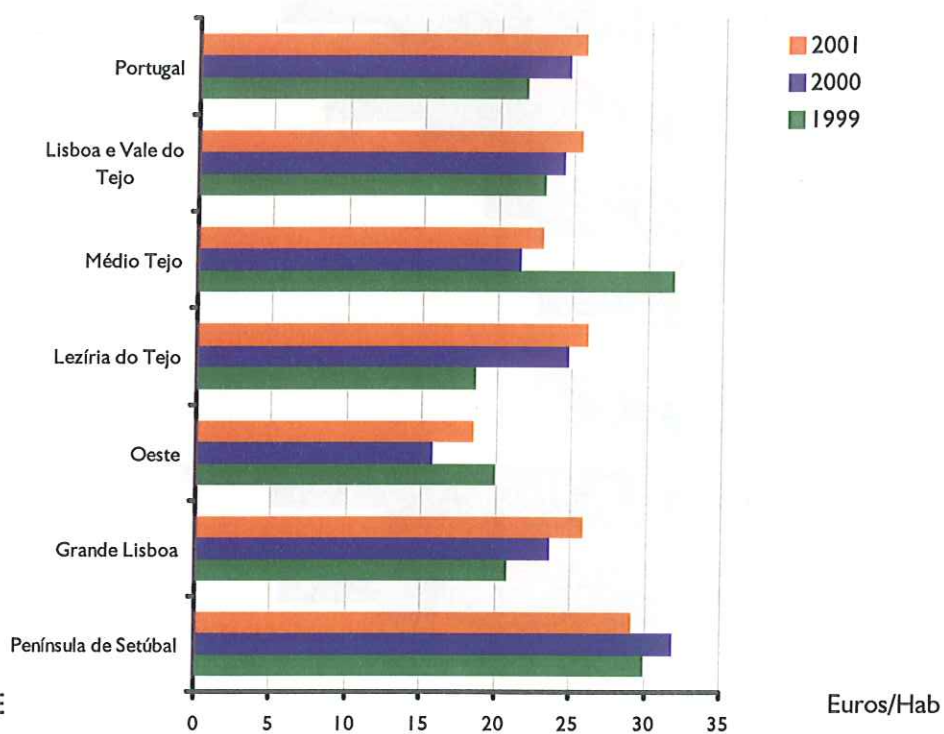
Fonte: INE



Nota: Os dados de 2000 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

Gráfico 15

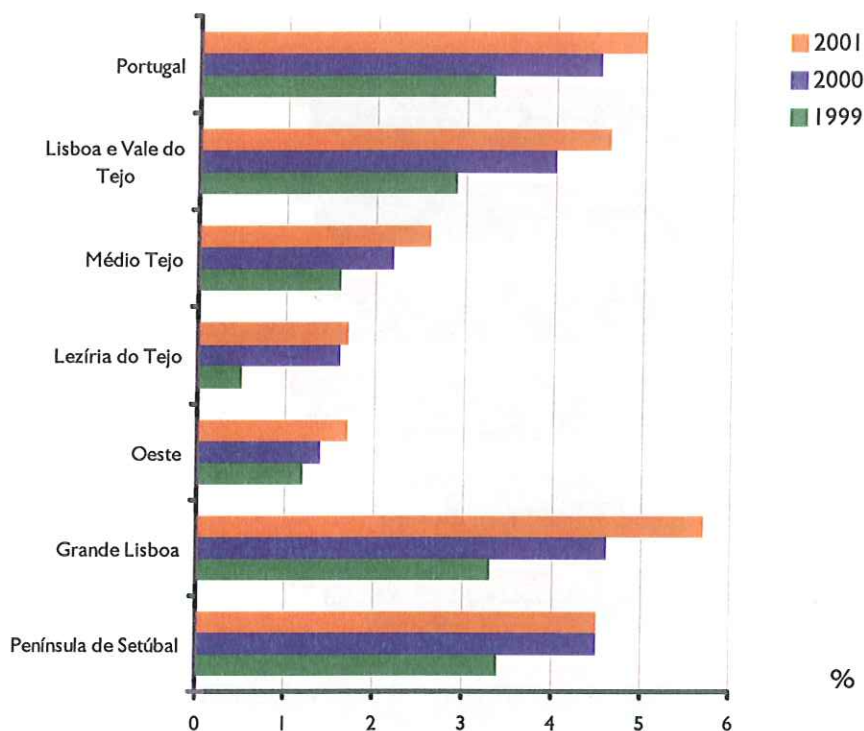
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros)



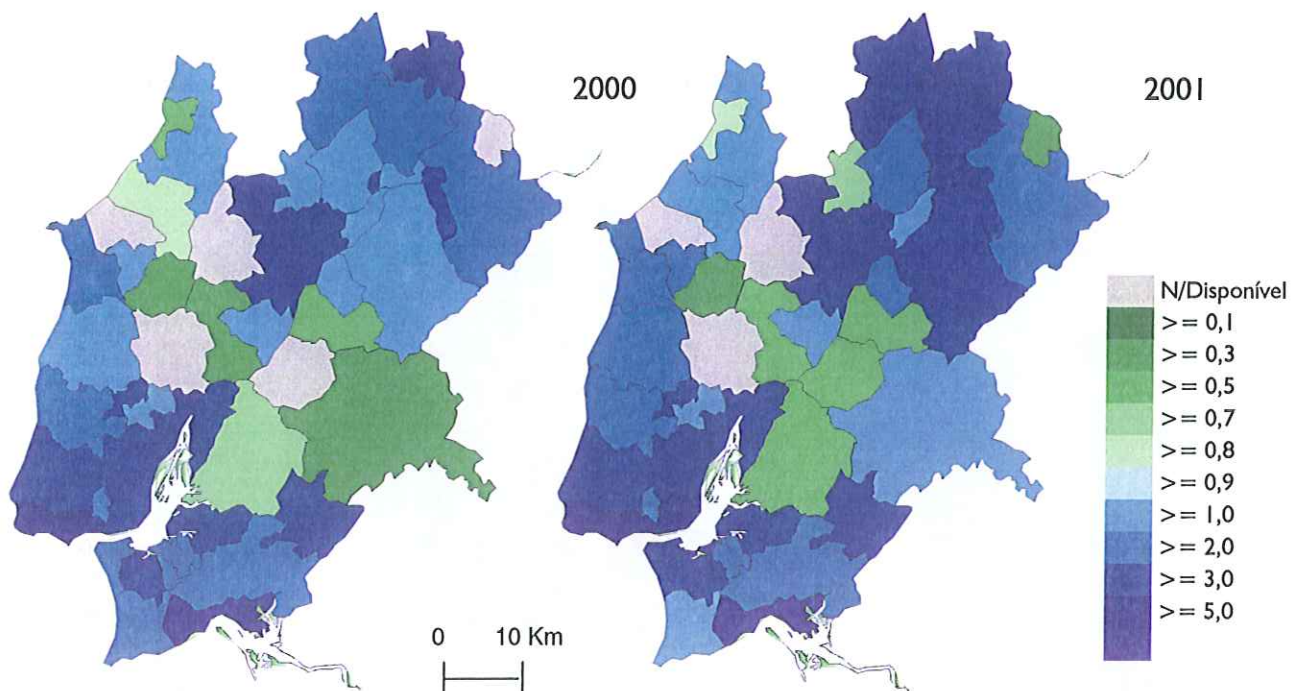
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 16

Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%)



Fonte: INE

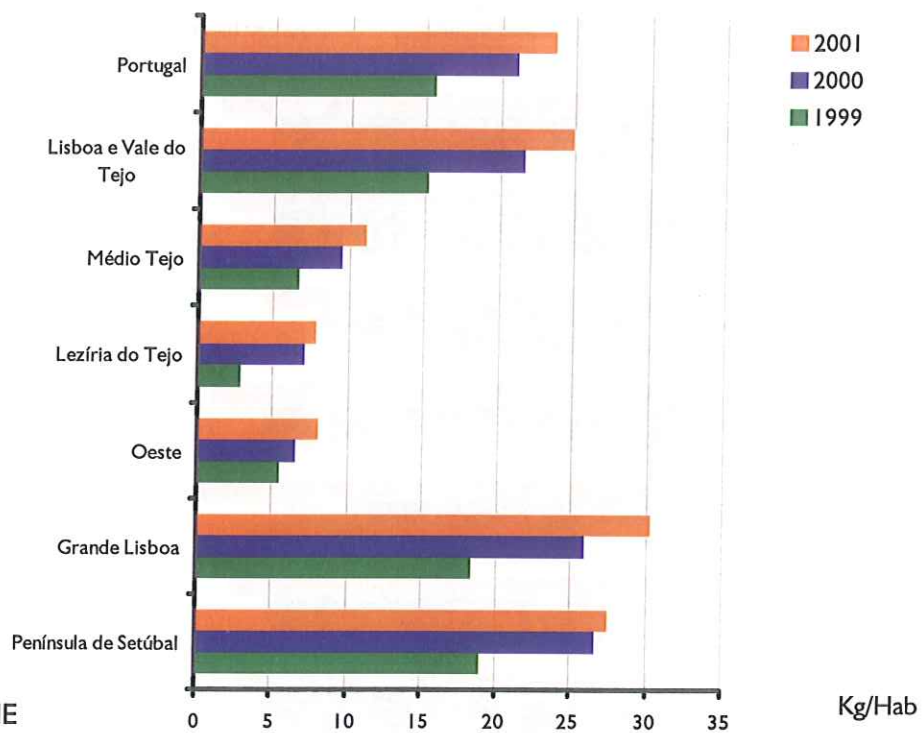


Nota: Os dados de 2000 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

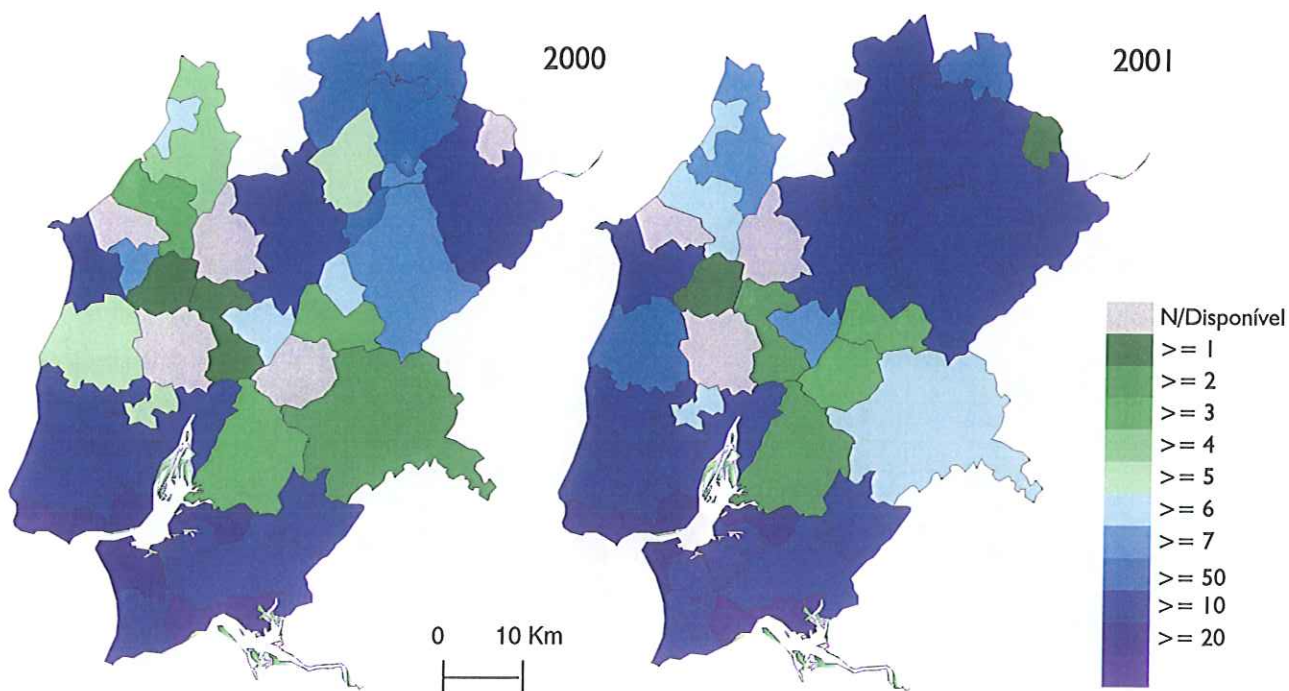
B.3 – QUALIDADE DE VIDA
B.3.1 – Qualidade Ambiental Geral

Gráfico 17

Reciclagem: materiais reciclados vendidos por habitante servido (Kg)



Fonte: INE



Nota: Os dados de 2000 do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

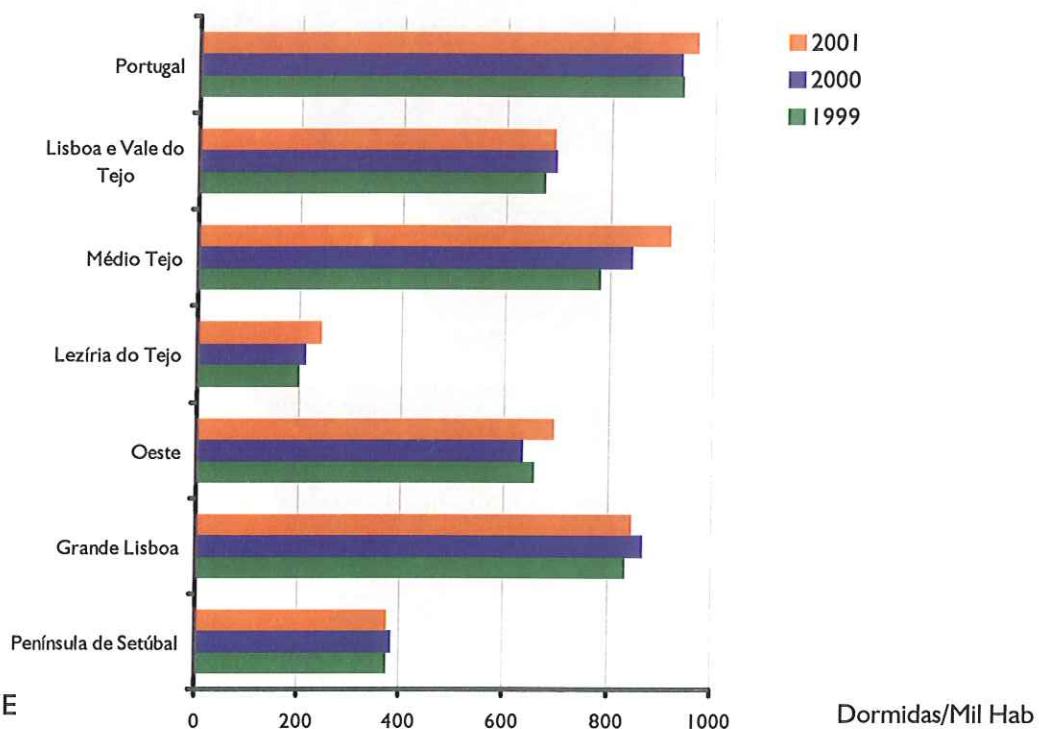
B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

B.4.1 – Atractividade

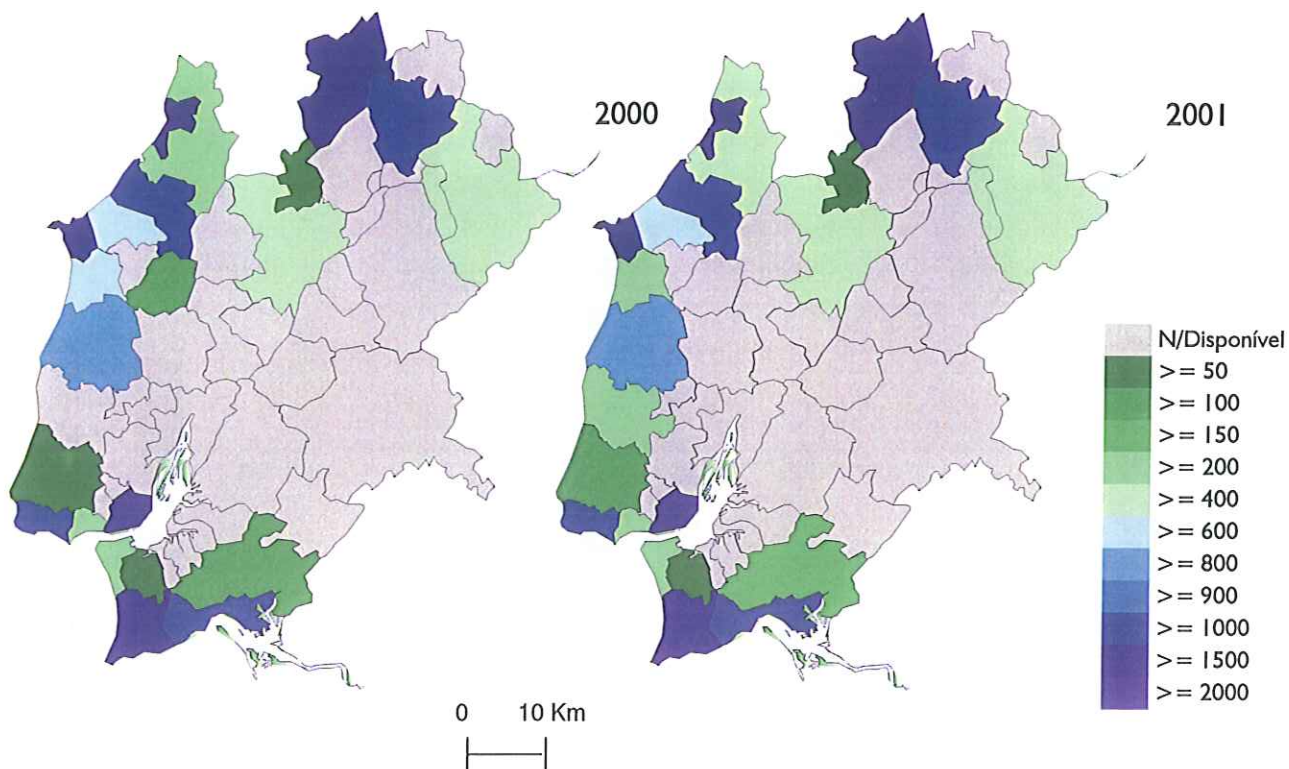
a) Nível nacional

Gráfico 19

Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes

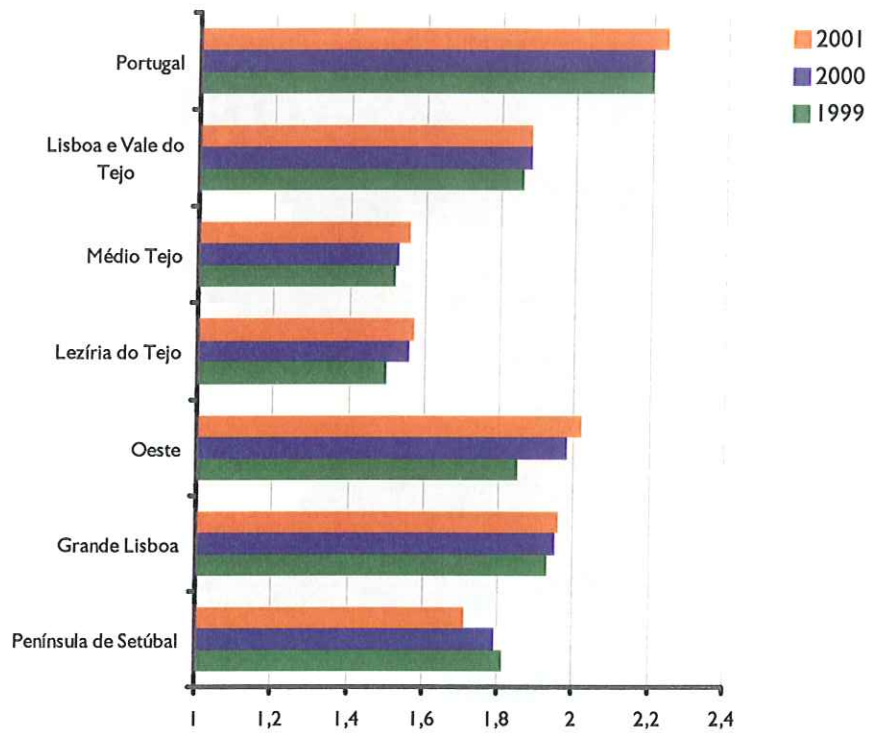


Fonte: INE

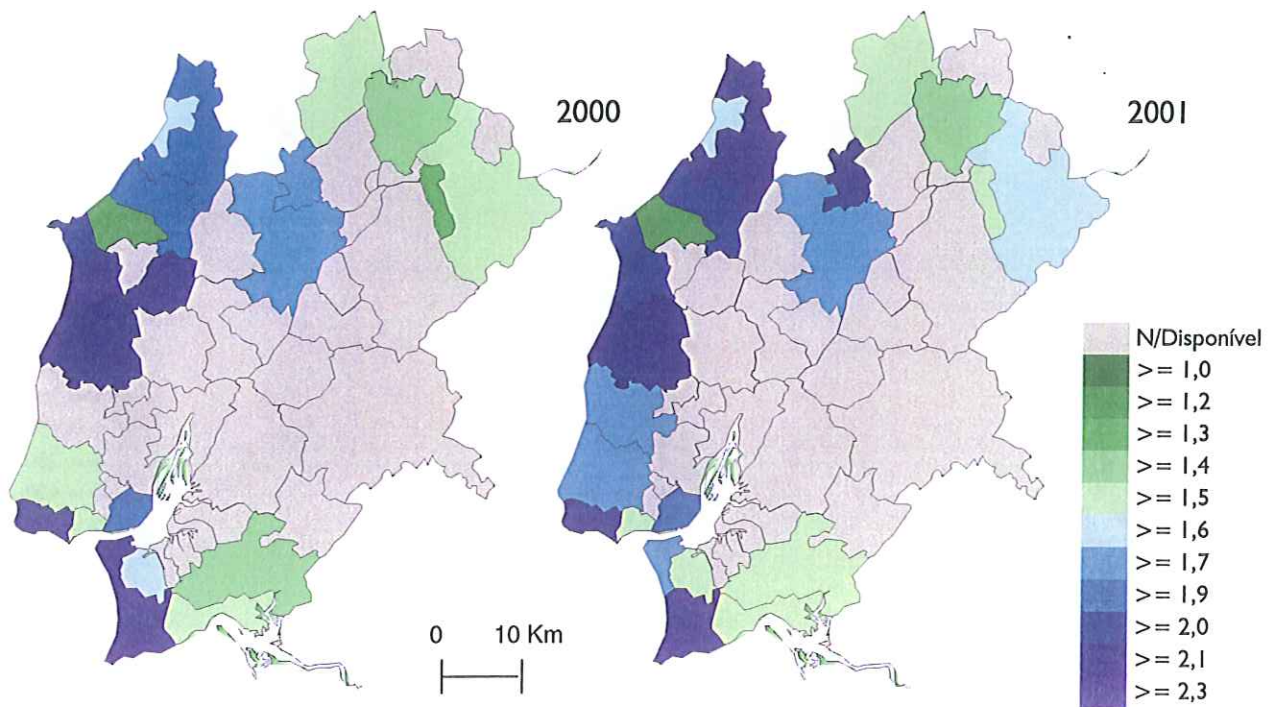


B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO
B.4.1 – Atractividade

Gráfico 20
Número médio de dormidas por hóspede nacional



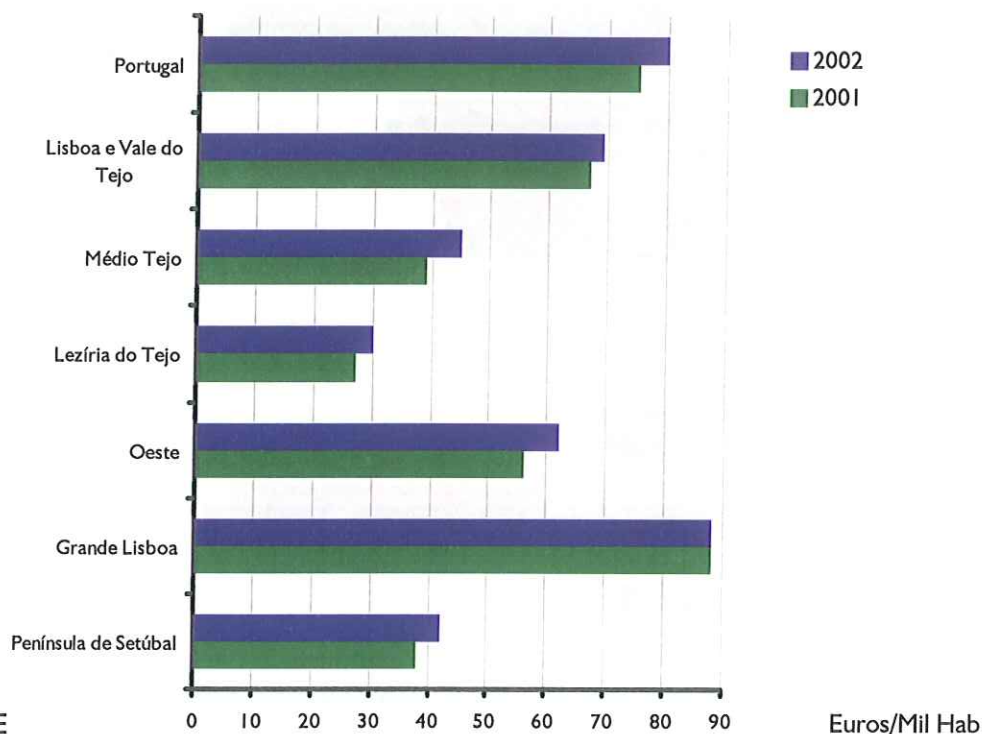
Fonte: INE



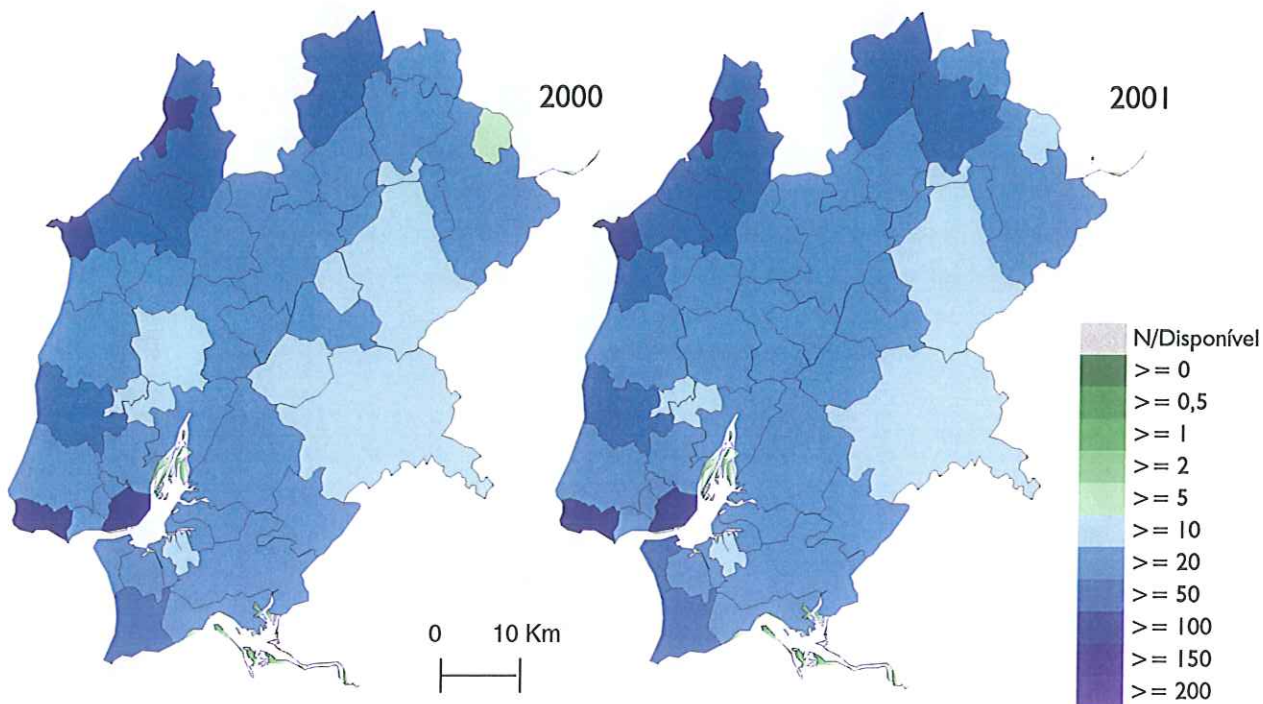
b) Nível internacional

Gráfico 21

Caixas multibanco: Levantamentos internacionais por 1000 habitantes (euros)



Fonte: INE



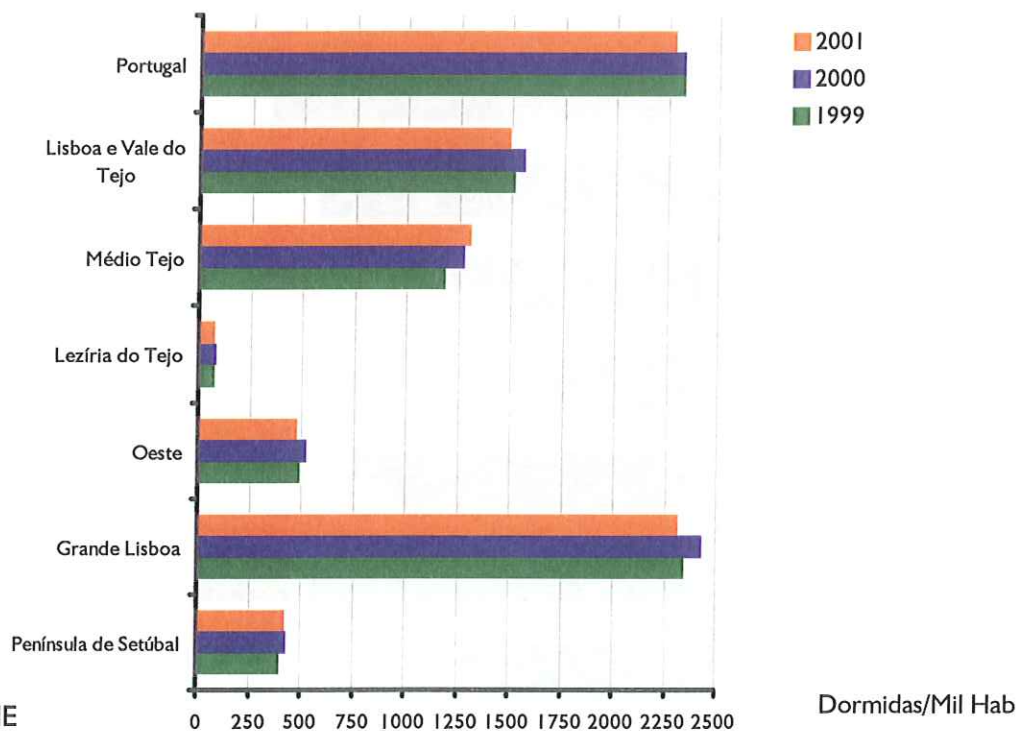
Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

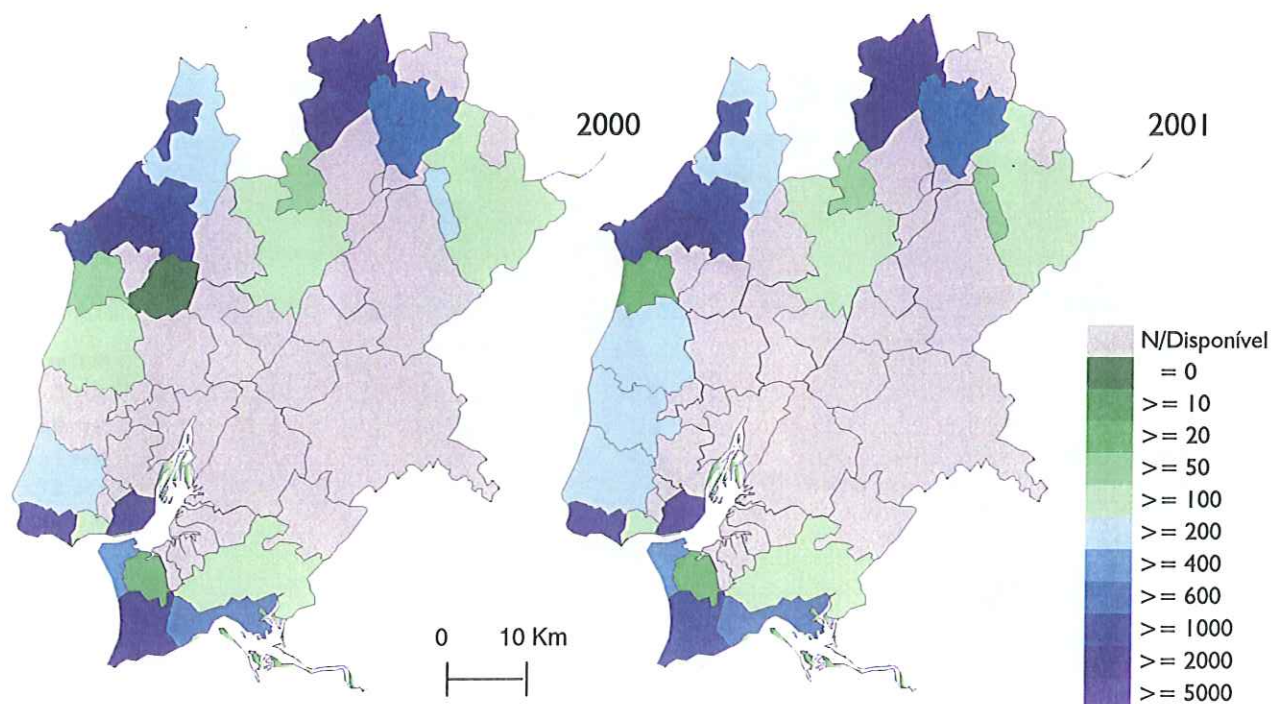
B.4.1 – Atractividade

Gráfico 22

Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes



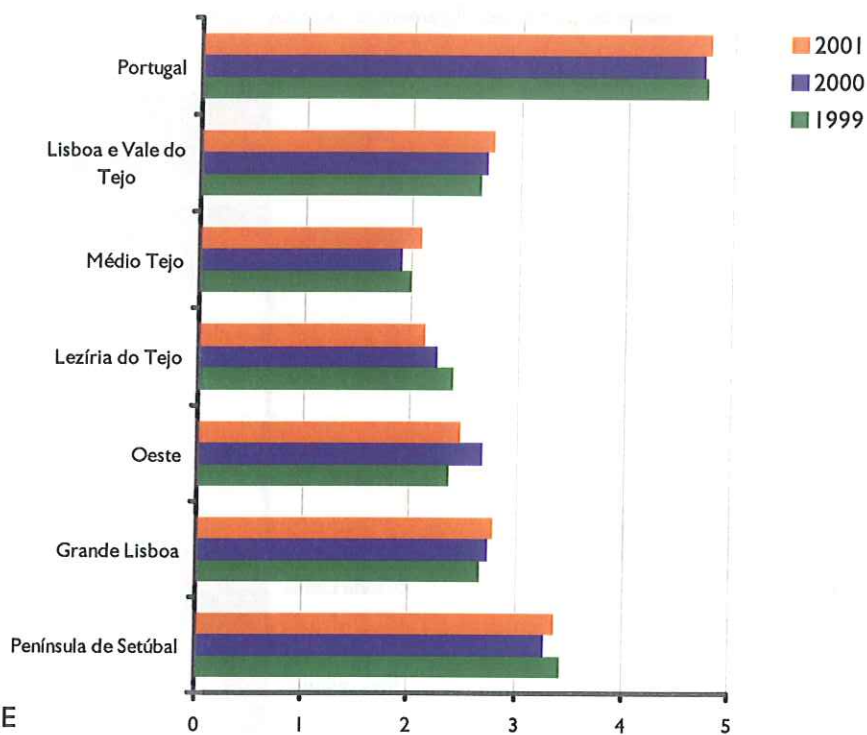
Fonte: INE



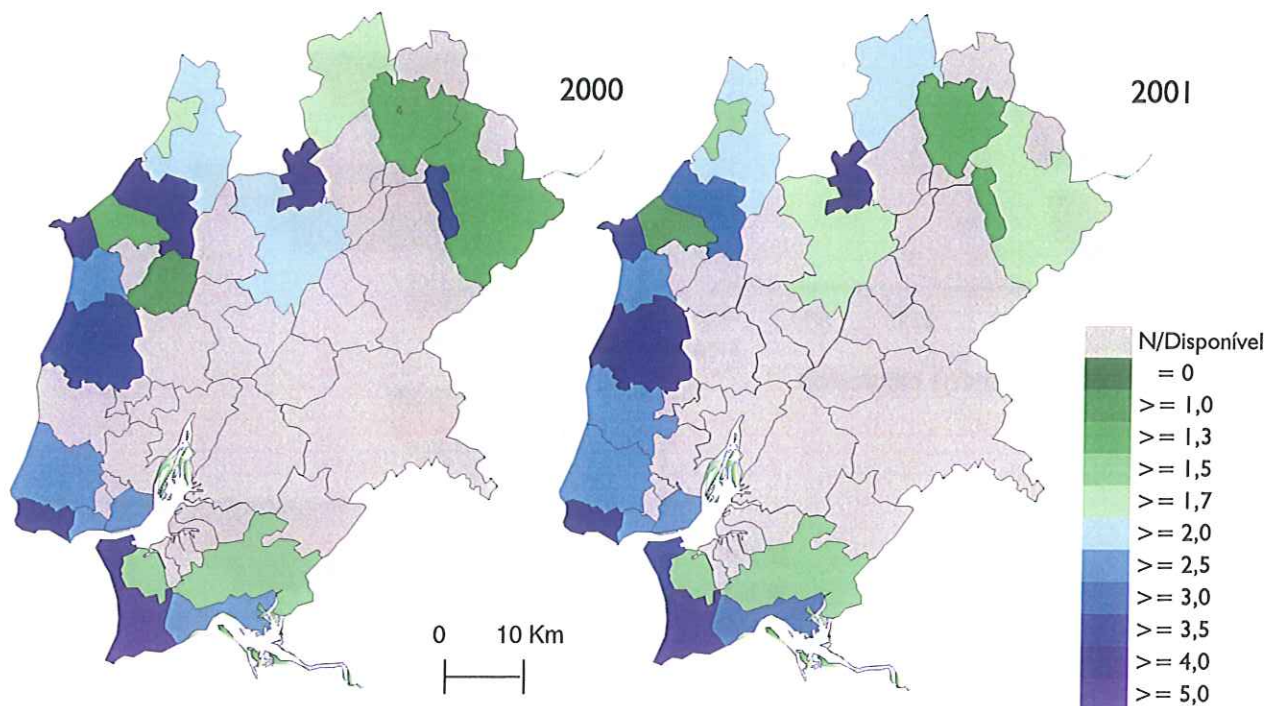
B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO

B.4.1 – Atractividade

Gráfico 23
Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro



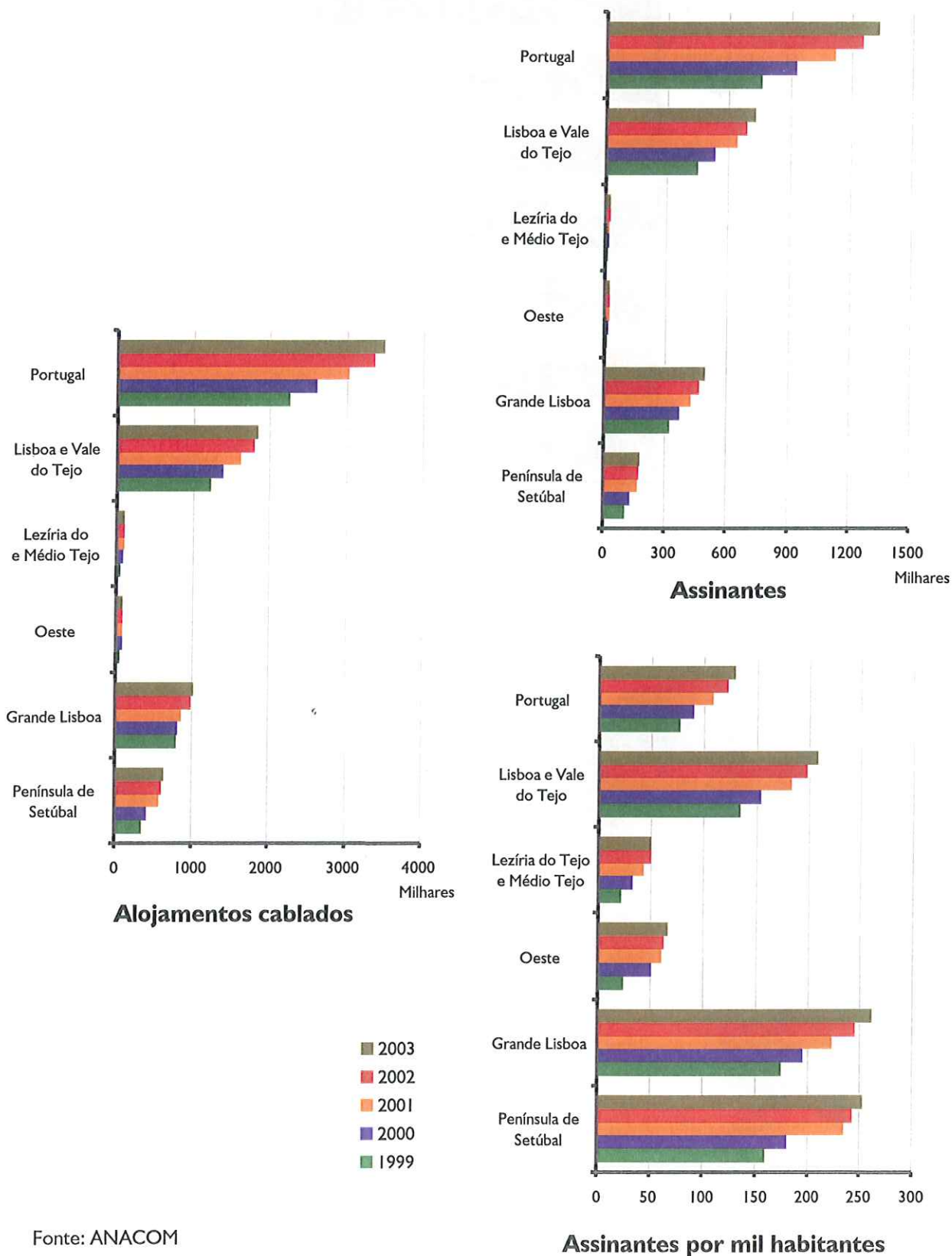
Fonte: INE



a) Tele-serviços

Gráfico 24, 25 e 26

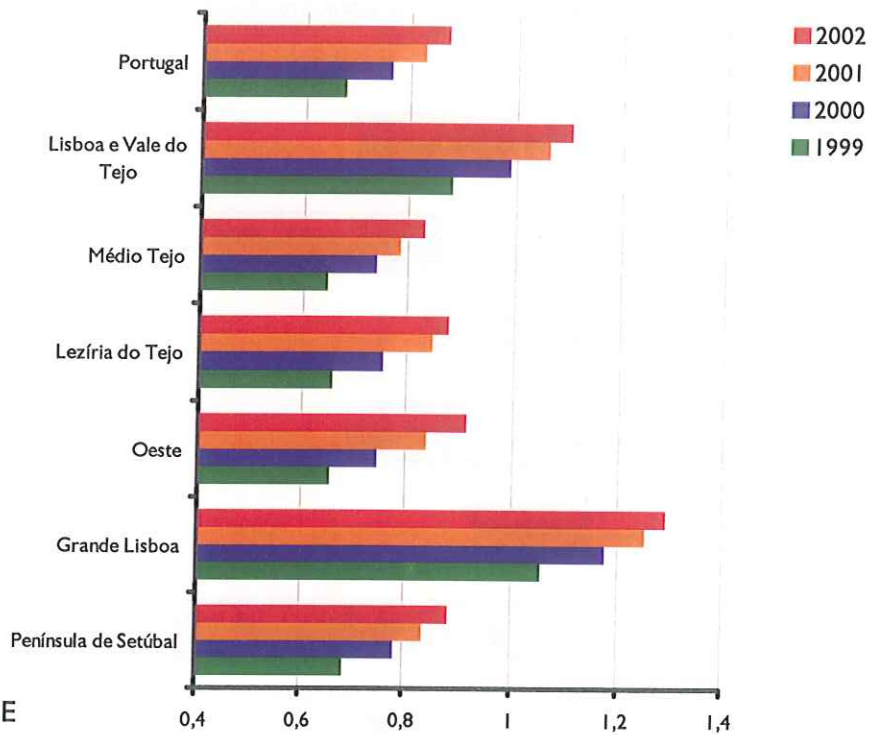
Televisão por cabo: alojamentos cablados e assinantes



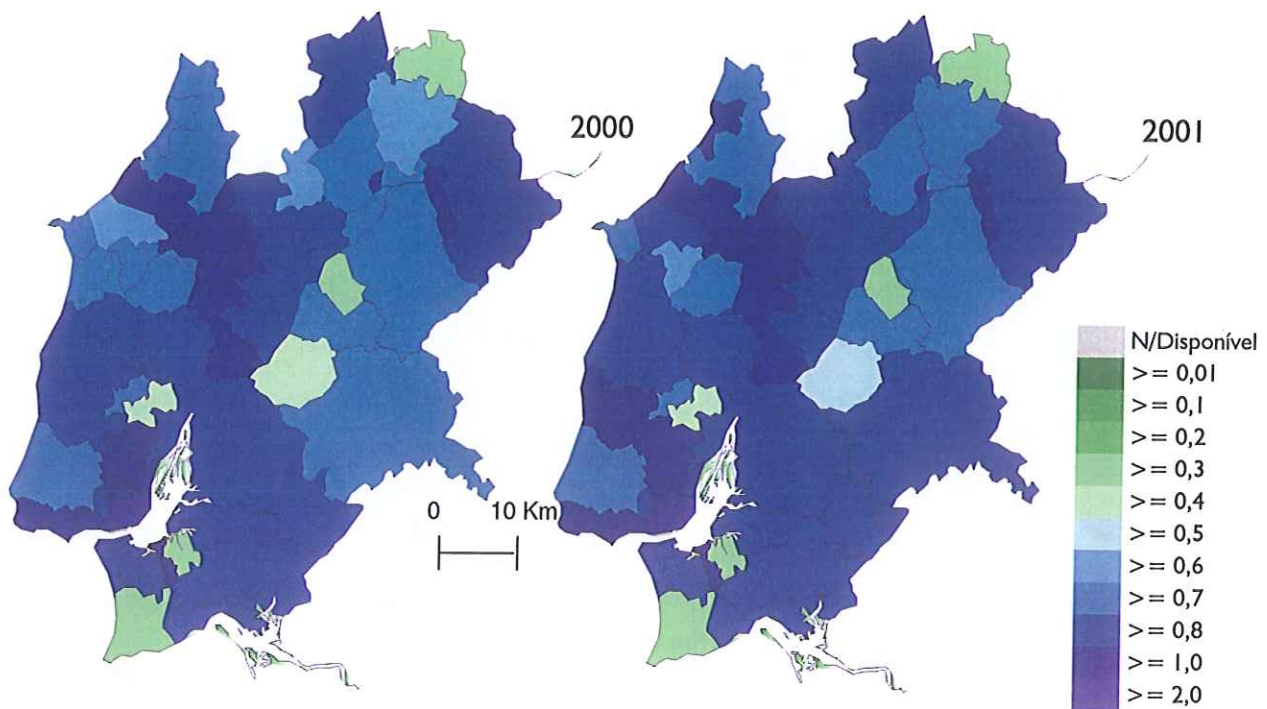
Fonte: ANACOM

B.4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ATRACÇÃO
B.4.2 – Conectividade

Gráfico 27
Total de caixas multibanco por 1000 habitantes



Fonte: INE

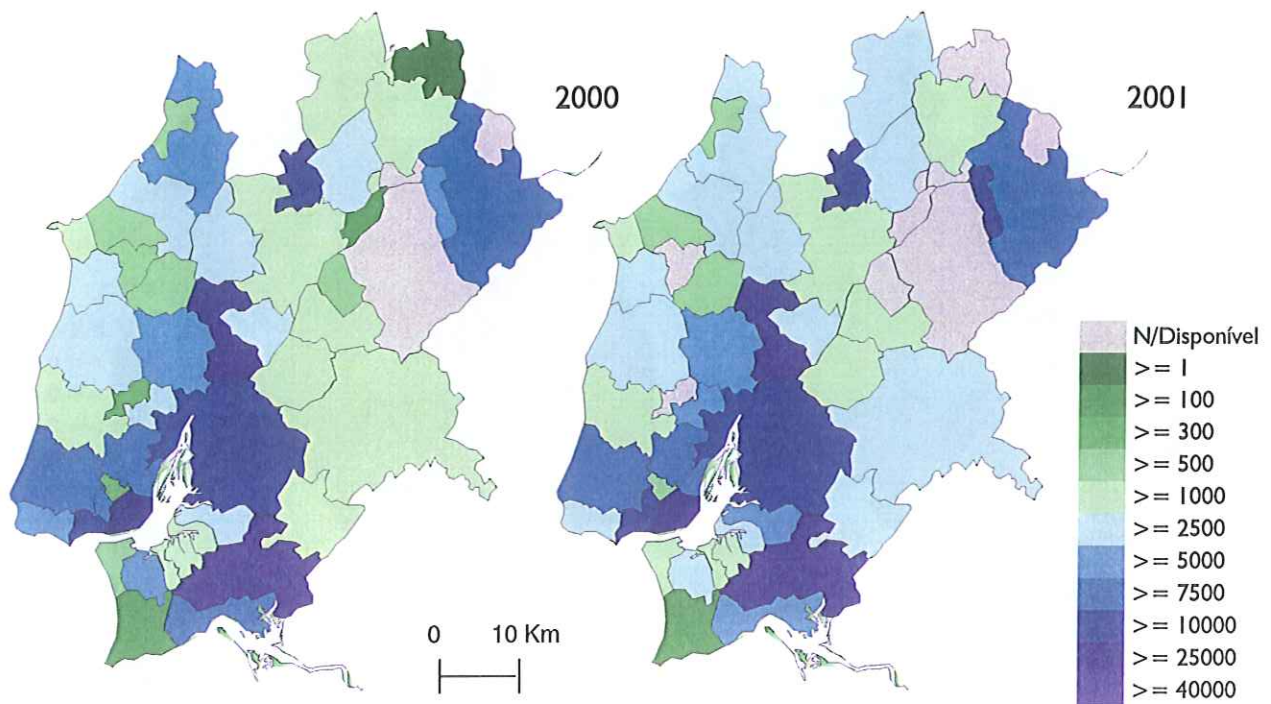
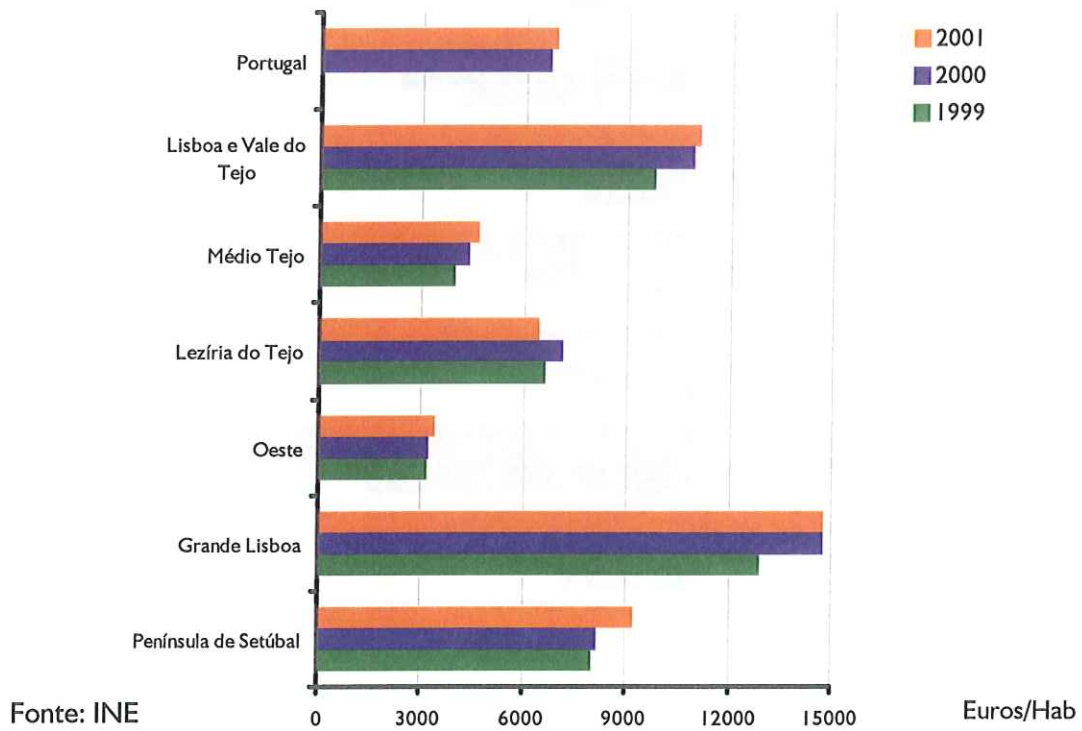


Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas

b) Inserção internacional

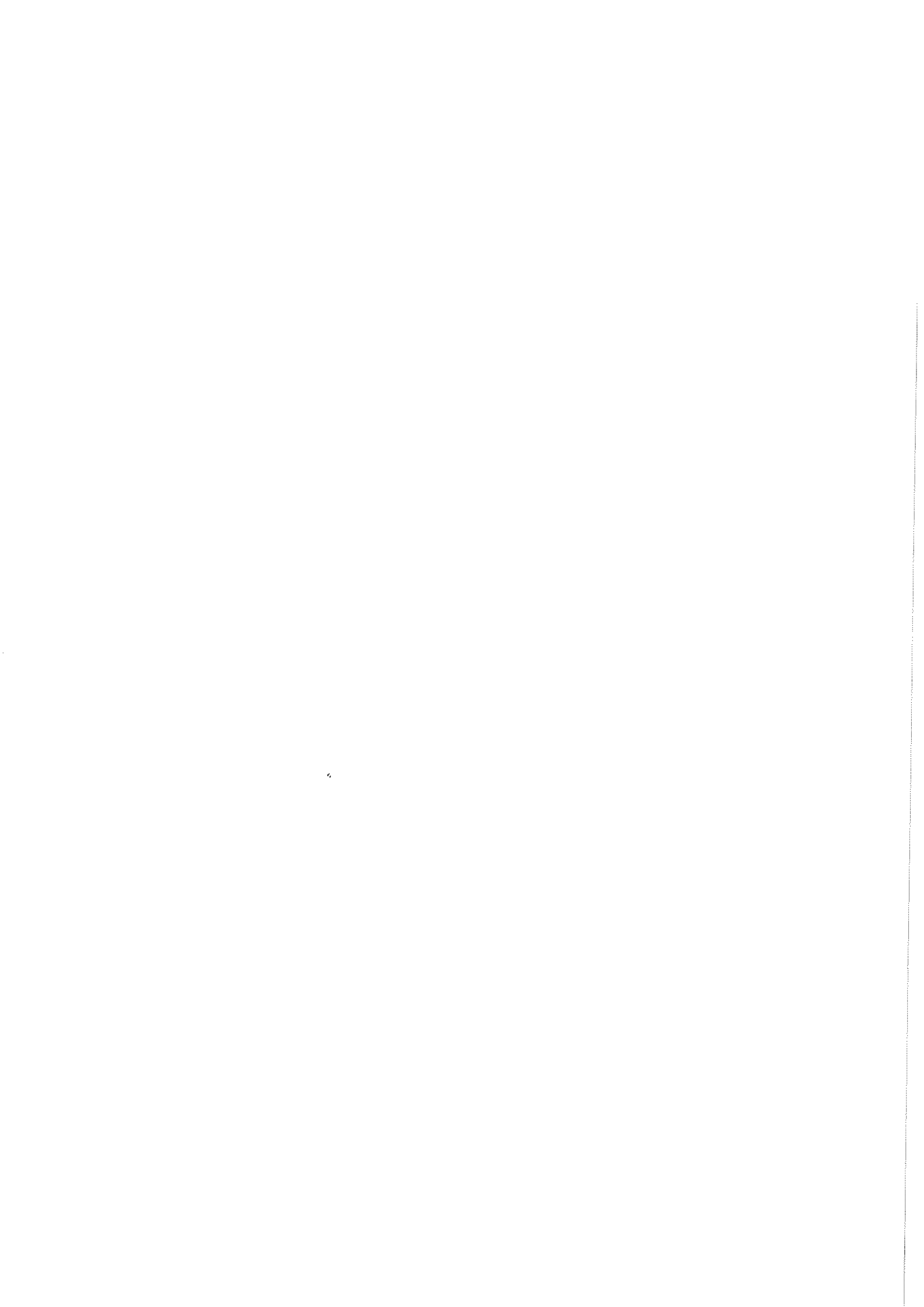
Gráfico 28

Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros)



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens (euros por habitante)	35
2	Valor dos prédios transaccionados (euros por habitante)	36
3	Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros por habitante)	37
4	Cobertura: % população com acesso domiciliário a água	38
5	Consumo: consumo doméstico total por habitante servido (m3 por habitante servido)	39
6	Despesas: Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água (euros por habitante)	40
7	Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%)	41
8	Cobertura: % população servida com sistemas de drenagem de águas residuais	42
9	Produção: água residual produzida por habitante servido (m3 por habitante servido)	43
10	Tratamento: % população servida com estações de tratamento de águas residuais	44
11	Tratamento: % água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada	45
12	Cobertura: % população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos	46
13	Recolha: RSU recolhidos por população servida (Kg por habitante servido)	47
14	Recolha: % RSU com recolha selectiva	48
15	Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) (euros por habitante)	49
16	Reciclagem: % materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos	50
17	Reciclagem: materiais reciclados vendidos/população servida (Kg por habitante)	51
18	Consumo: total de consumo doméstico de energia per capita (Kw/h por habitante)	52
19	Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes	53
20	Número médio de dormidas por hóspede nacional	54
21	Caixas multibanco: Levantamentos internacionais (euros por mil habitantes)	55
22	Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes	56
23	Número médio de dormidas por hóspede estrangeiro	57
24, 25 e 26	Televisão por cabo: Alojamentos cablados e assinantes	58
27	Total de caixas multibanco por 1000 habitantes	59
28	Valor do comércio Internacional - intra e extra comunitário – por habitante (euros por habitante)	60



DOMÍNIO PESSOAS

C

▪ **Nota Metodológica**

Na sequência dos relatórios anteriormente produzidos, este *Relatório 2* visa dar continuidade à monitorização da evolução da RLVT, na análise da dimensão *Pessoas: qualidade de vida e coesão social*. Procurou-se, para todas as dimensões de análise construídas, trabalhar a última informação disponível (2001/2/3) e apresentar uma análise da evolução dos indicadores (ponto de partida 1998/99/00). Nalguns casos, o nível de actualização dos indicadores ainda fica aquém da necessidade de acompanhamento das dinâmicas emergentes, no entanto, foi possível a análise de indicadores para a maioria das dimensões com excepção da **Participação democrática**, pela inexistência de produção estatística oficial a este nível. Assim, para as várias dimensões de análise foram trabalhados vários indicadores, a saber:

RECURSOS HUMANOS	Educação	Retenção Escolar por ciclos de ensino
		Abandono Escolar
		Alunos por ciclo de ensino
		Ensino superior: alunos matriculados e estrutura de ensino
	Formação Profissional	Alunos em ensino profissional segundo o ciclo de ensino
	Emprego e Desemprego	Taxa de actividade média anual
		Capacidade empregadora regional
		Pessoal segundo a actividade económica
		Taxa de feminização do emprego
		Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas
		Índice de envelhecimento da mão-de-obra
		Escolarização da mão-de-obra
Trabalhadores a contrato a termo certo		
Trabalhadores a tempo parcial		
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas		
Desemprego: Taxa de desemprego; desempregados à procura do 1º emprego; desempregados há mais de um ano; Taxa de desemprego segundo os grupos etários; Taxa de desemprego segundo o género		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Cultura	Despesa autárquica em Actividades Culturais
		Espectadores de cinema
QUALIDADE DE VIDA	Bem-estar físico	Taxa de mortalidade infantil
		Médicos por 1000 habitantes
		Casos e mortes por HIV (SIDA) por 100.000 habitantes
COESÃO SOCIAL	Polarização dos rendimentos	Receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares
		Remunerações médias dos trabalhadores ao serviço das empresas ¹
	Pobreza	Pensionistas face ao total da população residente
		Beneficiários do RMG face ao total da população residente

¹ Este é um indicador que, à semelhança do Relatório 0, se repete nas sub-dimensões de análise de Emprego e Desemprego e Polarização dos Rendimentos.

■ **Apreciação geral**

As conclusões globais do Relatório 2, poderiam traduzir uma situação mais gravosa do que a que apresentam face à crise económica e social que o país atravessa. De facto, o Relatório dá conta da gravidade da situação - nomeadamente no que diz respeito ao desemprego e às condições de saúde - mas outros indicadores mais estruturantes vão manifestando melhorias comparativas face às médias nacionais: qualificação da mão-de-obra, remunerações, percentagem de população a receber o rendimento social de inserção, etc.

- Em termos de síntese global, poderá afirmar-se que as dinâmicas mais positivas que este Relatório apresenta estão relacionadas com a evolução da qualificação da mão-de-obra, remunerações, melhoria de oferta ao nível do ensino pré-escolar e superior, etc, sobretudo se comparadas com as médias nacionais. A comparação internacional é claramente penalizadora para o país e a sua capital (ver capítulo das Organizações).
- No entanto, se ao nível do pessoal ao serviço nas empresas se nota um aumento das qualificações, o sistema de ensino manifesta uma melhoria quantitativa (mais pessoas em situação de escolarização) mas pior *performance* qualitativa com o aumento do insucesso em todos os graus de ensino e algum aumento do abandono.
- A dinâmica do desemprego é particularmente negativa quando comparada com as médias nacionais sendo, depois do Algarve a região com taxa de desemprego mais significativa (7,5% em 2003).
- O investimento das autarquias em actividades culturais tem um comportamento desigual nas várias subregiões mas denota-se a inversão da tendência de descida no Oeste e Médio Tejo.
- Os principais indicadores de saúde (taxa média de mortalidade infantil e número de médicos por 1000 habitantes) não sendo substancialmente penalizadoras manifestam no, entanto, um agravamento dos casos de sida que é sintoma de algum mal-estar no sistema de saúde.
- Esse mal-estar social é ainda acompanhado pela inversão da tendência de decréscimo das taxas de criminalidade que se verificavam até 2001. Em 2002 há um aumento significativo desta taxa nomeadamente no Oeste e Península de Setúbal.
- A análise da situação de coesão social torna-se difícil na medida em que os indicadores com valores médios escondem a polarização nos extremos da escala social. No entanto, do ponto de vista das condições de vida, a região apresenta níveis salariais médios superiores em relação ao país (cerca de 20%) e níveis inferiores de famílias a receber o rendimento mínimo embora este cresça, de 2,1% em 2001 para 2,9% em 2002.

▪ **Apreciação específica**

C.2. Recursos Humanos

C.2.1. Educação

- *A diminuição da quantidade não aumentou a qualidade*

Apesar do decréscimo demográfico e do aumento de oferta nalguns sectores do sistema de ensino (pré-escolar e superior) os indicadores de outputs não tendem a melhorar. De facto, o cumprimento da escolaridade obrigatória decresce e aumentam as taxas de insucesso e de abandono. A perda de alunos não parece melhorar as condições de aprendizagem já que se assiste a uma tendência de aumento destes indicadores nos diferentes níveis de ensino.

A RLVT, que apresentava valores mais positivos quando comparadas com as médias nacionais aproximase agora dessas médias vendo aumentar as taxas de insucesso (sobretudo na Península de Setúbal e Lezíria do Tejo) e as de abandono (sobretudo Oeste e Lezíria do Tejo), nas suas sub-regiões agravou-se no período em análise. Essa tendência é particularmente visível numa aproximação dos valores deste indicador na RLVT face à realidade nacional.

C.2.2. Formação profissional

- *Estranhamente um ensino esquecido*

Embora obtenha uma atenção crescente das famílias e dos meios de comunicação, o ensino profissional é ainda um parente pobre do sistema de ensino, sendo o seu peso praticamente irrelevante. O ligeiro aumento de oferta ao nível do ensino secundário é acompanhado de uma tendência inversa ao nível do 3º ciclo de ensino. Ao nível deste ciclo de ensino, a representação destes alunos não chegou aos 0,3% em todas as sub-regiões (ano lectivo 00/01).

C.2.3. Emprego e desemprego

As dinâmicas de inserção da mão-de-obra apresentam, na Região e no período considerado, características positivas e características negativas. As primeiras estão associadas a uma evolução positiva da taxa de actividade média anual quer dos homens quer das mulheres, na melhoria das qualificações e na participação das mulheres no mercado de trabalho. As características mais negativas associam-se quer à perda de peso da Região na capacidade empregadora ao nível nacional e ao envelhecimento crescente da mão-de-obra quer ainda ao aumento dos níveis de desemprego e da precariedade do emprego existente.

O desemprego, na Região como no resto do país, tem manifestado tendência de agravamento nos últimos 4 anos, se bem que no último trimestre de 2003 apresente um ligeiro decréscimo. As mulheres e

os jovens continuam a ser os grupos mais afectados pelo desemprego. O grupo que geralmente conseguia manter níveis de inserção razoável começa agora a evidenciar-se na estrutura de desemprego – daqueles que detêm entre 25 e 44 anos. Também o desemprego de longa duração continua a caracterizar com preponderância o perfil do desemprego regional.

C.3. Ordenamento do Território

C.3.1. Cultura

A RLVT tem manifestado valores mais baixos na percentagem de despesas autárquicas em actividades culturais face aos registados no país. Ao nível intra-regional, destacam-se o Oeste e o Médio Tejo com tendências contínuas de elevação do valor neste indicador.

A percentagem de espectadores de cinema na RLVT é bem mais elevada do que a registada no país, resultado da capacidade de atracção da Grande Lisboa. As restantes sub-regiões distam bastante da média regional e nacional.

C.4 . Qualidade de Vida

C.4.1. Bem-estar físico

A evolução da qualidade de vida é medida neste relatório pela análise de alguns indicadores de saúde e pelas taxas de criminalidade.

A situação de crise económico-social não deixa de se reflectir nestes indicadores, sendo o indicador mais grave a evolução dos casos de Sida e a evolução negativa dos médicos de família². A instabilidade manifestada pelas tendências da taxa de mortalidade infantil é também preocupante embora se note alguma melhoria desde 2000.

No que se refere às taxas de criminalidade, após um período em que parecia estabilizar, as informações relativas a 2002 dão conta da inversão desta tendência. A variação positiva do fenómeno nesse ano foi visível em todas as sub-regiões. A Grande Lisboa concentra mais de 60% dos crimes praticados em toda a Região.

² Refira-se que a informação recolhida no relatório dos sensores dão mostras de um agravamento da situação no que respeita aos médicos de família por 1000 habitantes. Também os dados disponíveis no momento – últimos dados referentes a 2001 – podem revelar alguma desactualização que não reproduz a realidade no contexto actual.

C.5. Coesão Social

C.5.1. Polarização dos rendimentos

A dificuldade de encontrar indicadores de coesão social traduz-se depois na reflexão sobre “médias” e não sobre as polarizações que traduzem de forma mais directa as desigualdades sociais.

De facto, a RLVT detém os melhores indicadores médios de remunerações e de receitas das famílias manifestando quer as dinâmicas da oferta quer as da procura face à especificidade da mão-de-obra implantada.

C.5.2 . Pobreza

Também ao nível da população que recebe o Rendimento Social de Inserção, a RLVT regista valores mais baixos do que os manifestados em Portugal. A tendência tem sido a de diminuição deste indicador, contrariada, no entanto, pelos valores de 2002 em que para todas as sub-regiões se regista um aumento importante da percentagem de beneficiários.

A diminuição da quantidade não aumentou a qualidade

As dinâmicas do sector da Educação reflectem, simultaneamente, a decréscimo demográfico e o aumento da oferta em alguns sectores do sistema de ensino (pré-escolar e superior) bem como o agravamento do cumprimento da escolaridade obrigatória.

O quadro I manifesta bem a evolução dos alunos matriculados nos vários graus de ensino salientando o decréscimo demográfico que se faz sentir do primeiro ciclo ao secundário. É de referir que é exactamente neste último ciclo que a quebra de alunos é mais evidente e é de interrogar se essa quebra se deve apenas ao decréscimo demográfico. Simultaneamente, os extremos do sistema de ensino continuam a receber taxas positivas de evolução. É o caso do ensino pré-escolar com aumento da oferta bem como do ensino superior. Note-se a evolução significativa das sub-regiões do Vale do Tejo com crescimento acentuado de alunos com inscrição no ensino superior.

Quadro I

Varição da população escolar nos anos lectivos 99/00 e 00/01

	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior
Continente	4,4	-5,8	-6,9	-12,6	-19,5	3,7
LVT	5,1	-7,2	-7,3	-14,2	-21,2	2,5
Oeste	-0,5	-10,2	-11,5	-12,0	-12,2	2,7
Grande Lisboa	6,7	-7,8	-7,5	-14,9	-23,7	1,3
Península de Setúbal	4,6	-4,5	-5,4	-13,2	-21,3	5,8
Médio Tejo	5,8	-4,7	-4,8	-14,5	-16,9	14,2
Lezíria do Tejo	3,0	-7,0	-6,4	-15,5	-14,9	18,1

Fonte: DAPP-ME

Infelizmente, as taxas de insucesso e de abandono não demonstram evolução positiva. A perda de alunos não parece melhorar as condições de aprendizagem já que se assiste a uma tendência de aumento destes indicadores nos diferentes níveis de ensino. A situação na RLVT e suas sub-regiões agravou-se no período em análise. Essa tendência é particularmente visível numa aproximação dos valores deste indicador na RLVT face à realidade nacional.

A Península de Setúbal e a Lezíria do Tejo registam a necessidade de uma atenção especial, pela manutenção de valores elevados nas taxas de retenção escolar, independentemente do ciclo de ensino. Enquanto que Oeste e Lezíria do Tejo apresentem as taxas de abandono escolar mais elevadas, sendo a Grande Lisboa a sub-região que mais se aproximava da média nacional.

Mas também é difícil a situação do ensino profissional em Portugal seja qual for o nível de ensino que se considere. Não apenas é francamente residual como está longe de aumentar apesar das constantes pressões e do aumento da procura por parte das famílias.

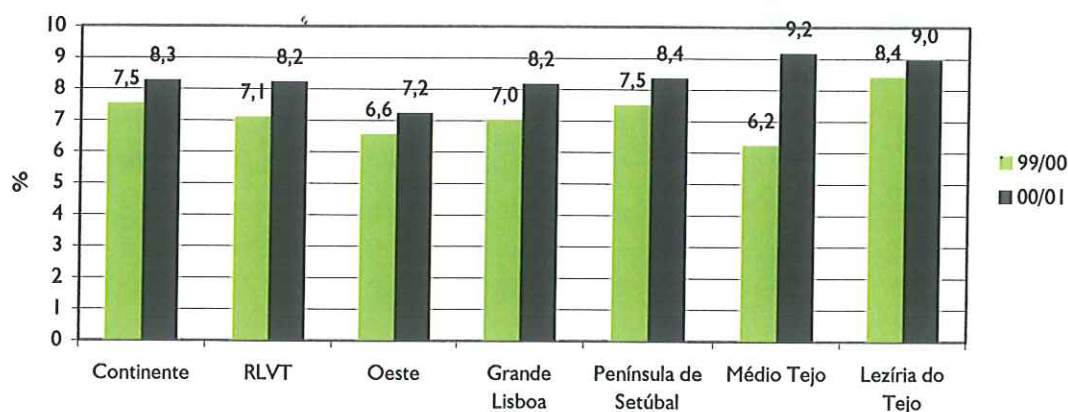
Se bem que ao nível do ensino secundário, se denote uma ligeira tendência de aumento da percentagem de alunos inscritos no ensino profissional, a tendência é mesmo inversa ao nível do 3º ciclo de ensino. Ao nível deste ciclo de ensino, a representação destes alunos não chegou aos 0,3% em todas as sub-regiões (ano lectivo 00/01).

a) Retenção escolar por ciclos de ensino

Embora de forma não muito significativa, não poderá deixar de se registar um agravamento das taxas de insucesso escolar, no período em análise (anos lectivos 99/00 e 00/01), independentemente do ciclo de ensino. Este agravamento, que as informações do Ministério da Educação permitem ressaltar, necessitaria de aprofundamento pois não é facilmente inteligível um aumento das taxas de retenção em toda a escolaridade obrigatória e é, com certeza um factor de deterioração das condições sociais e educacionais da população portuguesa.

No 1º ciclo, embora a tendência do país e da Região coincidam, a evolução parece mostrar um desvio negativo da RLVT face ao valor nacional. Em 1999/00, a taxa de retenção escolar era relativamente maior no Continente relativamente à RLVT, mas no ano lectivo de 2000/01, a RLVT aproxima-se do registado a nível nacional (8,2% e 8,3% respectivamente). Refira-se que, para esta tendência em muito contribui o aumento significativo da taxa de retenção no Médio Tejo (de 6,2% para 9,2%) e a existência de taxas elevadas de retenção no 1º ciclo na Península de Setúbal (8,4%) e Lezíria do Tejo (9%).

Gráfico I
Taxa de retenção no 1º ciclo, anos lectivos 99/00 e 00/01



Fonte: DAPP - ME

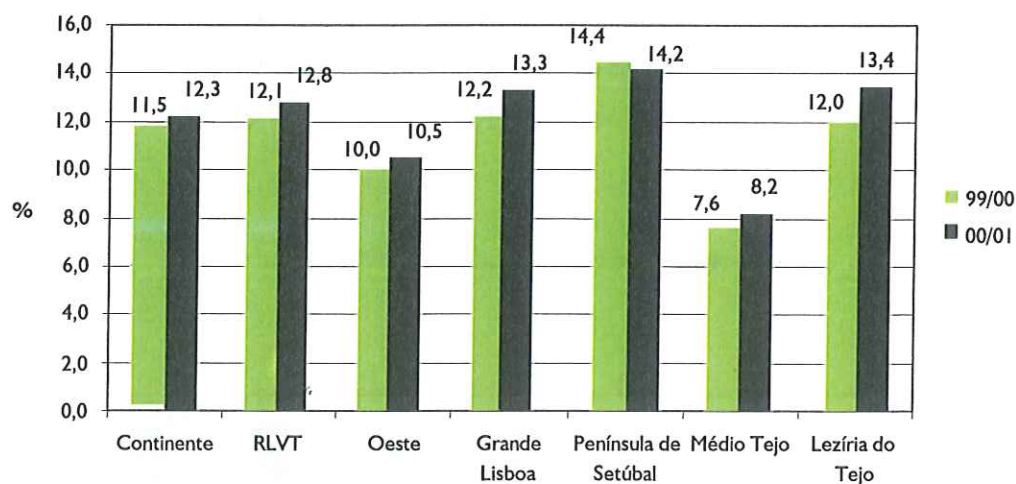
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 – Educação

No 2º ciclo, a retenção é ainda mais elevada e a tendência de crescimento é coincidente. Havendo maior diferença entre as várias sub-regiões note-se que apenas o Oeste e o Médio Tejo não apresentam insucessos superiores às médias nacionais. Mais uma vez a Península de Setúbal aparece com taxas elevadas pese embora o seu ligeiro decréscimo. Inversamente, o Médio Tejo apresenta neste indicador, valores bastante mais baixos do que aqueles que se identificam para toda a Região e no continente.

Gráfico 2

Taxa de retenção no 2º ciclo, anos lectivos 99/00 e 00/01



Fonte: DAPP - ME

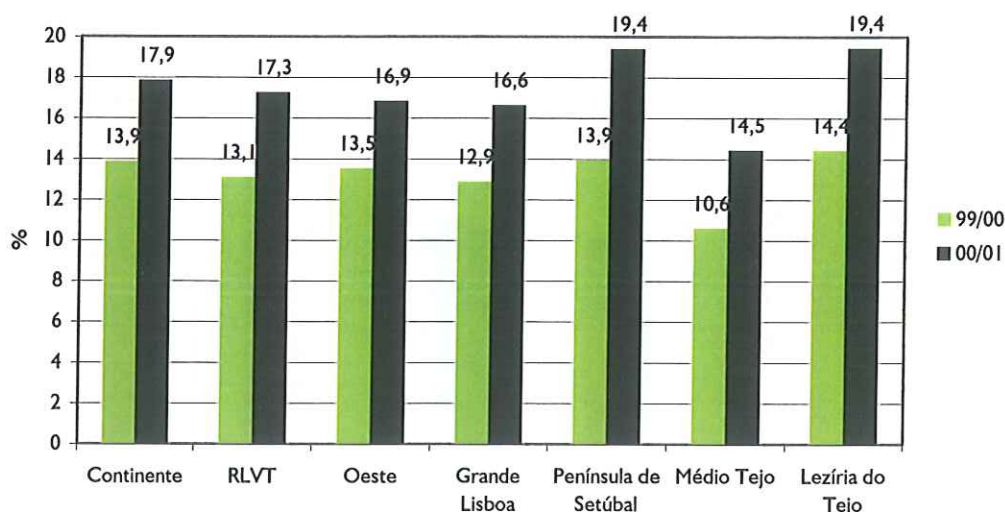
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 – Educação

As taxas de retenção escolar no 3º ciclo³ quase que duplicam comparativamente com as do 1º ciclo. Nos dois anos lectivos em análise, foi significativo o aumento neste indicador no Continente e na Região, com particular ênfase na Península de Setúbal e Lezíria do Tejo com valores neste indicador próximos dos 20%. O Médio Tejo manifesta-se, novamente, como a sub-região com valor mais baixo neste indicador, pese embora também tenha registado um aumento importante no período em análise – passou de 10,6% para 14,5%.

Gráfico 3

Taxa de retenção no 3º ciclo, anos lectivos 99/00 e 00/01



Fonte: DAPP - ME

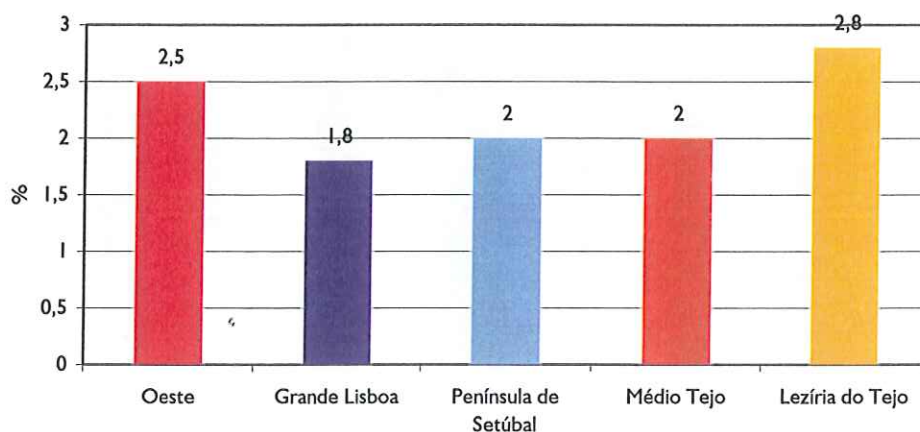
³ Não inclui para efeitos de cálculo da taxa os alunos inscritos em cursos profissionais de nível 2.

b) Abandono escolar

Também ao nível da análise do comportamento do indicador de abandono escolar, a situação na Região não é favorável. Em 2001, registava-se no país uma taxa de abandono de 1,7% quando, por comparação, todas as sub-regiões da RLVT tinham um valor mais elevado neste indicador. O Oeste e a Lezíria do Tejo são as sub-regiões com valores mais elevados, sendo a Grande Lisboa aquela que apresentava um valor mais próximo do registado a nível nacional (1,8%).

Gráfico 4

Abandono Escolar por sub-região, 2001



Fonte: DAPP - ME

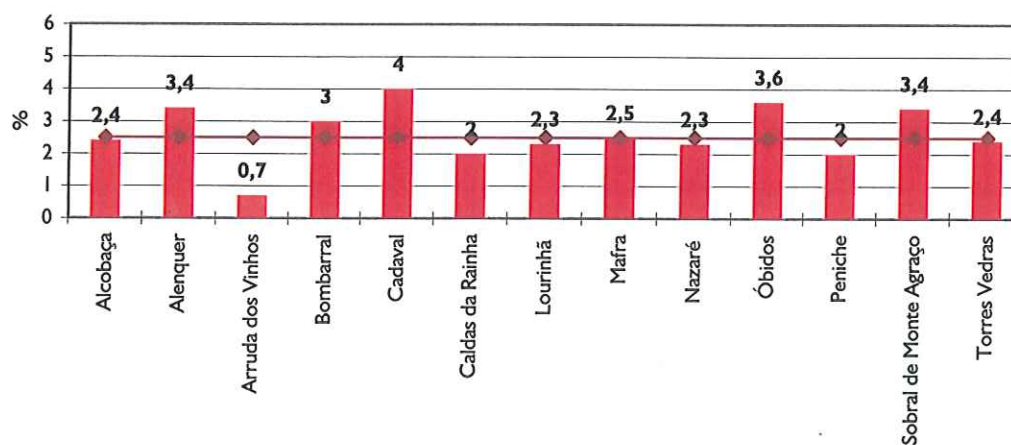
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 - Educação

No Oeste, os concelhos que registavam valores acima dos 3% na taxa de abandono escolar foram Alenquer, Cadaval, Óbidos e Sobral de Monte Agraço. O concelho de Arruda dos Vinhos, manifestava o valor mais baixo de toda a Região (0,7%).

Gráfico 5

Abandono Escolar (concelhos do Oeste), 2001



Fonte: DAPP - ME

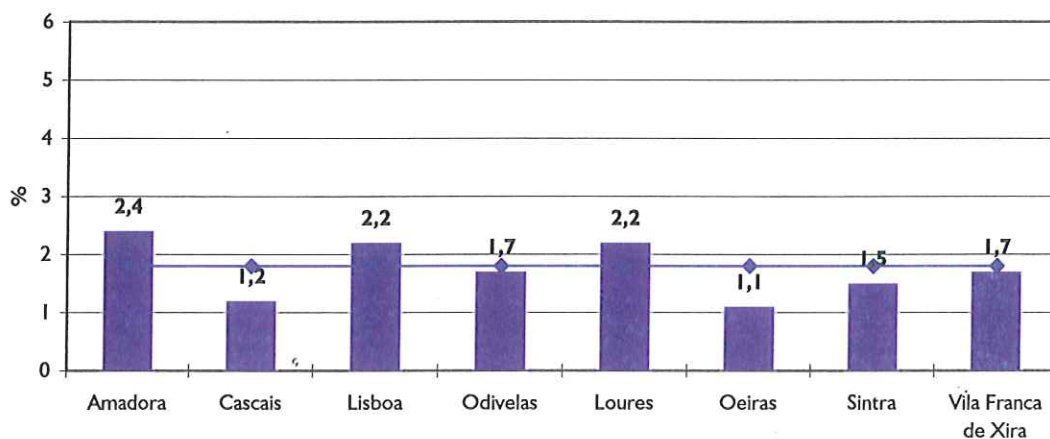
—◆— Oeste

C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 - Educação

Na **Grande Lisboa**, nenhum dos concelhos manifestava uma variação significativa da taxa de abandono escolar face à média sub-regional. A Amadora era o concelho com valor mais elevado (2,4%) e Oeiras registava o valor mais baixo da sub-região (1,1%).

Gráfico 6
Abandono Escolar (concelhos de Grande Lisboa),
2001



Fonte: DAPP - ME

◆ Grande Lisboa

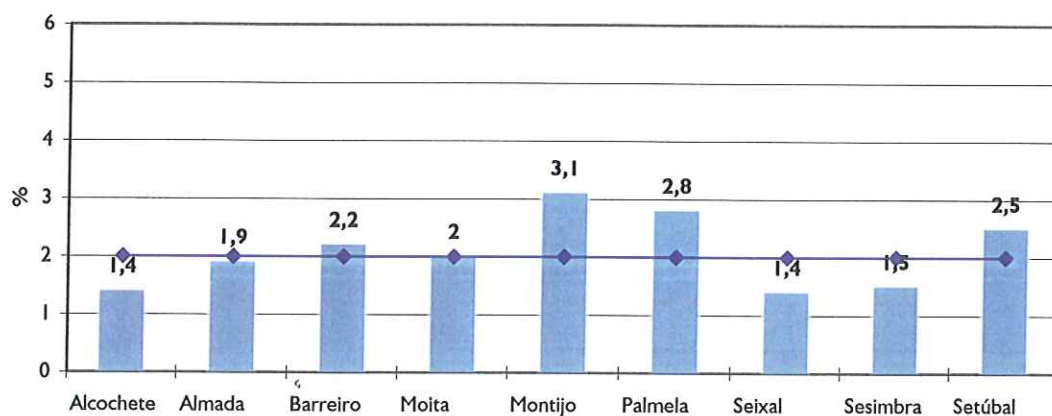
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 - Educação

Na **Península de Setúbal** destacava-se pela negativa os concelhos de Montijo e Palmela com os valores mais elevados na taxa de abandono escolar (3,1% e 2,8%, respectivamente). Alcochete e Seixal eram, por seu lado, os concelhos com taxas de abandono escolar mais baixas na sub-região (1,4%).

Gráfico 7

Abandono Escolar (concelhos da Península de Setúbal),
2001



Fonte: DAPP - ME

—◆— Península de Setúbal

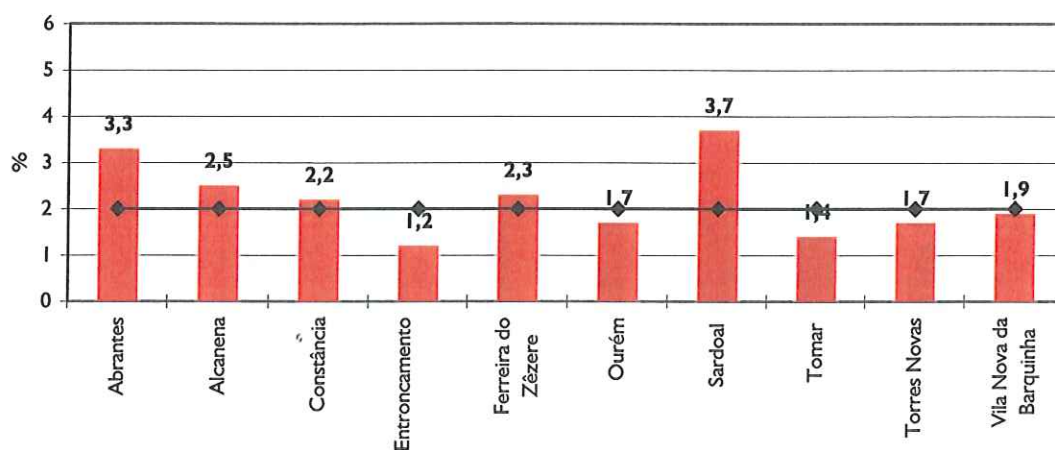
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 – Educação

No **Médio Tejo** os concelhos de Entroncamento e Tomar registavam os valores mais baixos de abandono escolar, mesmo abaixo do valor deste indicador a nível nacional (1,2% e 1,4% respectivamente). Inversamente, os concelhos de Abrantes e Sardoal tinham taxas de abandono escolar superiores a 3%.

Gráfico 8

Abandono Escolar (concelhos do Médio Tejo),
2001



Fonte: DAPP - ME

—◆— Médio Tejo

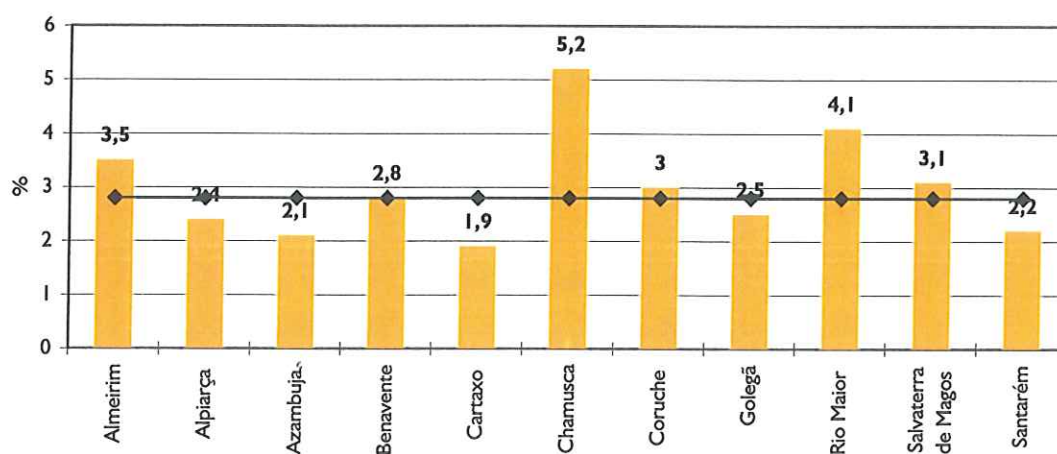
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 – Educação

A **Lezíria do Tejo** manifestava uma dispersão intra-concelhia importante nas taxas de abandono escolar. Em todos os concelhos o valor neste indicador era superior ao registado a nível nacional. Variava entre 1,9% (Cartaxo) e 5,2% (Chamusca). Com valores acima dos 4% se encontrava Rio Maior e acima dos 3% se situavam Almeirim e Salvaterra de Magos.

Gráfico 9

Abandono Escolar (concelhos da Lezíria do Tejo), 2001



Fonte: DAPP - ME

◆ Lezíria do Tejo

C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 – Educação

c) Alunos por ciclo de ensino

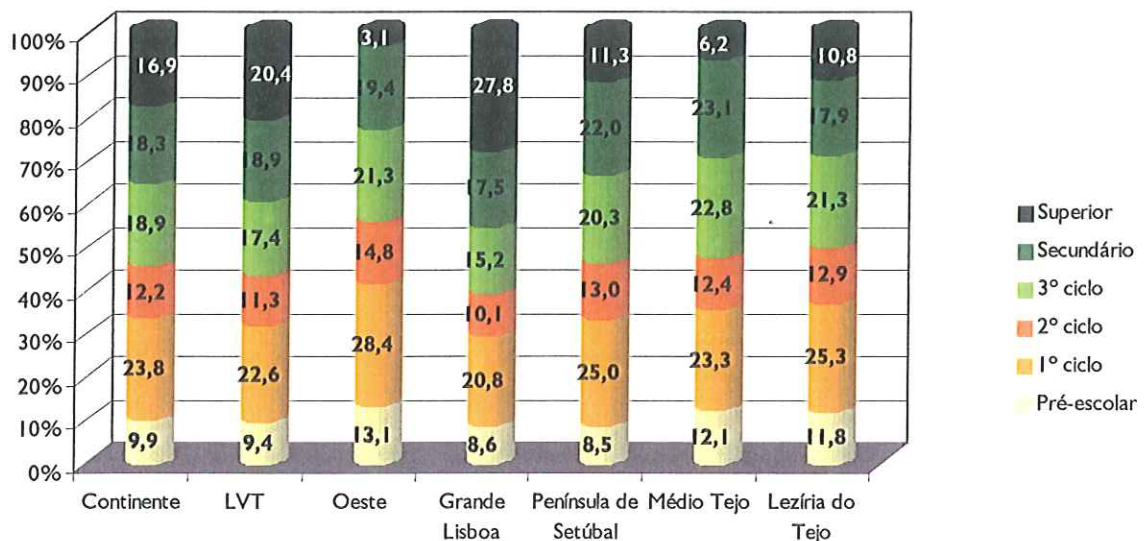
O peso do ensino superior tem vindo a ganhar lugar, para o que em muito contribui a presença alargada do ensino universitário na Grande Lisboa. Comparativamente, a RLVT dispõe de um peso de alunos inscritos no ensino superior bem mais elevado do que o registado no Continente. Apesar do decréscimo demográfico, na estrutura dos alunos matriculados na RLVT, apenas no grupo dos alunos do ensino secundário se vê diminuir o seu peso no conjunto dos estudantes.

Tal pode ficar a dever-se à alteração da pirâmide demográfica registada nas últimas décadas, cuja estabilização está em curso.

No entanto, é preciso verificar que em determinados estabelecimentos há alterações que se devem a alterações na oferta de equipamentos. É o caso do ensino pré-escolar que aumenta na Região. Essa conclusão retira-se não somente pelo aumento do valor relativo, mas sim pela variação positiva importante do número de alunos neste ciclo de ensino, em quase todas as sub-regiões da RLVT (constitui excepção a sub-região Oeste. Note-se que a variação dos alunos inscritos no pré-escolar entre o ano lectivo de 99/00 e 00/0, na RLVT foi de 5,1% e 4,4% no Continente.

Gráfico 10

Alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 99/00)



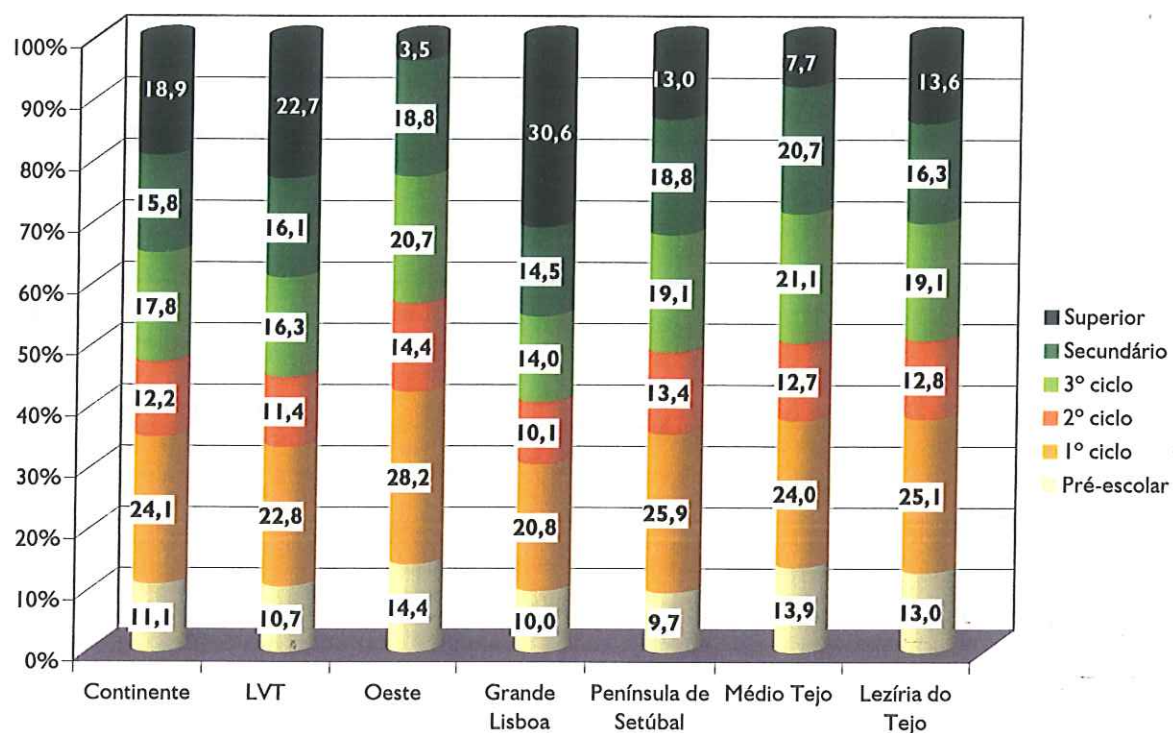
Fonte: DAPP-ME

C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 - Educação

Gráfico 11

Alunos, por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 00/01)



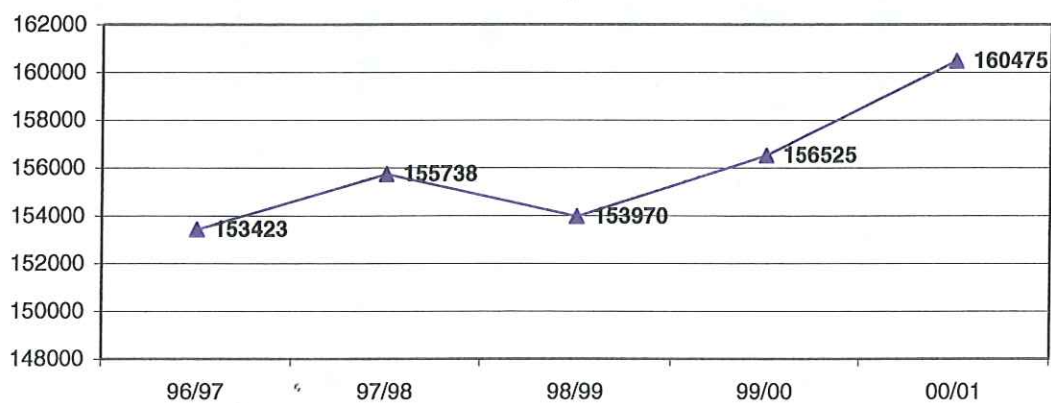
Fonte: DAPP - ME

d) Ensino universitário

Há um aumento lento do número de alunos inscritos no ensino superior (com exceção para o ano de 1998/99). Nos 5 anos considerados (1996/97 e 2000/01) inscrevem-se mais 7052 estudantes equivalendo a um aumento de cerca de 5%. O aumento dos alunos inscritos no ensino superior na estrutura da população escolar, traduziu-se num aumento importante, em termos absolutos destes alunos na RLVT.

Gráfico 12

Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na RLVT, 96/97 a 00/01



Fonte: DAPP-ME

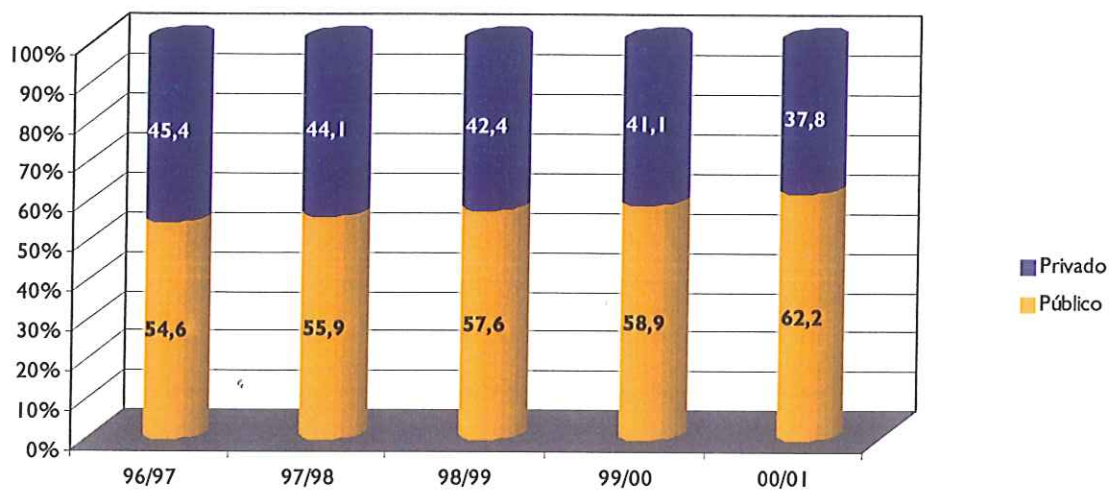
C.2- RECURSOS HUMANOS

C.2.1 – Educação

Continua a prevalecer o ensino superior público, que nos últimos anos mantém uma tendência de aumento do seu peso face ao ensino superior privado que apresenta um decréscimo acentuado.

Gráfico 13

Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na RLVT



Fonte: DAPP-ME

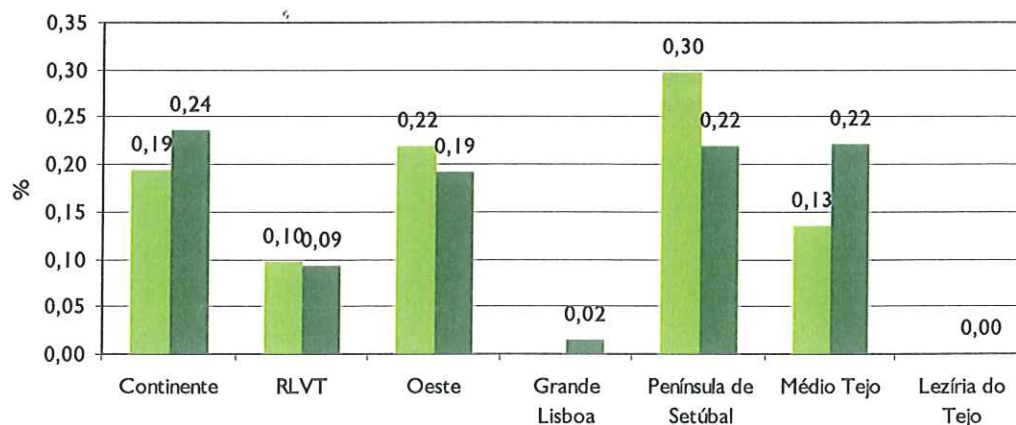
a) Alunos em ensino profissional

O Ensino profissional ainda ocupa uma posição muito tímida na Região. Se ao nível do ensino secundário, a percentagem de alunos inscritos no ensino profissional já assume um papel importante, com tendência de aumento (excepção feita à Lezíria do Tejo), o mesmo não se pode dizer do ensino profissional ao nível do 3º ciclo. No Continente o peso destes alunos aumentou na estrutura da população escolar, ao passo que na RLVT a tendência foi inversa.

Apenas no Médio Tejo se registou um aumento importante do peso dos jovens inscritos no 3º ciclo em ensino profissional, sendo, em paralelo, a sub-região em que é maior a percentagem de alunos inscritos neste tipo de ensino ao nível do secundário (representando 10,3% do total dos alunos deste nível de ensino, no ano lectivo 00/01).

Gráfico 14

Alunos do 3º ciclo inscritos em ensino profissional
(ano lectivo 99/00 e 00/01)



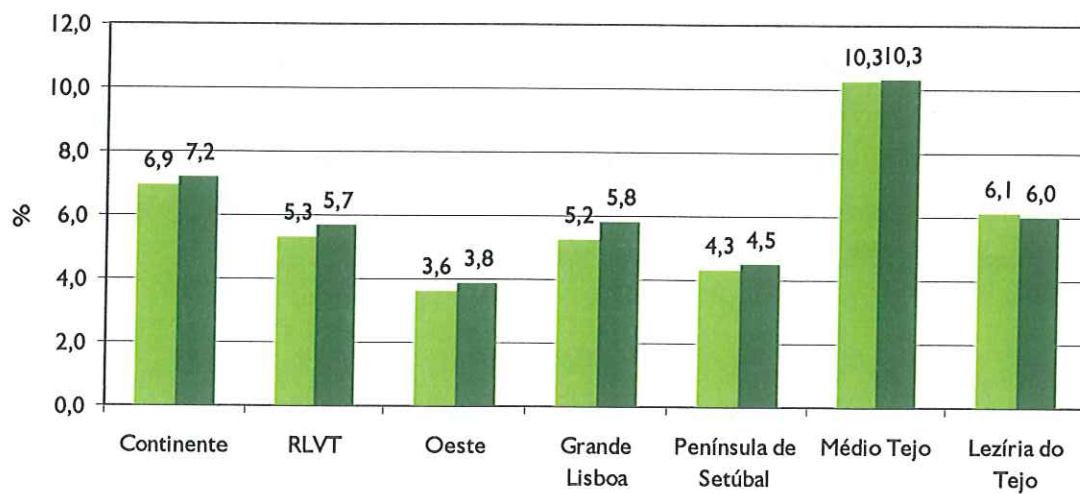
Fonte: DAPP - ME

■ 99/00 ■ 00/01

C.2 – RECURSOS HUMANOS
C.2.2 – Formação Profissional

Gráfico 15

Alunos do secundário inscritos em ensino profissional
(ano lectivo 99/00 e 00/01)



■ 99/00 ■ 00/01

Fonte: DAPP - ME

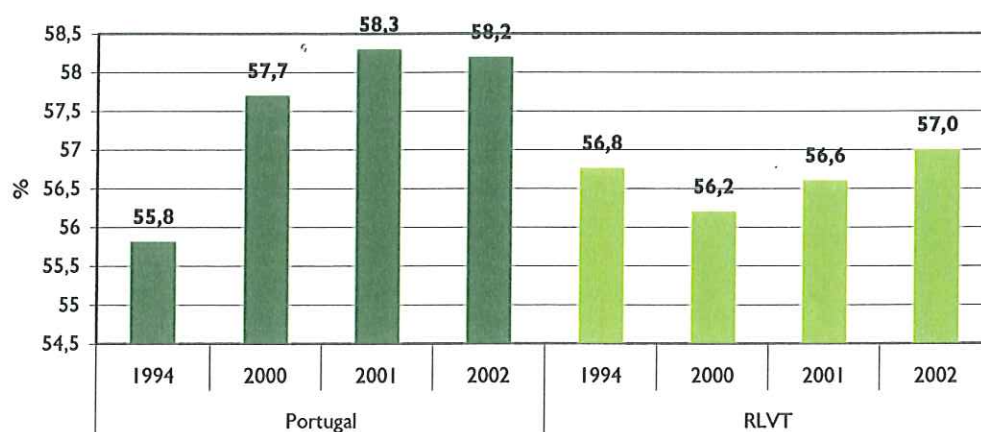
a) Taxa de actividade média anual: maior dinâmica de actividade das mulheres pese embora o peso mais elevado dos homens no mercado de trabalho

Na RLVT, as taxas de actividades médias anuais nos homens e nas mulheres têm, comparativamente com o país, comportamentos diferenciados. Enquanto que as taxas médias anuais dos homens são inferiores às médias nacionais, nas mulheres aproximam-se das médias.

Na RLVT, as taxas de actividades médias anuais nos homens, após um período de ligeiro decréscimo de 1994 para 2000, têm vindo a aumentar acompanhando o movimento do país (registre-se a “crise do ano 2000”). No entanto, a actividade masculina na Região ainda fica a um ponto percentual de distância dos valores médios registados a nível nacional. Em 2002, a RLVT apresentava uma taxa de actividade média anual masculina de 57%, enquanto que no país se situava em 58,2%.

Gráfico 16

Taxa de actividade média anual (Homens)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

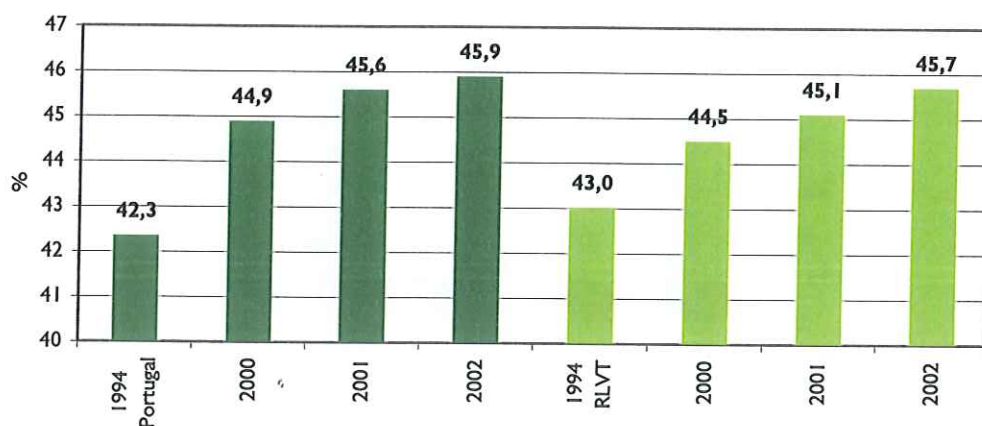
C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Já nas mulheres, apesar das médias regionais estarem relativamente abaixo dos valores a nível nacional, as taxas de actividade média anual têm vindo a aumentar desde 1994. A evolução neste indicador dá mostras claras da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, pese embora com valores bem mais reduzidos do que os registados no público masculino. Em 2002, a RLVT detinha uma taxa de actividade média anual feminina de 45,7% enquanto que no país o valor desse indicador era de 45,9%.

Gráfico 17

Taxa de actividade média anual (Mulheres)



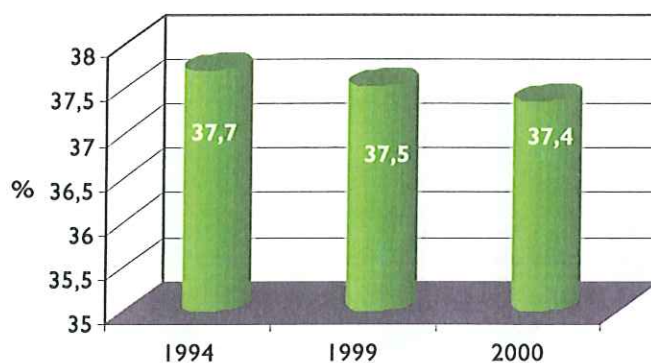
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

b) Capacidade empregadora regional: manutenção do lugar de Região empregadora

Apesar da Região continuar a albergar o grande peso do pessoal ao serviço das empresas face ao país, desde 1994 que se regista uma diminuição ligeira da sua capacidade empregadora. Quando comparamos a variação do pessoal ao serviço das empresas no país e na RLVT, verifica-se que a dinâmica a nível nacional na capacidade de criação de emprego é maior do que a registada na Região. Refira-se que entre 1999 e 2000, a variação do pessoal ao serviço das empresas no país foi de +4,7% e na RLVT de +4,2%.

Gráfico 18

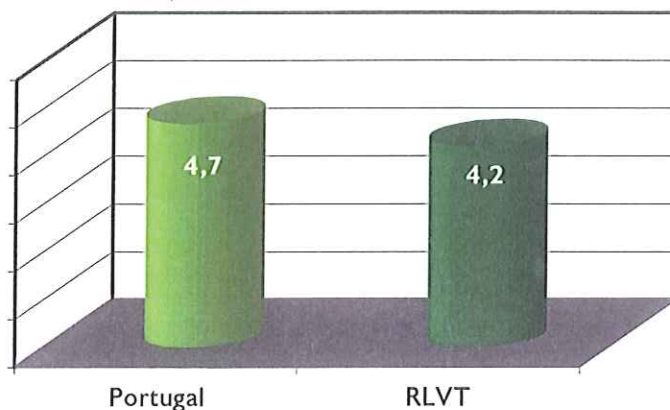
Pessoal ao serviço das empresas na RLVT face a Portugal



Fonte: Quadros de Pessoal- DEPP

Gráfico 19

Variação do pessoal ao serviço das empresas, RLVT e Portugal, 1999-2000



Fonte: Quadros de Pessoal- DEPP

C.2 – RECURSOS HUMANOS

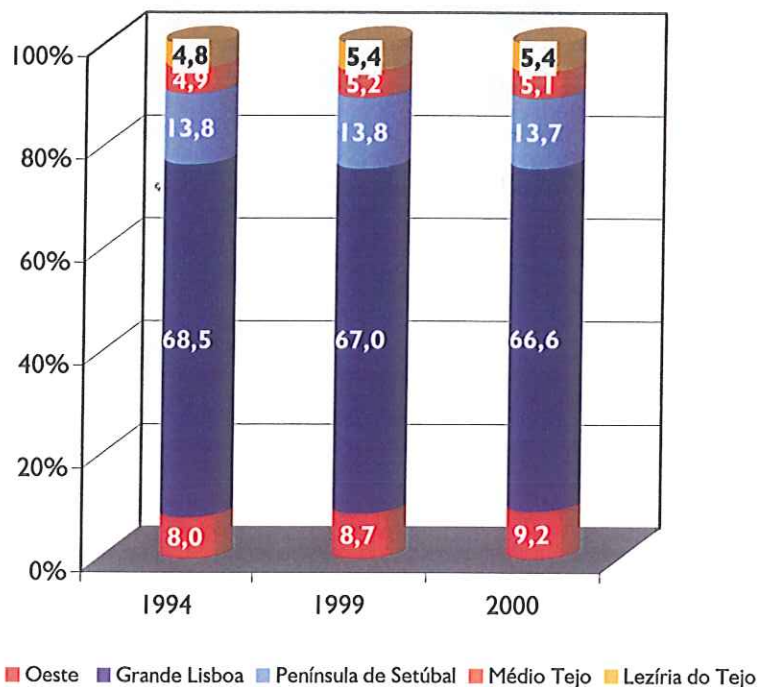
C.2.3 – Emprego e Desemprego

Na estrutura do pessoal ao serviço das empresas por sub-região, verifica-se uma perda, em termos relativos, do peso da Grande Lisboa, sendo a sub-região Oeste que lentamente parece ir conquistando um espaço próprio na criação de emprego a nível regional. Note-se que em 1994, o pessoal ao serviço das empresas do Oeste representava 8% do total da mão-de-obra regional, passando para 9,2% em 2000.

Também foi no Oeste que entre 1999 e 2000 se registou uma variação mais positiva do pessoal ao serviço das empresas ultrapassando largamente a média regional e nacional (situou-se em 9,2%). Acompanha esta tendência bastante positiva a Lezíria do Tejo que no período em análise aumentou 6% do seu pessoal ao serviço das empresas.

Gráfico 20

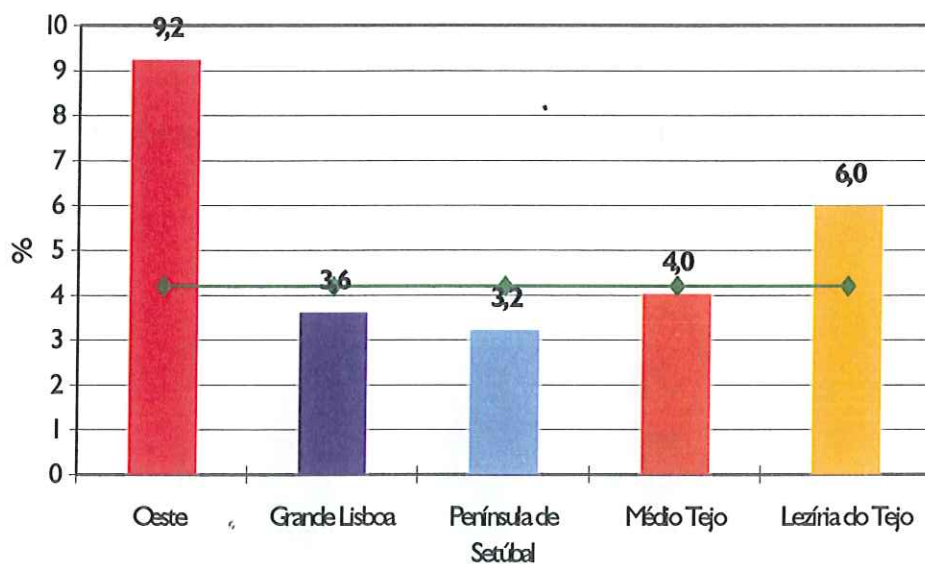
Peso do pessoal ao serviço das empresas por sub-região, face à RLVT



Fonte: Quadros de Pessoal- DEPP

Gráfico 21

Variação do pessoal ao serviço nas empresas, por sub-região,
1999-2000



◆ RLVT

Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

C.2 – RECURSOS HUMANOS

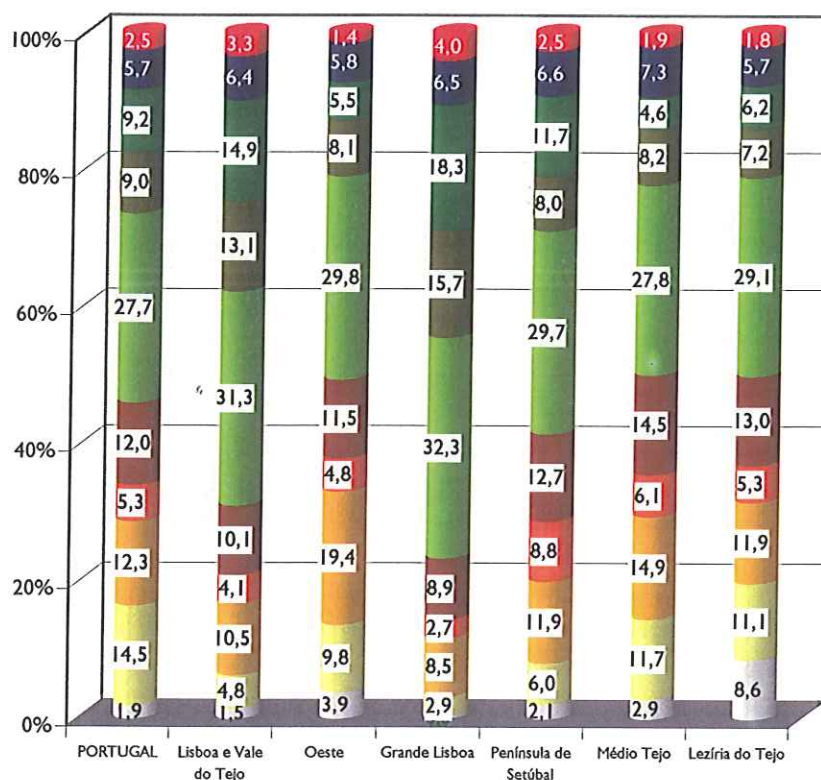
C.2.3 – Emprego e Desemprego

c) Pessoal segundo a actividade económica: construção civil e restauração principais sectores de ocupação da mão-de-obra

As actividades a nível regional que garantem mais de metade do pessoal ao serviço das empresas eram, em 2000, a construção civil e obras públicas, hotéis e restauração, seguindo o sector dos transportes, armazenagem e restauração. Para este perfil muito contribui a Grande Lisboa com o seu contínuo peso maioritário na criação de emprego regional (que nestes sectores empregava mais de 60% do seu pessoal ao serviço).

Gráfico 22

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas, por CAE e sub-região, 2000



0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

Fonte: Quadros de Pessoal- DEPP

Legenda:

0: Actividades mal definidas; 1: Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca; 2: Indústrias Extractivas; 3: Indústrias Transformadoras ; 4: Electricidade, Gás, Água; 5: Construção e Obras Públicas; 6: Comércio por grosso e a retalho, Restaurantes e Hotéis; 7: Transportes, armazenagem e comunicações; 8: Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas; 9: Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais.

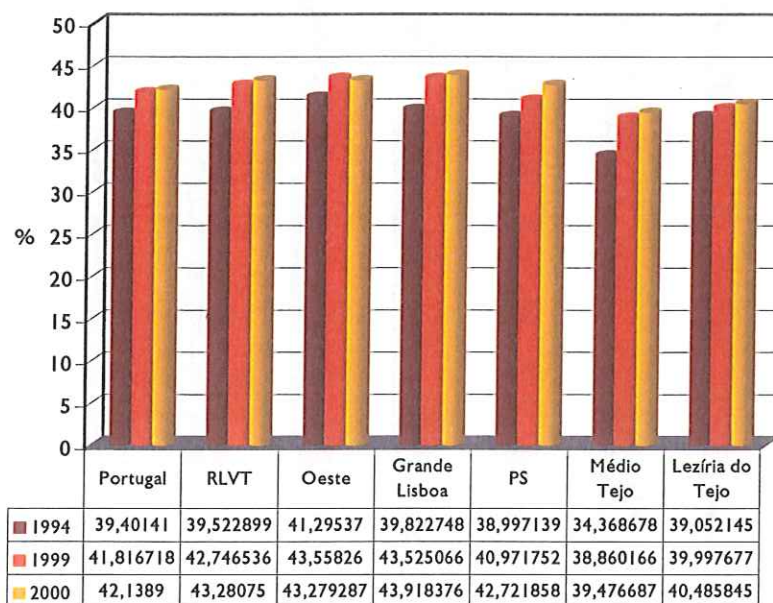
d) Taxa de feminização do emprego: feminização do mercado de trabalho

A inserção das mulheres no mercado de trabalho também se revela superior na RLVT face a Portugal. Regra geral, desde 1994, que o peso das mulheres ao serviço das empresas têm vindo a aumentar (constitui excepção o Oeste, em que a percentagem de mulheres ao serviço das empresas diminuiu, se bem que de forma muito ligeira, entre 1999 e 2000).

Note-se, no entanto, que as sub-regiões do Vale do Tejo ainda manifestam uma posição relativamente periférica neste indicador, sendo que as mulheres ao serviço das empresas ainda representam um peso mais baixo do que o registado a nível regional e nacional.

Gráfico 23

Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas, por sub-regiões



Fonte: Quadros de Pessoal- DEPP

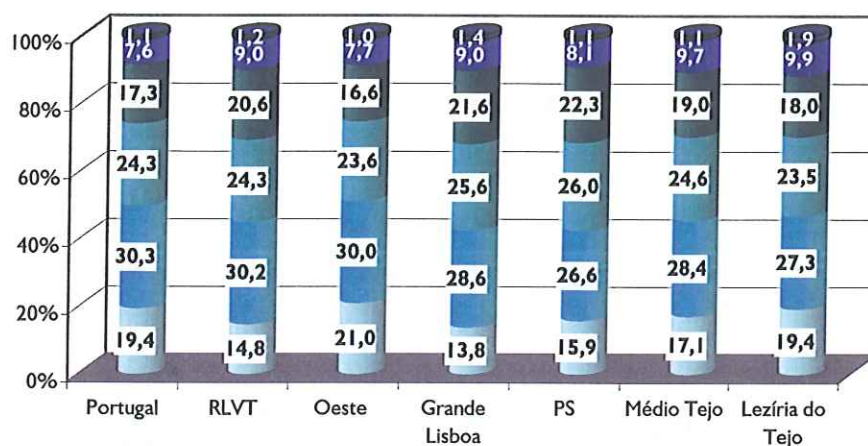
e) Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas

A RLVT manifesta variações muito pouco significativas na evolução da estrutura etária do pessoal ao serviço das suas empresas.

É no Oeste e Lezíria do Tejo que, no conjunto do pessoal ao serviço das empresas, se denota um maior peso dos jovens com idade inferior a 25 anos, se bem que nesta última sub-região também se registre a maior percentagem de pessoal ao serviço com mais de 55 anos. A Grande Lisboa tem-se mantido como a sub-região que no conjunto do seu pessoal alberga uma menor percentagem de jovens.

Gráfico 24

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1994



■ <25 ■ 25-34 ■ 35-44 ■ 45-54 ■ 55-64 ■ 65 e mais

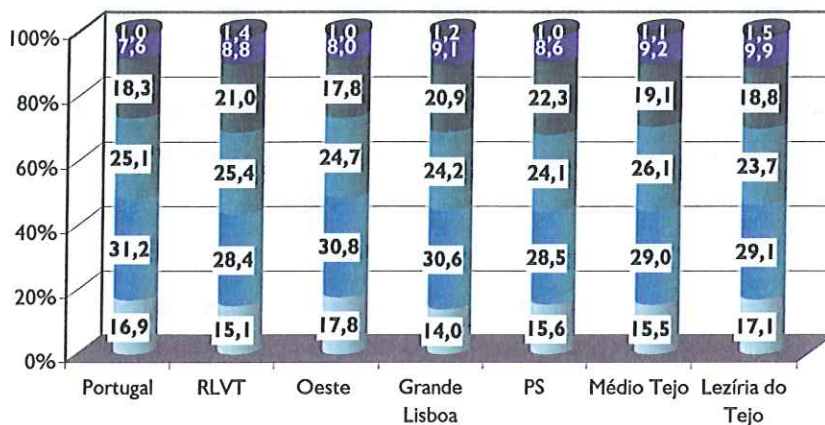
Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 25

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 1999

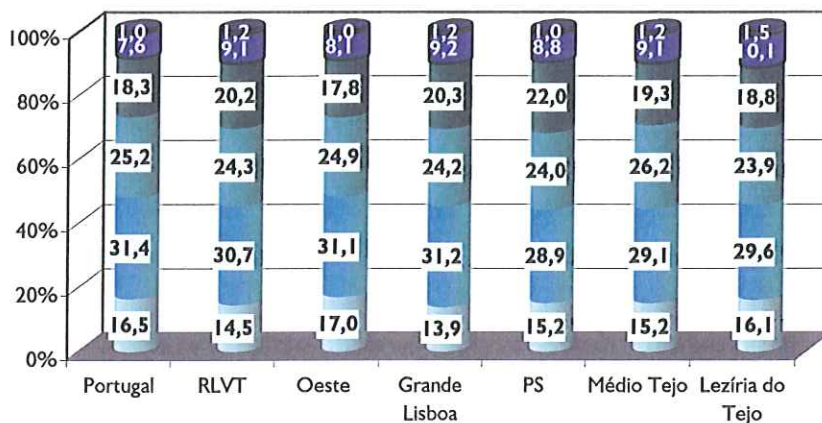


«25 25-34 35-44 45-54 55-64 65 e mais

Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

Gráfico 26

Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, 2000



«25 25-34 35-44 45-54 55-64 65 e mais

Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

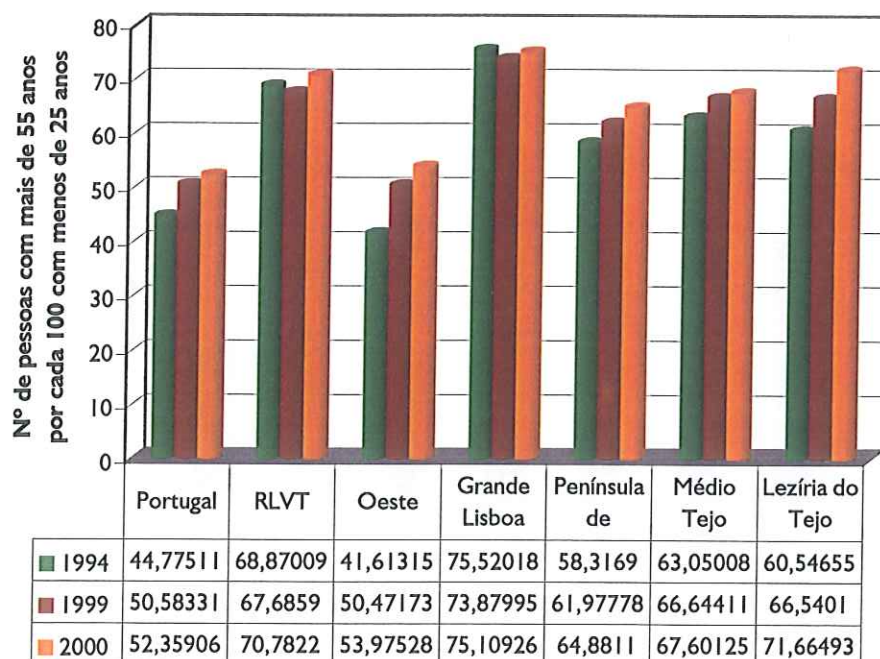
f) Índice de envelhecimento da mão-de-obra: Uma mão-de-obra em envelhecimento

A análise da relação entre o número de pessoas ao serviço das empresas com mais de 55 anos por cada 100 com menos de 25 anos, permite verificar uma tendência ligeira de envelhecimento da mão-de-obra, mais perceptível entre 1999 e 2000. Quando comparada a RLVT com o país, conclui-se pela existência de uma estrutura bem mais envelhecida.

Ao nível intra-regional a tendência de envelhecimento do pessoal ao serviço das empresas é generalizada, pese embora siga as tendências igualmente registadas no país. A Grande Lisboa é a sub-região que mais contribui para esta tendência, sendo o Oeste a sub-região com um menor índice de envelhecimento da sua mão-de-obra – em 2000, apresentava uma relação de 54 pessoas ao serviço das empresas com mais de 55 anos, por cada 100 com menos de 25 anos.

Gráfico 27

Índice de envelhecimento do pessoal ao serviço das empresas, por região



Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

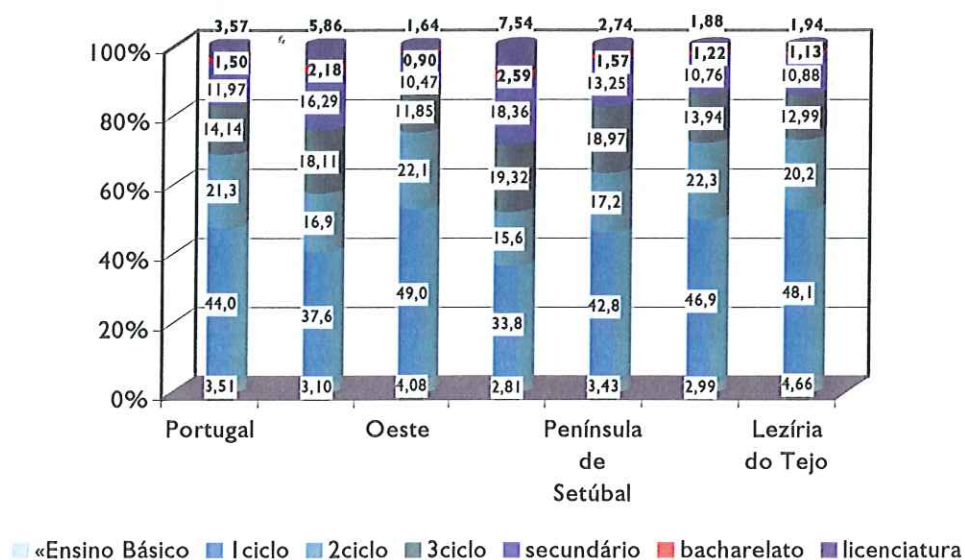
g) Escolarização da mão-de-obra: Comparativamente, uma mão-de-obra mais qualificada

É notável o aumento dos níveis de escolarização do pessoal ao serviço das empresas nos últimos anos. Tal traduz-se quer ao nível nacional, mas com particular ênfase na RLVT. A título de exemplo, refira-se que em 1994, 8,1% da mão-de-obra tinha o ensino superior (bacharelato e licenciatura), passando esse valor para 11,9% em 2000. Nos mesmos anos este indicador cifrava-se, em Portugal, em 5,1% e 7,8%, respectivamente.

No entanto, há diferenças na estrutura intra-regional de escolarização da mão-de-obra. Se é visível, para todas as sub-regiões, um aumento dos níveis de habilitações do pessoal ao serviço das empresas, é na Grande Lisboa que se situa a maior percentagem dos qualificados da Região. Em 2000, mais de 60% desse pessoal tinha como nível de ensino mínimo o 3º ciclo, nesta sub-região – sendo que mais de 15% tinha o nível superior. Para as restantes sub-regiões, os níveis de ensino atingidos pela maioria da mão-de-obra são bem mais baixos, com particular destaque para as sub-regiões Oeste e do Vale do Tejo, com aproximadamente 60% com o 2º ciclo como nível máximo de ensino atingido.

Gráfico 28

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por sub-região, 1994



Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 29

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por sub-região, 1999

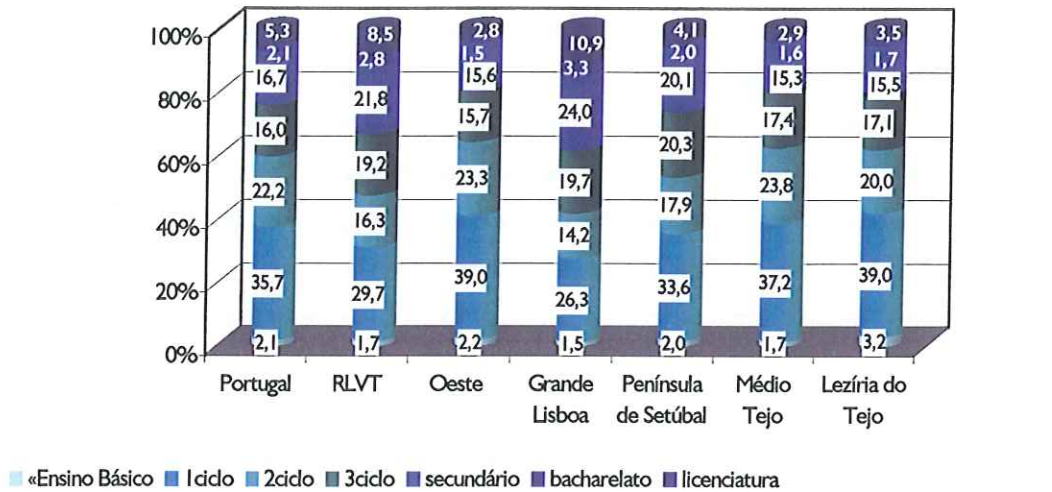
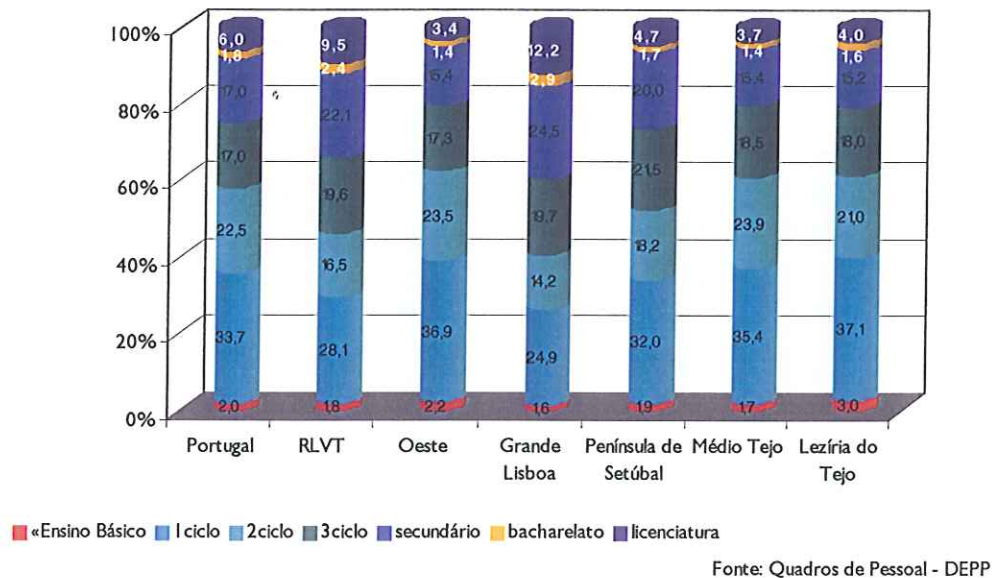


Gráfico 30

Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por sub-região, 2000

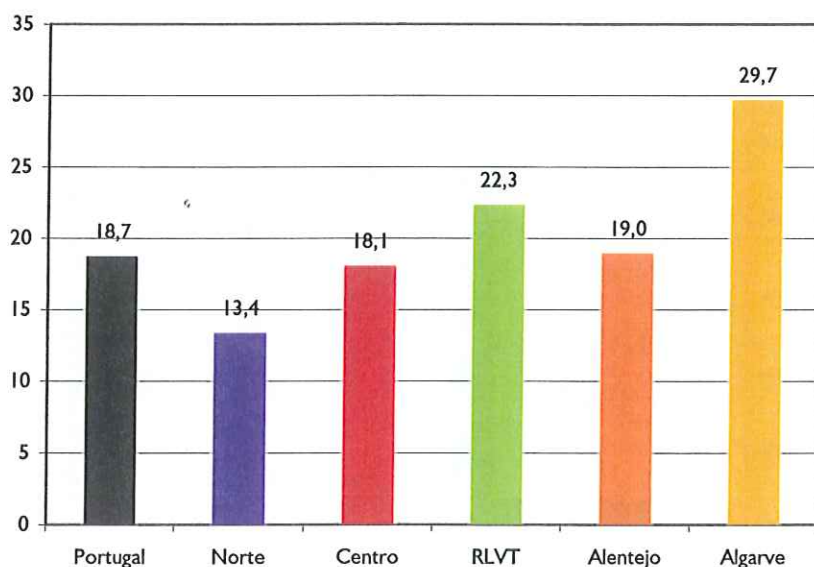


h) Trabalhadores com contrato a termo certo: a segunda Região depois do Algarve

Já no relatório de comparação das regiões europeias se dava conta do posicionamento da RLVT face às capitais europeias, tendo-se registado que no conjunto era a RLVT que manifestava uma maior percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo. Este é um indicador que nos permite aferir de algum nível de precariedade da inserção no mercado de trabalho. No quadro nacional, é o Algarve que apresenta uma maior percentagem de trabalhadores nestas condições, seguindo-se então a RLVT. Na Região, era a Península de Setúbal que, em 2000, apresentava uma maior percentagem de trabalhadores com contrato a termo certo (26,1%), seguindo-se a Grande Lisboa (22,6%).

Gráfico 31

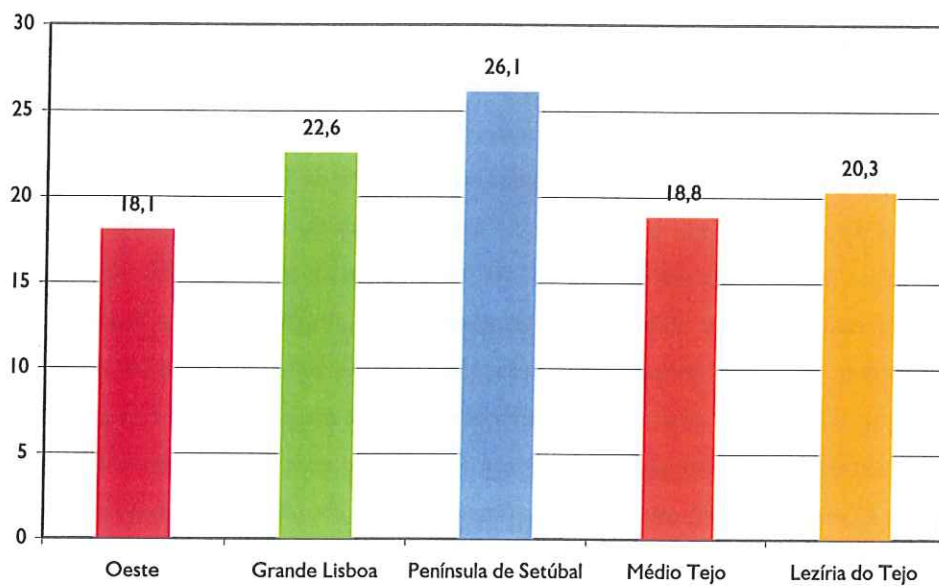
Trabalhadores com contrato a termo certo, em 2000
(regiões do País)



Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

Gráfico 32

Trabalhadores com contrato a termo certo, em 2000 (sub-regiões da RLVT)



Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

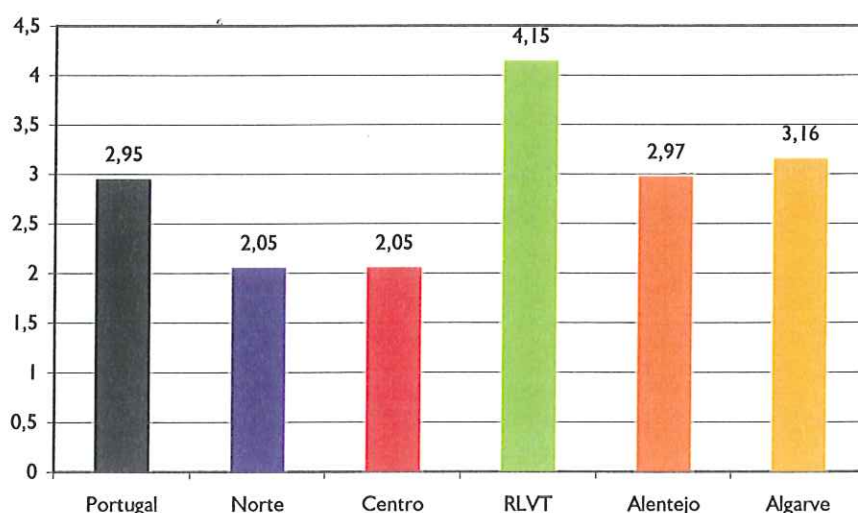
i) Trabalhadores a tempo parcial: Opção ou obrigação?

O indicador relativo à percentagem de trabalhadores a tempo parcial pode ter leitura diferenciadas consoante o contexto sócio-económico a que se reporta. Assim, em países mais desenvolvidos, o tempo parcial é visto como uma opção face a modos de vida diversificados que complementarizam, nomeadamente nas mulheres, a vida profissional com a vida familiar. No entanto, em economias mais frágeis, muitas vezes o tempo parcial traduz-se no 'último recurso' dos trabalhadores quando não conseguem ter garantida a sua inserção no mercado de trabalho através de um regime de *full time*.

No quadro nacional, pese embora não se conheçam trabalhos de investigação sobre esta temática, o conhecimento empírico leva-nos à conclusão de que o regime de trabalho a tempo parcial se traduz maioritariamente, salvo exceções específicas, na única opção de inserção. Um regime de trabalho a tempo parcial tem, no nosso contexto, necessariamente implicações sobre a qualidade de vida das famílias que vêm os seus orçamentos reduzidos pela impossibilidade de trabalho a tempo inteiro. A RLVT manifesta, a este nível, uma das suas debilidades ao nível nacional, sendo a Região com um maior peso de trabalhadores inseridos por via deste regime (4,2% contra os 3% a nível nacional). Para esta situação contribui muito o perfil de inserção da Grande Lisboa, com 4,74% dos seus trabalhadores neste regime, em 2000.

Gráfico 33

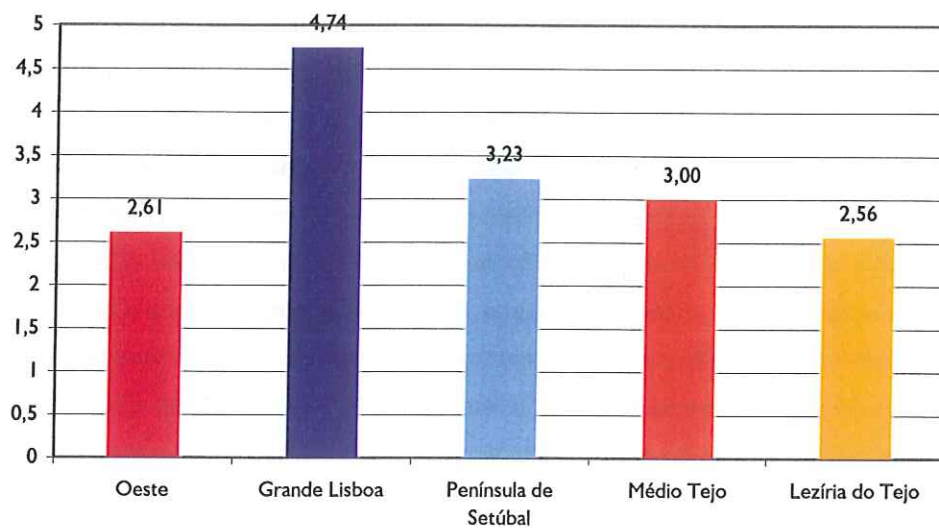
Trabalhadores a tempo parcial, em 2000 (regiões do País)



Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

Gráfico 34

Trabalhadores a tempo parcial, em 2000 (sub-regiões da RLVT)



Fonte: Quadros de Pessoal - DEPP

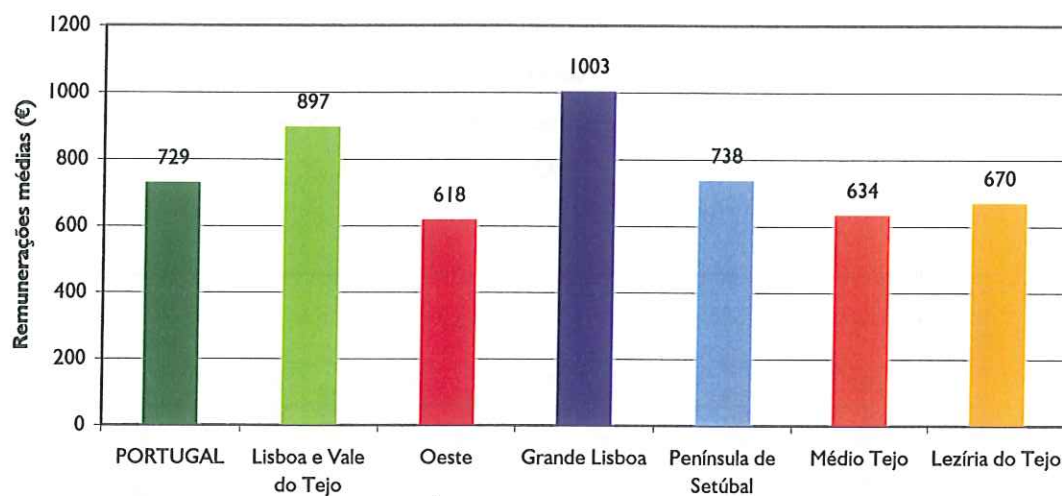
j) Remunerações: Grande diversidade interna à Região

Tal como vem sendo tendência a RLVT consegue assegurar remunerações mais elevadas aos seus trabalhadores, por comparação com a média nacional. No entanto, mais uma vez é a Grande Lisboa que influenciam essa média. Em 2000, a diferença das remunerações médias mensais entre a RLVT e Portugal era de aproximadamente de 170 euros. As remunerações médias na Grande Lisboa cifravam-se em 1003 euros. No entanto, mantêm-se as disparidades intra-regionais, com remunerações médias do Oeste e Médio Tejo a ultrapassarem ligeiramente os 600 euros. À semelhança das conclusões retiradas no relatório 0, há dois concelhos na Região que mantêm remunerações médias bem mais elevadas do que a média regional e que a fazem elevar para os valores enunciados, a saber: Lisboa e Oeiras. No entanto, com remunerações médias mensais superiores à média da Região, estes concelhos fazem-se 'acompanhar' do concelho da Azambuja, o terceiro concelho com valores mais elevados neste indicador (904 euros). A discrepância interna da Região, a este nível, é de tal modo elevada que, por exemplo, as remunerações médias mensais do pessoal ao serviço das empresas, em 2000, eram de 1147 euros em Oeiras e de 506 euros no Sardoal.

Pese embora não se tenha feito um cruzamento que nos permita medir da efectiva relação entre estas variáveis, existirá uma relação efectiva entre a estrutura de habilitações de cada sub-região e a compensação remuneratória dos seus trabalhadores.

Gráfico 35

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

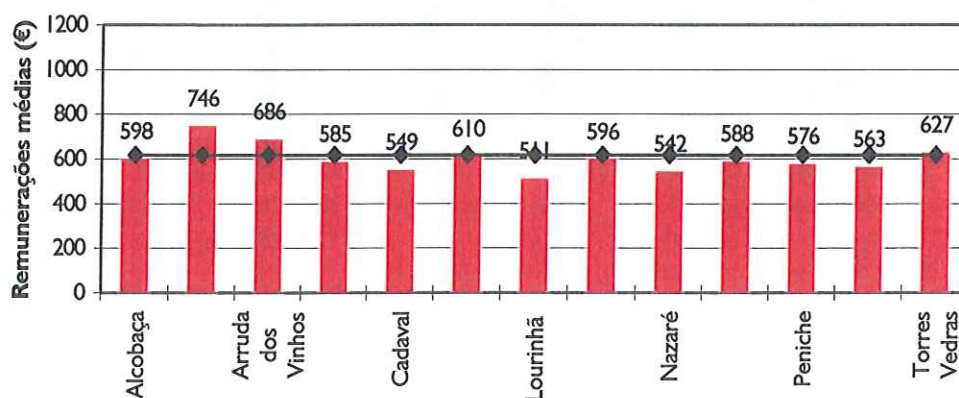
C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

No **Oeste**, não se evidenciam discrepâncias assinaláveis nas remunerações médias mensais dos trabalhadores nos vários concelhos da sub-região. Apenas Alenquer, Arruda dos Vinhos e Torres Vedras ultrapassam a média sub-regional, mas os restantes concelhos também não diferem significativamente dessa média, com excepção da Lourinhã com remunerações médias mensais na ordem dos 511 euros, em 2000.

Gráfico 36

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000
(Oeste)



Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

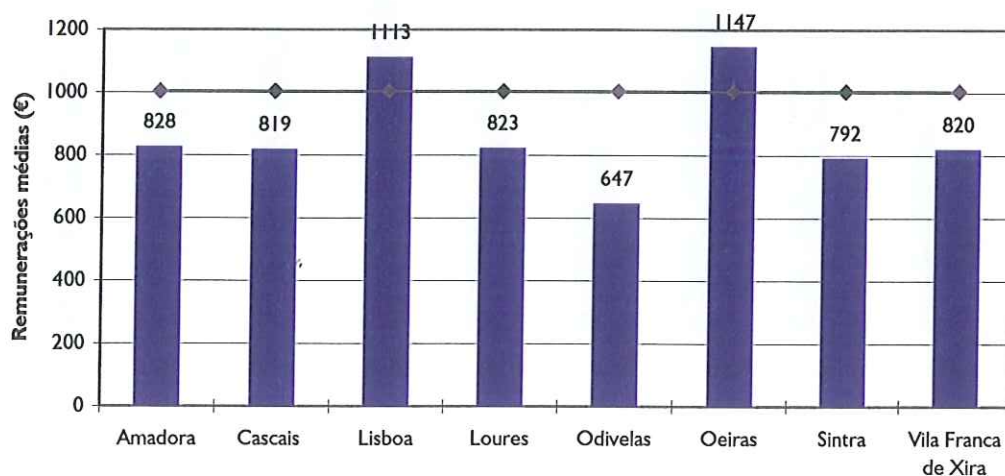
◆ Oeste

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Já na **Grande Lisboa** as diferenças de remunerações entre concelhos são significativas. Como referido, Lisboa e Oeiras pontuam-se no topo dos concelhos da RLVT que melhor remuneraram os seus trabalhadores (com remunerações médias mensais acima dos 1100 euros, em 2000). Praticamente todos os restantes concelhos apresentavam médias próximas dos 800 euros. Constitui excepção o concelho de Odivelas, que apresentava um valor de 647 euros, como remuneração média mensal dos seus trabalhadores ao serviço das empresas.

Gráfico 37
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000
(Grande Lisboa)



Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

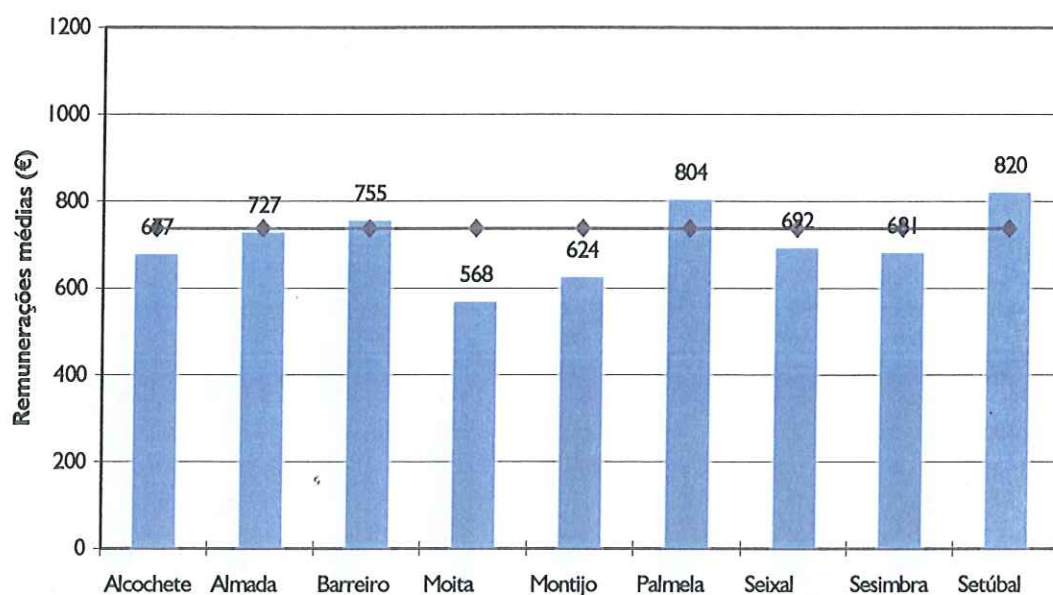
◆ Grande Lisboa

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

A **Península de Setúbal** ocupa uma posição igualmente positiva na RLVT, sem grandes diferenciações ao nível interno. Constitui exceção o concelho da Moita que, em 2000, não atingia os 600 euros nas remunerações médias mensais dos seus trabalhadores. No topo destacam-se os concelhos de Palmela e Setúbal com valores neste indicador superiores a 800 euros.

Gráfico 38
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000
(Península de Setúbal)



◆ Península de Setúbal

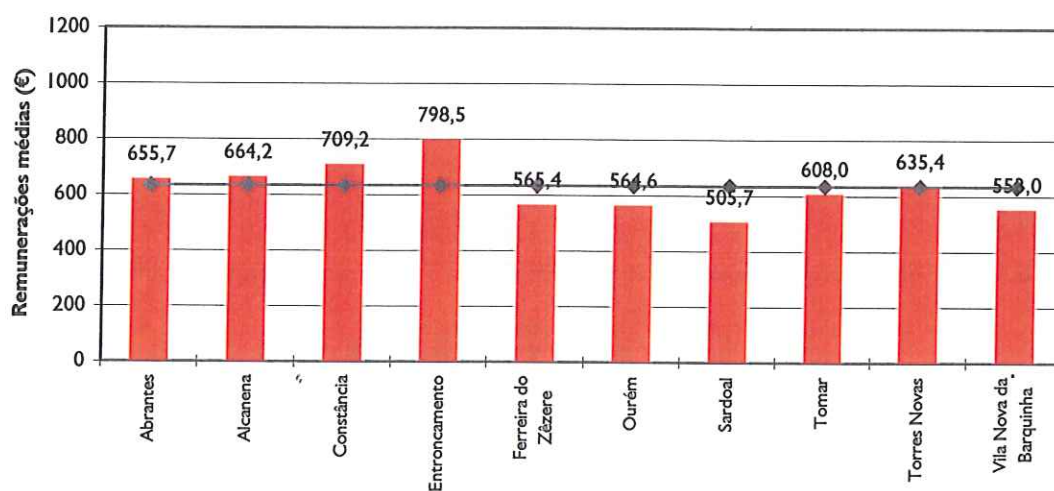
Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

O **Médio Tejo** apresenta-se como a sub-região menos atractiva em termos das remunerações dos seus trabalhadores. Em nenhum concelho, em 2000, se superava os 800 euros como remuneração média mensal dos trabalhadores, ficando próximo deste valor apenas o concelho do Entroncamento. Em quatro dos 10 concelhos não se atingia os 600 euros como média de remunerações mensais, a saber: Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal e Vila Nova da Barquinha

Gráfico 39
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000
(Médio Tejo)



Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

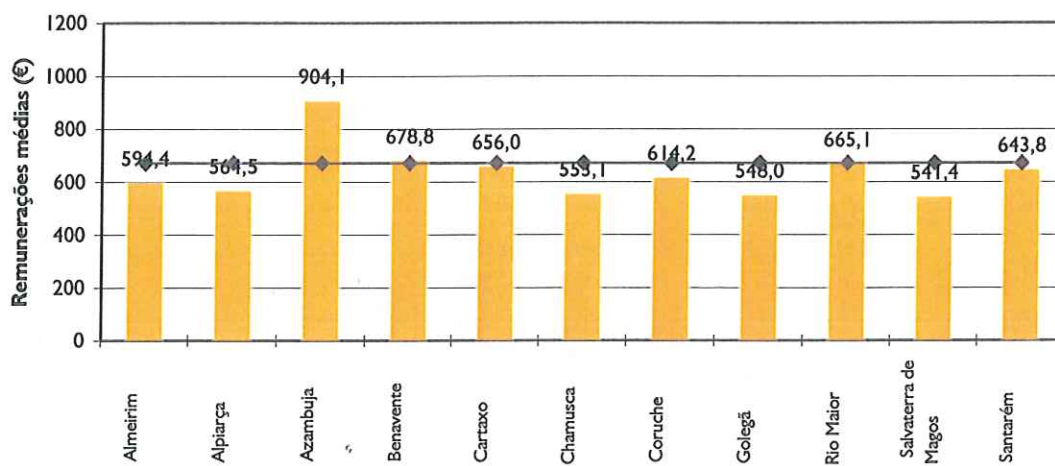
◆ Médio Tejo

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Na **Lezíria do Tejo**, um dos concelhos se destaca dos restantes com remunerações médias mensais acima dos 900 euros, nomeadamente o concelho da Azambuja. A ultrapassar a média sub-regional apenas acompanhava este concelho o de Benavente.

Gráfico 40
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000
(Lezíria do Tejo)



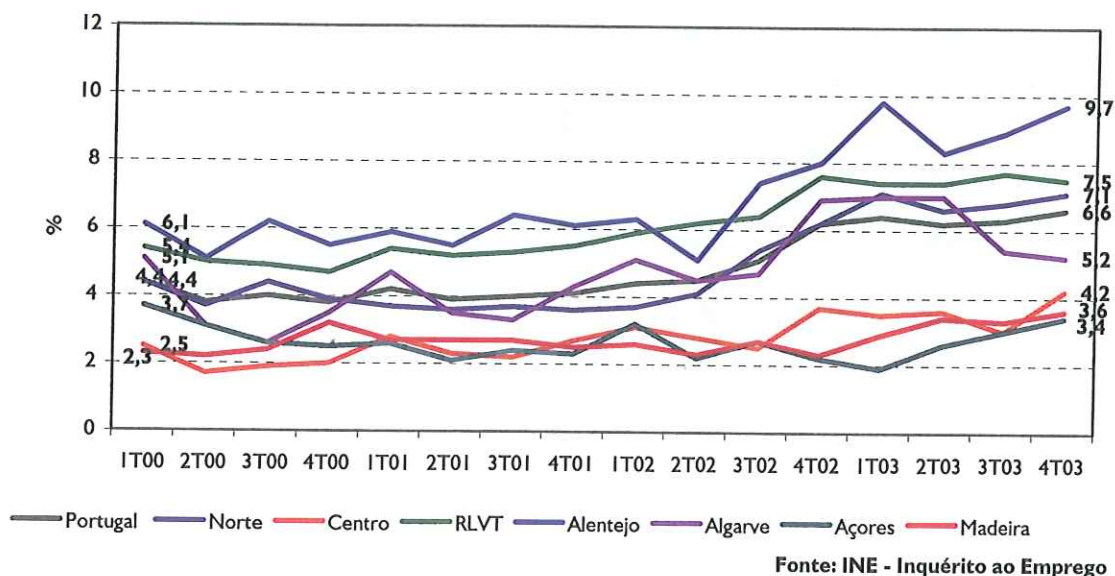
Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

◆ Lezíria do Tejo

k) Desemprego: A segunda Região depois do Algarve

A RLVT pontuava-se, no final de 2003, de acordo com os resultados do Inquérito ao Emprego, como a segunda Região do país com maiores taxas de desemprego do país (7,5%). O que parece distinguir esta Região das restantes a nível nacional é a inexistência de variações diferenciadas de carácter sazonal. Após um ano de baixa continuada de taxa de desemprego, em 2000, desde então o valor deste indicador tem vindo a aumentar gradualmente, pese embora tenha diminuído ligeiramente no último trimestre analisado.

Gráfico 41
Taxa de desemprego, 2000 a 2003 (valores trimestrais)



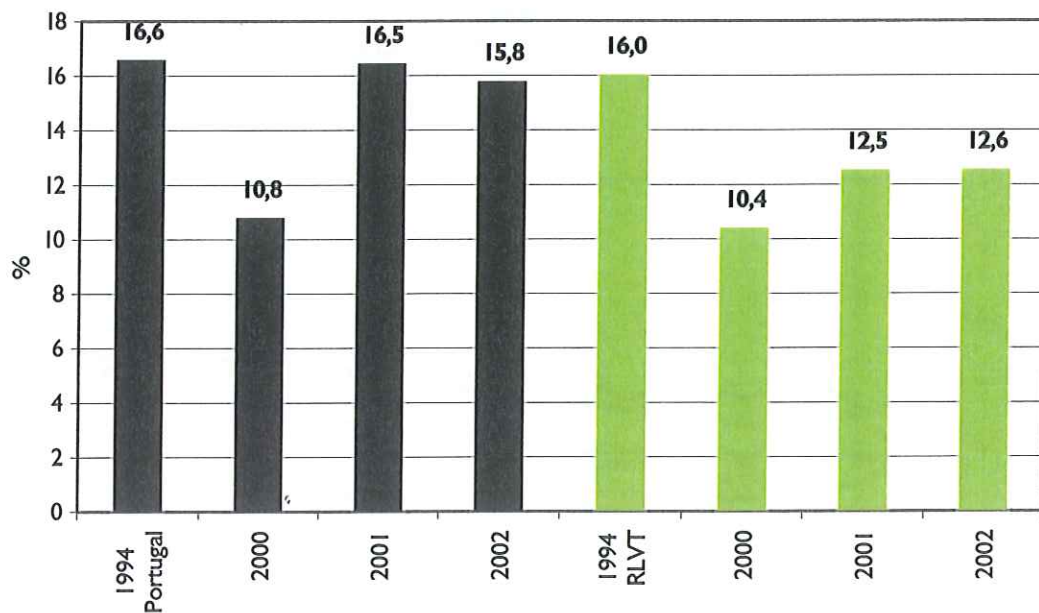
C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

No perfil do desemprego daqueles que procuram o primeiro emprego, a diferença da Região face ao país é importante. Se bem que, quer na RLVT e em Portugal, a percentagem desses desempregados manifeste tendência de estabilização, o seu peso na RLVT é bastante mais baixo do que o registado no país. Em 2002, a percentagem de desempregados à procura do 1º emprego era na RLVT de 12,6%, e em Portugal de 15,8%.

Gráfico 42

Peso dos desempregados à procura do 1º emprego na estrutura de desemprego



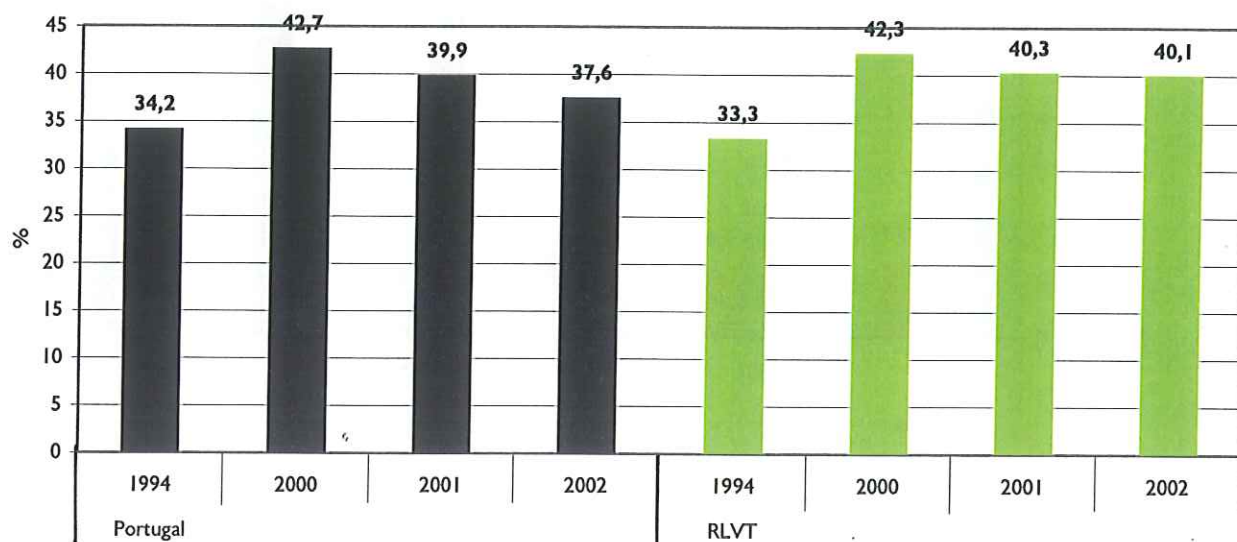
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

No desemprego de longa duração, a tendência na Região parece de ligeira estabilização da sua percentagem no conjunto dos desempregados, quando no país tem vindo a diminuir gradualmente e a manifestar valores mais baixos do que aqueles registados para a RLVT. Em 2002, 40,1% dos desempregados da RLVT procuravam emprego há mais de um ano, quando em Portugal essa percentagem se cifrava em 37,6%.

Gráfico 43
Peso dos desempregados há mais de 1 ano, na estrutura de desemprego



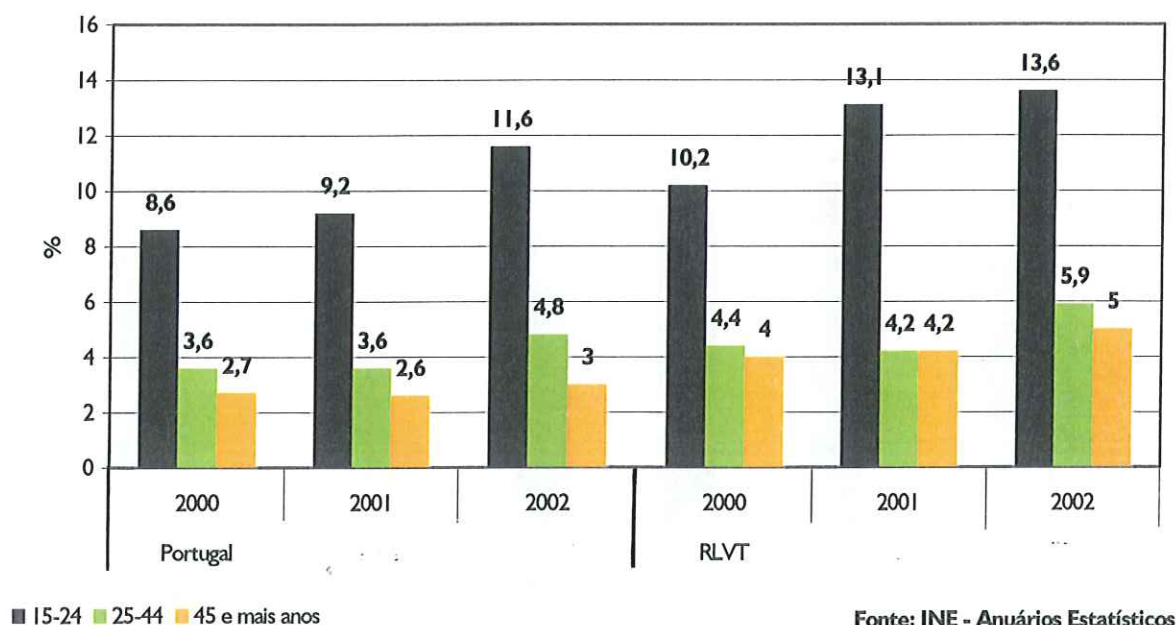
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

O desemprego jovem na RLVT é superior ao registado no país, pese embora em ambos os casos a tendência seja a de aumento continuado. A análise dos resultados parecem apontar para um outro grupo que tradicionalmente não era tão assolado pelo desemprego – dos 25 aos 44 anos – que, em 2002, manifestava uma taxa de desemprego de 5,9% na RLVT face aos 4,8% registados a nível nacional.

Gráfico 44
Taxa de desemprego segundo os grupos etários



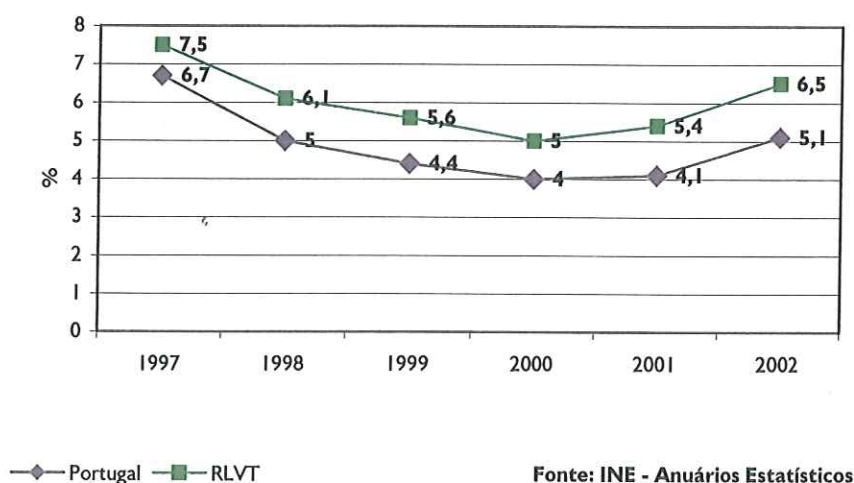
C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Os valores anuais das taxas de desemprego demonstram as mesmas tendências verificadas trimestralmente. Analisando a série cronológica desde 1997 a 2002, conclui-se que a RLVT acompanha a curva de variação do desemprego registada ao nível do País, mas sempre com taxas de desemprego mais elevadas. Desde 1997 a 2000, o desemprego na RLVT e Portugal mostrava um decréscimo continuado mas a situação tem-se a vindo a agravar.

Como resultado dessas taxas de desemprego globais negativas, também as taxas de desemprego segundo o género são superiores às do país. Em 2002, atingiam-se valores que não se registavam desde 1998, continuando as mulheres a representar o grupo mais penalizado por este problema. Na RLVT, em 2002, a taxa de desemprego masculina era de 5,6% e a taxa de desemprego feminina era de 7,6%.

Gráfico 45
Taxa de desemprego total, de 1997 a 2002 (valores anuais)

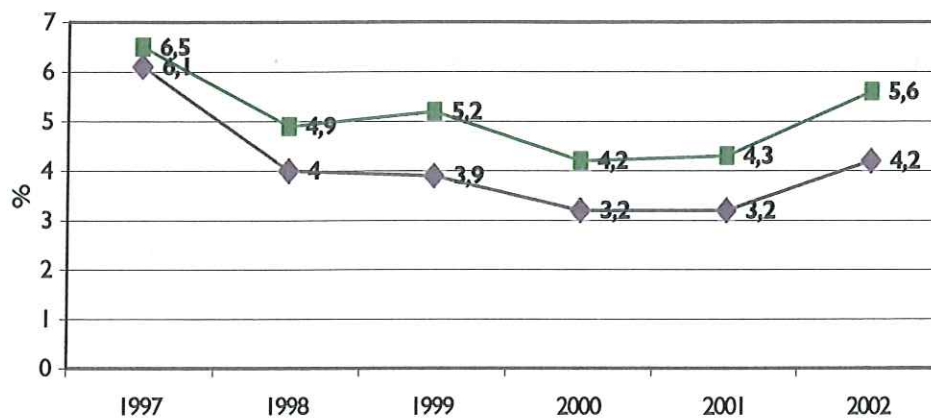


C.2 – RECURSOS HUMANOS

C.2.3 – Emprego e Desemprego

Gráfico 46

Taxa de desemprego masculino, de 1997 a 2002 (valores anuais)

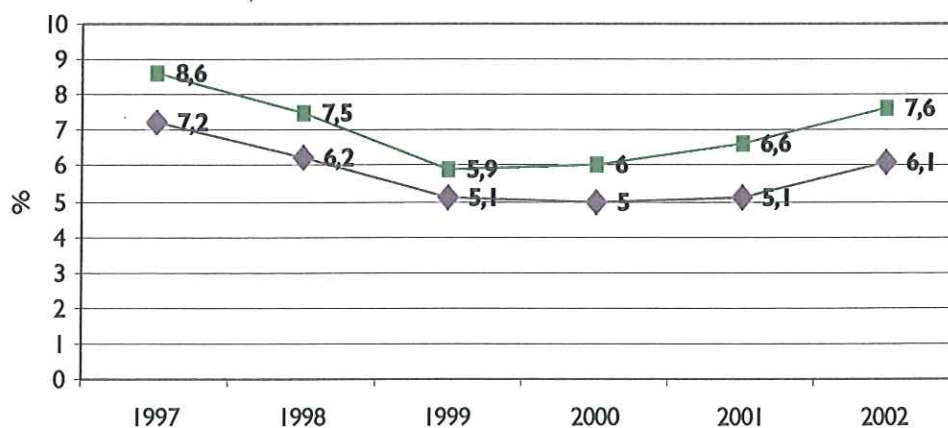


—◆— Portugal —■— RLVT

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 47

Taxa de desemprego feminino, de 1997 a 2002 (valores anuais)



—◆— Portugal —■— RLVT

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.3.1 – Cultura

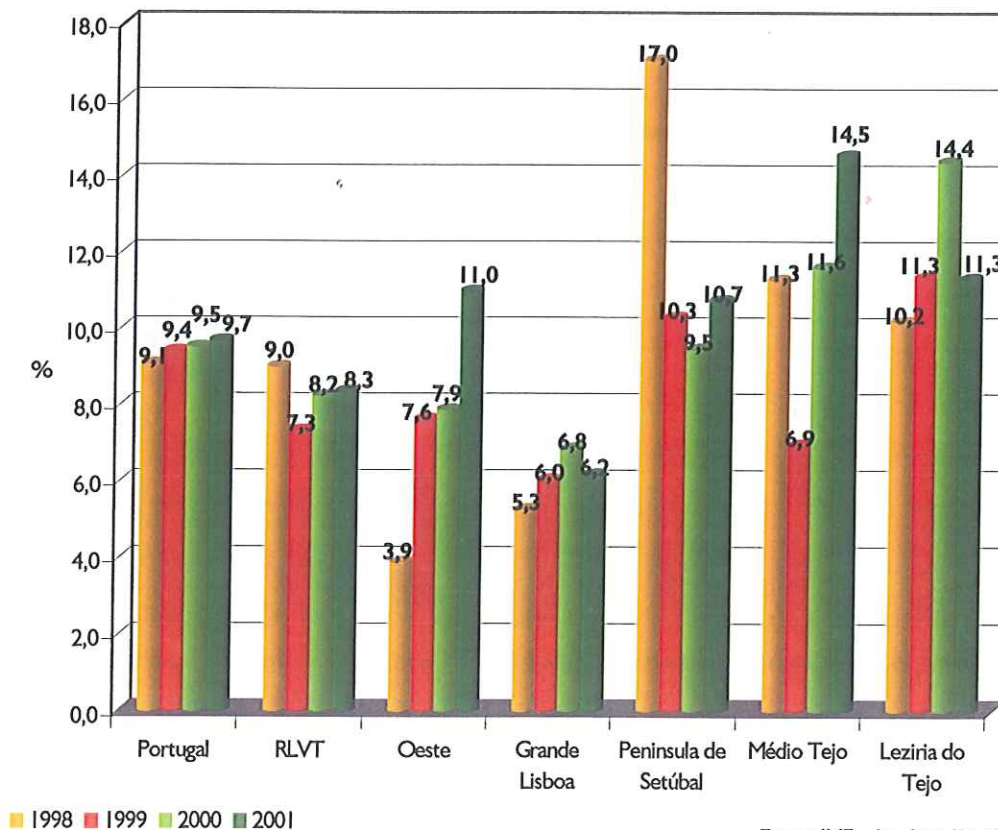
a) Despesa autárquica em actividades culturais

Na RLVT, o comportamento das autarquias face ao investimento em actividades culturais é muito diversificado quer no montante percentual dos seus gastos quer na evolução nos últimos anos (1998/2001). Em termos médios as autarquias da Região investem menos do que o país nas actividades culturais. Curiosamente, a Grande Lisboa é a sub-região que menos investe nas actividades culturais sendo de salientar, no entanto, a expressão de Sintra e Vila Franca de Xira neste contexto. Inversamente a Península de Setúbal tradicionalmente conhecida pelo seu forte investimento nestas actividades tem um decréscimo súbito após 1998 e tenta recuperar no final do período.

A “retoma” do Oeste também aqui é visível com o crescimento significativo de investimento nesta área.

Gráfico 48

Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas



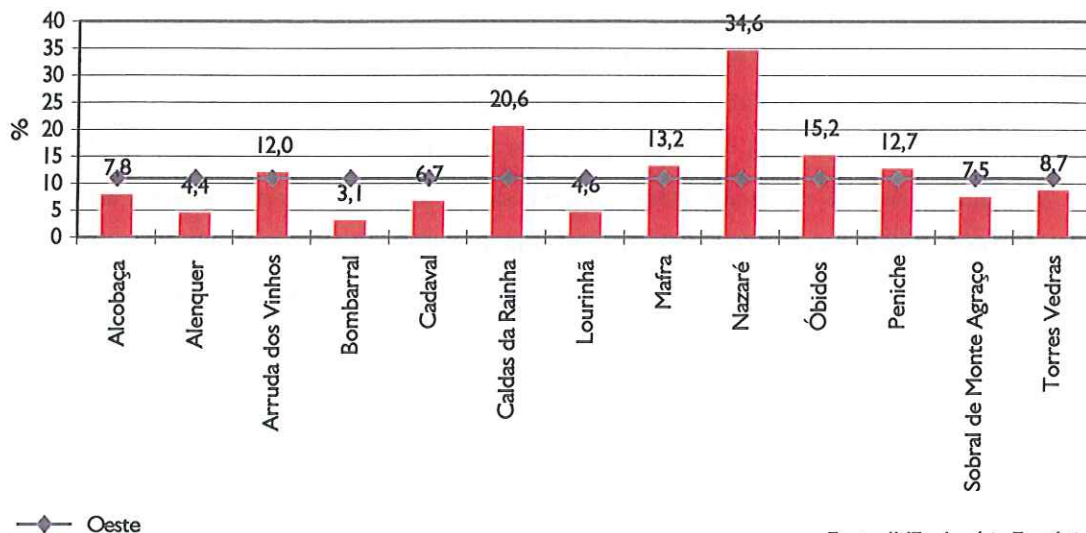
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.3.1 – Cultura

Gráfico 49

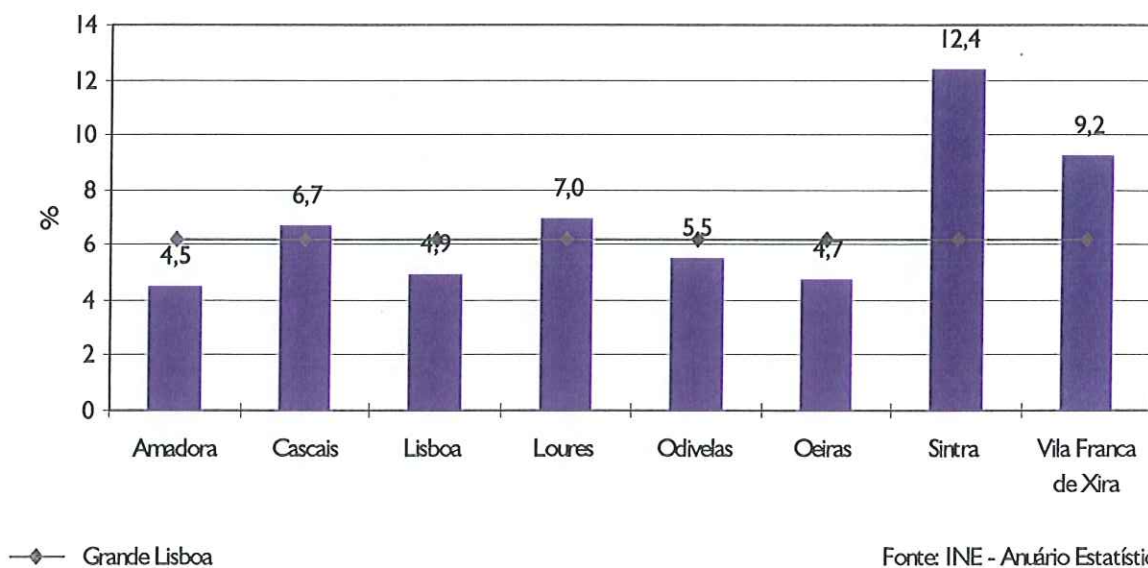
Peso das despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001
(concelhos do Oeste)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 50

Peso das despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001
(concelhos de Grande Lisboa)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

C.3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.3.1 – Cultura

Gráfico 51

Peso das despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001
(concelhos da Península de Setúbal)

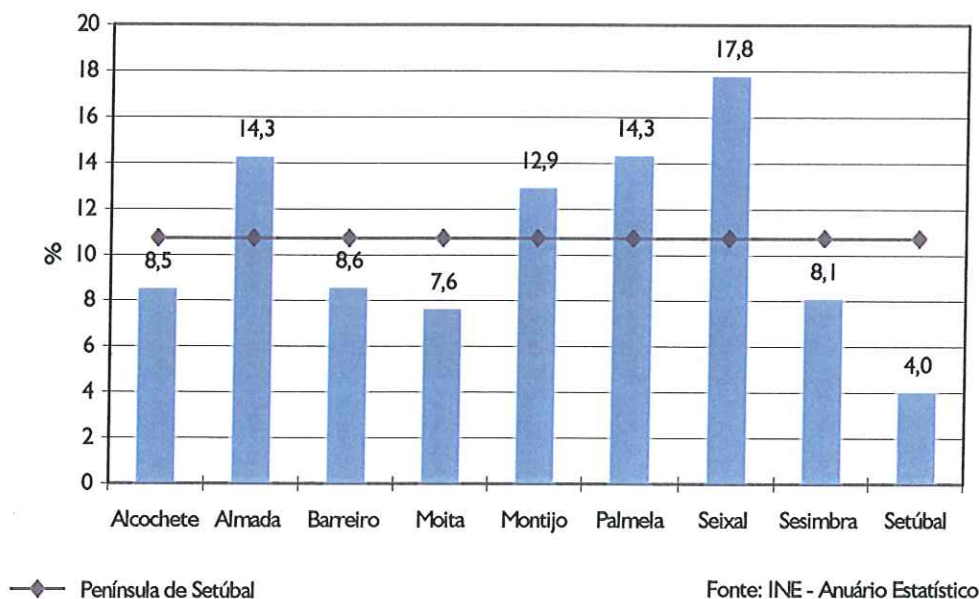
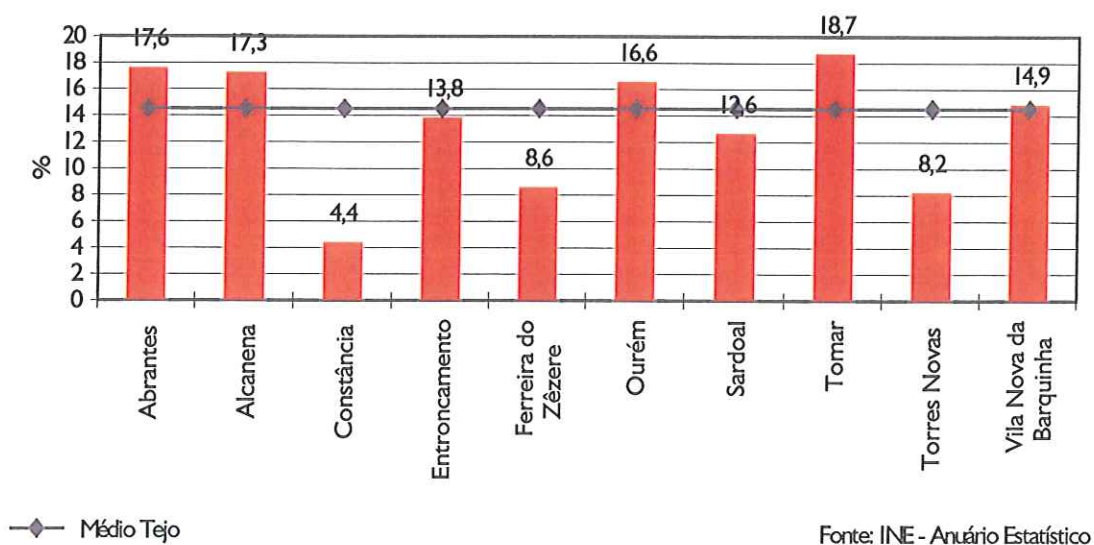


Gráfico 52

Peso das despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001 (concelhos do Médio Tejo)

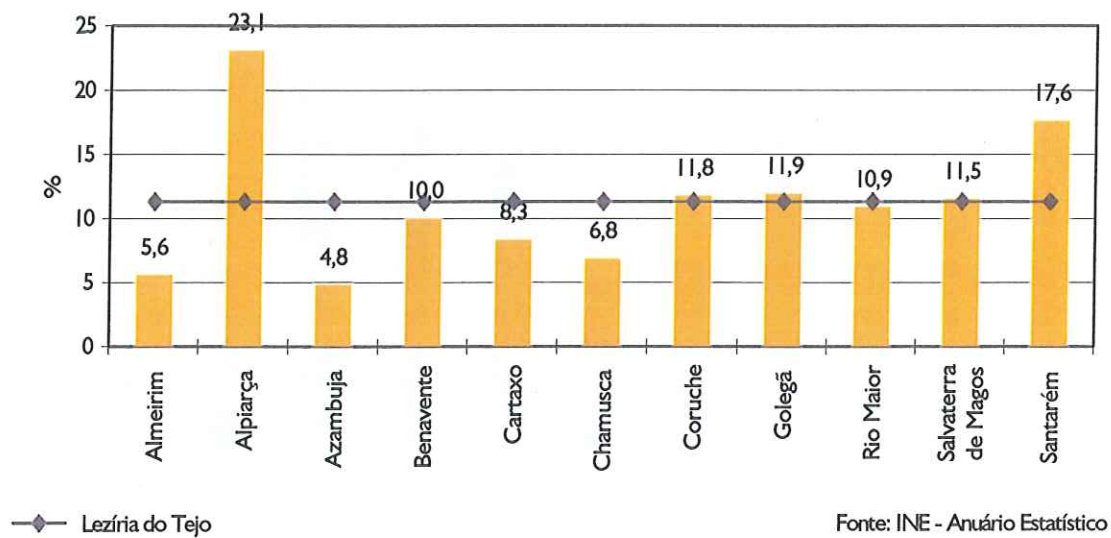


C.3 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

C.3.1 – Cultura

Gráfico 53

Peso das despesas em actividades culturais face ao total de despesas autárquicas, 2001
(concelhos da Lezíria do Tejo)



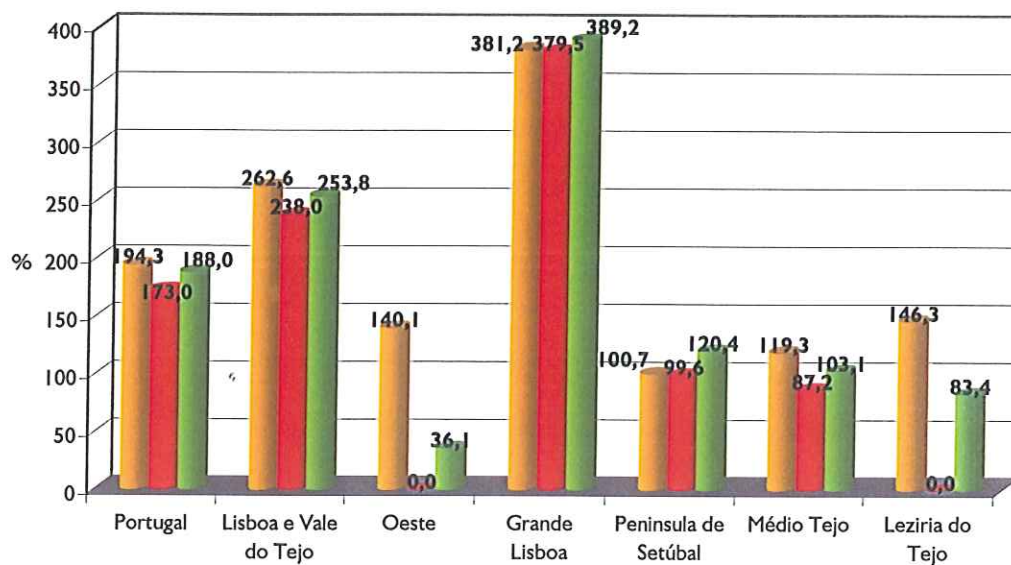
Fonte: INE - Anuário Estatístico

b) Espectadores de cinema

A percentagem de espectadores de cinema na RLVT é bem mais elevada do que a registada no país, resultado da capacidade de atracção da Grande Lisboa. As restantes sub-regiões distam bastante da média regional e nacional.

Gráfico 54

Peso dos espectadores de cinema face à população total



■ 1999 ■ 2000 ■ 2001

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

a) Taxa de mortalidade infantil: Uma evolução instável a penalizar as regiões de maior imigração ou mais arredadas do desenvolvimento

O decréscimo da natalidade infantil que se vem registando em Portugal nas últimas décadas parece enfraquecido no período considerado (1998 a 2001). Embora a maioria dos estudiosos não faça uma relação directa entre os indicadores deste tipo e o desemprego, não deixa de se poder assinalar que o ano de 2000 de crise de emprego seja também o ano em que os indicadores de mortalidade infantil chegam a aumentar nalgumas sub-regiões. Se ao nível nacional, a tendência de evolução da taxa de mortalidade infantil se revela de decréscimo continuado, se bem que ligeiro, o mesmo não se pode dizer da RLVT. De 1998 a 2001 tem havido oscilações neste indicador, que são, igualmente, reflexo das diferenças registadas ao nível intra-regional.

O Médio Tejo é a única sub-região que tem vindo a diminuir o valor deste indicador, sendo igualmente aquela sub-região que manifesta valores mais baixos. A Grande Lisboa também manifesta tendências de decréscimo na taxa de mortalidade infantil, mas de forma bem mais moderada do que a descida registada no Médio Tejo.

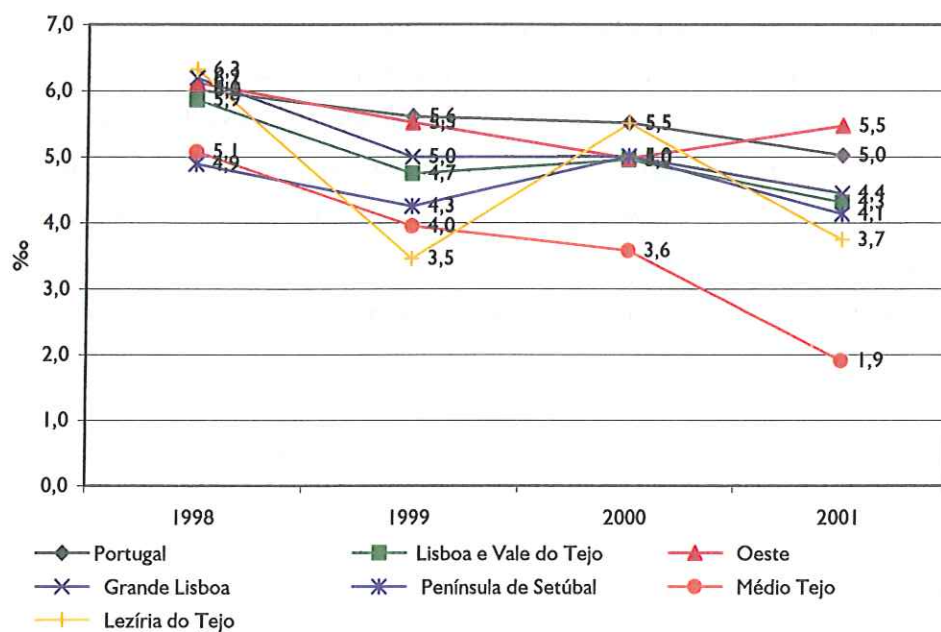
De 2000 para 2001 só o Oeste não baixou o valor da taxa de mortalidade infantil ocupando a primeira posição com os valores mais elevados (em 2002, tinha uma taxa de 5,5 ‰).

Em 2001, registam-se diferentes situações nos vários concelhos da RLVT, tendo alguns uma taxa de mortalidade infantil nula e tendo Alcochete alcançado o valor máximo de 13,4‰. O facto de se registarem um conjunto de concelhos com mortalidade infantil nula não significará que essa não exista, na medida em que tal situação só pontualmente se verificará. Acredita-se que a disparidade dos dados também se possam dever à forma como são recolhidos – nomeadamente, o local onde são registadas as mortes infantis e não o local de origem dessas crianças.

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Gráfico 55
Taxa de mortalidade infantil



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

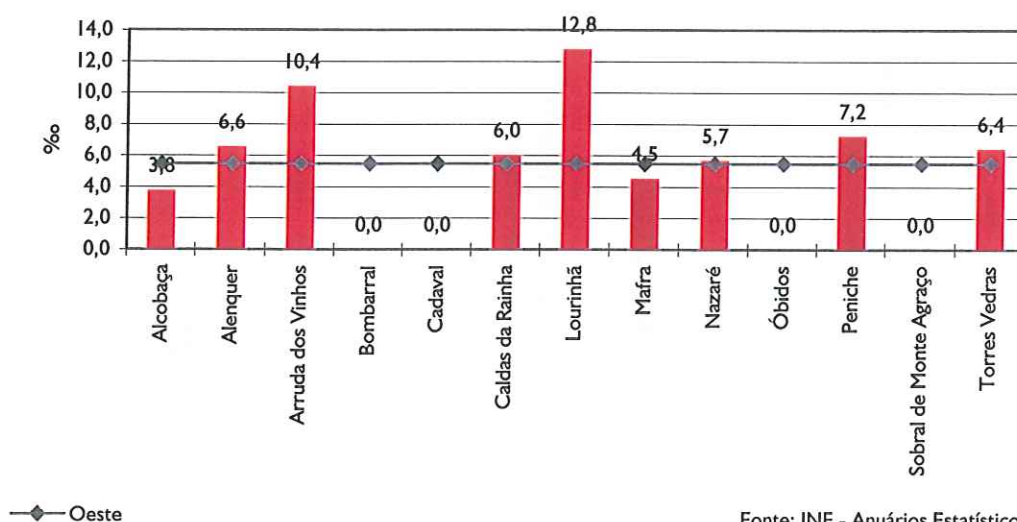
C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

No **Oeste** a maioria dos concelhos tinha o valor de taxa de mortalidade infantil próximo da média sub-regional. Arruda dos Vinhos e Lourinhã são os concelhos que manifestavam taxas de mortalidade infantil mais elevadas na sub-região, em 2001.

Gráfico 56

Taxa de mortalidade infantil, 2001



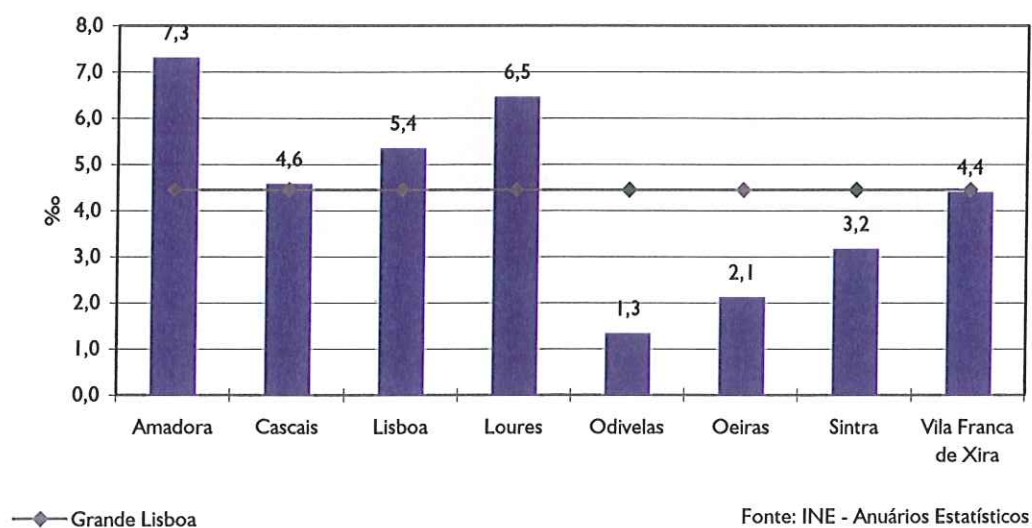
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Grande Lisboa**, alguns dos concelhos davam mostras de uma situação favorável na taxa de mortalidade infantil, com taxas inferiores a 4‰ – Odivelas, Oeiras e Sintra. Amadora e Loures, concelhos com forte implantação de população imigrante, são os concelhos com valores mais elevados na sub-região (7,3‰ e 6,5‰).

Gráfico 57
Taxa de mortalidade infantil, 2001

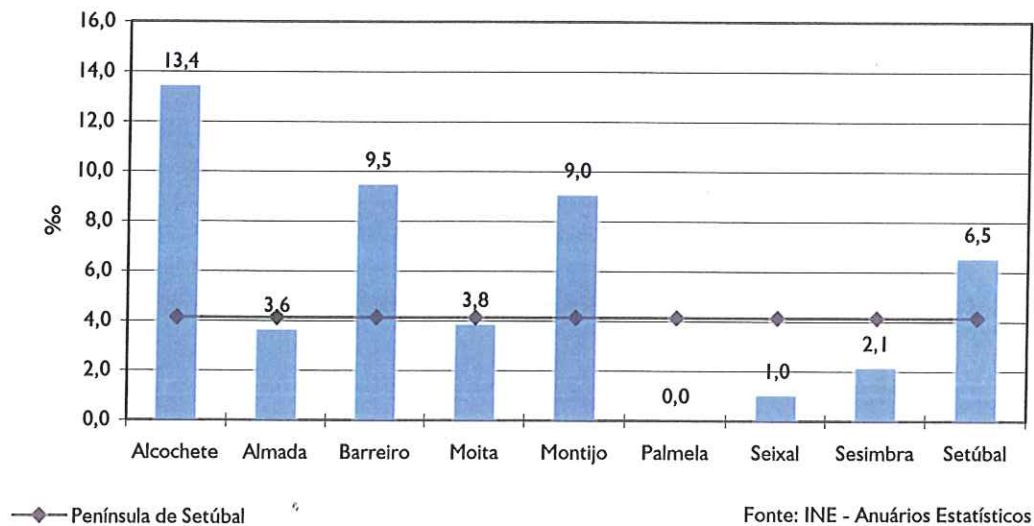


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Península de Setúbal** conclui-se pela existência de disparidades internas no indicador, com Alcochete, como referido, com a maior taxa de mortalidade infantil da RLVT. Com taxas igualmente altas se situavam os concelhos de Barreiro e Montijo (com taxas de mortalidade infantil, em 2001, acima dos 9%). Palmela, Seixal e Sesimbra eram os concelhos que registavam valores mais baixos neste indicador.

Gráfico 58
Taxa de mortalidade infantil, 2001

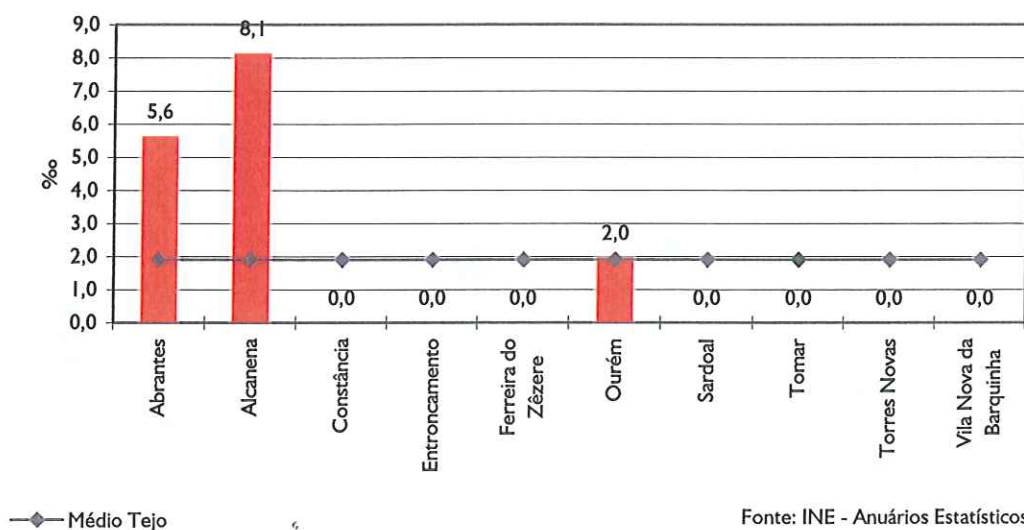


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

No **Médio Tejo**, a maior parte dos concelhos regista uma taxa de mortalidade infantil nula, o que pode dever-se, como de resto referido, às mortes serem registadas no local de óbito e não em função da residência. Alcanena revelava, no entanto, em 2001, um valor neste indicador assinalável (8,1‰) seguido de Abrantes (5,6‰).

Gráfico 59
Taxa de mortalidade infantil, 2001



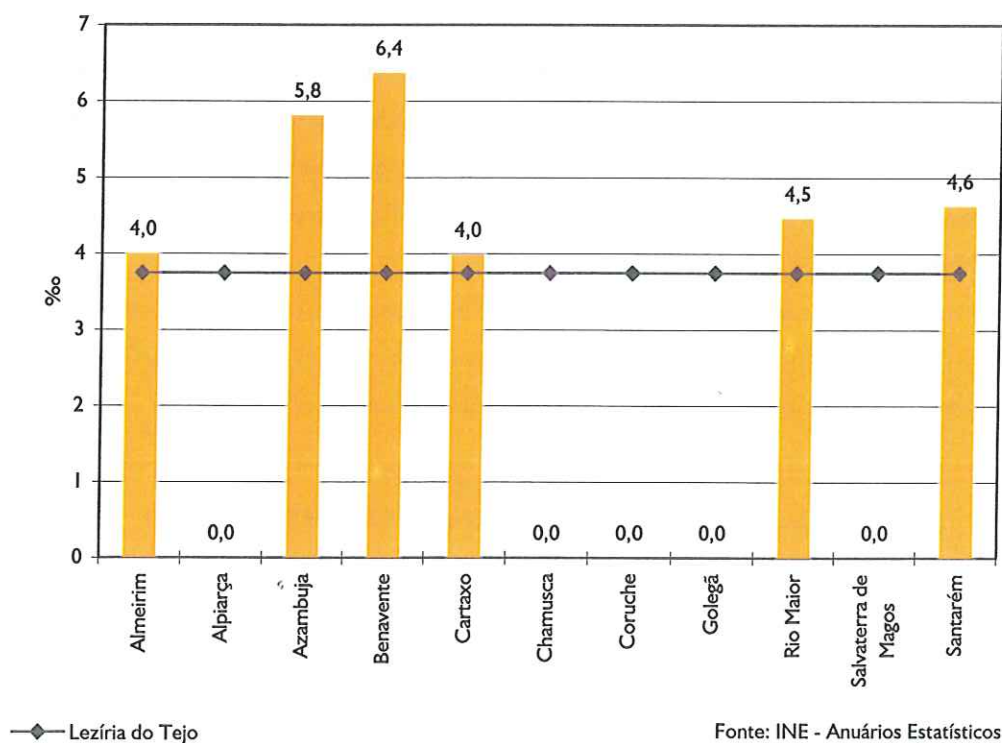
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Lezíria do Tejo**, à semelhança do Médio Tejo, também são alguns os concelhos com taxas de mortalidade infantil nulas, se bem que nos restantes todos igualam ou superam a 'barreira' dos 4%, a saber: Almeirim, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Rio Maior e Santarém.

Gráfico 60
Taxa de mortalidade infantil, 2001

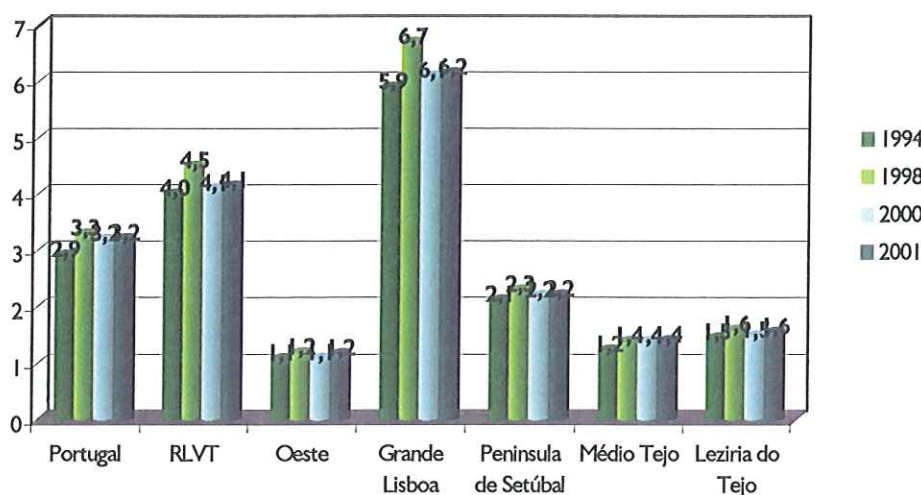


b) Médicos por 1000 habitantes: retrocesso nos indicadores

O rácio de médicos por 1000 habitantes diminuiu, quer para a RLVT quer para Portugal, de 1998 para 2000, apresentando em 2001 valores muito próximos dos atingidos em 1994. Desde 2000 que a tendência parece ser de estabilização do indicador. No entanto, a RLVT apresenta valores mais elevados no número de médicos por 1000 habitantes, quando comparada com Portugal. Mas, mais uma vez, é a Grande Lisboa que faz elevar esse rácio ao nível regional, com valores bem mais elevados do que os registados nas restantes sub-regiões e mesmo face ao país. Refira-se que, em 2001, em Lisboa havia cerca de 6 médicos por 1000 habitantes, quando a nível regional a média era de 4 e em Portugal de 3 médicos por 1000 habitantes. O valor no indicador aumenta em função da localização de unidades hospitalares, na medida em que aí há uma maior concentração de médicos do que nos centros de saúde. A equidade na distribuição dos médicos pela população é bem mais visível na análise do número de médicos de família por 1000 habitantes⁴.

Todas as restantes sub-regiões mantêm valores no indicador bem mais baixos do que os registados ao nível do país. A sub-região Oeste é aquela que apresenta valores mais baixos na RLVT, se bem que as sub-regiões do Vale do Tejo não distem significativamente dos valores do Oeste.

Gráfico 61
Número de médicos por 1000 habitantes, 1994, 1998, 2000 e 2001



Fonte: INE - Anuário Estatístico

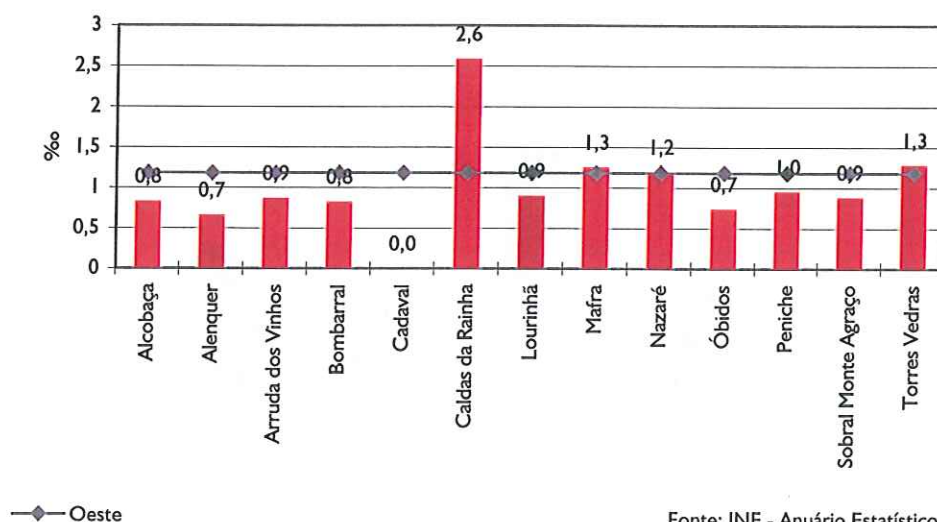
⁴ Este é um indicador que está a ser trabalhado ao nível da metodologia de sensores.

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Tal como referido, a **sub-região Oeste**, mantém valores muito baixos no indicador em análise. A maior parte dos concelhos regista menos de 1 médico por 1000 habitantes, sendo que no Cadaval, não dispunha, em 2001, de qualquer médico. Caldas da Rainha é o concelho na sub-região que apresenta o valor mais elevado de médicos por 1000 habitantes (perto de 3).

Gráfico 62
Médicos por 1000 habitantes, 2001



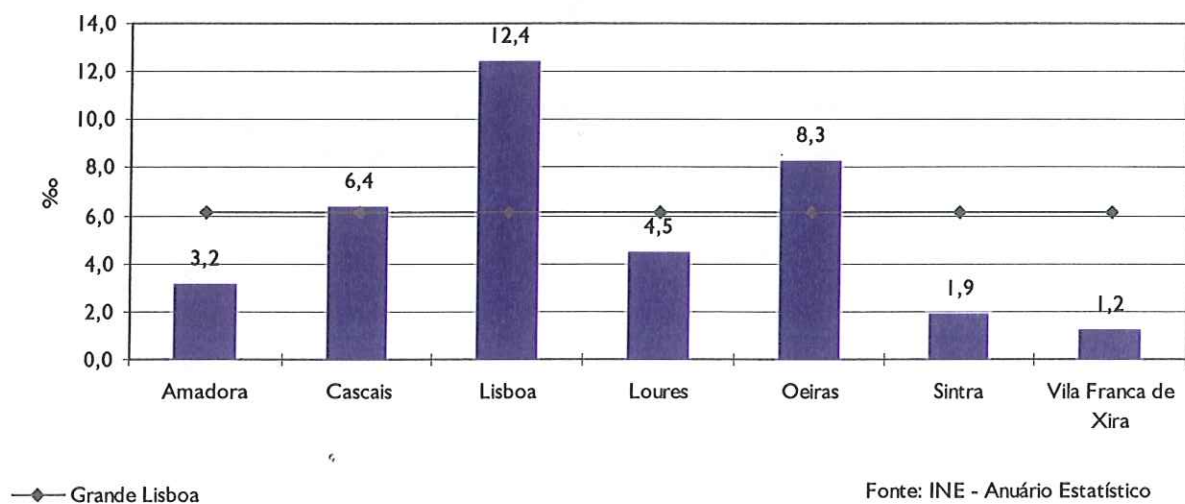
Fonte: INE - Anuário Estatístico

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Grande Lisboa**, são os concelhos de Cascais, Lisboa e Oeiras que apresentam os valores mais elevados no rácio de médicos por 1000 habitantes (sendo igualmente os concelhos com valor mais elevado do indicador em toda a RLVT). Sintra e Vila Franca de Xira são os concelhos que se distanciam pela negativa dos restantes, com uma média inferior a 2 médicos por 1000 habitantes – se bem que comparativamente com os restantes concelhos da RLVT não se situem numa posição assim tão periférica.

Gráfico 63
Médicos por 1000 habitantes, 2001

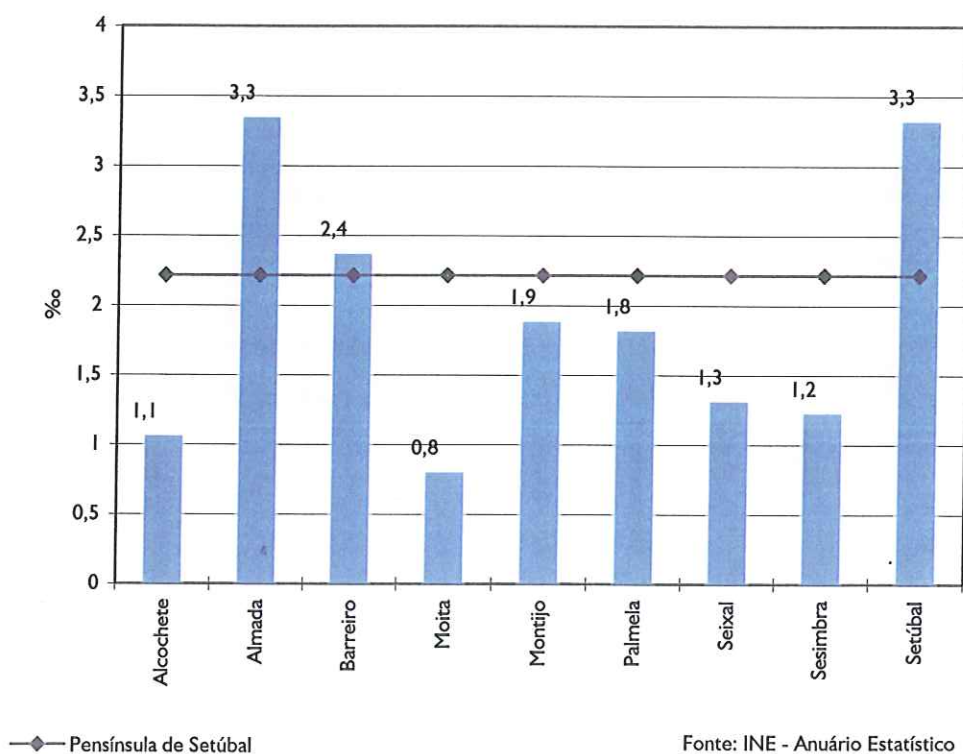


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Península de Setúbal**, três concelhos ultrapassam a média sub-regional, a saber: Almada, Barreiro e Setúbal. Em 2001, o concelho da Moita ainda tinha menos de 1 médico por 1000 habitantes.

Gráfico 64
Médicos por 1000 habitantes, 2001

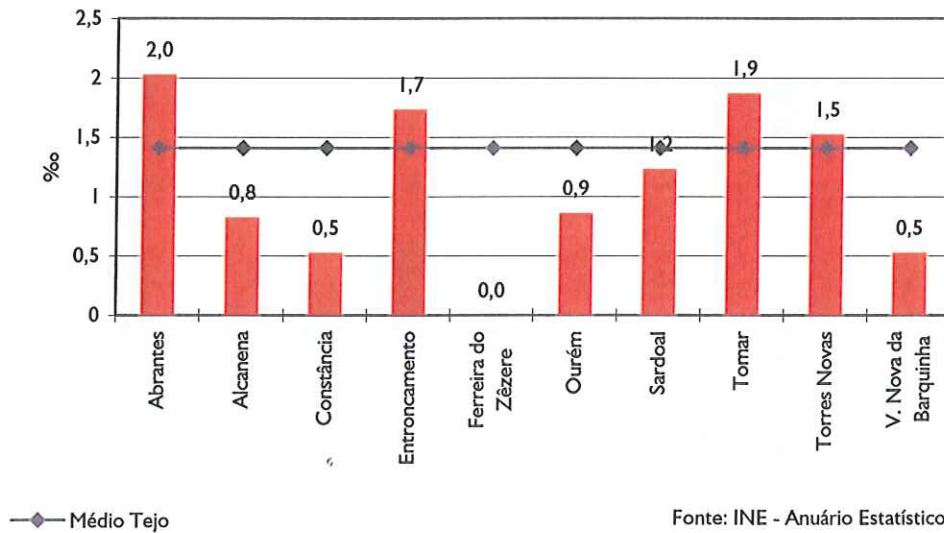


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

No **Médio Tejo**, apenas Abrantes chegava a 2 médicos por 1000 habitantes, se bem que a média da maioria dos concelhos tinha menos de 1 médico por 1000 habitantes. Ferreira do Zêzere não contabilizava qualquer médico ao serviço da população.

Gráfico 65
Médicos por 1000 habitantes, 2001



Fonte: INE - Anuário Estatístico

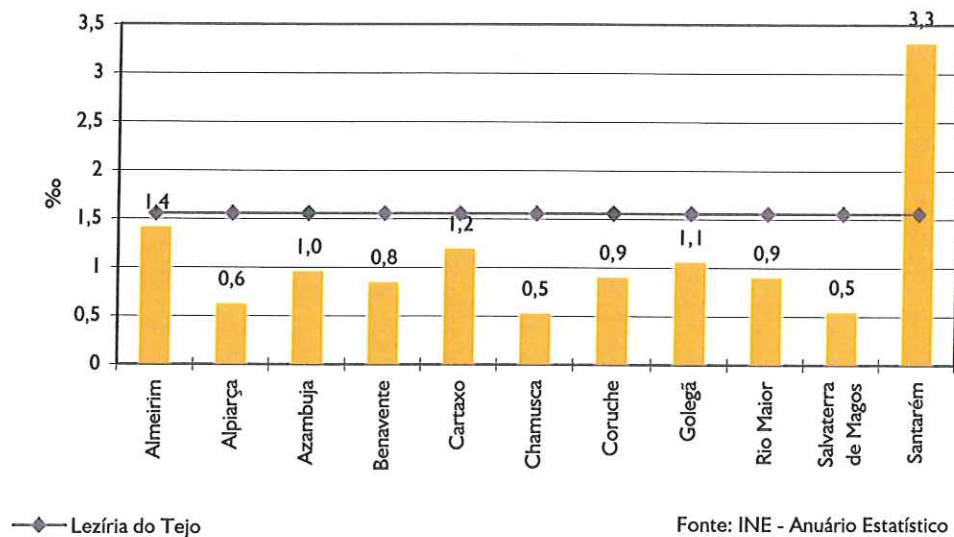
C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Também na **Lezíria do Tejo**, a maioria dos concelhos tinha, igualmente, menos de 1 médico por 1000 habitantes. Quando comparado com a realidade regional, apenas um concelho apresentava resultados satisfatórios – o de Santarém – com cerca de 3 médicos por 1000 habitantes.

Gráfico 66

Médicos por 1000 habitantes, 2001

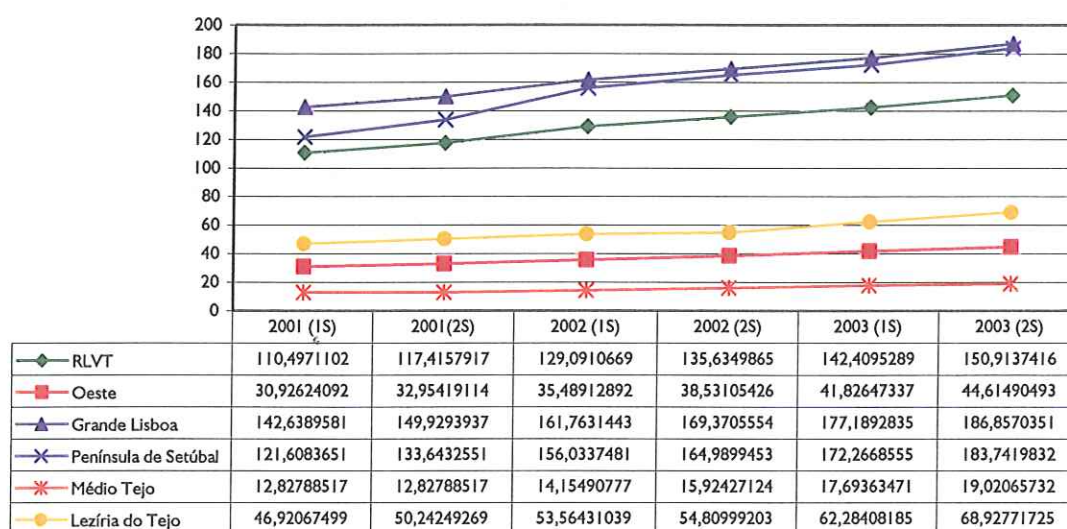


c) Peso dos casos e mortes por HIV (SIDA): um aumento preocupante

A evolução do número de casos de SIDA na Região revela-se preocupante. No primeiro semestre de 2001, a RLVT tinha um rácio de cerca de 110 casos de SIDA por 100.000 habitantes, quando no final de 2003 esse se elevava para 150 casos. Este aumento é generalizado em todas as sub-regiões ao longo do período em análise, tendo valores mais preocupantes na Grande Lisboa e Península de Setúbal. O Médio Tejo é a sub-região que mantém valores mais baixos neste indicador.

Gráfico 67

Casos de SIDA por 100.000 habitantes



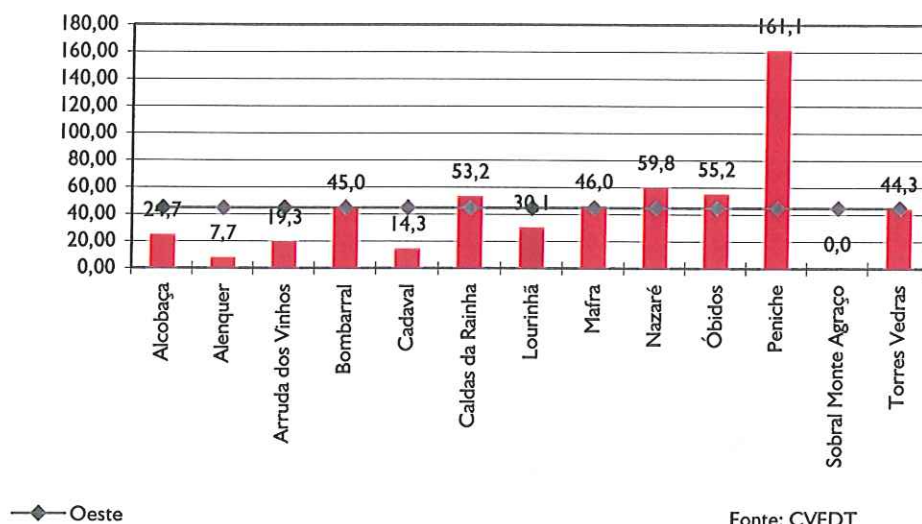
Fonte: CVEDT

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

O rácio de casos de SIDA por 100.000 habitantes entre os concelhos da **sub-região Oeste** é bastante diverso. Peniche apresenta rácios bem elevados, tendo no final de 2003 cerca de 161 casos por 100.000 habitantes. Do lado inverso, situava-se Sobral de Monte Abraço sem identificação de casos da doença.

Gráfico 68
Casos de SIDA por 100,000 habitantes (2º semestre de 2003)

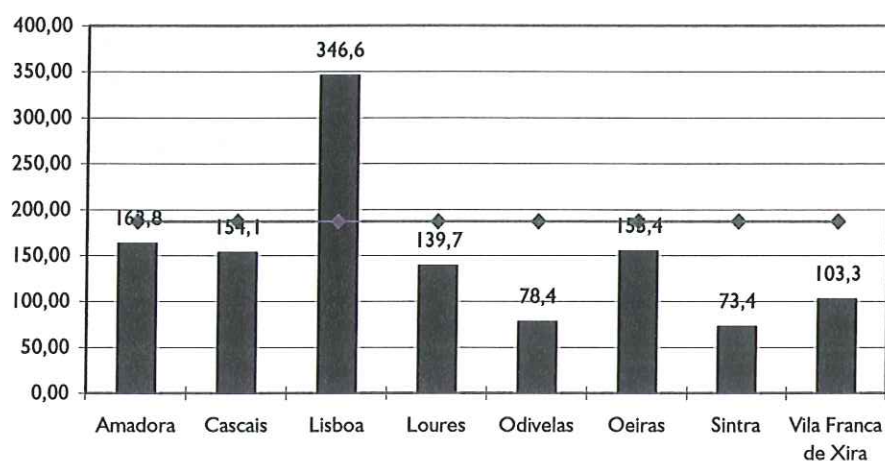


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

No concelho de Lisboa os casos de SIDA atingem os seus valores mais elevados no conjunto da **Grande Lisboa**. No final de 2003, este concelho apresentava uma relação próxima de 350 casos de SIDA por 100.000 habitantes. Acima dos 150 casos incluíam-se os concelhos de Amadora, Cascais e Oeiras. Odivelas e Sintra apresentavam valores mais baixos mas acima dos 70 casos por 100.000 habitantes.

Gráfico 69
Casos de SIDA por 100,000 habitantes (2º semestre de 2003)



—◆— Grande Lisboa

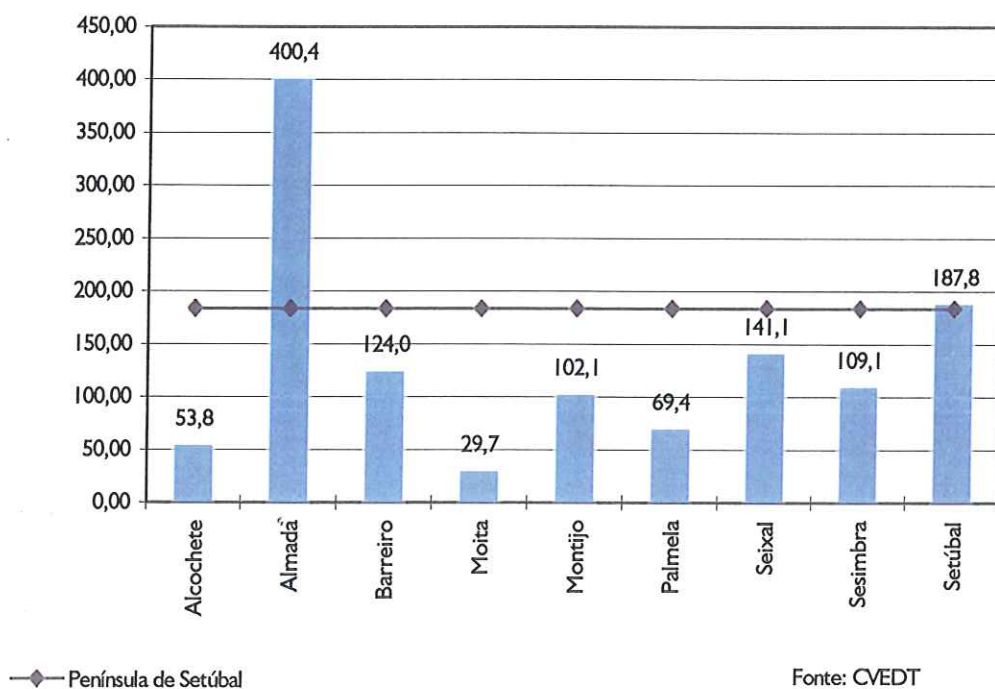
Fonte: CVEDT

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Península de Setúbal** denotam-se disparidades relevantes na distribuição dos casos de SIDA por 100.000 habitantes no conjunto dos seus concelhos. O concelho de Almada revela a situação mais problemática em toda a RLVT. No final de 2003, Almada tinha 400 casos de SIDA por 100.000 habitantes, fazendo elevar a média do indicador em toda a sub-região. Com menos de 100 casos apenas se enquadravam os concelhos de Alcochete, Moita e Palmela.

Gráfico 70
Casos de SIDA por 100,000 habitantes (2º semestre de 2003)

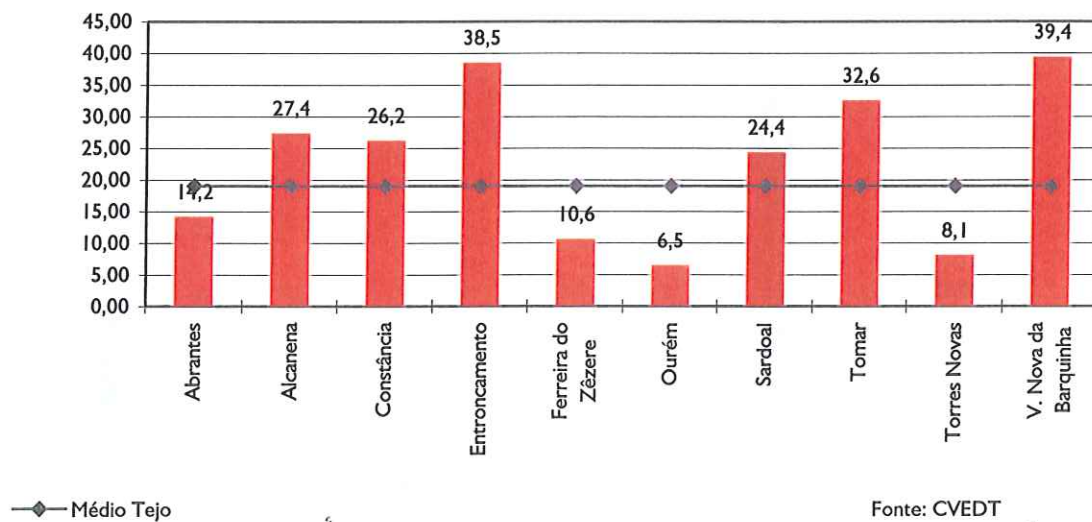


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

No **Médio Tejo** nenhum dos concelhos atingia, no fim de 2003, os 40 casos de SIDA por 100.000 habitantes. Ourém era o concelho que registava um valor mais baixo no indicador, com cerca de 7 casos de SIDA por 100.000 habitantes. Entroncamento e Vila Nova de Barquinha eram os concelhos com valores mais elevados no indicador.

Gráfico 71
Casos de SIDA por 100,000 habitantes (2º semestre de 2003)

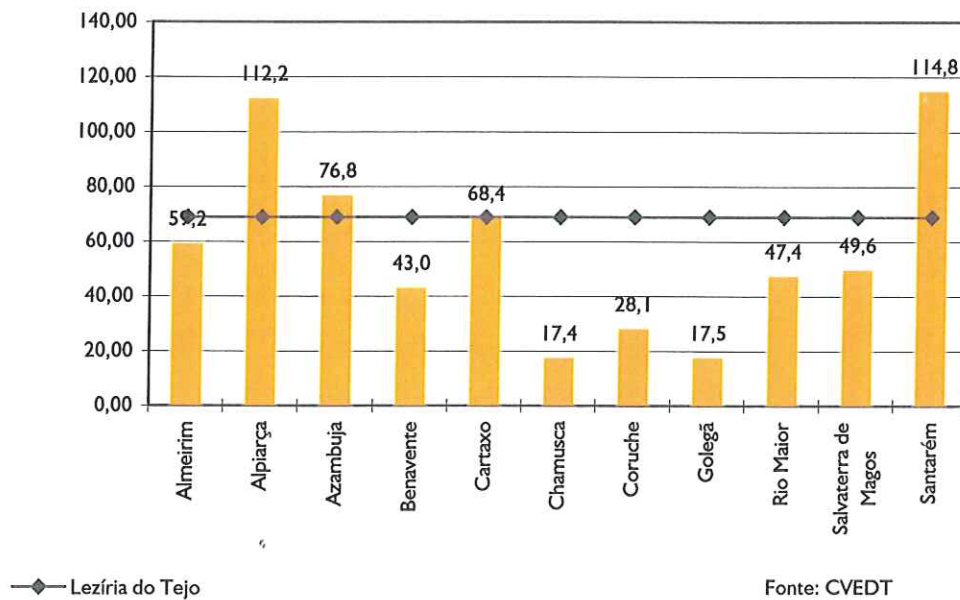


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na **Lezíria do Tejo** são visíveis as disparidades internas do indicador pelos seus concelhos. Chamusca e Golegã tinham, no fim de 2003, cerca de 17 casos de SIDA por 100.000 habitantes, quando Alpiarça e Santarém ultrapassavam a 'barreira' dos 110 casos.

Gráfico 72
Casos de SIDA por 100,000 habitantes (2º semestre de 2003)



C.4 – QUALIDADE DE VIDA

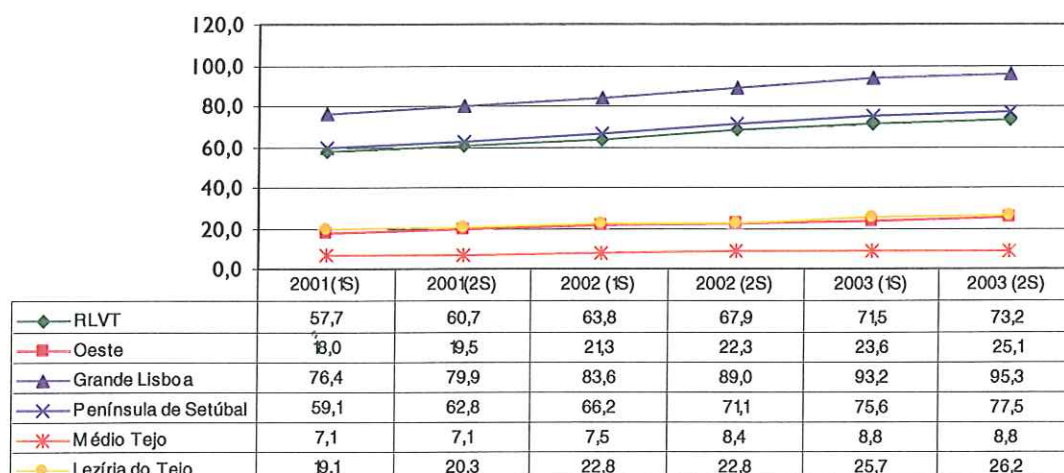
C.4.1 – Bem-estar Físico

Como seria de esperar os casos de SIDA tem reflexos directos nas mortes pela doença. Neste momento, conclui-se que nem a doença está controlada nem a sua consequência última – a morte pela doença. No final do primeiro semestre de 2001 registaram-se na RLVT cerca de 58 mortes por SIDA por 100.000 habitantes, quando no fim de 2003 esse valor se elevava para 73 mortes.

As conclusões retiradas para os casos de SIDA são idênticas àquelas que podem advir dos dados relativos às mortes pela doença. A Grande Lisboa e a Península de Setúbal continuam a ser aquelas onde se regista o maior número de mortes por SIDA. Ao nível concelhio também os resultados são similares aos retirados relativamente aos casos de SIDA.

Gráfico 73

Mortes por SIDA por 100.000 habitantes



Fonte: CVEDT

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.I – Bem-estar Físico

Gráfico 74
Mortes por SIDA por 100.000 habitantes - Oeste (2º semestre de 2003)

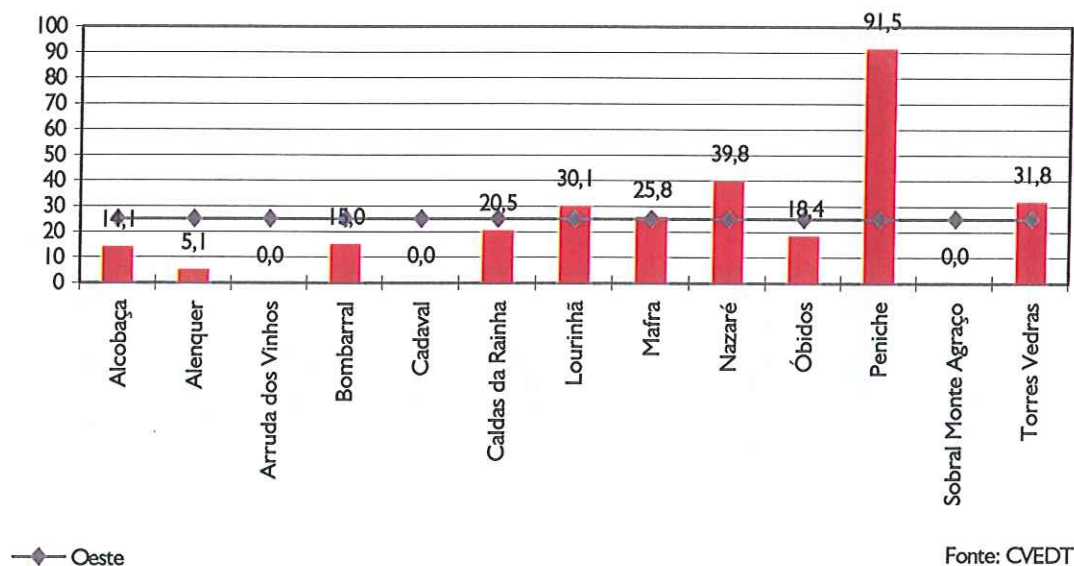
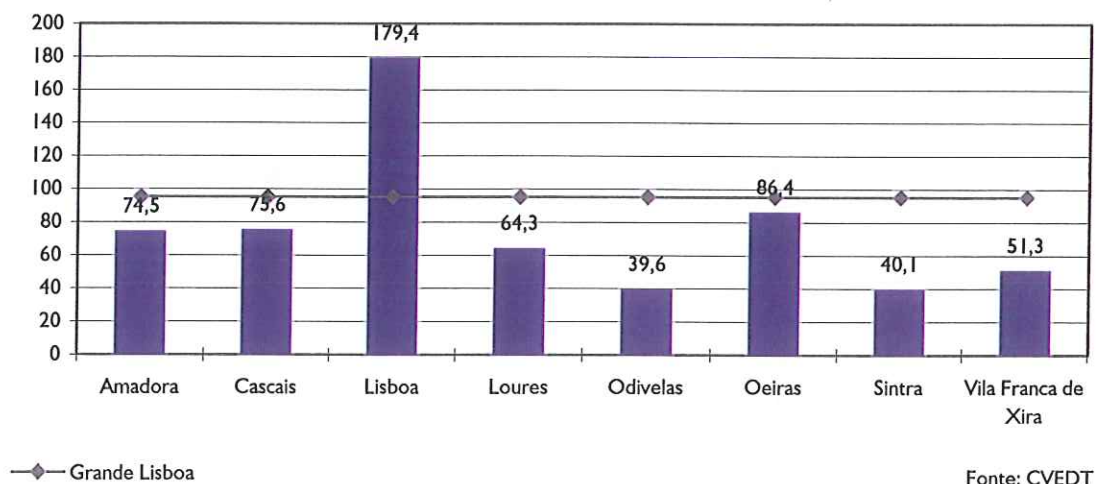


Gráfico 75
Mortes por SIDA por 100.000 habitantes – Grande Lisboa (2º semestre de 2003)



C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Gráfico 76

Mortes por SIDA por 100.000 habitantes - Península de Setúbal (2º semestre de 2003)

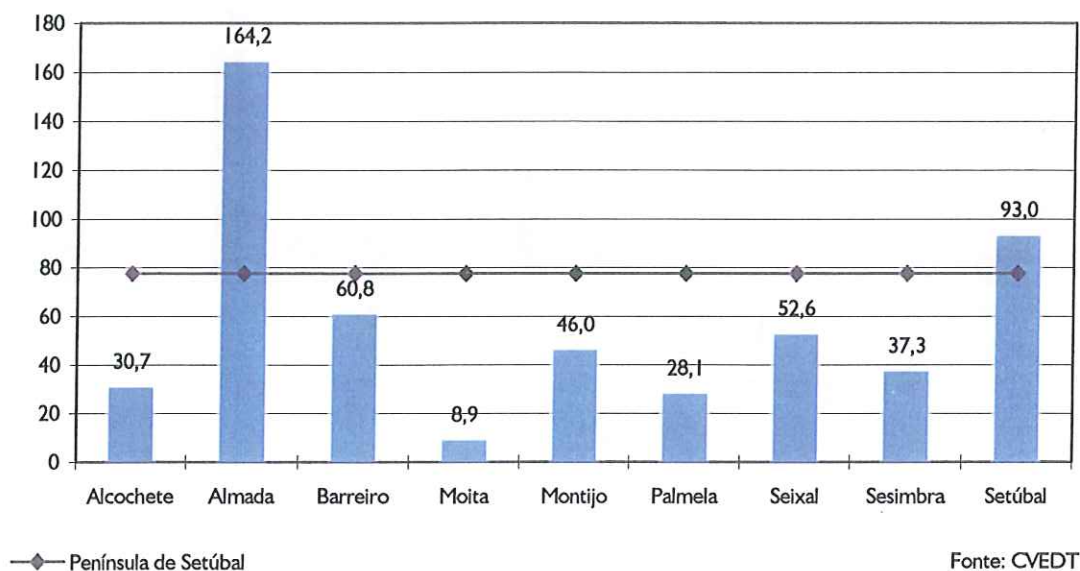
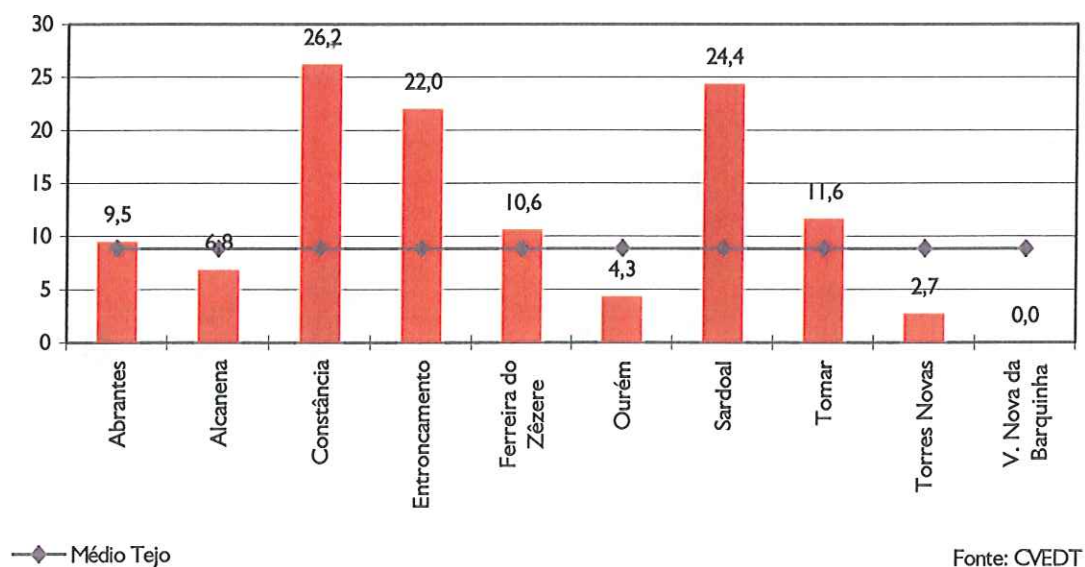


Gráfico 77

Mortes por SIDA por 100.000 habitantes Médio Tejo (2º semestre de 2003)

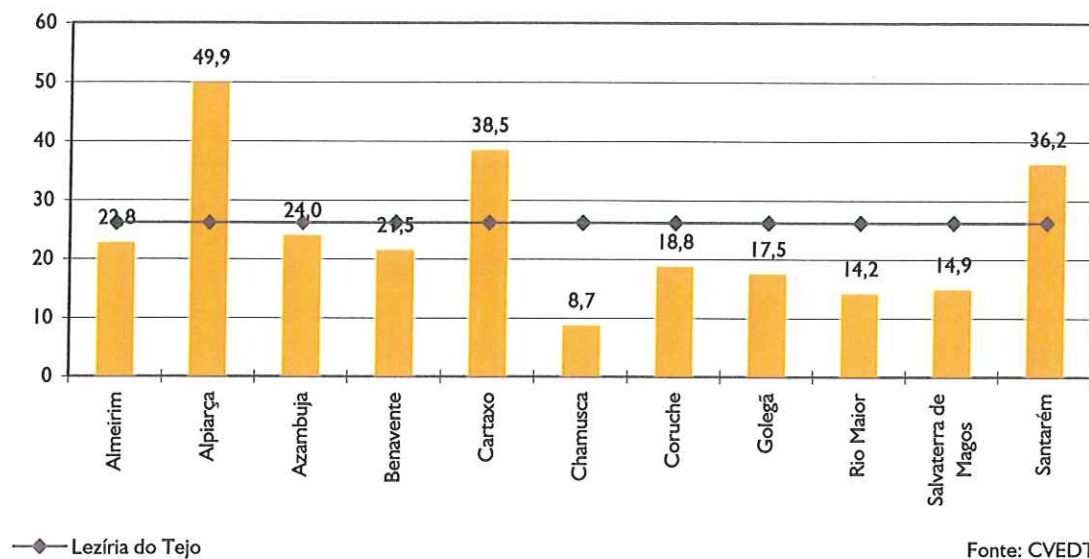


C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Gráfico 78

Mortes por SIDA por 100.000 habitantes - Lezíria do Tejo (2º semestre de 2003)



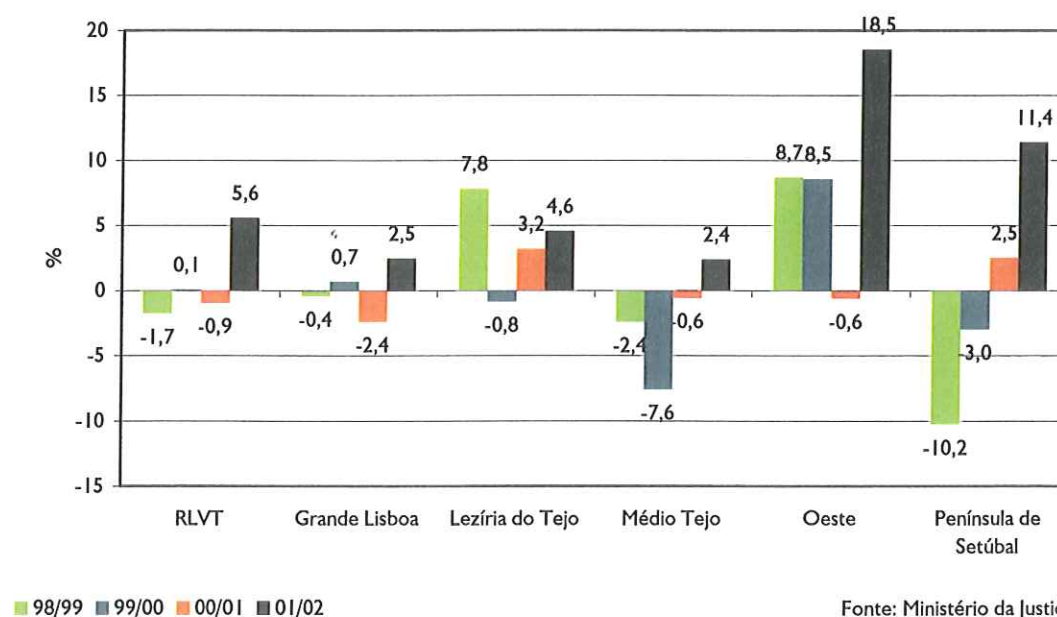
Fonte: CVEDT

d) Criminalidade em retrocesso

Nos últimos anos a tendência parecia dar conta de uma evolução favorável da criminalidade na Região. No entanto, os dados relativos a 2002 apontam para uma inversão dessa tendência. Na RLVT, o número de crimes aumentou de 5,6% de 2001 para 2002. Em todas as sub-regiões se verificou esse aumento, particularmente acentuado no Oeste e Península de Setúbal.

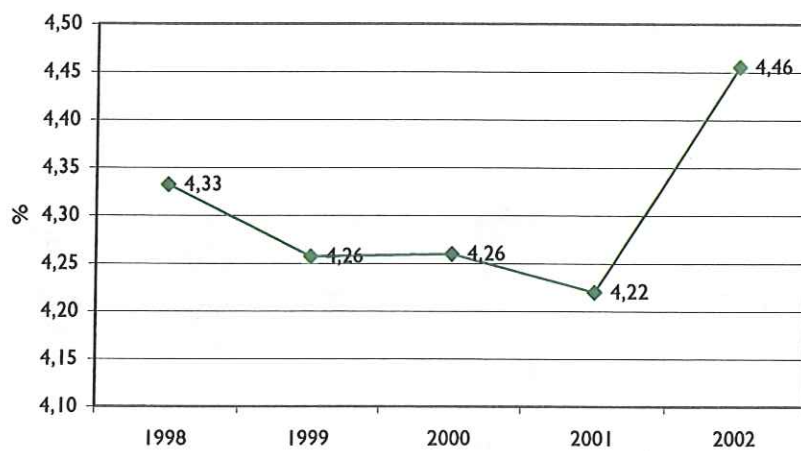
Tal variação repercute-se na taxa de criminalidade que aumentou, em 2002, para 4,46%. É a Grande Lisboa que continua a concentrar a grande maioria da criminalidade registada na RLVT. Dos 154.546 crimes registados em 2002, 95.255 tiveram lugar na Grande Lisboa.

Gráfico 79
Variação do número de crimes praticados



C.4 – QUALIDADE DE VIDA
C.4.1 – Bem-estar Físico

Gráfico 80
Evolução da taxa de criminalidade na RLVT, 1998-2002



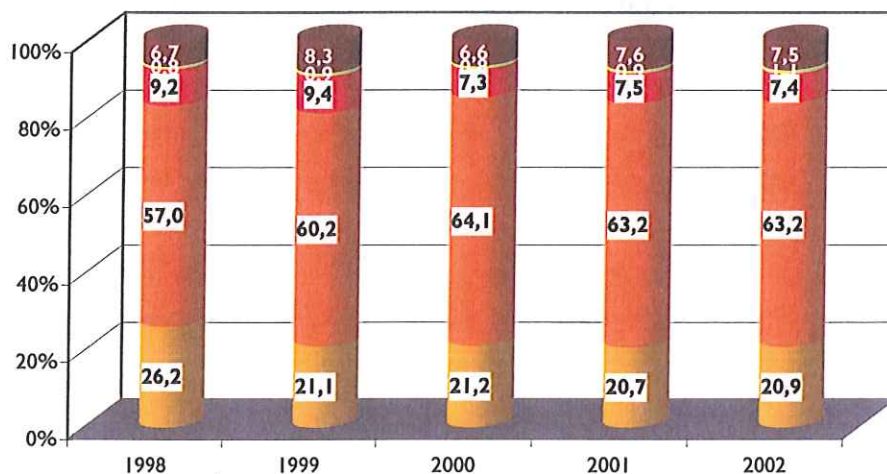
Fonte: Ministério da Justiça

C.4 – QUALIDADE DE VIDA

C.4.1 – Bem-estar Físico

Na estrutura da criminalidade, ao longo do período em análise não há variações significativas no peso de cada tipo de crimes praticados. Os crimes contra as pessoas têm vindo a diminuir a sua representação no conjunto dos crimes praticados na RLVT, aumentando ligeiramente o aumento do peso dos crimes praticados contra o património.

Gráfico 81
Evolução da estrutura da criminalidade, 1998-2002



- Crimes previstos em legislação penal avulsa
- Crimes contra o Estado
- Crimes contra a vida em sociedade e crimes contra a paz e a humanidade
- Crimes contra o património
- Crimes contra as pessoas

Fonte: Ministério da Justiça

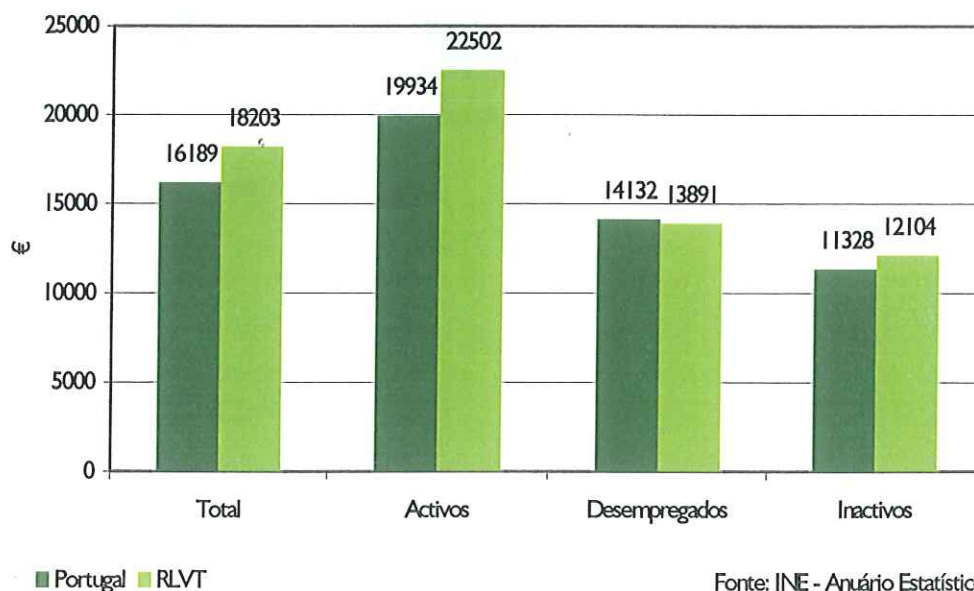
a) Receitas dos agregados familiares

De modo a melhor perceber a distribuição dos rendimentos na Região, introduziu-se neste relatório um novo indicador que tem vindo a ser trabalhado nos Anuários Estatísticos do INE – as receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares (dados resultantes dos orçamentos familiares). Se nos permite algum nível de comparabilidade entre a RLVT e Portugal, já não é possível aferir das disparidades internas inevitáveis.

Em termos médios, as receitas anuais dos agregados familiares na RLVT eram mais elevadas do que os registados no país (2000). No entanto, deve salientar-se a importância do desemprego, já que as famílias com representantes dos agregados nessa situação apresentam as receitas médias anuais dos agregados familiares mais baixas na RLVT do que em Portugal.

Gráfico 82

Receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares, segundo a categoria socio-económica do representante do agregado (2000)



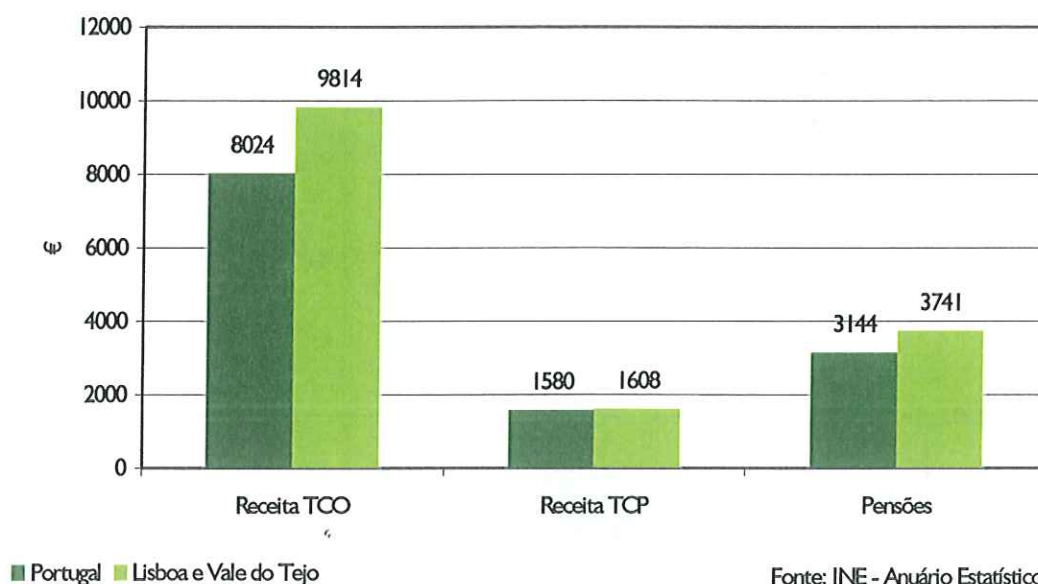
C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.1 – Polarização dos Rendimentos

A grande maioria das receitas dos agregados familiares provinha do trabalho por conta de outrem. Independentemente do tipo de receita, as receitas médias anuais na RLVT eram sempre superiores às médias nacionais.

Gráfico 83

Receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares, segundo o tipo de receita (2000)

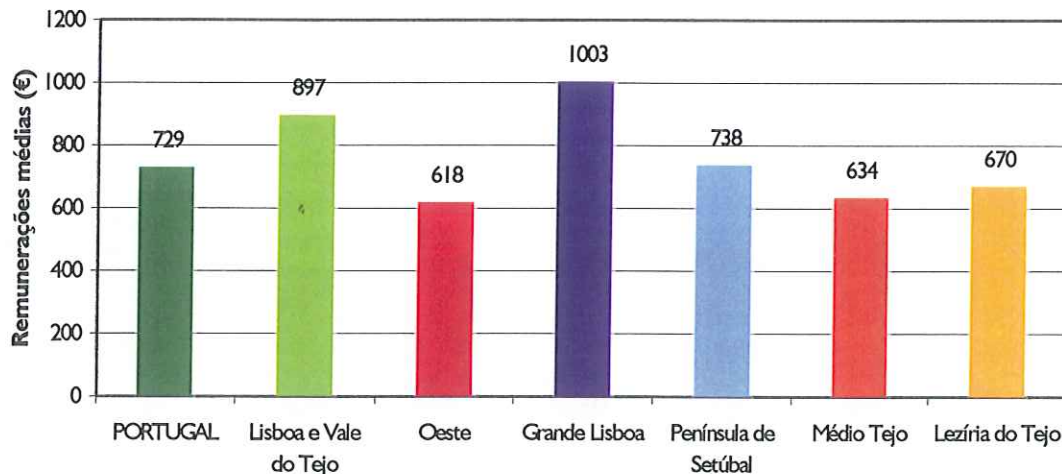


b) Remunerações⁵

Tal como referido, na RLVT registam-se as remunerações do trabalho mais elevadas do que os manifestados ao nível nacional. É a Grande Lisboa que faz elevar essa média ao nível regional. Em 2000, a diferença das remunerações médias mensais entre a RLVT e Portugal era de aproximadamente de 170 euros. As remunerações médias na Grande Lisboa cifravam-se em 1003 euros. No entanto, mantêm-se as disparidades intra-regionais, com remunerações médias do Oeste e Médio Tejo a ultrapassarem ligeiramente os 600 euros.

Gráfico 84

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000



Fonte: INE - Anuário Estatístico (Quadros de Pessoal - DEPP)

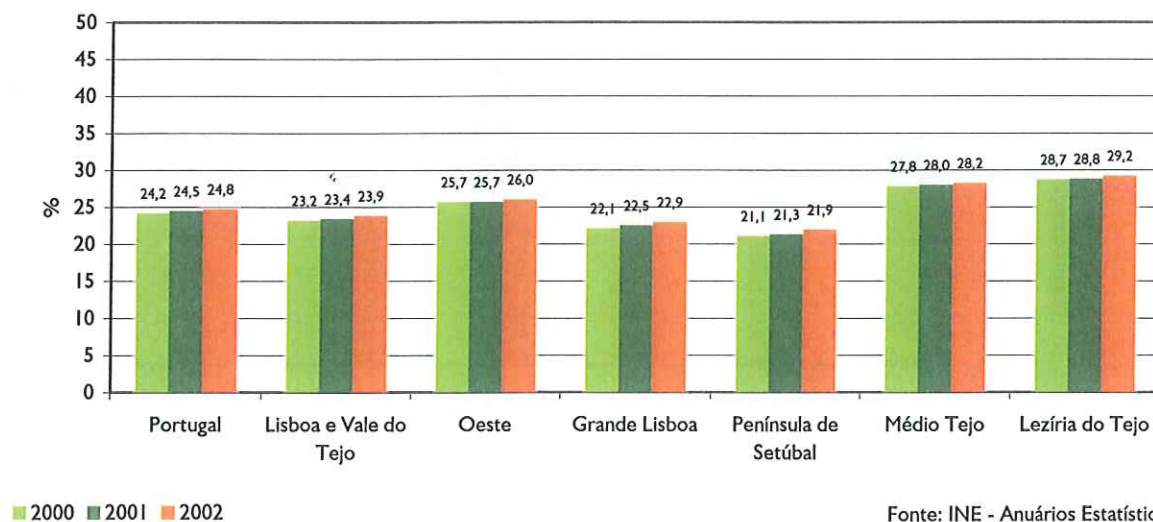
⁵ Note-se, tal como de resto já indicado, que este indicador atravessa as dimensões de qualidade de vida e de emprego.

a) Pensionistas

A percentagem de pensionistas no total da população, não regista diferenças significativas entre a realidade nacional e a regional. Apesar disso, a RLVT mantém sempre valores percentuais relativamente mais baixos do que os registados ao nível nacional. Apesar de ser uma tendência muito ligeira, de 2000 a 2002, a percentagem de pensionistas no conjunto da população tem vindo a aumentar, quer no conjunto da RLVT mas ao nível das várias sub-regiões da RLVT.

As sub-regiões do Vale do Tejo são aquelas que manifestam valores mais elevados neste indicador. Em 2002, no Médio Tejo os pensionistas representavam 28,2% da população, e na Lezíria do Tejo esse grupo da população representava 29,2%.

Gráfico 85
Pensionistas no conjunto da população por Sub-Região

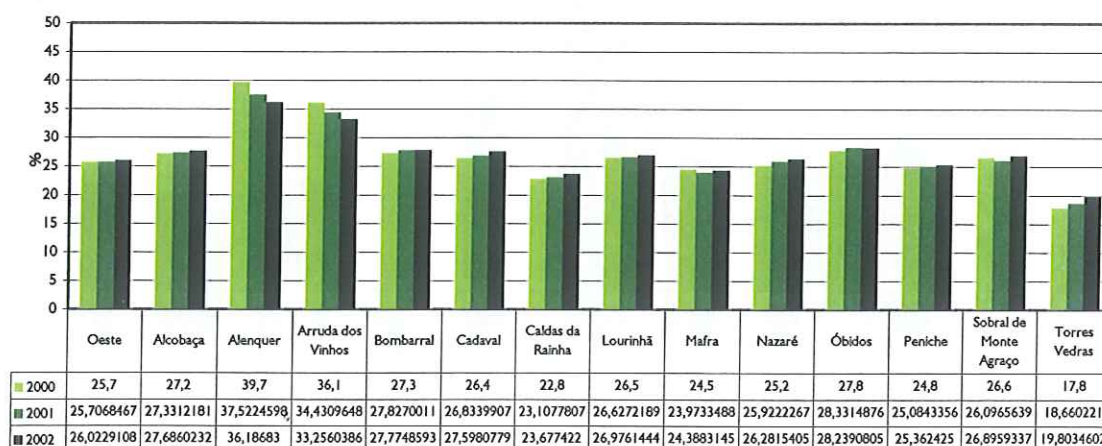


C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

No Oeste, Alenquer e Arruda dos Vinhos são os concelhos em que os pensionistas têm uma maior representação no conjunto da população Curiosamente, são também os únicos concelhos na sub-região que, de 2000 a 2002, têm vindo a diminuir o valor deste indicador. Torres Vedras é o concelho com uma percentagem inferior dos pensionistas no conjunto da população.

Gráfico 86
Pensionistas no conjunto da população (Oeste)



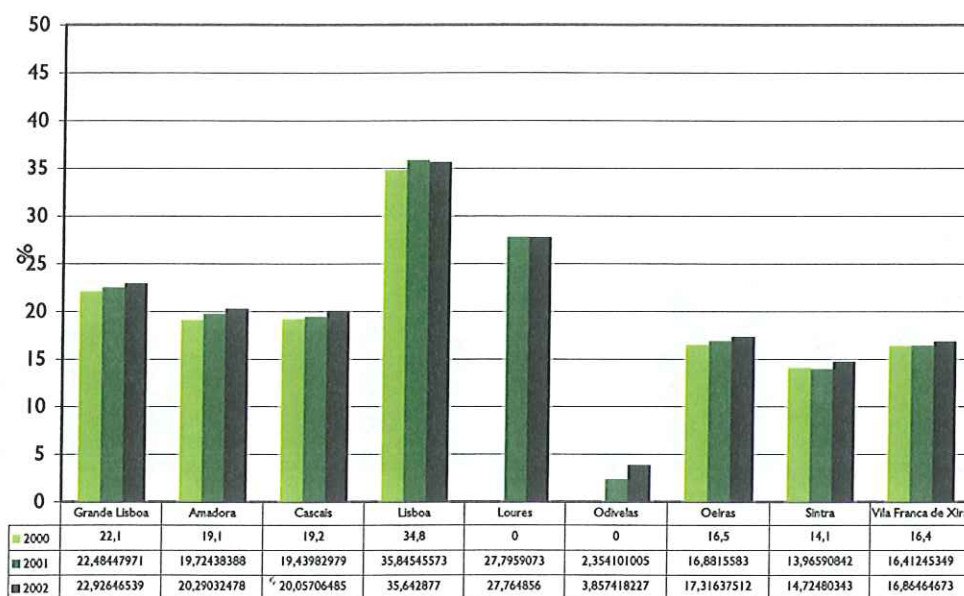
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Na **Grande Lisboa**, é o concelho da capital que congrega um peso maior de pensionistas na população, ultrapassando os 35% em 2002. Odivelas tem-se revelado como o concelho em toda a RLVT em que o peso dos pensionistas na população é inferior – 3,9% m 2002.

Gráfico 87
Pensionistas no conjunto da população (Grande Lisboa)



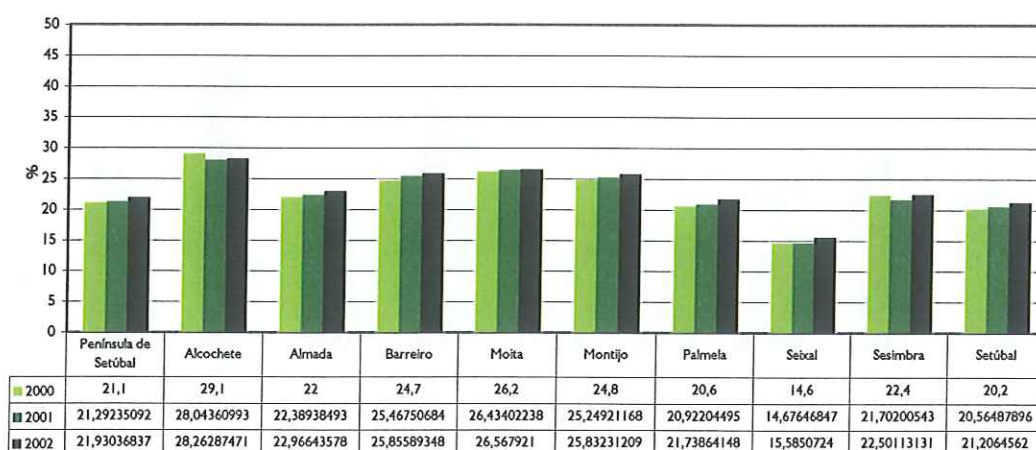
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Na **Península de Setúbal** não se regista uma grande dispersão deste indicador nos vários concelhos. Alcochete apresenta-se como o concelho em que essa percentagem tem-se mantido superior e, inversamente, Seixal revela-se como o concelho em que a percentagem de pensionistas na população se tem manifestado inferior.

Gráfico 88
Pensionistas no conjunto da população (Península de Setúbal)



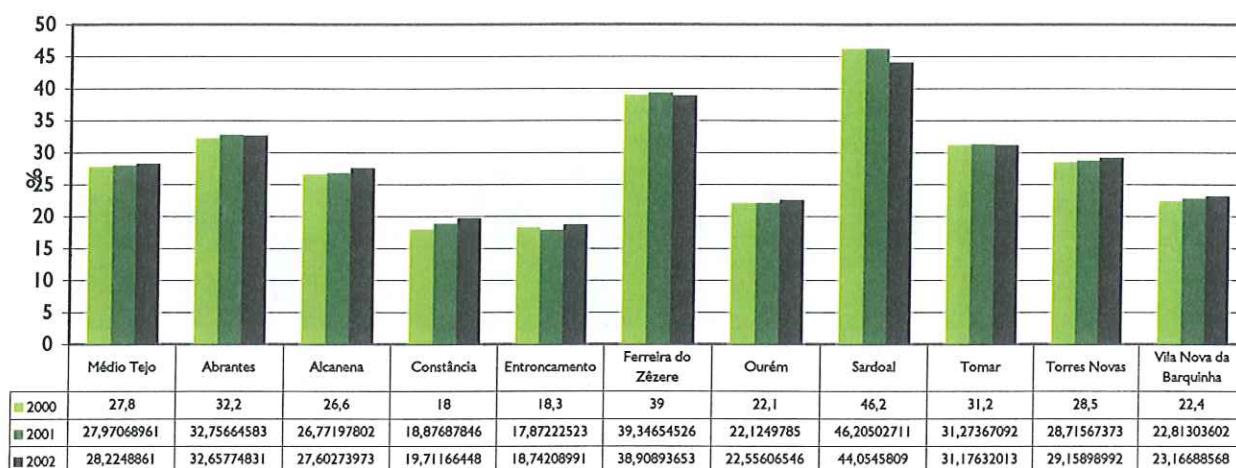
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Os concelhos do **Médio Tejo** com uma percentagem inferior de pensionistas na população, são os de Constância e de Entroncamento, mas que manifestam uma tendência ligeira de aumento do indicador nos últimos anos. Sardoal e Ferreira do Zêzere são aqueles em que o peso dos pensionistas se revela superior, sendo que, neste último caso, tem vindo a ultrapassar os 40% do total da população.

Gráfico 89
Pensionistas no conjunto da população (Médio Tejo)



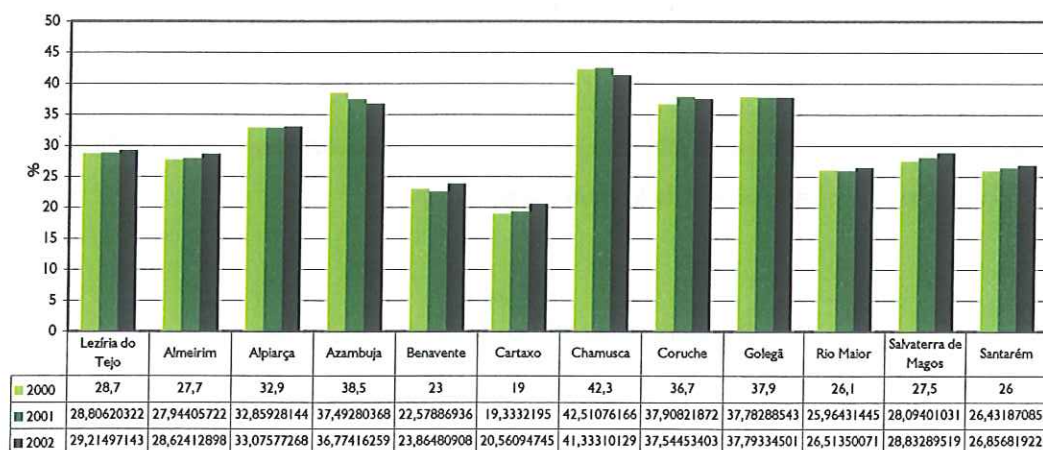
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Na **Lezíria do Tejo**, Benavente e Cartaxo são os concelhos com uma percentagem de pensionistas na população mais baixa, sendo a Chamusca que se destaca por manter os valores mais elevados no indicador.

Gráfico 90
Pensionistas no conjunto da população (Lezíria do Tejo)



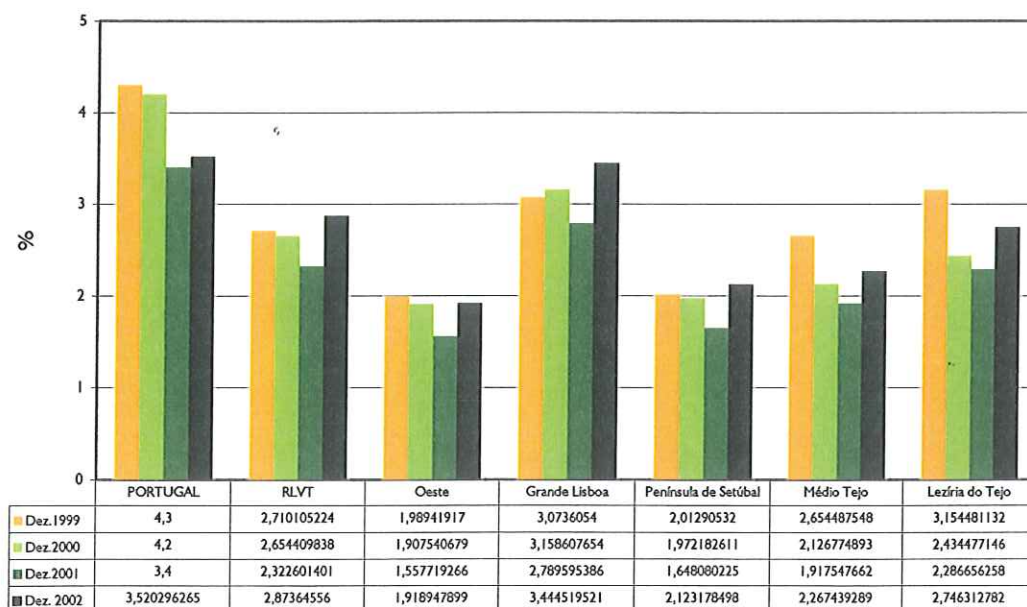
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

b) Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Apesar da mudança dos critérios de atribuição, a população beneficiária do Rendimento Social de Inserção tem-se mantido entre os 2% e os 3% da população total. No entanto, se desde 1999 se registava uma tendência de diminuição deste indicador, a situação sofre um ligeiro aumento em 2002. A RLVT mantém valores mais baixos neste indicador, face a Portugal, se bem que as tendências sejam similares. Em 2001, a RLVT tinha 2,1% da população beneficiária do RSI, aumento esse valor para 2,9% em 2002. É a Grande Lisboa que mantém valores mais altos na relação da população beneficiária do RSI com a população residente. O Oeste é a sub-região com valores mais baixos no indicador.

A percentagem de beneficiários do RSI na população variava, em 2002, entre 0,9% em Óbidos e 5% na Amadora, o que ilustra bem a diversidade existente na Região.

Gráfico 91
Beneficiários do RSI no conjunto da população



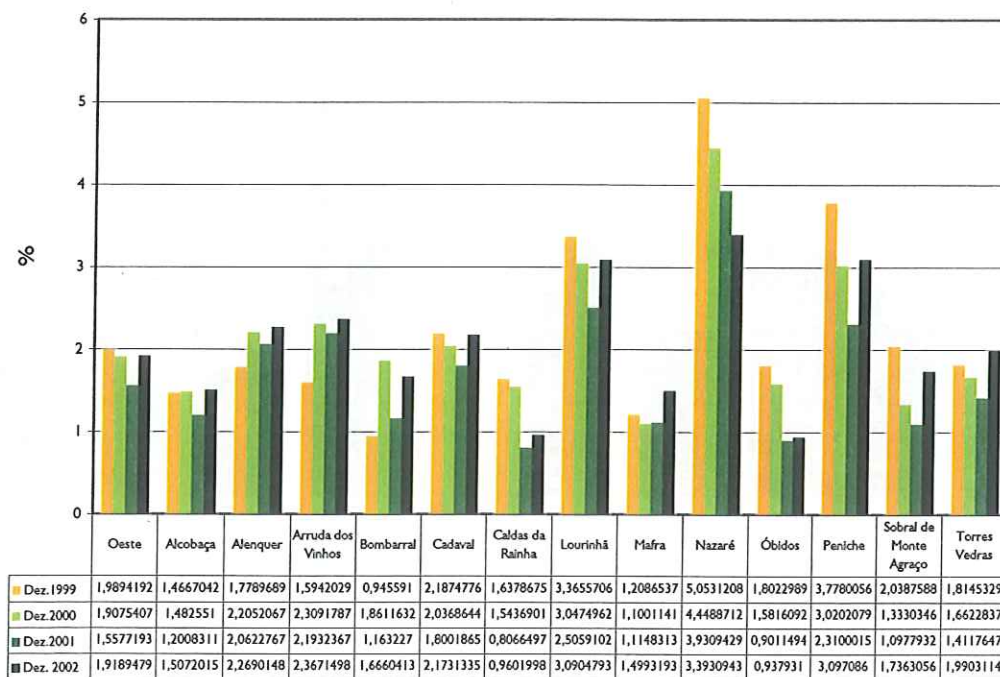
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

No **Oeste**, o concelho de Nazaré tem mantido os valores mais elevados no indicador, se bem que em todo o período em análise, a tendência seja de continuado decréscimo do peso dos beneficiários do RSI na população. Também em Óbidos se regista essa tendência, se bem que seja aquele que detém em toda a região o valor mais baixo do indicador.

Gráfico 92
Beneficiários do RSI no conjunto da população (Oeste)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

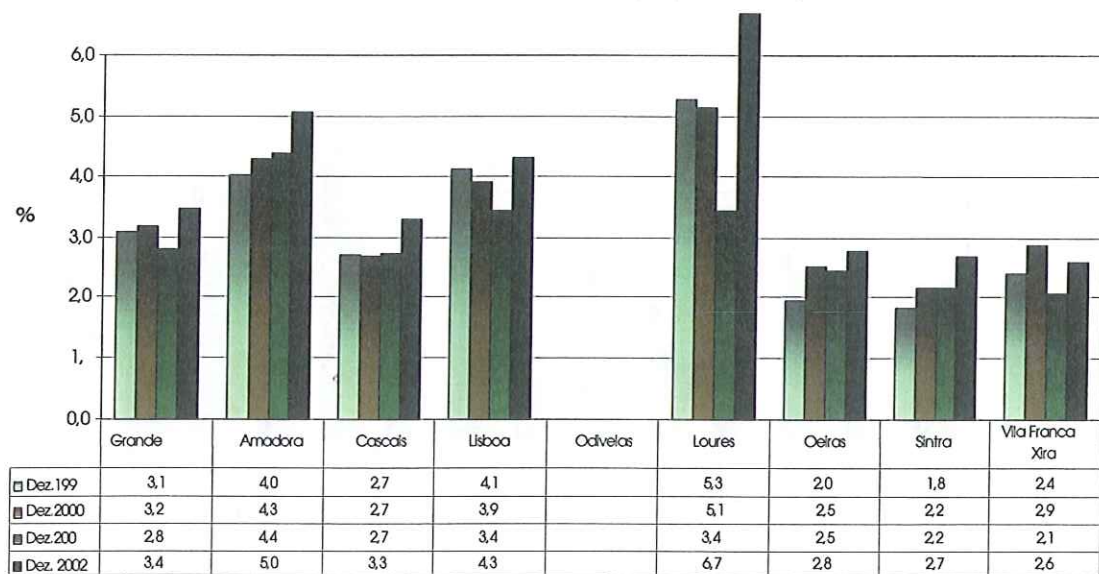
C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Na **Grande Lisboa** são várias as situações que se evidenciam. A Amadora não é somente o concelho que em toda a RLVT detém um valor mais alto no indicador, como a tendência, desde 1999, tem sido a de contínuo aumento da percentagem de beneficiários do RSI na população. Odivelas também mantém os valores mais altos da sub-região, se bem que desde 1999 que a tendência seja a de contínuo decréscimo do peso dos beneficiários do RSI na população. Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira mantêm os valores mais baixos no indicador, se bem que em 2002 os beneficiários do RMG representavam mais de 2,5% da população residente em cada um desses concelhos.

Gráfico 93

Beneficiários do RSI no conjunto da população (Grande Lisboa)



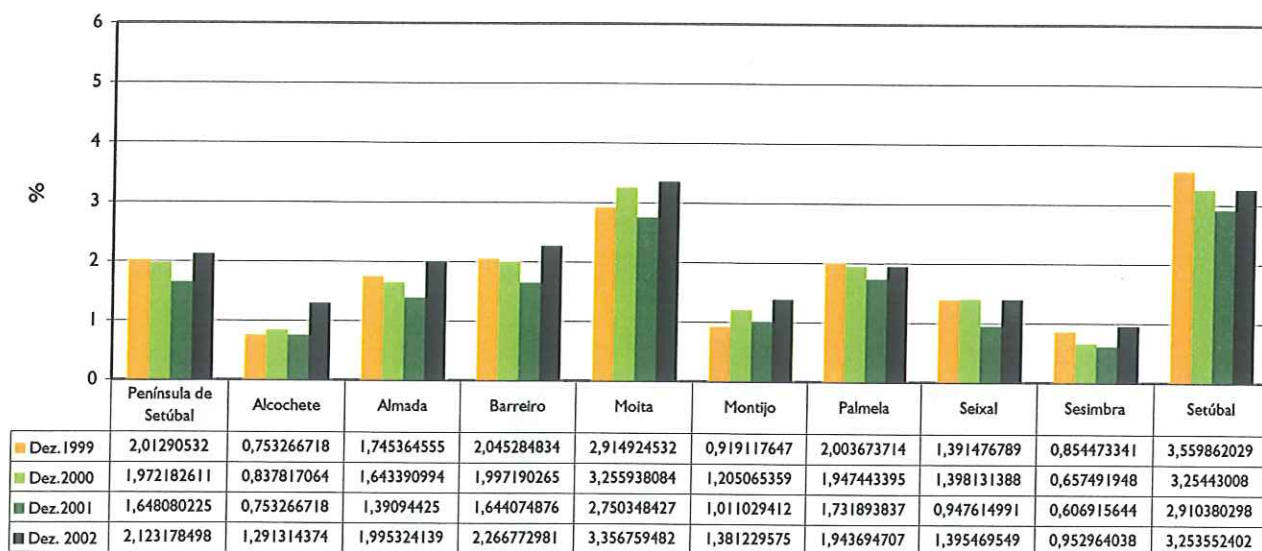
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Na **Península de Setúbal**, são os concelhos de Setúbal e Moita que registam um peso de beneficiários do RSI na população mais elevado. Sesimbra tem mantido valores muito baixos, nunca ultrapassando 1% da sua população (valor que apenas atingido em 2002).

Gráfico 94
Beneficiários do RSI no conjunto da população (Pensínsula de Setúbal)



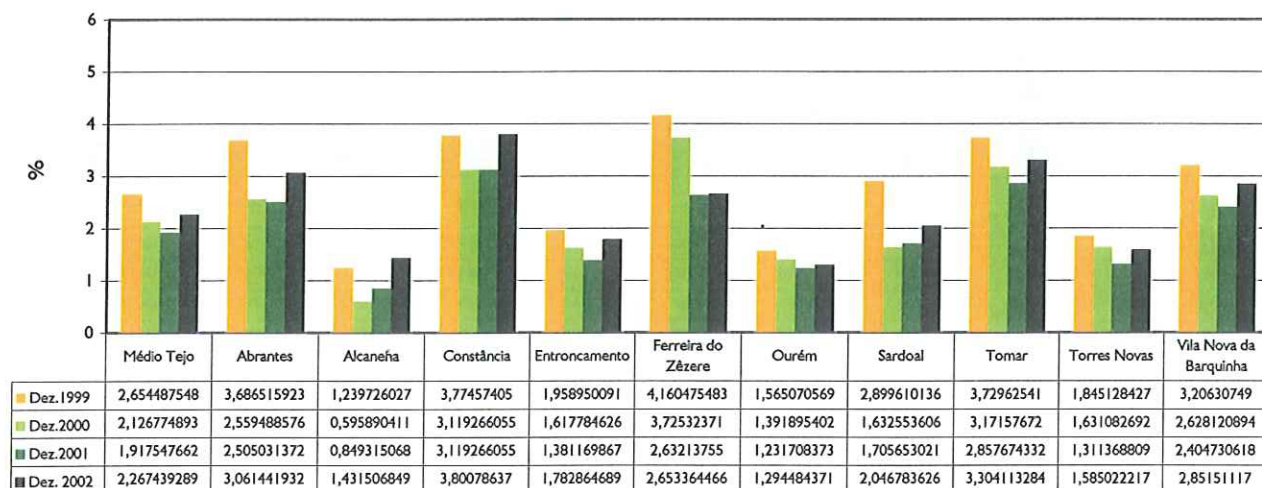
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

No **Médio Tejo** é Constância que revelava, em 2002, o valor mais alto de beneficiários do RSI na população. Ferreira do Zêzere que, em 1999, era o concelho que detinha um maior peso dos beneficiários do RSI na população, tem vindo a baixar de forma significativa esse indicador, por comparação com as tendências registadas nos restantes concelhos da sub-região. Ourém que mantém os valores mais baixos no indicador, também tem revelado uma tendência continuada, se bem que ligeira, de diminuição da percentagem de beneficiários do RSI na população.

Gráfico 95
Beneficiários do RSI no conjunto da população (Médio Tejo)



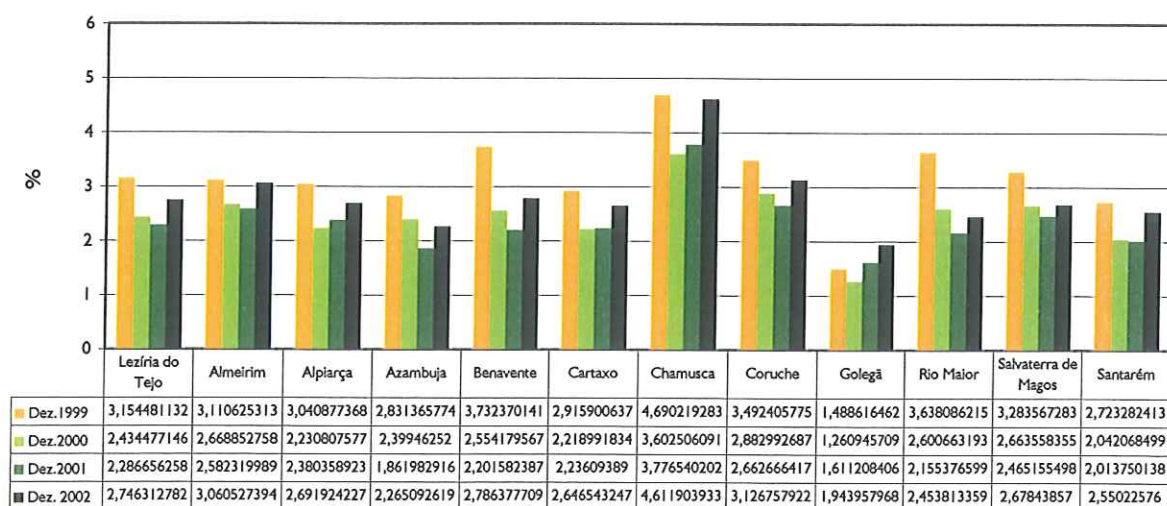
Fonte: INE - Anuários Estatísticos

C.5 – COESÃO SOCIAL

C.5.2 – Pobreza

Na **Lezíria do Tejo**, a situação mais problemática assinala-se para o concelho de Chamusca – para além de deter a percentagem de beneficiários do RSI na população mais elevada, de 2001 para 2002 aumentou significativamente o indicador para valores próximos dos registados em 1999. A Golegã apresenta-se como o concelho que em toda a sub-região tem valores mais baixos no indicador, se bem que, desde 1999, tenha vindo a revelar tendência de aumento dos beneficiários na população

Gráfico 96
Beneficiários do RSI no conjunto da população (Lezíria do Tejo)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Taxa de retenção no 1º ciclo (insucesso escolar)	71
2	Taxas de retenção no 2º ciclo (insucesso escolar)	72
3	Taxas de retenção no 3º ciclo (insucesso escolar)	73
4	Abandono escolar por sub-região	74
5	Abandono escolar (concelhos do Oeste)	75
6	Abandono escolar (concelhos da Grande Lisboa)	76
7	Abandono escolar (concelhos da P. de Setúbal)	77
8	Abandono escolar (concelhos do Médio Tejo)	78
9	Abandono escolar (concelhos da Lezíria do Tejo)	79
10	Alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 99/00)	80
11	Alunos por ciclo de ensino, por sub-regiões (ano lectivo 00/01)	81
12	Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na RLVT (96 – 01)	82
13	Evolução da estrutura de ensino superior (privado/público) por tipo de ensino na RLVT	83
14	Alunos do 3º ciclo inscritos em ensino profissional	84
15	Alunos do secundário inscritos em ensino profissional	85
16	Taxa de actividade média anual (Homens)	86
17	Taxa de actividade média anual (Mulheres)	87
18	Pessoal ao serviço das empresas na RLVT face a Portugal	88
19	Variação do pessoal ao serviço das empresas, RLVT e Portugal	88
20	Peso do pessoal ao serviço das empresas por sub-região, face à RLVT	89
21	Variação do pessoal ao serviço das empresas, por sub-região	90
22	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas, por CAE e sub-região	91
23	Taxas de feminização do pessoal ao serviço das empresas, por sub-região	92
24	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, em 1994	93
25	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, em 1999	94
26	Estrutura etária do pessoal ao serviço das empresas, em 2000	94
27	Índice de envelhecimento do pessoal ao serviço das empresas, por sub-região	95
28	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por sub-região - 1994	96
29	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por sub-região - 1999	97
30	Estrutura do pessoal ao serviço das empresas segundo as habilitações, por sub-região - 2000	97
31	Trabalhadores com contrato a termo certo, em 2000, por NUTS II	98

ÍNDICE DE GRÁFICOS

32	Trabalhadores com contrato a termo certo, em 2000, por sub-região	99
33	Trabalhadores a tempo parcial, em 2000, por NUTS II	100
34	Trabalhadores a tempo parcial, em 2000, por sub-região	101
35	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000, por sub-região	103
36	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000 - Oeste	104
37	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000 - G. Lisboa	105
38	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000 – P. Setúbal	106
39	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000 – M. Tejo	107
40	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2000 – L. Tejo	108
41	Taxa de desemprego, 2000 a 2003 (valores trimestrais)	109
42	Peso dos desempregados à procura do 1º emprego na estrutura do desemprego	110
43	Peso dos desempregados há mais de 1 ano na estrutura do desemprego	111
44	Taxa de desemprego segundo os grupos etários	112
45	Taxa de desemprego total, de 1997 a 2002 (valores anuais)	113
46	Taxa de desemprego masculino, de 1997 a 2002 (valores anuais)	114
47	Taxa de desemprego feminino, de 1997 a 2002 (valores anuais)	114
48	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, por sub-região	115
49	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas – Concelhos do Oeste	116
50	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas – Concelhos da Grande Lisboa	116
51	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas – Concelhos da Península de Setúbal	117
52	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas – Concelhos do Médio Tejo	117
53	Peso das despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas – Concelhos da Lezíria do Tejo	118
54	Peso dos espectadores de cinema face à população total	119
55	Taxa de mortalidade infantil (%), por sub-região	122
56	Taxa de mortalidade infantil (%), no Oeste	123
57	Taxa de mortalidade infantil (%), na Grande Lisboa	124

ÍNDICE DE GRÁFICOS

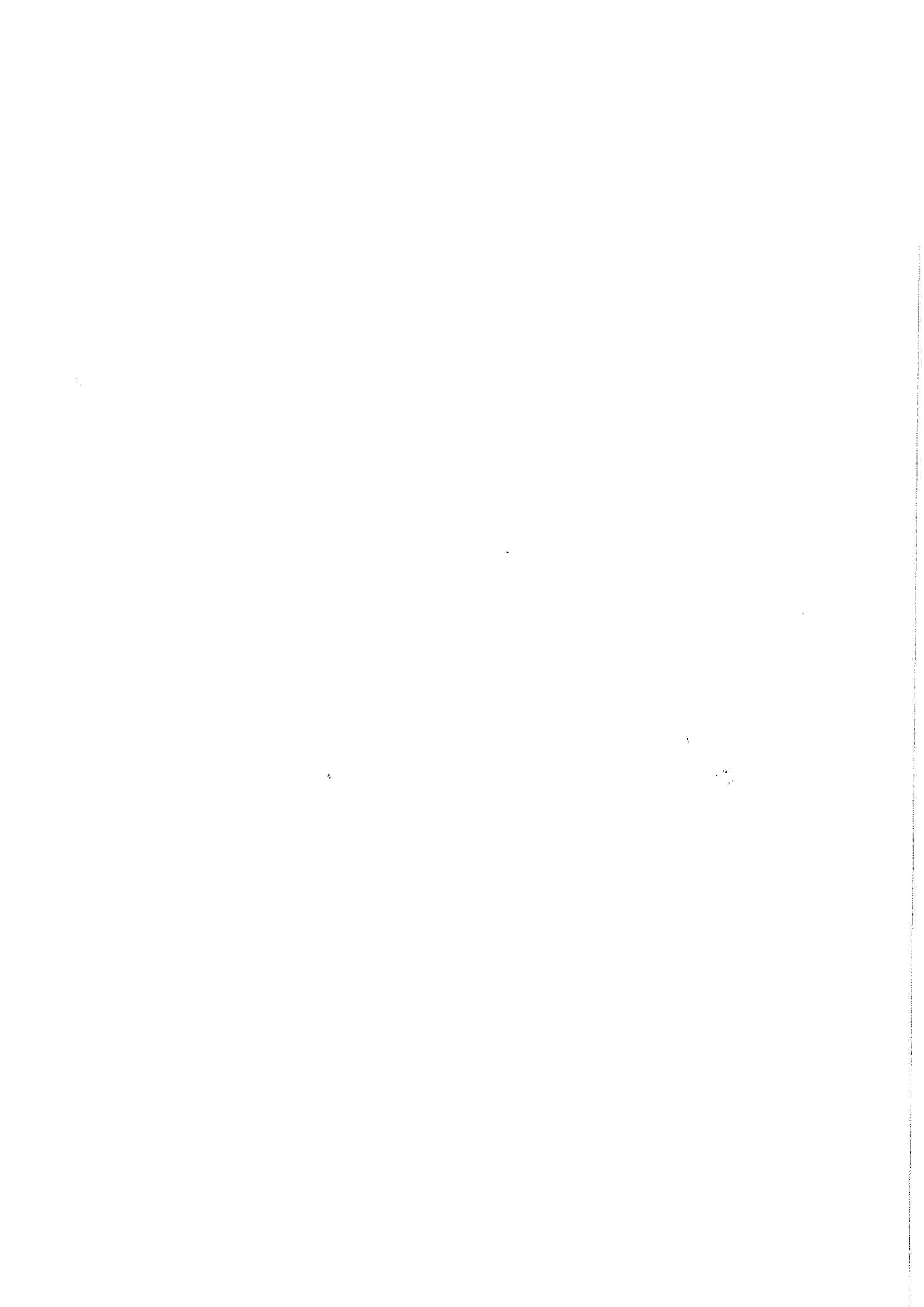
58	Taxa de mortalidade infantil (%), na Península de Setúbal	125
59	Taxa de mortalidade infantil (%), no Médio Tejo	126
60	Taxa de mortalidade infantil (%), na Lezíria do Tejo	127
61	Número de médicos por 1000 habitantes, 1994, 1998, 2000 e 2001	128
62	Número de médicos por 1000 habitantes, 2001, no Oeste	129
63	Número de médicos por 1000 habitantes, 2001, na Grande Lisboa	130
64	Número de médicos por 1000 habitantes, 2001, na Península de Setúbal	131
65	Número de médicos por 1000 habitantes, 2001, no Médio Tejo	132
66	Número de médicos por 1000 habitantes, 2001, na Lezíria do Tejo	133
67	Casos de SIDA, por 100.000 habitantes, por sub-região	134
68	Casos de SIDA, por 100.000 habitantes (segundo semestre de 2003) - Oeste	135
69	Casos de SIDA, por 100.000 habitantes (segundo semestre de 2003) – Grande Lisboa	136
70	Casos de SIDA, por 100.000 habitantes (segundo semestre de 2003) – Península de Setúbal	137
71	Casos de SIDA, por 100.000 habitantes (segundo semestre de 2003) – Médio Tejo	138
72	Casos de SIDA, por 100.000 habitantes (segundo semestre de 2003) – Lezíria do Tejo	139
73	Mortes por SIDA, por 100.000 habitantes, por sub-região	140
74	Mortes por SIDA, por 100.000 habitantes (2º semestre de 2003) - Oeste	141
75	Mortes por SIDA, por 100.000 habitantes (2º semestre de 2003) – Grande Lisboa	141
76	Mortes por SIDA, por 100.000 habitantes (2º semestre de 2003) – Península de Setúbal	142
77	Mortes por SIDA, por 100.000 habitantes (2º semestre de 2003) – Médio Tejo	142
78	Mortes por SIDA, por 100.000 habitantes (2º semestre de 2003) – Lezíria do Tejo	143
79	Variação do número de crimes praticados, por sub-região	144
80	Evolução da taxa de criminalidade na RLVT, 1998-2002	145
81	Evolução da estrutura da criminalidade, 1998-2002	146
82	Receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares, segundo a categoria sócio-económica do representante do agregado	147
83	Receitas médias líquidas anuais dos agregados familiares, segundo o tipo de receita	148
84	Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, por sub-região	149
85	Pensionistas no conjunto da população, por sub-região	150
86	Pensionistas no conjunto da população, no Oeste	151
87	Pensionistas no conjunto da população, na Grande Lisboa	152
88	Pensionistas no conjunto da população, na Península de Setúbal	153
89	Pensionistas no conjunto da população, no Médio Tejo	154

ÍNDICE DE GRÁFICOS

90	Pensionistas no conjunto da população, na Lezíria do Tejo	155
91	Beneficiários do RSI no conjunto da população, por sub-região	156
92	Beneficiários do RSI no conjunto da população, no Oeste	157
93	Beneficiários do RSI no conjunto da população, na Grande Lisboa	158
94	Beneficiários do RSI no conjunto da população, na Península de Setúbal	159
95	Beneficiários do RSI no conjunto da população, no Médio Tejo	160
96	Beneficiários do RSI no conjunto da população, na Lezíria do Tejo	161

DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES

D



SUB-DOMÍNIO

DI

Competitividade da Base Económica,
Dinâmica Empresarial,
Especialização das Actividades
e Internacionalização

■ Nota Metodológica

A actualização da monitorização do domínio “Organizações”, nas dimensões relativas à Internacionalização e Competitividade envolveu 23 indicadores (ver lista em anexo), distribuídos pelas várias dimensões de análise, para os quais foi possível actualizar a informação de base para o ano de 2001 e, em alguns casos, para o ano 2002.

■ Apreciação geral

A análise da evolução da performance da Região de Lisboa e Vale do Tejo no conjunto dos indicadores utilizados neste domínio permite traçar as seguintes tendências de evolução geral da Região e do seu posicionamento nacional e europeu:

- A evolução da Região de Lisboa e Vale do Tejo foi, em termos globais, positiva tendo a Região melhorado a sua performance em diversas áreas analisadas. No entanto, o conjunto de aspectos no qual a evolução da Região foi pautada por uma certa inércia, assume ainda uma dimensão considerável. Por outro lado, no seio da Região, as trajectórias desenhadas apresentam diversas disparidades traduzindo diferentes realidades intra-regionais;
- O posicionamento favorável da Região face ao espaço nacional continua a contrastar com as debilidades evidenciadas pela Região, quando se utilizam como termos comparativos regiões capitais, não só da UE 15, mas também de alguns dos novos países da UE 25;
- O nível médio de vida da Região de Lisboa e Vale do Tejo, aproximado pelo PIB per capita, apesar de superar a média nacional, fica aquém do PIB per capita da generalidade das capitais da UE 15. O grau de afastamento do PIB per capita da RLVT face à respectiva média nacional encontra-se, não obstante o diferencial positivo apresentado, entre os menos significativos no seio das regiões capitais à escala europeia iniciando, neste plano, um nível de coesão económica regional alinhado com os países médios e pequenos da União;
- O grau de afastamento do nível de vida na Região de Lisboa e Vale do Tejo face à respectiva média nacional deve ser enquadrado, no entanto, com o peso relativo assumido pela Região no total do país, seja em termos de criação de riqueza (PIB), seja em termos populacionais. Importa, assim, notar, em contraste com a relativamente moderada diferença no PIB per capita face à média nacional, a importância muito significativa assumida pela RLVT a nível nacional, seja ao nível da população (a Região concentra cerca de um terço da população nacional), seja, sobretudo, ao nível do VAB;

- A evolução registada, na última década, pela taxa de desemprego na Região de Lisboa e Vale do Tejo revela um nível estrutural de desemprego superior em relação ao observado no país, embora acompanhando os movimentos conjunturais cíclicos verificados na economia nacional;
- A Região de Lisboa e Vale do Tejo revela, por outro lado, uma estrutura global de níveis de habilitações bastante débil no contexto europeu, apresentando um peso muito significativo dos níveis de educação mais reduzidos e um peso muito limitado dos níveis de educação médios e elevados. Esta característica da estrutura global de recursos humanos da Região constitui uma importante restrição sobre o seu potencial de crescimento futuro, muito embora a Região tenha revelado uma capacidade significativa de superar esses limites aproximando-se, ao nível dos resultados na criação de riqueza, de regiões com melhor dotação de recursos humanos;
- A estrutura de especialização produtiva da Região de Lisboa e Vale do Tejo, considerando a criação de riqueza, o valor acrescentado, por actividades a nível nacional, apoia-se em duas características fundamentais: uma considerável diversificação no quadro de uma especialização terciária bastante desenvolvida;
- A análise da especialização produtiva da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no plano específico das actividades industriais, considerando os grandes segmentos competitivos e de qualificação/remuneração, em acção na organização industrial, permite revelar uma especialização industrial da Região bastante mais favorável que a do país, isto é, portadora de uma menor vulnerabilidade nos factores que condicionam a capacidade concorrencial das empresas. Com efeito, verifica-se que os níveis de qualificação/remuneração mais baixos estão claramente “subapresentados” na Região e os factores competitivos mais sofisticados estão claramente “sobrepresentados” na Região.
- Este posicionamento relativo, da Região de Lisboa e Vale do Tejo face ao país, em termos de especialização produtiva, incorpora, contudo, ainda, diferentes realidades intra-regionais, evidenciando, algumas NUTS III expressivas debilidades em termos da valorização de factores-chave de competitividade no seu perfil de especialização;
- O perfil de especialização relativa de comércio internacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto nacional permanece consideravelmente diversificado. Por outro lado, a Região continua a revelar uma taxa de abertura superior à média nacional, a qual é, no essencial, fomentada pelos fluxos de importação.

■ **Apreciação Específica**

A análise da evolução do conjunto dos indicadores utilizados permite ainda destacar um conjunto de considerações de natureza mais específicas que, seguidamente se apresentam, organizadas segundo as diversas dimensões de análise.

D.1.2. Dinâmica Económica

D.1.2.1. Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade

A Região de Lisboa e Vale do Tejo concentra, em 2001, cerca de um terço da população nacional, posicionando-se este peso populacional da Região no contexto nacional, entre níveis mais acentuados no seio das regiões capitais europeias. A expressiva dimensão da Região no contexto nacional é visível, não só em termos populacionais, mas também em termos económicos, dado a Região representar cerca de 45% do VAB nacional (importância esta que se tem mantido estável ao longo dos últimos anos).

No contexto das regiões capitais, a RLVT, coloca-se numa posição bastante desfavorável ao nível do PIB per capita. O débil posicionamento à escala europeia contrasta com o comportamento da Região no contexto nacional, dado o PIB per capita regional superar em cerca de 30% a média nacional. A análise intra-regional revela, contudo, realidades bastante heterogéneas, destacando-se a NUTS III Grande Lisboa como a única que supera o PIB per capita nacional.

No que concerne aos níveis de produtividade, a Região de Lisboa e Vale do Tejo supera, em 2001, em cerca de 24%, a média nacional. Contudo, a evolução face ao ano anterior é pautada por uma ligeira deterioração no posicionamento relativo da Região. A performance interna da Região neste indicador deixa transparecer também disparidades consideráveis, sendo as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal as únicas regiões a superar a média nacional.

Em termos de taxa de utilização de recursos humanos, o posicionamento da Região de Lisboa e Vale do Tejo face à realidade nacional demarca-se pelo seu cariz favorável, dado superar, em 2001, a média nacional em cerca de 7%, valor este que foi reforçado face ao ano anterior.

D.1.2.2. Dinâmica empresarial e de emprego

A taxa de actividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo, no ano 2002, aproxima-se bastante da taxa de actividade nacional (é ligeiramente inferior quer na taxa de actividade masculina, quer feminina).

Em termos de taxa de criação de emprego, a Região de Lisboa e Vale do Tejo, desenhou uma trajectória bastante favorável no período 2001/2002, no qual revelou uma maior capacidade de criação de emprego face à taxa de crescimento média nacional.

No que concerne à taxa de desemprego registada na RLVT, observa-se que a Região tem acompanhado a tendência nacional de aumento de desemprego, mantendo-se, contudo, acima dos valores médios

nacionais. Com efeito, em 2002, a taxa de desemprego na Região superou a taxa média nacional, e reforçou-se face ao ano anterior, passando de 5,4%, em 2001, para 6,5%, em 2002. O posicionamento da Região face ao espaço nacional é, também, desfavorável no que diz respeito ao peso assumido pelo desemprego de longa duração. Comparativamente com o ano anterior, em 2002, a RLVT revelou-se incapaz de, à semelhança do espaço nacional, diminuir o peso do desemprego de longa duração.

D.1.3. Competitividade Internacional

D.1.3.1. Especialização produtiva

O perfil de especialização produtiva da Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma forte relevância de actividades do sector de serviços, entre as quais se destacam as actividades financeiras, as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e os transportes, armazenagem e comunicações. A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, para a maioria das suas actividades produtivas, níveis de produtividades sectoriais acima da média nacional. Os sectores da RLVT cujos níveis de produtividade superam mais intensamente as produtividades sectoriais médias nacionais são a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, a pesca e as indústrias transformadoras.

D.1.3.2. Grau de abertura

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um grau de abertura em termos do peso das exportações e expedições no PIB ligeiramente inferior à média nacional. A análise da vocação exportadora das NUTS III que compõem a RLVT revela realidades bastante heterogéneas, destacando-se a Península de Setúbal como a sub-região com maior ímpeto exportador.

Considerando o peso, não apenas dos fluxos de saída, mas também dos fluxos de entrada, no PIB, a Região de Lisboa e Vale do Tejo revela um grau de abertura superior à média nacional. Esta situação enquadra-se com o facto do peso da RLVT no país, em termos de comércio internacional, ser consideravelmente mais acentuado ao nível dos fluxos de entrada do que dos fluxos de saída. A Península de Setúbal e a Grande Lisboa são as NUTS III que evidenciam maior taxa de abertura ao exterior, sendo esta taxa, no caso da Grande Lisboa, fundamentalmente fomentada pelos fluxos de importação.

D.1.3.3. Posição competitiva

A análise da especialização produtiva por factores-chave de competitividade, da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no ano de 2001, comparativamente ao espaço nacional, permite verificar que a Região valoriza, os factores mais dinâmicos de competitividade, dado encontrar-se “sub-especializada” nas indústrias que exploram os baixos custos de trabalho e “sobre-especializada” nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, esforço de I&D, diferenciação de produto e dos recursos naturais.

No que concerne à especialização em termos de comércio internacional, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta, face ao espaço nacional, um perfil bastante diversificado, no qual assumem forte relevo as exportações de material de transporte, das indústrias químicas e de produtos minerais.

D.1.4. Factores de Crescimento

D.1.4.1. Dinâmica de investimento

A Região de Lisboa e Vale do Tejo, no período 1995-2000, realizou um esforço de investimento superior à média nacional. Contudo, no ano 2001 registou-se um abrandar da taxa de investimento regional, convergindo esta para a média nacional.

A importância do investimento sectorial da Região no investimento sectorial nacional é bastante acentuada para a generalidade dos sectores, sendo de destacar os transportes, armazenagem e comunicações, as actividades financeiras e as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

D.1.4.2. Formação de recursos humanos

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma estrutura de habilitações de recursos humanos favorável, face ao espaço nacional, dada a menor importância relativa dos níveis habilitacionais mais reduzidos na estrutura da Região. Na óptica das NUTS III, as realidades não são homogéneas, revelando as regiões Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo maiores debilidades educacionais.

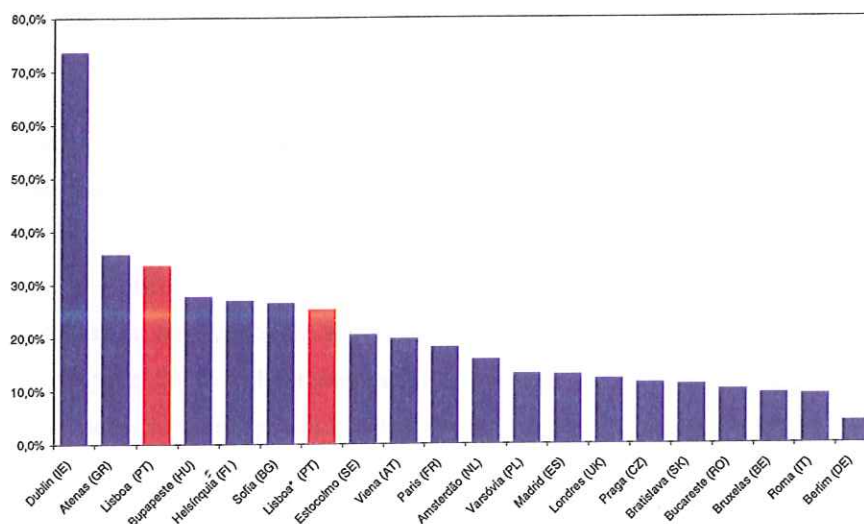
Utilizando como termo de comparação, não o território nacional, mas a realidade europeia, o posicionamento da Região torna-se bastante mais débil, apresentando a RLVT, quer face a regiões da UE 15, quer face a regiões de países de Leste, uma importância esmagadora dos níveis habilitacionais mais reduzidos.

a) Dimensão populacional

A Região de Lisboa e Vale do Tejo concentra, em 2001, um terço da população nacional. No seio das regiões capitais europeias, o peso da população da RLVT no respectivo contexto nacional, posiciona-se nos níveis mais acentuados.

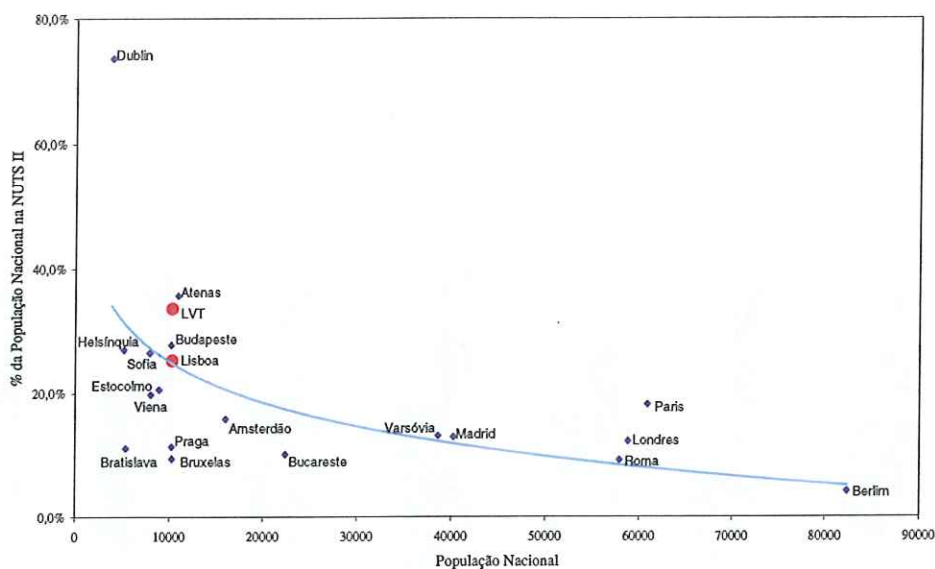
Gráfico I

Dimensão Populacional das Regiões Capitais Europeias



Fonte: Regions, EUROSTAT, 2002

Gráfico 2
Dimensão Populacional das Regiões Capitais Europeias

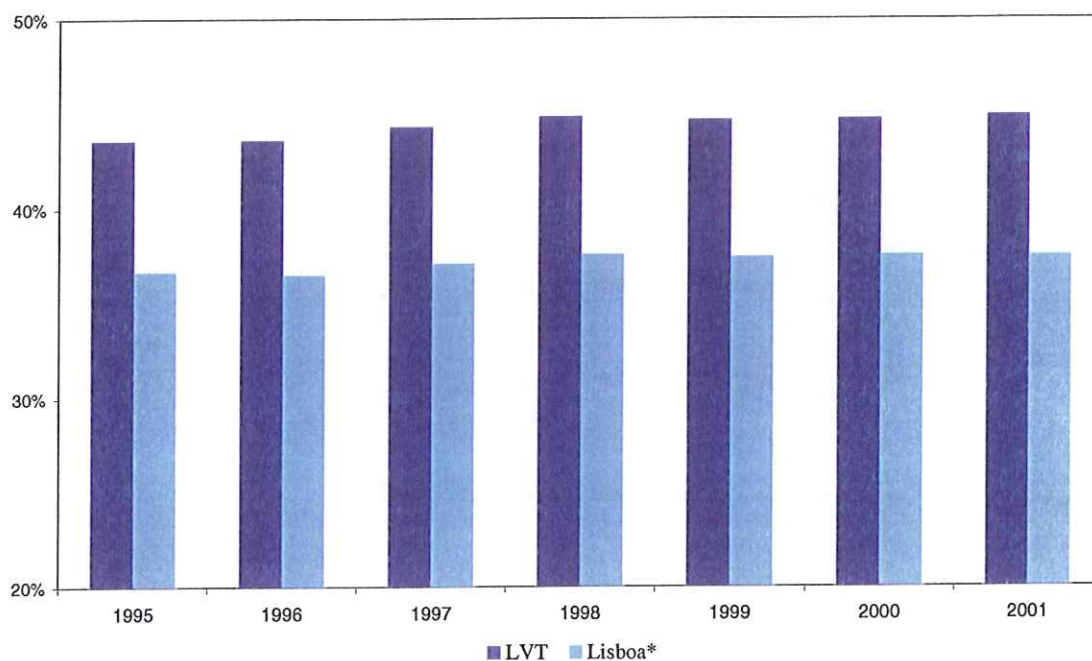


Fonte: CE (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

b) Dimensão Económica

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma dimensão económica relativamente estável no contexto nacional, representando cerca de 45% VAB nacional.

Gráfico 3
Dimensão Económica da Região (% do VAB nacional)

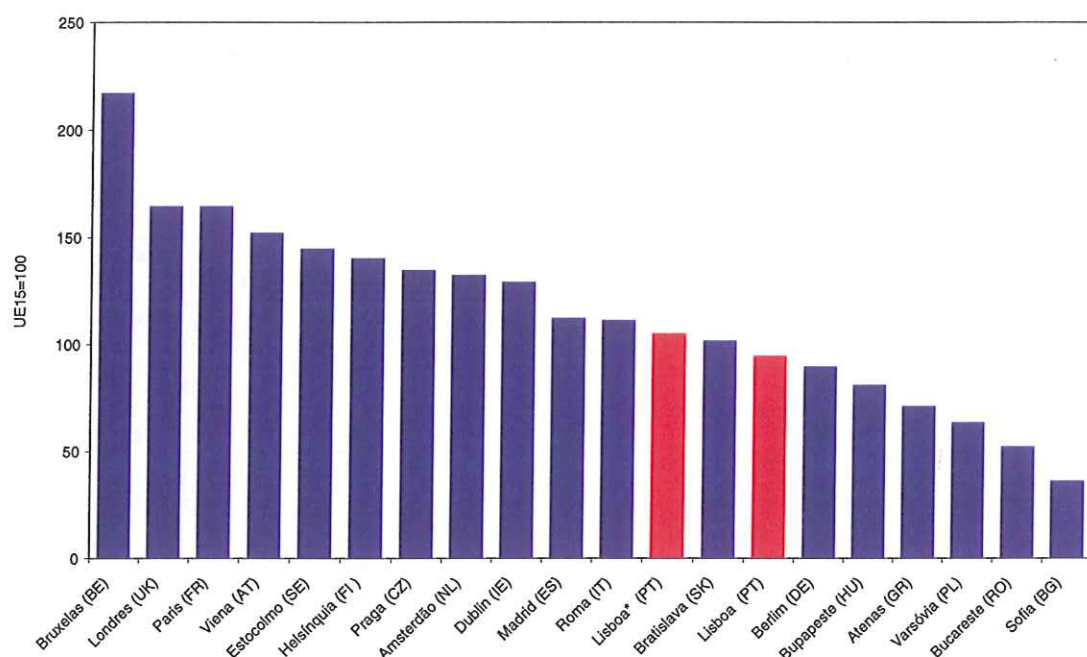


Fonte: INE, Contas Regionais

c) PIB per capita nas regiões capitais da União Europeia

A Região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto das regiões capitais europeias, apresenta um PIB per capita inferior ao da generalidade das capitais da UE15 (com excepção de Berlim e Atenas).

Gráfico 4
PIB per capita nas Regiões Capitais da União Europeia (UE15=100)



Nota: Não foram considerados os países da UE com apenas uma NUTS II (Luxemburgo, Dinamarca, Chipre, Malta, Eslovénia, Estónia, Lituânia, Letónia).

Fonte: CE (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

D.1.2 – DINÂMICA ECONÓMICA

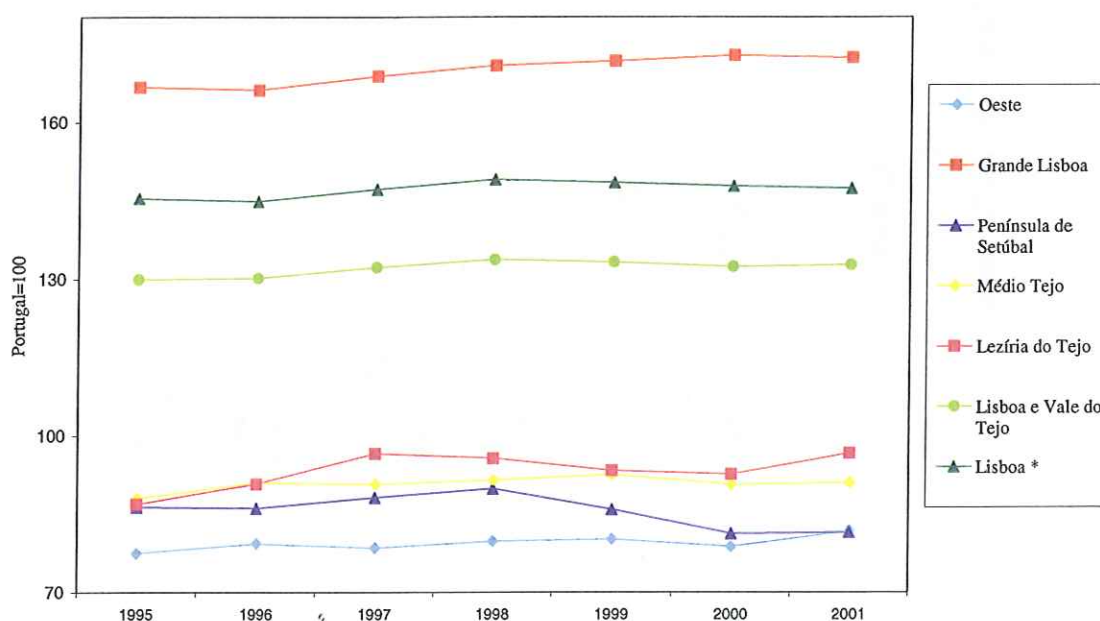
D.1.2.1 - Dinâmicas de Desenvolvimento e Produtividade

d) PIB per capita

O PIB per capita da Região de Lisboa e Vale do Tejo manteve-se, ao longo do período 1995-2001, cerca de 30% superior à média nacional.

No seio da RLVT, a região da Grande Lisboa é a única NUTS III que supera o PIB per capita nacional.

Gráfico 5
Evolução do PIB per capita na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: O PIBpc, ao ser encarado como um indicador do nível de vida, pode decompor-se da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{Nível de vida} &= \text{Utilização de recursos humanos} \times \text{produtividade} \\ \text{PIB/População} &= \frac{\text{Emprego}}{\text{População}} \times \text{PIB/ Emprego} \end{aligned}$$

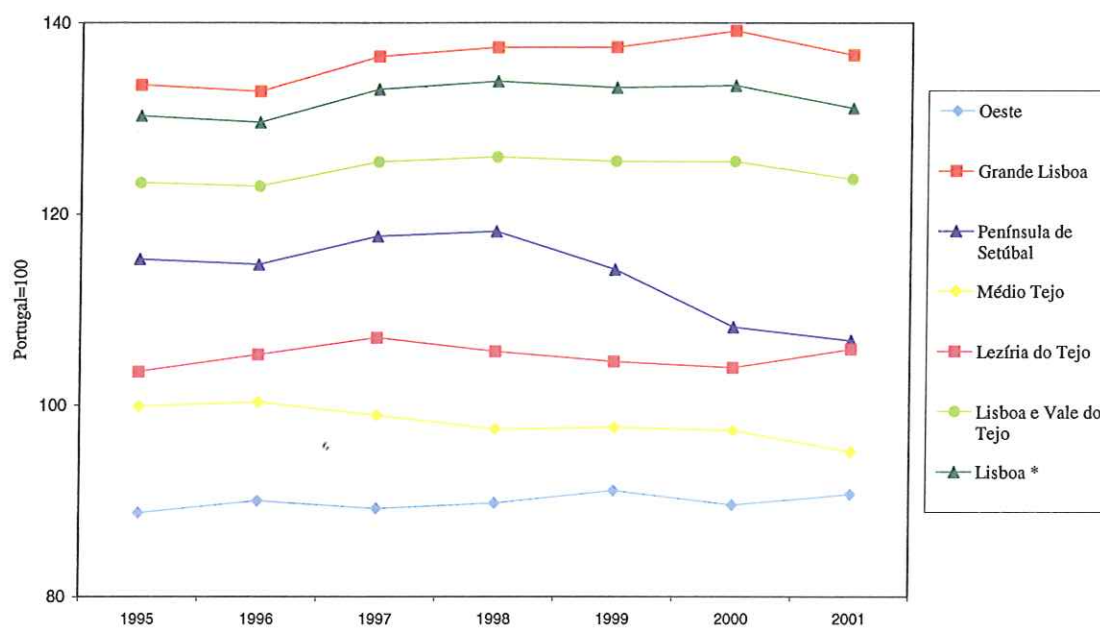
Fonte: INE, Contas Regionais

e) Produtividade

Em 2001, a produtividade da Região de Lisboa e Vale do Tejo era cerca de 24% superior à média nacional, não tendo a região apresentado grandes oscilações no período 1995-2001.

A NUTS III Grande Lisboa destaca-se pelos seus elevados níveis de produtividade, os quais, em 2001, superavam em cerca de 37% a média nacional. A NUTS III Península de Setúbal apresentou, no período 1995-2001, um declinar dos seus níveis de produtividade, mantendo-se, contudo, em 2001, acima da média nacional. A NUTS III Oeste é aquela que apresenta os níveis de produtividade menos favoráveis no contexto da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 6
Evolução da Produtividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: o indicador produtividade obtém-se:
 $\text{Produtividade} = \text{PIB} / \text{Emprego}$

Fonte: INE, Contas Regionais

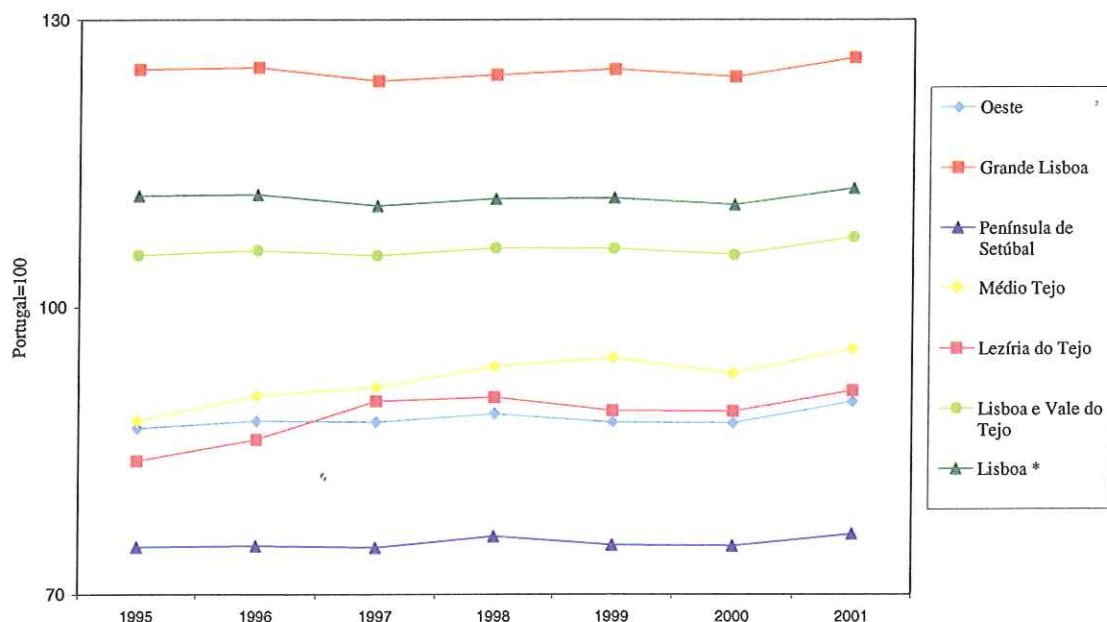
f) Taxa de utilização de recursos humanos

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma taxa de utilização dos recursos humanos que supera ligeiramente a média nacional (em 2001 era superior em cerca de 7%).

A Península de Setúbal é a NUTS III com a taxa de utilização de recursos humanos mais reduzida no seio da RLVT. Por oposição, a Grande Lisboa é a NUTS III com o contributo mais expressivo para os níveis de maior intensidade de utilização de recursos humanos da Região de Lisboa e Vale do Tejo face à média nacional.

Gráfico 7

Evolução da Taxa de Utilização de Recursos Humanos na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: o indicador taxa de utilização de recursos humanos obtém-se:
Taxa de Utilização de Recursos Humanos = Emprego / População

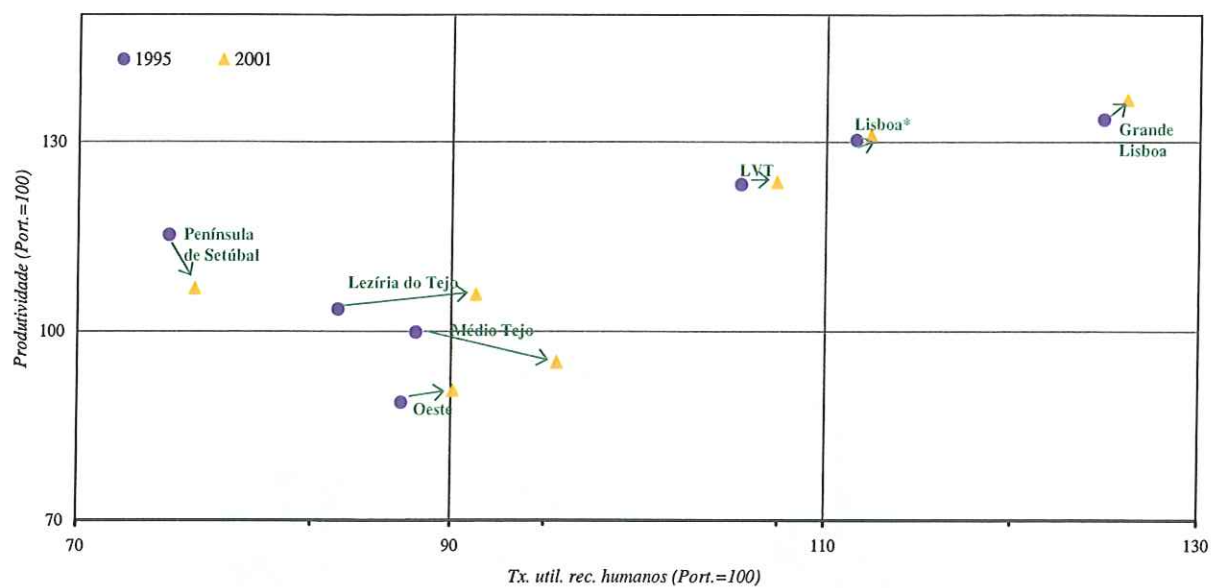
Fonte: INE, Contas Regionais

g) Trajectória de desenvolvimento e competitividade

Ao longo do período 1995-2001, a Região de Lisboa e Vale do Tejo, face à média nacional, aumentou ligeiramente os índices de produtividade e de utilização dos recursos humanos.

Gráfico 8

Evolução da Taxa de Utilização de Recursos Humanos na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Fonte: INE, Contas Regionais

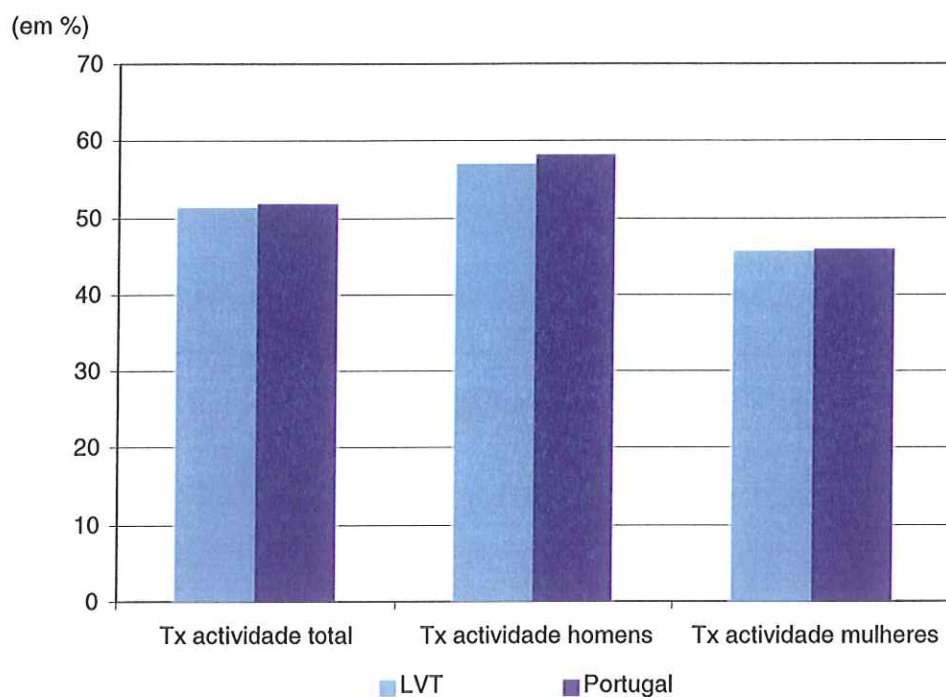
a) Taxa de actividade

Em 2002, a taxa de actividade da RLVT aproxima-se bastante da taxa de actividade nacional.

À semelhança do que ocorre no espaço nacional, a RLVT tem uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (45,7% nas mulheres e 57,0% nos homens).

Face ao ano 2001, regista-se um ligeiro crescimento na taxa de actividade feminina na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 9
Taxa de actividade em Lisboa e Vale do Tejo (2002)

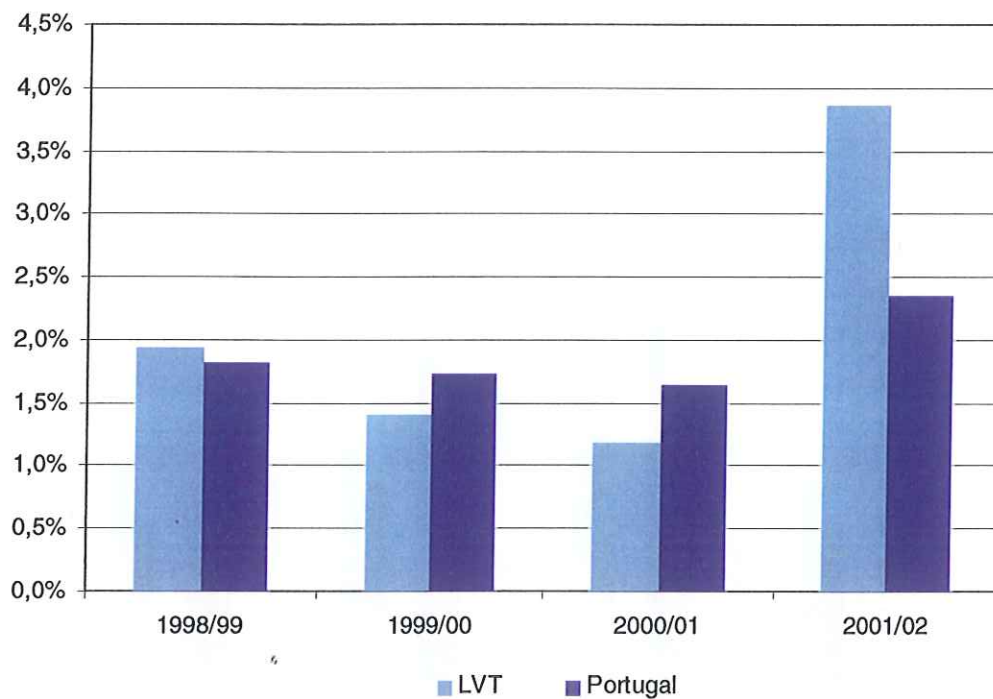


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

b) Taxa de crescimento do emprego

A taxa de crescimento do emprego na RLVT, após ter registado no período 1999-2001 valores inferiores à taxa de crescimento média nacional, contrariou esta tendência no período 2001/2002, no qual a Região revelou uma maior capacidade de criação de emprego.

Gráfico 10
Taxa de crescimento do emprego (em %)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

c) Desemprego

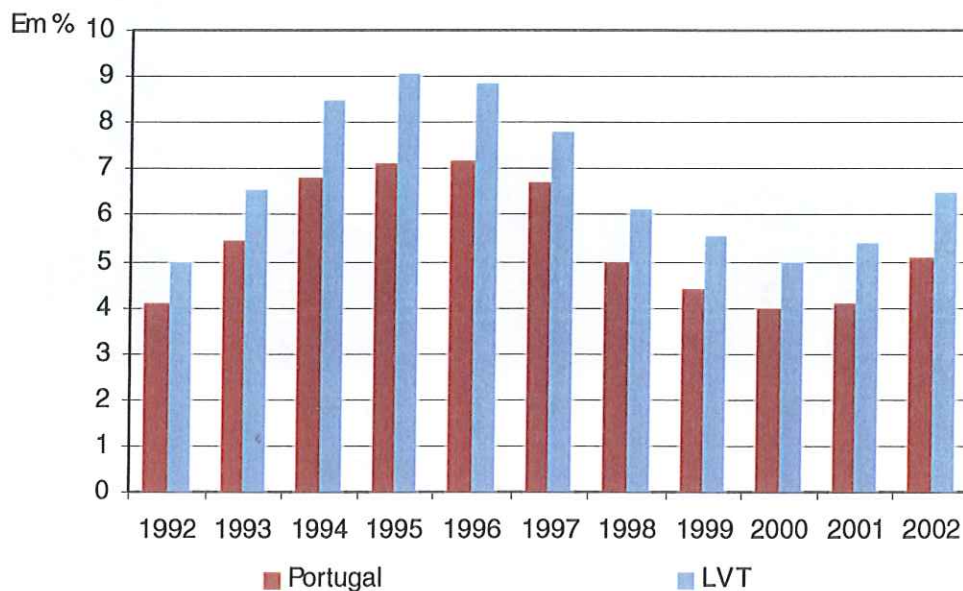
A partir do ano 2000 regista-se em Portugal uma tendência de aumento do desemprego, seguindo a Região de Lisboa e Vale do Tejo, também essa tendência.

Com efeito, a taxa de desemprego registada na RLVT tem seguido a tendência global do território português, mantendo-se, no entanto, sempre com valores acima dos valores médios registados em Portugal.

No ano 2002, o desemprego na RLVT continuou superior ao desemprego registado em Portugal, posicionando-se, neste ano, nos 6,5%, enquanto em 2001 se situava nos 5,4%.

Gráfico II

Evolução do Desemprego (em %)



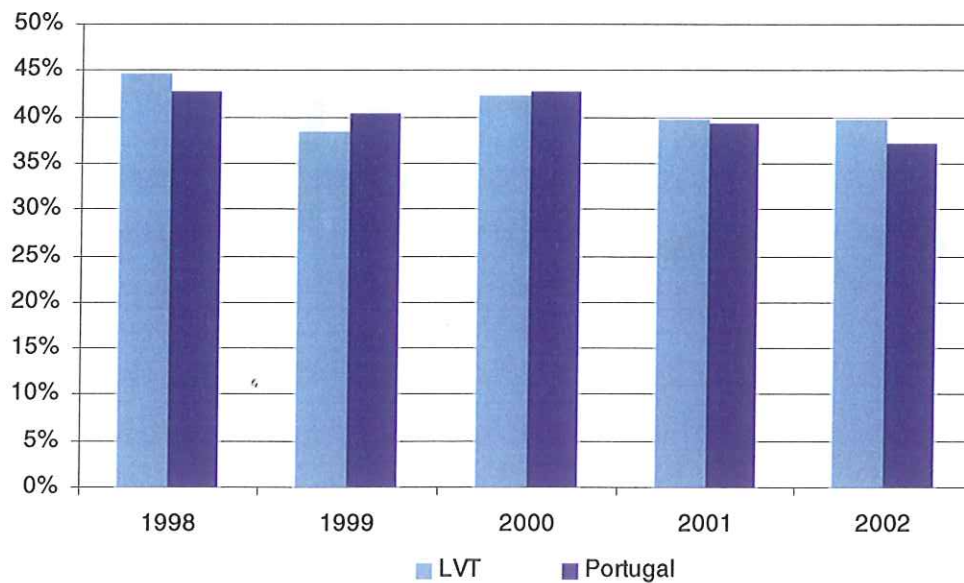
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

d) Desemprego de longa duração

Em 2002 o peso do desemprego de longa duração no total do desemprego na RLVT superava o registado em Portugal.

Apesar de se detectarem oscilações no peso do desemprego de longa duração no total de desemprego no período 1998-2002, regista-se uma tendência de decréscimo da importância deste tipo de desemprego, tanto no espaço nacional, como na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, analisando a evolução registada no ano 2002, face ao ano anterior, observa-se que a Região de Lisboa e Vale do Tejo se revelou incapaz de acompanhar a tendência de decréscimo do peso do desemprego de longa duração desenhada no espaço nacional.

Gráfico 12
Desemprego de Longa duração (LVT e Portugal)



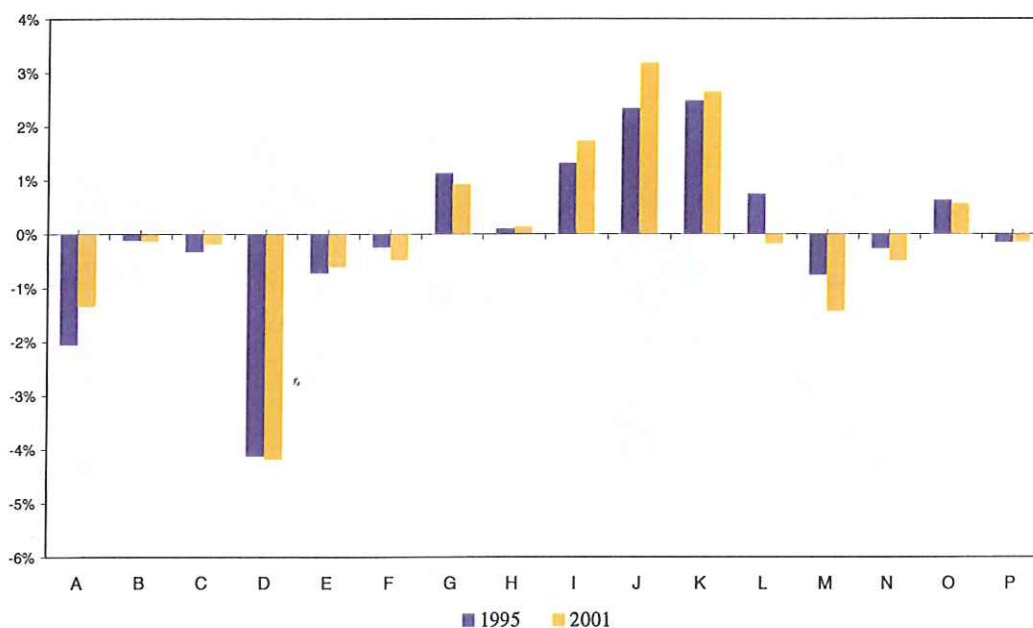
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

a) Indicador de especialização produtiva

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um perfil de especialização fortemente centrado no sector de serviços, no qual se salientam as seguintes actividades:

- Actividades financeiras
- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- Transportes, armazenagem e comunicações
- Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis
- Alojamento e restauração
- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais

Gráfico 13
Especialização produtiva da Região de Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: INE, Contas Regionais

A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	J	Actividades financeiras
B	Pesca	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
C	Indústrias extractivas	L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
D	Indústrias transformadoras	M	Educação
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	N	Saúde e acção social
F	Construção	O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	P	Famílias com empregados domésticos
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)		
I	Transportes, armazenagem e comunicações		

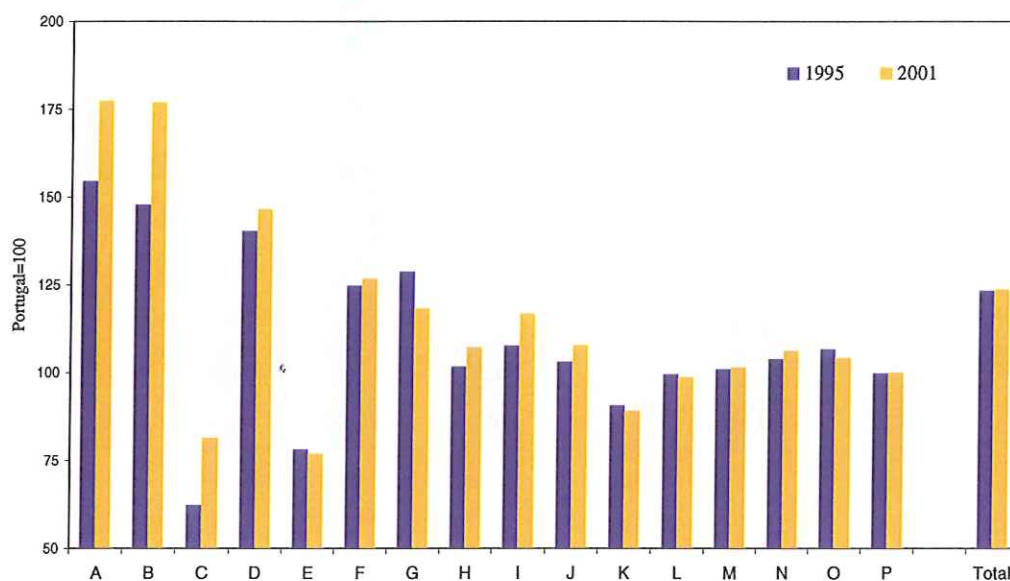
b) Produtividades sectoriais

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta produtividades sectoriais acima da média nacional para a maioria dos sectores considerados.

Os sectores da Região de Lisboa e Vale do Tejo cujos níveis de produtividade superam de modo mais intenso as produtividades sectoriais médias nacionais são a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, a pesca, as indústrias transformadoras, a construção e o comércio por grosso e a retalho.

Por oposição, os sectores da Região com produtividades mais desfavoráveis face às produtividades sectoriais médias nacionais são as indústrias extractivas, a produção, distribuição de electricidade, gás e água e as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

Gráfico 14
Produtividade Sectoriais da Região de Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: INE, Contas Regionais

A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	J	Actividades financeiras
B	Pesca	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
C	Indústrias extractivas	L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
D	Indústrias transformadoras	M	Educação
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	N	Saúde e acção social
F	Construção	O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	P	Famílias com empregados domésticos
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)		
I	Transportes, armazenagem e comunicações		

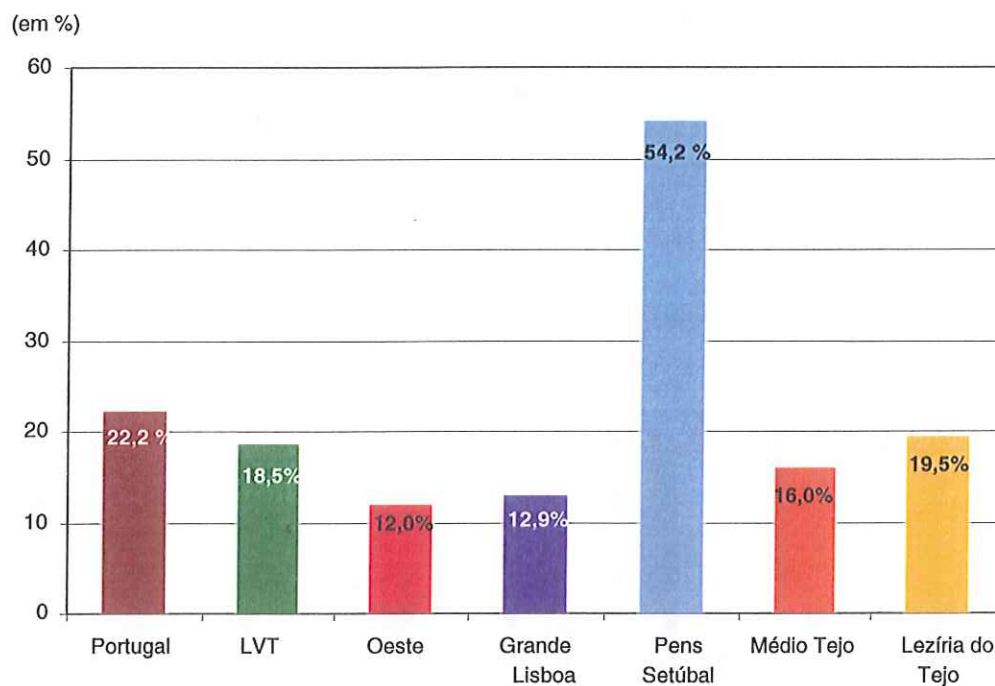
a) Peso das exportações e expedições no PIB

A RLVT revela um menor grau de abertura em termos do peso das exportações e expedições no PIB do que o espaço nacional, apesar da divergência apresentada não ser muito significativa.

A Península de Setúbal destaca-se no seio das NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo pelo seu elevado grau de abertura no que concerne aos fluxos de exportação. A menor significância dos fluxos exportadores no PIB é evidenciada pela NUTS III Oeste.

Gráfico 15

Peso das Exportações e Expedições no PIB (em 2001)



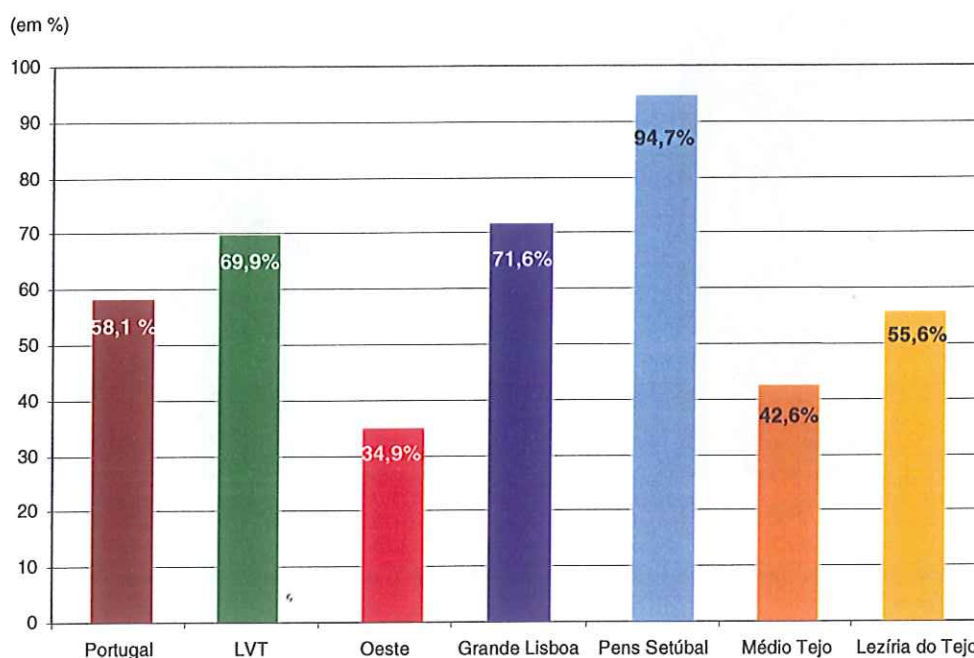
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; INE, Contas Regionais

b) Taxa de abertura

Se considerarmos o peso não apenas dos fluxos de saída (exportações e expedições), mas também dos fluxos de entrada (importações e chegadas) no PIB, verificamos que a RLVT revela um grau de abertura superior à taxa correspondente ao espaço nacional.

A Península de Setúbal é a NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo com maior grau de abertura ao exterior, seguida da Grande Lisboa (com forte expressividade, sobretudo, nos fluxos de importação).

Gráfico 16
Taxa de Abertura (Em 2001)



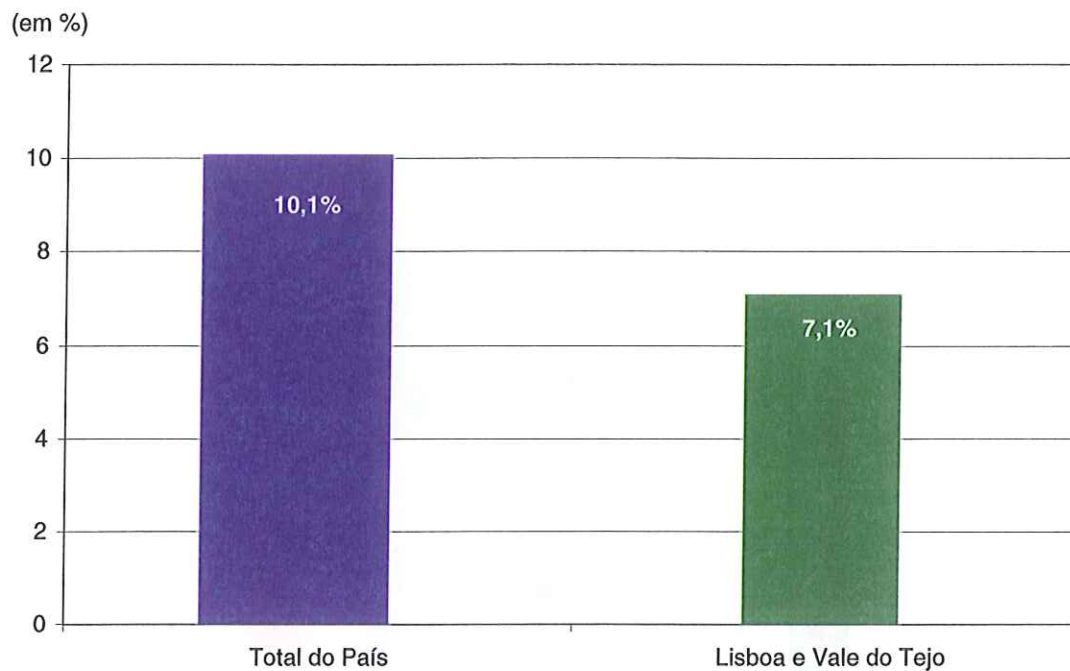
Nota: A Taxa de Abertura é obtida através do peso do total das Exportações, Expedições, Importações e Chegadas no PIB

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; INE, Contas Regionais

c) Orientação para o mercado externo

A Região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma menor orientação para o mercado externo do que o espaço nacional, dado o menor peso das expedições e exportações no total das vendas regionais.

Gráfico 17
Orientação para o Mercado Externo (Em 2001)



Nota: O indicador Orientação para o Mercado Externo é obtido através do peso das exportações e expedições no total de volume de vendas efectuado

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; INE, Estatísticas das Empresas

d) Peso da RLVT no país

- O peso da RLVT no país em termos de comércio internacional é consideravelmente mais acentuado ao nível dos fluxos de entrada (64,3%) do que dos fluxos de saída (37,4%).
- O peso da RLVT no país é mais significativo, no que concerne aos fluxos de entrada, ao nível do comércio extra-comunitário, dado que no que se refere aos fluxos de saída os pesos são bastante próximos nas relações intra e extra-comunitárias⁶.

Quadro I
Peso da RLVT no País em termos de Comércio Internacional (Em 2001)

	Pesos da LVT no país (em %)
Entradas	64,3
Saídas	37,4

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

⁶ Em termos de comércio intracomunitário a região LVT representa 62% das chegadas ao país e 37% das expedições; em termos de comércio extracomunitário a região responde por 70% das importações e 37% das exportações nacionais.

a) Especialização produtiva por factores-chave de competitividade

No ano 2001, a análise da especialização produtiva da Região de Lisboa e Vale do Tejo, por factor-chave de competitividade, comparativamente com a estrutura do espaço nacional permite verificar que a região se apresenta como estando:

- “sub-especializada” nas indústrias que exploram os baixos custos de trabalho
- “sobre-especializada” nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de I&D, da diferenciação do produto e dos recursos naturais como factores de competitividade.

A análise da especialização produtiva das NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo por factor-chave de competitividade permite detectar divergências nos perfis regionais:

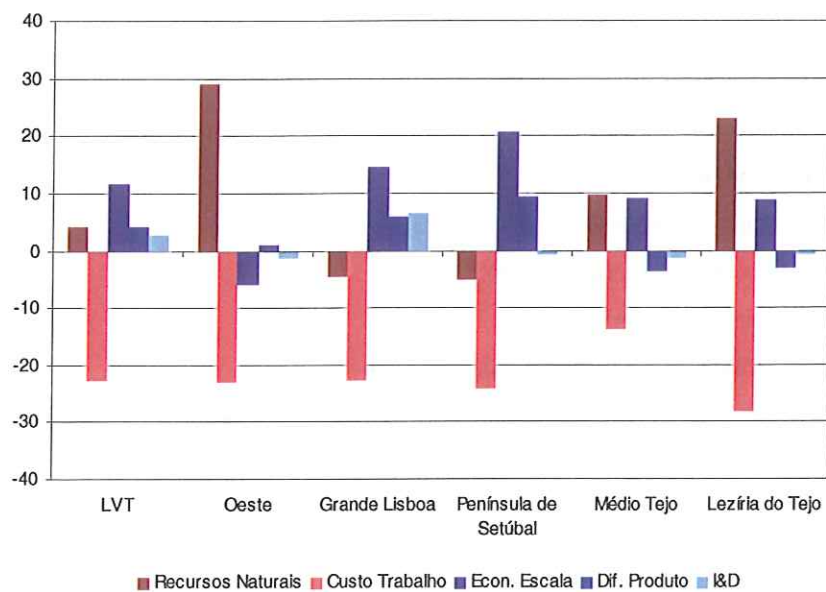
- A região Oeste apresenta uma forte especialização nas indústrias que exploram recursos naturais
- A região Grande Lisboa valoriza, sobretudo, as indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, da diferenciação do produto e da I&D
- A Península de Setúbal aposta nas indústrias que exploram economias de escala e diferenciação de produto
- A região do Médio Tejo apresenta um perfil de especialização que se organiza em torno da exploração dos recursos naturais e de economias de escala
- A Lezíria do Tejo valoriza no seu perfil de especialização indústrias que exploram recursos naturais e as economias de escala

D.1.3 – COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

D.1.3.3 - Posição Competitiva

Gráfico 18

Especialização Produtiva por Factores-Chave de Competitividade
(Diferenças percentuais face à estrutura do espaço nacional)



Fonte: Quadros de Pessoal, 2001

b) Especialização relativa de comércio internacional da Região face ao País

A análise da especialização relativa de comércio internacional da RLVT face ao país, utilizando como variável as exportações, permite verificar que a região se apresenta como sendo especializada nos sectores:

- Material de transporte (com forte expressividade)
- Indústrias químicas
- Produtos minerais
- Metais comuns e suas obras
- Indústrias alimentares; bebidas; tabaco
- Produtos do reino vegetal
- Gorduras e óleos, animais ou vegetais, ceras, etc.
- Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, medida, precisão
- Objectos de arte, de colecção ou antiguidades
- Peles, couros, art. viagem, bolsas
- Animais vivos e produtos do reino animal

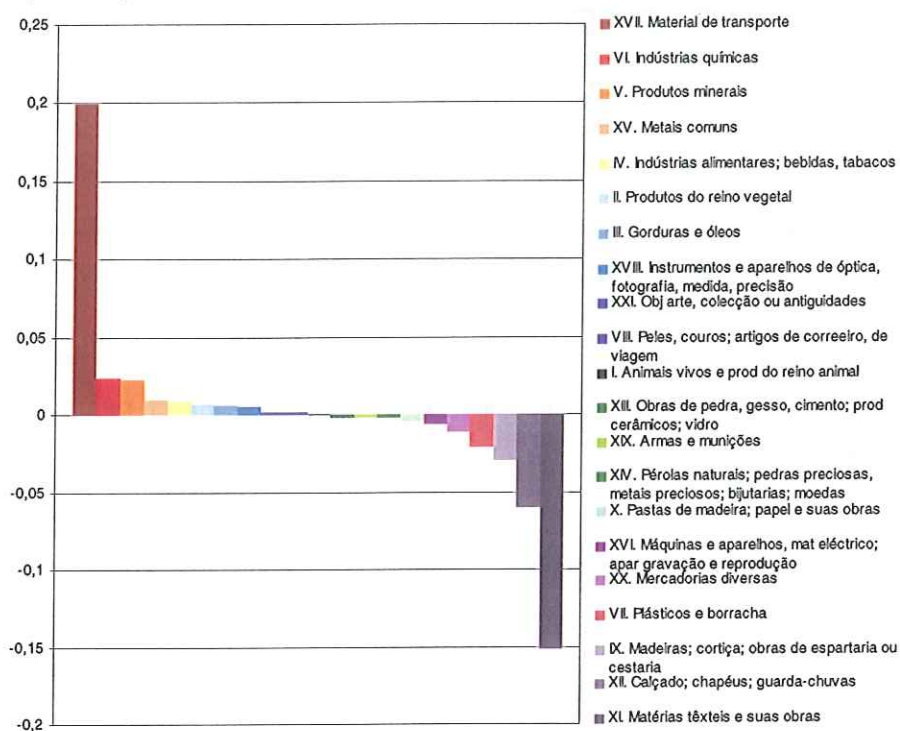
Uma vez que o peso das exportações destes sectores no total das exportações regionais supera em termos relativos o correspondente peso a nível nacional.

D.1.3 – COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

D.1.3.3 - Posição Competitiva

Gráfico 19

Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região face ao País (Em 2001)



Nota: O indicador de especialização relativa em termos de comércio internacional da Região face ao país resulta da comparação das diferenças entre as estruturas de exportação da Região e do país, exprimindo o grau de importância de cada sector exportador na Região tomando como referência o peso que esse mesmo sector tem em termos de exportações no conjunto do país.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional; INE, Anuários Estatísticos Regionais

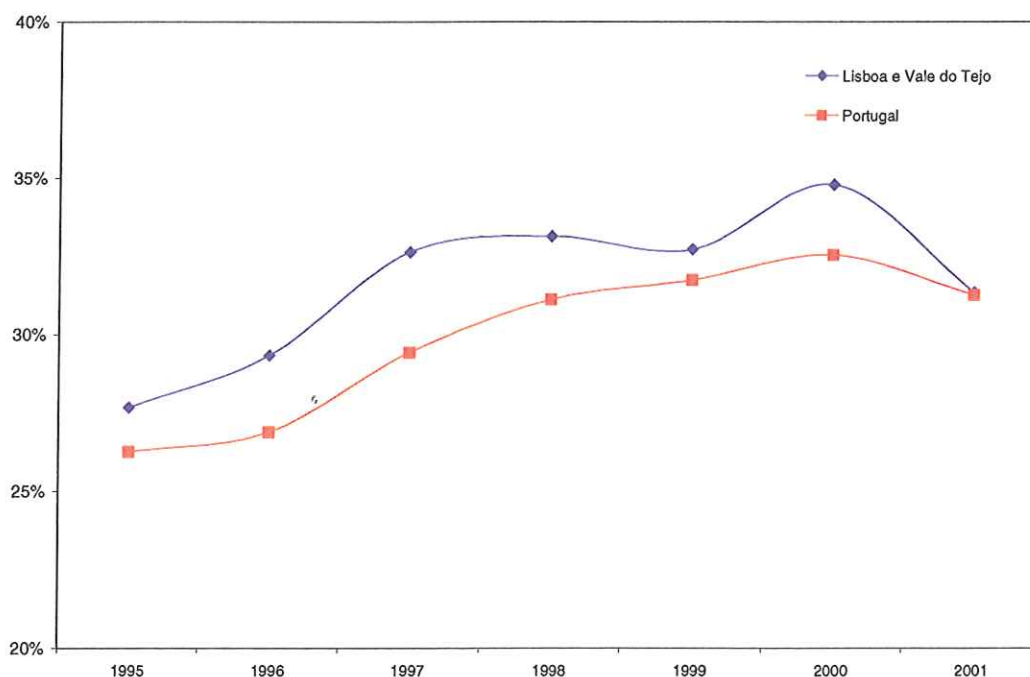
a) Perfil do investimento regional

O esforço de investimento na Região de Lisboa e Vale do Tejo superou a média nacional, ao longo do período 1995-2000.

Contudo, no ano 2001, um abrandar do esforço de investimento na Região de Lisboa e Vale do Tejo, contribuiu para que a taxa de investimento convergisse para a taxa de investimento média nacional.

Deste modo, em 2001, a taxa de investimento, indicador este que permite analisar o peso que representa a FBCF no valor acrescentado bruto, situava-se em 31,3% quer para a RLVT, quer em termos médios nacionais.

Gráfico 20
Taxa de Investimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (% do VAB nacional)



Fonte: INE, Contas Regionais

D.1.4 – FACTORES DE CRESCIMENTO

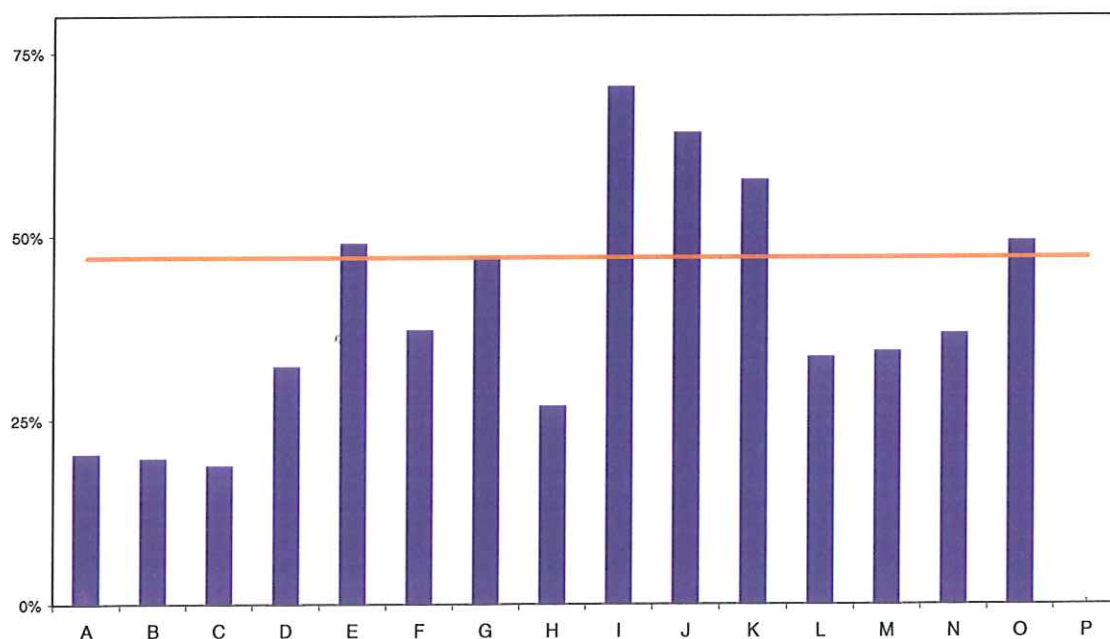
D.1.4.1- Dinâmica de Investimento

b) Perfil do investimento regional

O peso do investimento sectorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo no investimento sectorial nacional posiciona-se em níveis bastante acentuados, tendo em termos médios, no período 1995-2001, atingido cerca de 47%.

A importância do investimento sectorial da Região no investimento sectorial nacional é mais expressiva nos sectores dos Transportes, Armazenagem e Comunicações, nas Actividades Financeiras, nas Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas, na Produção e Distribuição de Electricidade de Gás e Água, nas Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais e no Comércio por Grosso e a retalho e Reparação de Veículos Automóveis.

Gráfico 21
Peso do Investimento Sectorial da Região no Investimento Sectorial Nacional
(Média 1995-2001)



Fonte: INE, Contas Regionais

D.1.4 – FACTORES DE CRESCIMENTO

D.1.4.1- Dinâmica de Investimento

Legenda:	
Designação	Sector
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
B	Pesca
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M	Educação
N	Saúde e acção social
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P	Famílias com empregados domésticos

a) Nível de habilitações da Região de Lisboa e Vale do Tejo face à média nacional

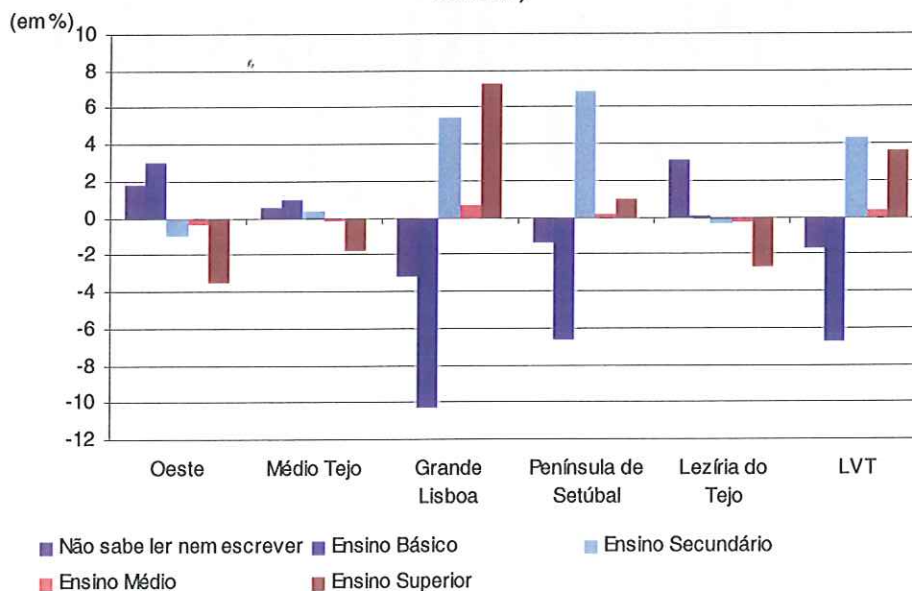
A Região de LVT apresenta uma estrutura de habilitações dos recursos humanos mais favorável, face ao espaço nacional, dado que possui um menor peso relativo dos recursos humanos com níveis habilitacionais inferiores e revela uma maior importância relativa dos recursos humanos com habilitações ao nível ensino secundário, ensino médio e ensino superior.

Do ponto de vista das NUTS III que compõem a Região constata-se que:

- As regiões Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo apresentam estruturas habilitacionais pouco favoráveis dada a maior importância relativa das categorias habilitacionais mais reduzidas e a menor importância relativa dos níveis habilitacionais mais elevados, comparativamente com o espaço nacional.
- As regiões Grande Lisboa e Península de Setúbal possuem estruturas habilitacionais de recursos humanos mais atractivas, dados os menores pesos relativos dos níveis habilitacionais inferiores, bem como os pesos relativos mais acentuados dos níveis habilitacionais superiores, comparativamente com o espaço nacional.

Gráfico 22

Nível de Habilitações da Região LVT face ao País (em 2001 – diferenças percentuais face à estrutura nacional)



Nota: A construção do gráfico tem subjacente a divergência entre as estruturas de habilitações da RLVT e das NUTS III da Região face ao país, exprimindo o grau de importância de cada categoria de habilitações no total da Região tomando como referência o peso que essa mesma categoria tem no conjunto do país.

Fonte: INE, Censos 2001

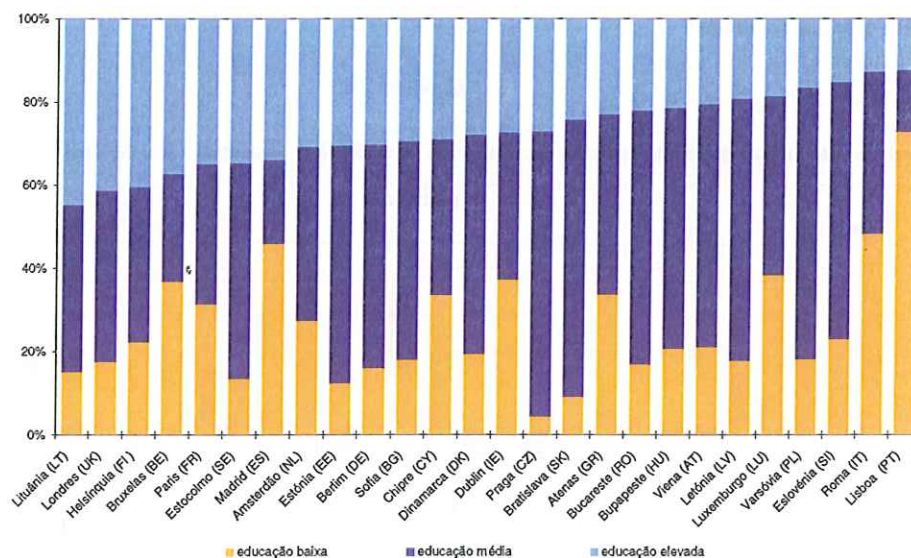
b) Nível de habilitações da Região de Lisboa e Vale do Tejo face às regiões capitais na União Europeia

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma estrutura de habilitações dos recursos humanos bastante débil no contexto europeu.

No conjunto das regiões capitais, a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta o peso mais acentuado do nível educacional mais reduzido, quer face a regiões da UE 15, quer face a regiões de países de Leste. A importância esmagadora dos níveis habilitacionais mais reduzidos no total da estrutura de habilitações da RLVT reflecte-se, conseqüentemente, numa expressividade muito ténue dos níveis habilitacionais mais elevados na Região, conferindo à Região uma posição bastante desfavorável no contexto europeu.

Gráfico 23

Nível de Habilitações da Região de Lisboa e Vale do Tejo face às Regiões Capitais da União Europeia (UE15=100)



Fonte: CE (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº	Designação	Pág
1	Dimensão populacional das Regiões Capitais Europeias - I	176
2	Dimensão populacional das Regiões Capitais Europeias -II	177
3	Dimensão económica da Região (% do VAB nacional)	178
4	PIB per capita nas Regiões Capitais da União Europeia (EU 15 = 100)	179
5	Evolução do PIB per capita na RLVT (País = 100)	180
6	Evolução da produtividade na RLVT (País = 100)	181
7	Evolução da taxa de utilização de recursos humanos na RLVT (País = 100) - I	182
8	Evolução da taxa de utilização de recursos humanos na RLVT (País = 100) - II	183
9	Taxa de actividade na RLVT	184
10	Taxa de crescimento do emprego (%)	185
11	Evolução do desemprego (%)	186
12	Desemprego de longa duração (RLVT e Portugal)	187
13	Especialização produtiva da RLVT, por sector de actividade	188
14	Produtividade sectoriais da RLVT	189
15	Peso das exportações e Expedições no PIB, por sub-região	190
16	Taxa de abertura, por sub-região	191
17	Orientação para o Mercado Externo	192
18	Especialização produtiva por factores-chave de competitividade (diferenças percentuais face à estrutura do espaço nacional)	195
19	Especialização relativa do comércio internacional da RLVT face ao País	197
20	Taxa de investimento da RLVT (% do VAB nacional)	198
21	Peso do investimento sectorial da Região no investimento sectorial nacional (média 1995 – 2001)	199
22	Nível de habilitações da RLVT face ao País	201
23	Nível de habilitações da RLVT face às Regiões Capitais da União Europeia (EU 15 = 100)	202

Quadro nº	Designação	Pág
I	Peso da RLVT no país em termos de comércio internacional	193



THE UNIVERSITY OF CHICAGO



SUB-DOMÍNIO

D2

Inovação

▪ Aspectos metodológicos

No que diz respeito à monitorização do eixo Inovação e Desenvolvimento Tecnológico consideram-se as dimensões de análise: Actividades de I&D; Apoio Tecnológico; e Transferência de Tecnologia, sendo que nesta última de inclui a monitorização das taxas de inovação.

Para a dimensão actividades de I&D não é possível, comparar a Região de Lisboa e Vale do Tejo com outras regiões Europeias. Com efeito a unidade NUTS II RLVT foi desde logo substituída no Eurostat pela nova unidade NUTS II Lisboa (Grande Lisboa e Setúbal) não havendo para esta última quaisquer dados. De resto no que respeita a Pessoal total em I&D não existem dados no Eurostat posteriores a 1999, que já usámos no relatório I. Ainda assim, baseados nos dados do OCES apresentamos estimativas para as despesas de I&D em % do PIB regional para a nova NUTS II Lisboa.

No que respeita à contagem de patentes, apresenta-se a comparação do número de patentes por milhão de habitantes, com base em informação recolhida no Eurostat e actualizada ao nível das regiões NUTSIII para 2001. Para a evolução de concessão de patentes e de modelos de utilidade, nas regiões Portuguesas, os dados utilizados foram recolhidos pelo INPI.

No que respeita à dimensão de análise Apoio Tecnológico, foi possível, neste relatório, obter o indicador do número de empresas certificadas (através de todos os certificadores) na Região de Lisboa e Vale do Tejo até 2003, bem como uma ventilação por distritos, mas só para o maior Certificador, a APCER.

No que respeita à transferência de tecnologia e à inovação, a monitorização terá que esperar pelo aparecimento de informação mais recente que permita estudar, de forma compatível com os dados anteriores, a evolução no número de projectos consórcio, e nas taxas de inovação a nível regional.

▪ Apreciação Geral

A análise da evolução da Região de Lisboa e Vale do Tejo no domínio da Inovação e considerando os indicadores atrás referidos, permite tirar as seguintes conclusões:

- Em termos gerais a evolução da Região neste domínio parece ser positiva.
- No domínio das actividades de I&D, a Região de Lisboa e Vale do Tejo torna-se em 2001 a primeira região a ultrapassar a barreira psicológica (e há muito preconizada para o País como um todo) dos 1% do PIB regional em despesas de I&D. Não obstante esse valor é ainda relativamente baixo quando comparado com outras regiões europeias.

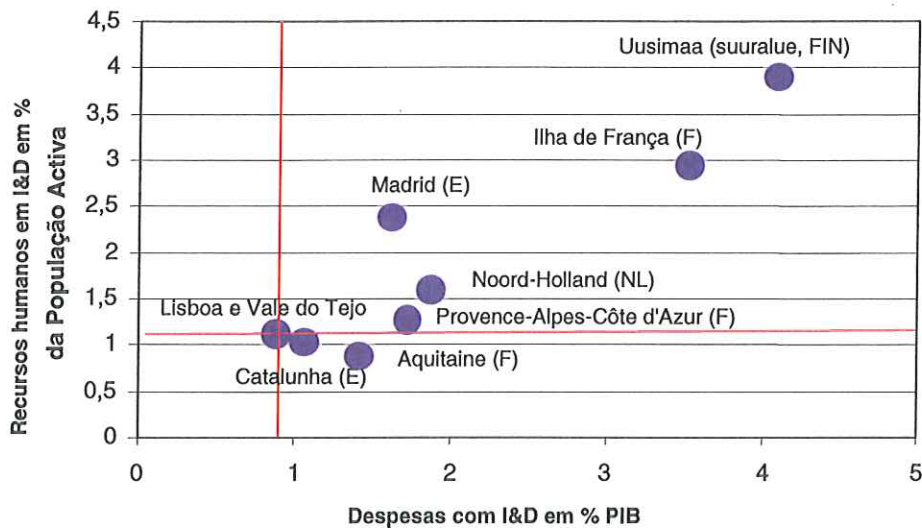
- O registo de patentes por entidades da Região no Instituto Europeu de Patentes (EPO) regista um aumento, mantendo-se porém a grande distância que separa a Região, neste indicador, relativamente a outras regiões europeias.
- No que respeita às actividades de apoio tecnológico, na forma de prestação de serviços de apoio e à avaliar pelo número de empresas certificadas na área da Qualidade, em 2003 a RLVT parece apresentar um ligeiro decréscimo.
- No que respeita aos indicadores de transferência de tecnologia, número de empresas com projectos de I&D em parceria com empresas, parece existir uma tendência preocupante para a diminuição no número deste tipo de projectos na Região. Dado as datas de obtenção de valores é seguro afirmar que este decréscimo não está associado ao esgotamento da quota de fundos estruturais de apoio à I&D para a Região.

a) Despesas de I&D em % do PIB e Pessoal em I&D em % da população

O indicador pretende mostrar a posição dos recursos regionais empregues em I&D, relativamente a outras regiões. Utilizando os dados mais recentes que permitem a comparação internacional com outras regiões, pode-se concluir que a Região de Lisboa e Vale do Tejo, é uma das Regiões Europeias que menos recursos dedica a este tipo de actividades. Apesar da evolução recente, outras regiões também estão aumentando os seus esforços, mantendo assim a distância relativamente à RLVT. A nossa estimativa para 2001, baseada em dados fornecidos pelo OCES – Observatório de Ciência e Ensino Superior, é que a nova NUTS II terá chegado aos 1,17 de despesa de I&D relativamente ao seu respectivo PIB regional no mesmo ano.

Gráfico I

Recursos empregues com I&D (1999)



Fonte: Eurostat, 2003

b) Patentes registadas pela Região

Este indicador pretende mostrar a posição da Região relativamente a outras regiões Europeias no que respeita à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais. De certa forma este indicador é uma medida do output dos esforços de I&D realizados na Região.

O indicador baseia-se no n.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes. A Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo a Região nacional com valores mais elevados como veremos a seguir, continua no contexto das regiões europeias a apresentar valores extremamente baixos.

Tabela I
n.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes

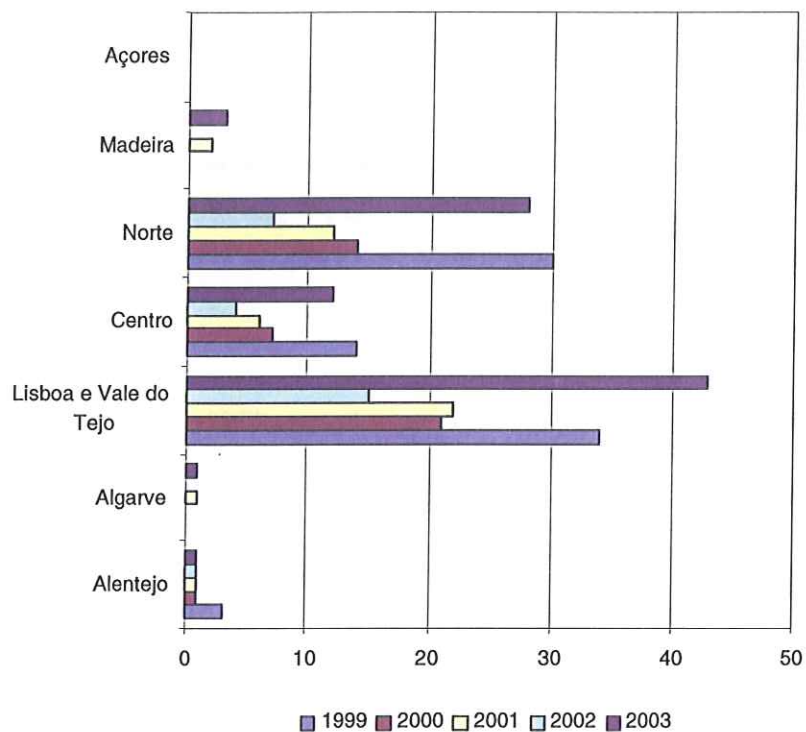
	1998	1999	2000	2001
Dinamarca	139,71	168,46	199,30	211,05
Berlim	148,38	171,83	189,98	217,28
Leipzig	28,71	33,10	50,13	54,00
Atenas	14,16	17,30	12,14	12,65
Comunidade de Madrid	31,10	40,45	42,87	36,07
Catalunha (Barcelona)	47,96	54,64	56,38	61,55
Îlha de France (Paris)	263,60	296,29	319,22	311,79
Lazio (Roma)	43,40	49,34	41,81	41,48
Luxemburgo	143,47	200,51	198,74	211,23
Noord-Holland (Amesterdão)	114,28	114,71	137,33	140,38
Viena	129,49	128,35	153,51	156,15
Uusimaa (suuralue) (Helsinquia)	480,83	533,93	647,65	-
Londres	-	91,75	102,59	112,54
Lisboa e Vale do Tejo	3,67	7,25	5,07	6,84^a

Fonte: Eurostat New Cronos, junho 2004

^a Estimativa para Lisboa e Vale do Tejo com base nos valores absolutos fornecidos pelos OCES e na população

Gráfico 2

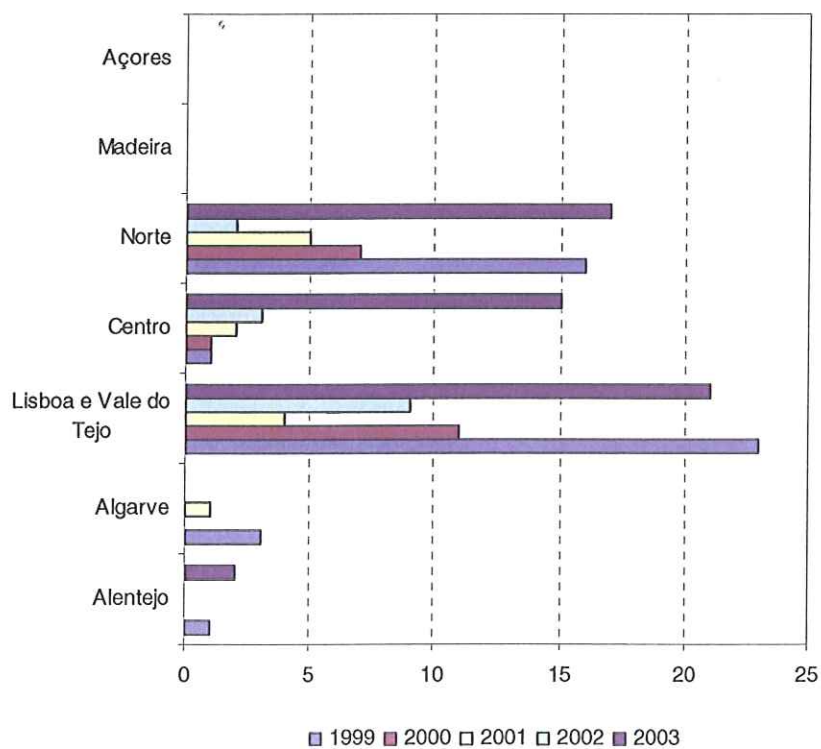
Concessões de patentes de invenção nacional



Fonte: INPI

Gráfico 3

Concessões de Modelos de Utilidade Nacional

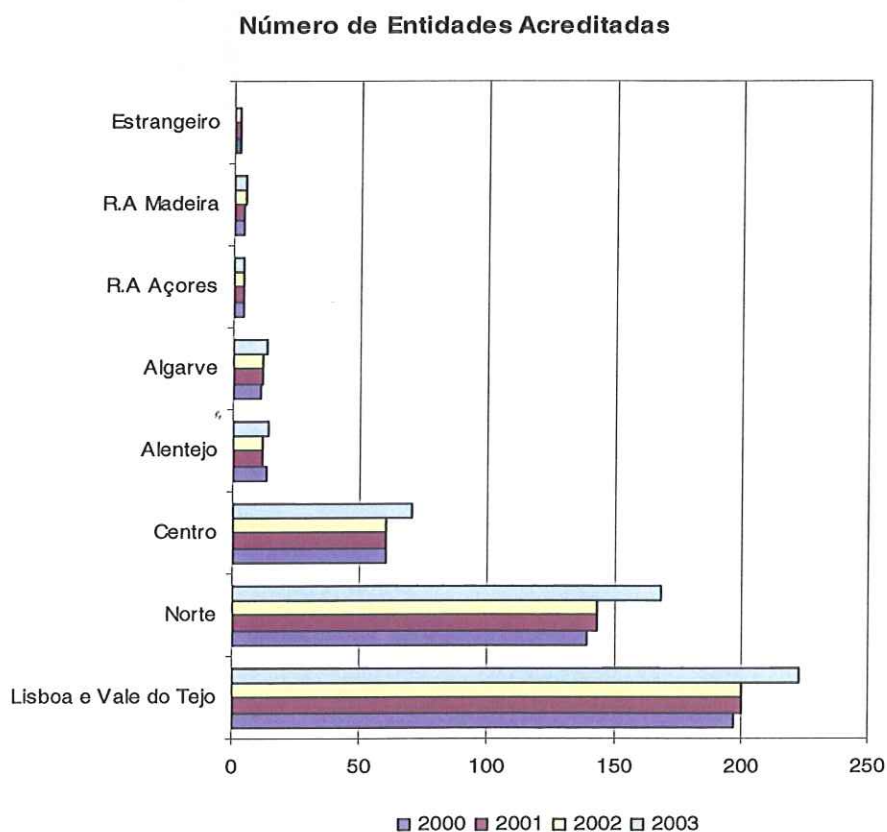


D.2.3 – APOIO TECNOLÓGICO

A dimensão de análise *Apoio Tecnológico* diz respeito ao apoio tecnológico efectivo na forma de serviços de apoio realizados na Região, mas orientados de acordo com as necessidades do tecido empresarial. Trata-se de projectos ou serviços de relativa curta duração pelo que normalmente não aparecem nos habituais indicadores. Para esta dimensão de análise recorreremos ao número de entidades acreditadas e empresas certificadas enquanto indicador dos serviços prestados precisamente nas áreas de qualificação de empresas em geral.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo é primeira Região do país em número de entidades acreditadas havendo um incremento significativo para todas as regiões do país em 2003.

Gráfico 4

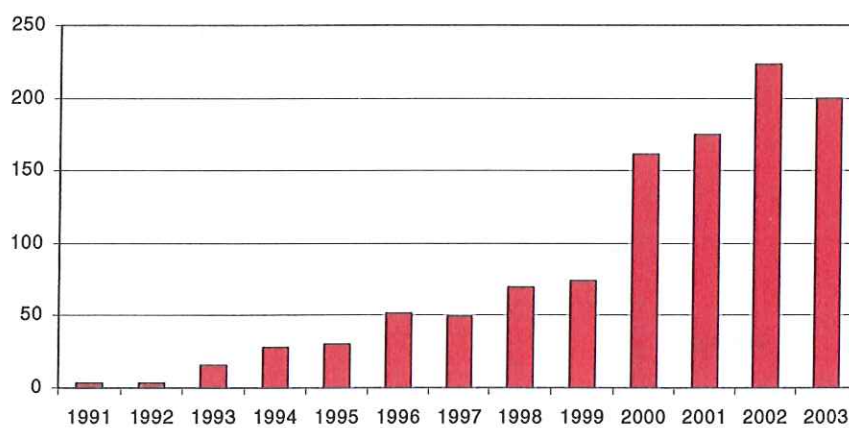


Fonte IPQ

O número de empresas certificadas por ano tem crescido todos os anos para a Região como um todo excepto em 2003. Considerando apenas os dados da entidade certificadora APCER parece que a descida em 2003 se fica a dever essencialmente aos distritos de Lisboa e Santarém.

Gráfico 5

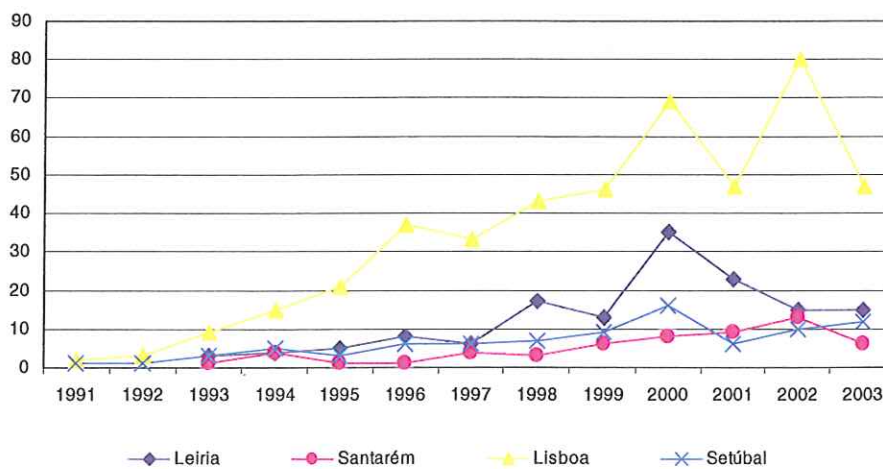
Evolução do Nº de empresas certificadas em Lisboa e Vale do Tejo (todos os certificadores 1991 a 2003)



Fonte: Empresas certificadoras

Gráfico 6

Evolução no Nº de empresas certificadas por Distrito (APCER 1991-2003)



Número de projectos de I&D em parceria com empresas

Os Projectos de I&D em parceria com empresas (número de projectos e montante total do projecto) são um indicador do nível de actividades na de transferência de tecnologia entre Universidades e outras entidades do sistema público científico e tecnológico e as empresas.

Consideramos os projectos de parceria entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico em dois períodos diferentes. O período 1996-1999 em que se considera os projectos apoiados pelos programas Praxis e IC-PME, e o período 2000-2003 em que se considera os projectos apoiados pelos programas POCTI e POSI no período 2000 (e excluindo o programa IDEIA que só começou em Janeiro de 2003 e para o qual não existem ainda dados). Tratando-se de períodos de dimensão diferente torna-se difícil concluir com certezas acerca da extensão da diminuição no número de projectos relativamente ao período anterior 1996-1999. Não obstante a tendência para a diminuição de projectos consórcio na Região de Lisboa e Vale do Tejo parece evidente.

Tabela 2

Projectos I&D consórcio

	Nº	%	custo total	%
Praxis e IC-PME 1996-1999				
Lisboa e Vale do Tejo	76	58,0%	17.059.686,2 €	57,9%
total país	131	100,0%	29.439.321,2 €	100,0%
POCTI/POSI 2000-2002				
Alentejo	5	4,3%	3.519.208,2 €	7,7%
Algarve	1	0,9%	120.000,0 €	0,3%
Centro	33	28,2%	11.258.480,5 €	24,5%
Lisboa e Vale do Tejo	37	31,6%	16.571.368,5 €	36,0%
Norte	40	34,2%	14.384.982,4 €	31,3%
Madeira	1	0,9%	137.717,0 €	0,3%
total país	117	100,0%	45.991.756,6 €	100,0%

Fonte: OCES (1997) Perfis Regionais de I&D – Lisboa e Vale do Tejo, Informação fornecida pela Adl

Este decréscimo no número de projectos consórcio na RLVT deve estar associado ao esgotamento da quota fundos estruturais para a Região, já que, quer no POCTI, quer no POSI, essa questão só se coloca a partir 2003. Note-se ainda que parece haver neste último período um acréscimo dos projectos consórcio na região norte.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º	Designação	Pág
1	Recursos empregues com I&D, por NUTS II	208
2	Concessões de patentes de invenção nacional	210
3	Concessões de modelos de utilidade nacional	210
4	Número de entidades acreditadas	211
5	Evolução do n.º de empresas certificadas na RLVT (todos os certificadores)	212
6	Evolução do n.º de empresas certificadas por Distrito (APCER)	212

Quadro n.º	Designação	Pág
1	N.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes, por NUTS II	209
2	Projectos de I&D em consórcio	213